



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA – MESTRADO ACADÊMICO

Mareliza Fagundes de Araújo Duarte

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS GOVERNOS DO  
RIO GRANDE DO SUL: QUE TIJOLOS A (DES)CONSTROEM?**

Santa Maria, RS  
2022

Mareliza Fagundes de Araújo Duarte

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS GOVERNOS DO RIO GRANDE DO SUL: QUE TIJOLOS A (DES)CONSTROEM?**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Mestre em Educação Profissional e Tecnológica**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariglei Severo Maraschin

Santa Maria, RS  
2022

FAGUNDES DE ARAUJO DUARTE, MARELIZA  
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS GOVERNOS DO RIO  
GRANDE DO SUL: QUE TIJOLOS A (DES)CONSTROEM? / MARELIZA  
FAGUNDES DE ARAUJO DUARTE.- 2022.  
215 p.; 30 cm

Orientador: MARIGLEI SEVERO MARASCHIN  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Colégio Técnico Industrial, Programa de Pós  
Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, RS, 2022

1. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 2. POLITICA EDUCACIONAL 3.  
GOVERNOS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL 4. REDE ESTADUAL  
DE EDUCAÇÃO DO RS I. SEVERO MARASCHIN, MARIGLEI II.  
Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, MARELIZA FAGUNDES DE ARAUJO DUARTE, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

**Mareliza Fagundes de Araújo Duarte**

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS GOVERNOS DO RIO GRANDE DO SUL: QUE TIJOLOS A (DES)CONSTROEM?**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Mestre em Educação Profissional e Tecnológica**.

Aprovada em 30 dias de setembro de 2022:

---

**Mariglei Severo Maraschin, Dra. (UFSM)**  
**(Presidente/Orientadora)**

---

Liliana Soares Ferreira, Dra. (UFSM)

---

Fábio Azambuja Marçal, Dr. (IFRS/Campus Alvorada)

---

Neila Pedrotti Drabach, Dra. (IFFar/Reitoria)

Santa Maria, RS  
2022.

Para Luiz Matheus, Luísa, Laura e Paulo Ricardo. Filhos e esposo, amados.

Marlem, minha mãe e eterna heroína.

## AGRADECIMENTOS

Com a sensação de despedida, fecho os olhos por um instante, e a lembrança mais doce de todo esse processo, foi ler meu nome na lista dos aprovados para o Mestrado Acadêmico no PPGEPT, da UFSM/CTISM. Recordo, amorosamente, do nome da orientadora também indicada na lista: Mariglei Severo Maraschin. Com estas simples palavras, embora já tenha verbalizado, carinhosamente - Deus no céu, e ela na Terra, hoje, agradeço pela oportunidade de aprender com minha orientadora Mariglei, pela ajuda para descortinar e abrir a janela para um novo aprendizado, antes adormecido pelo tempo, pelas dificuldades de ser filha de trabalhador, por ser trabalhadora e, por ainda encontrar dificuldades de acesso. Obrigada professora Mariglei, pelo aceite, lá no início do processo.

Agradeço a Deus por me oferecer o que necessito e não o que peço. Por orientar o caminho certo a seguir, com fé e caridade.

Agradeço a minha família *Buscapé*, composta pela minha mãe Marlem, meus filhos Luiz Matheus, Laura, Luísa e meu esposo Paulo Ricardo. Vocês são a razão de meu viver. Obrigada pelo apoio incondicional. Juntos enfrentamos nossos obstáculos com amor, união e resiliência

Agradeço a minha irmã Marilaine, que esteve sempre presente, na torcida pelo meu sucesso, assim como, os amigos e amigas que fiz na caminhada acadêmica. Obrigada Yasmine, minha dupla, pelas trocas e aprendizados; a Siomara, pelos incentivos e desprendimento ao mostrar alternativas possíveis; a Shirley, Leandro, Marcos e Liz, meu carinho e reconhecimento. Obrigada pela escuta.

Aos colegas do grupo de Pesquisa Transformação e Kairós, pelo aprendizado. Obrigada pela acolhida.

*“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes”.*

*Paulo Freire*  
(Pedagogia da Indignação, 2000, p. 17).

## RESUMO

### **POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS GOVERNOS DO RIO GRANDE DO SUL: QUE TIJOLOS A (DES)CONSTRÓEM?**

AUTORA: Mareliza Fagundes de Araújo Duarte

ORIENTADORA: Mariglei Severo Maraschin

A pesquisa teve o objetivo de analisar as propostas e as ações dos governos do Estado do Rio Grande do Sul, para a Educação Profissional, no período compreendido entre os anos de 1971 a 2021. Inclui-se na Linha de Pesquisa LP1: Políticas e Gestão em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, PPGEPT, elaborado junto ao grupo de pesquisa Transformação - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho Pedagógico na Educação Profissional e Kairós - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas. O título recorre ao uso da palavra “tijolos” como uma metáfora para destacar a necessidade de entendermos a construção/desconstrução das propostas e ações dos governos no que se refere à Educação Profissional. O questionamento da proposta é como se configuram as propostas e ações dos governos do Estado do Rio Grande do Sul para Educação Profissional, no período compreendido entre os anos de 1971 a 2021? Os objetivos específicos foram assim definidos: historicizar a política de EPT no Brasil e no RS; contextualizar as propostas e as ações do governo do Estado no que se refere à Educação Profissional no RS, no período de 1971 a 2021 e, por fim, compreender como se constituiu a política educacional e a oferta de Educação Profissional no período pesquisado. A pesquisa foi um estudo de cinquenta anos dos Governos do RS, através da pesquisa documental e a análise dos planos de governos e das mensagens à Assembleia Legislativa pelos Chefes de Estado, a qual se deu pela análise de conteúdo (BARDIN, 2019). Os dados foram organizados em quatro fases e apresentadas em capítulos, incluindo a historicidade nacional e estadual, os destaques dos planos e as mensagens dos governos que compõem cada fase: os dos anos de 1971 a redemocratização do Brasil e a Constituição Cidadã em 1988; a Educação Profissional na Constituição Estadual e a partir do Simon até o governo popular; a Educação Profissional a partir da expansão da Rede Federal: o RS na contramão dos interesses; e a Educação Profissional e o acirramento da crise no RS. Conclui-se que a EP foi ofertada na Rede Estadual do RS em todos os 13 (treze) Governos pesquisados, de Triches a Leite, seja em forma de projetos e ou de programas, com recursos de verbas federais ou do Tesouro do Estado. A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha foi referência nos últimos 50 anos de governo como oferta da EP. A pesquisa aponta que nos governos populares de Collares, Olívio e Tarso, a EP foi prioridade na gestão destes governos, incluindo no contexto, projeto em específico sobre a proposta de política de Estado para a Educação Profissional. No entanto, nos documentos, não foram localizadas políticas próprias (a de governo) para a EP. Portanto, comprovou-se que a EP na Rede Estadual ora avança ou apenas está lá sendo ofertada e seguindo a política dos governos federais.

**Palavras-chave:** Política Educacional. Rede Estadual de Educação do RS. Educação Profissional. Governos do RS.



## **ABSTRACT**

### **PROFESSIONAL EDUCATION POLICY IN THE RS STATE GOVERNMENTS: WHICH BRICKS (UN)BUILD IT?**

**AUTHOR:** Mareliza Fagundes de Araújo Duarte

**ADVISOR:** Mariglei Severo Maraschin

The research aims to analyze the proposals and actions of the governments of the State of Rio Grande do Sul, for Professional Education, in the period between the years 1971 to 2021. It is included in the Research Line LP1: Policies and Management in Professional and Technological Education of the Graduate Program in Professional and Technological Education, PPGEPT, prepared together with the research group Transformação - Group of Studies and Research in Public Policies and Pedagogical Work in Professional Education and Kairós - Group of Studies and Research on Work, Education and Public Policy. The title resorts to the use of the word “bricks” as a metaphor to highlight the need to understand the construction/deconstruction of government proposals and actions with regard to Professional Education. The questioning of the proposal is how are the proposals and actions of the governments of the State of Rio Grande do Sul for Professional Education configured, in the period between the years 1971 to 2021? The specific objectives were thus defined: to historicize the EPT policy in Brazil and RS; contextualize the proposals and actions of the State government regarding Professional Education in RS, from 1971 to 2021 and, finally, understand how the educational policy and the provision of Professional Education were constituted in the research period. The research was a fifty-year study of the Governments of RS, through documentary research and the analysis of government plans and messages to the Legislative Assembly by the Heads of State, which was carried out through content analysis (BARDIN, 2019). Data were organized into four phases and presented in chapters, including national and state historicity, highlights of the plans and messages from the governments that make up each phase: the years 1971, the redemocratization of Brazil and the Citizenship Constitution in 1988; Professional Education in the State Constitution and from Simon to the popular government; Professional Education from the expansion of the Federal Network: the RS against the grain of interests; and Professional Education and the worsening of the crisis in RS. It is concluded that PE was offered in the RS State Network in all 13 (thirteen) Governments surveyed, from Triches to Leite, either in the form of projects and/or programs, with resources from federal funds or from the State Treasury. The Liberato Salzano Vieira da Cunha Technical School Foundation has been a reference in the last 50 years of government as a gift from EP. The research points out that in the popular governments of Collares, Olívio and Tarso, PE was a priority in the management of these governments, including in the context, a specific project on the proposed State policy for Professional Education. However, in the documents, specific policies (the government's) for PE were not found. Therefore, it was proved that the PE in the State Network is now advancing or is just being offered there and following the policy of the federal governments.

**Keywords:** Educational Policy. State Education Network of RS. Professional education. RS governments.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Síntese da pesquisa .....	20
Figura 2 - Mapa das Coordenadorias Regionais de Educação .....	34
Figura 3 - Itinerários Formativos Novo Ensino Médio .....	36
Figura 4 - Seminário Novo Ensino Médio - Polo 6/ SEDUC - Realização Julho/2022 .....	37
Figura 5 - Reunião da SBPC (1977) .....	54
Figura 6 - Euclides Triches .....	62
Figura 7 - Sinval Guazzelli .....	68
Figura 8 - Amaral de Souza .....	77
Figura 9.- Percentual de estudantes fora de escola de acordo com PEE 1978-81 .....	79
Figura 10.– Governador Jair Soares .....	85
Figura 11 – Governador Pedro Simon .....	102
Figura 12 – Governador Alceu Collares .....	110
Figura 13.– Governador Antônio Britto .....	118
Figura 14 – Governador Olívio Dutra .....	123
Figura 15 – Governador Germano Rigotto .....	139
Figura 16 – Governadora Yeda Crusius .....	145
Figura 17 – Governador Tarso Genro .....	152
Figura 18 – Governador Ivo Sartori .....	166
Figura 19 – Governador Eduardo Leite .....	171

## Lista de quadros

Quadro 1 - Cidade-Sedes das Coordenadorias Regionais .....	34
Quadro 2 - Síntese da pré-análise .....	41
Quadro 3 - Relação dos Planos de Governo do RS .....	42
Quadro 4 - Relação de Mensagens selecionadas .....	43
Quadro 5 - Divisão cronológica do período em estudo .....	45
Quadro 6 - Principais ações e resultados (1971-1974) .....	65
Quadro 7 - Síntese da materialidade da EP no Governo de Euclides Triches .....	67
Quadro 8 - Principais relações de AÇÕES/RESULTADOS informada na Mensagem de 1979 .....	72
Quadro 9 - Síntese da materialidade da EP no Governo de Sinval Guazzelli .....	76
Quadro 10 - Ações e Resultados governo Amaral de Souza .....	81
Quadro 11 - Síntese da materialidade da EP no Governo de Amaral de Souza .....	83
Quadro 12 - Ação/Resultado do Governo Jair Soares .....	88
Quadro 13 - Síntese da materialidade da EP no Governo de Jair Soares .....	89
Quadro 14 - Síntese da Ação/resultado conforme Mensagem à Assembleia governo Simon/Guazzelli .....	105
Quadro 15 - Materialidade da Educação Profissional no Governo de Simon/Guazzelli .....	106
Quadro 16 - Síntese AÇÃO/RESULTADO NO GOVERNO DE ALCEU COLLARES .....	113
Quadro 17 - Materialidade da Educação Profissional no Governo de Simon/Guazzelli .....	114
Quadro 18 - Síntese de Ações/Resultados com relação à Educação Profissional .....	120
Quadro 19 - Síntese da materialidade da Educação Profissional no governo de Antônio Britto .....	122
Quadro 20 - AÇÕES/RESULTADOS no governo de Olívio Dutra .....	126
Quadro 21 - Síntese dos resultados com relação à Educação Profissional no governo de Olívio Dutra .....	128
Quadro 22 - AÇÕES/RESULTADOS governo de Germano Rigotto .....	142
Quadro 23 - Resultados com relação à Educação Profissional .....	144
Quadro 24 - Síntese AÇÕES/RESULTADOS com relação à Educação Profissional .....	148
Quadro 25 - Síntese dos resultados com relação a Educação Profissional .....	151
Quadro 26 - Síntese AÇÕES/RESULTADOS com Relação à Educação Profissional .....	156
Quadro 27 - Síntese dos resultados com relação a Educação Profissional .....	158
Quadro 28 - Síntese AÇÃO/RESULTADO COM RELAÇÃO à Educação Profissional .....	168
Quadro 29 - Síntese dos resultados com relação a Educação Profissional .....	170
Quadro 30 - Síntese da AÇÃO/RESULTADO com relação a EP .....	173
Quadro 31 - Síntese dos Resultados com relação à Educação Profissional .....	174

## LISTA DE REDUÇÕES

AALRS	Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
ADP	Ação Democrática Popular
ARENA	Aliança de Renovação Nacional
ARS	Aliança Republicana Socialista
CP	Correio do Povo
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul.
DN	Diário de Notícias
EP	Educação Profissional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
FELSVC	Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GT	Grupo de Trabalho
LSN	Lei da Segurança Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdo B	Partido Comunista do Brasil
PDF	Formato Portátil de Documento (tradução livre)
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Libertador
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PSL	Partido Social Liberal
PDS	Partido Social Democrático
PPS	Partido Popular Socialista

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPGEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PR	Partido Republicano
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSB	Partido Democrático Social
PSDB	Partido Social Democrático Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PSP	Partido Social Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RS	Rio Grande do Sul
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação do Estado
SEDUC/RS	Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul
SUEPRO	Superintendência da Educação Profissional do Estado
UDN	União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPITULO I - Referencial Teórico Metodológico.....</b>	<b>22</b>
<b>1.1 Diálogos Possíveis: Da Trajetória da Pesquisadora a Construção da Proposta de Pesquisa.....</b>	<b>23</b>
<b>1.2 Estudos Anteriores Sobre Educação Profissional nos Governos do RS.....</b>	<b>29</b>
<b>1.3 O Locus da Pesquisa.....</b>	<b>32</b>
1.3.1 A SUEPRO e a Oferta de Educação Profissional.....	35
<b>1.4 Desenvolvimento da Pesquisa .....</b>	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO II - DOS ANOS DE 1971 A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ EM 1988.....</b>	<b>47</b>
<b>2.1 A Política Educacional no período do Regime Cível-militar a Redemocratização no Brasil .....</b>	<b>49</b>
<b>2.2 A Lei 5692/72 e a proposta de obrigatoriedade do Ensino Profissionalizante.....</b>	<b>58</b>
<b>2.3 Os Planos de Governo e as Mensagens a Assembleia dos Governo Estaduais do Regime Cível Militar a Redemocratização.....</b>	<b>63</b>
2.3.1 O governo de Euclides Triches, biografia, seu Plano de Governo e Mensagem Final à Assembleia Legislativa.....	63
2.3.1.1 Biografia de Euclides Triches.....	63
2.3.1.2 Plano de Governo com relação à Educação Profissional.....	64
2.3.1.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação a Educação Profissional.....	65
2.3.2 O governo de Sinval Guazzelli, biografia, seu Plano de Governo e Mensagem Final à Assembleia Legislativa.....	69
2.3.2.1. Biografia de Zinval Guazzelli.....	77
2.3.2.2 Plano de governo com relação à Educação Profissional.....	77
2.3.2.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional.....	69
2.3.3 O governo de Amaral de Souza, biografia, seu Plano de Governo e Mensagem Final à Assembleia Legislativa.....	77
2.3.3.1. Biografia de Amaral de Souza.....	77
2.3.3.2 Plano de governo com relação à Educação Profissional.....	79
2.3.3.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional.....	81
2.3.4 O governo de Jair Soares, biografia, seu Plano de Governo e Mensagem à Assembleia Legislativa.....	85
2.3.4.1 Biografia de Jair Soares.....	85
2.3.4.2 Plano de Governo Jair Soares com relação à Educação Profissional.....	87
2.3.4.3. Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional.....	88
<b>CAPÍTULO III - A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL (1989) E A PARTIR DO SIMON ATÉ O GOVERNO POPULAR (2003).....</b>	<b>93</b>
<b>3.1 A Política Educacional no Período do Collor de Mello, Itamar Franco e FHC.....</b>	<b>94</b>
<b>3.2 De uma Democracia Tutelada para oferta de Educação Profissional nos Governos dos Vices-Presidentes José Sarney e Itamar Franco.....</b>	<b>99</b>
3.2.1 O governo de Pedro Simon, Biografia, Plano de Governo e Mensagem à Assembleia.....	103
3.2.1.1 Biografia de Pedro Simon.....	103
3.2.1.2 Plano de Governo com relação à Educação Profissional.....	104
3.2.1.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional.....	105
<b>3.3 Como a aurora precursora, a Educação Profissional, na Constituição do RS, de 1989, e nos governos de Collor de Mello e FHC.....</b>	<b>108</b>
3.3.1 Governador Alceu Collares, biografia, plano de governo e Mensagem Final à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional.....	112
3.3.1.1 Biografia de Alceu Collares.....	112

3.3.1.2 Plano de governo de Alceu Collares, com relação à Educação Profissional.....	112
3.3.1.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional.....	114
3.3.2 O governo de Antônio Britto (1995-1998) com relação ao Plano de Governo e Mensagem à Assembleia.....	119
3.3.2.1 Biografia de Antônio Britto.....	120
3.3.2.2. Plano de governo de Antônio Britto com relação à Educação Profissional.....	120
3.3.2.3. Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional.....	121
3.4.3 Governo Da Frente Popular - Governo de Olívio de Oliveira Dutra, Plano de Governo e Mensagem Final A Assembleia.....	124
3.4.3.1 Biografia de Olívio Dutra.....	125
3.4.3.2 Plano de governo de Olívio Dutra com relação à Educação Profissional.....	125
3.4.3.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional.....	127

**CAPÍTULO IV - A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DA EXPANSÃO DA REDE FEDERAL: O RS NA CONTRAMÃO DOS INTERESS 2003- 2014.....132**

<b>4.1 No Cenário Federal: A Era Petista e a Construção das Políticas Públicas com Relação à Educação Profissional .....</b>	<b>133</b>
4.1.1 A Expansão da Rede Federal.....	134
4.1.1.1 O Instituto Federal Farroupilha.....	135
4.1.1.2 O Instituto Federal Sul Rio Grandense.....	136
4.1.1.3 O Instituto Federal Rio Grande do Sul.....	137
<b>4.2 A Eleição dos Governos do RS, de 2003 a 2014 e a descontinuidade Política Partidária nos Governos Eleitos.....</b>	<b>137</b>
<b>4.3 Os Governos de Tarso Genro, Biografia, Plano de Governo e Mensagem à Assembleia Com Relação à Educação Profissional.....</b>	<b>139</b>
4.3.1 O governo de Germano Rigotto, biografia, plano de governo e Mensagem Final à Assembleia Legislativa com relação a EP.....	139
4.3.1.1 Biografia de Germano Rigotto.....	140
4.3.1.2 Plano de governo de Germano Rigotto com relação à Educação Profissional.....	141
4.3.1.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional.....	142
4.4.2 A mulher no governo gaúcho: Yeda Crusius, Biografia, Plano de Governo e Mensagem Final à Assembleia com relação à Educação Profissional.....	145
4.4.2.1 Biografia de Yeda Crusius.....	145
4.4.2.2 Plano de governo de Yeda Crusius o com relação à Educação Profissional.....	147
4.4.2.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional.....	148
4.4.3 Governo de Tarso Genro, Biografia, Plano de Governo e Mensagem à Assembleia com relação a EP.....	152
4.4.3.1 Biografia de Tarso Genro.....	152
4.4.3.2 Plano de governo de Tarso Genro o com relação à Educação Profissional.....	154
4.4.3.2.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional.....	155

**CAPÍTULO V - A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O ACIRRAMENTO DA CRISE NO RS.....160**

<b>5.1 A Educação Profissional e as Políticas Educacionais no Governo Temer e Bolsonaro.....</b>	<b>160</b>
<b>5.2 Política Educacional e o Governo de Jair Bolsonaro.....</b>	<b>161</b>
<b>5.3 O Desmonte da Rede Federal e o Governo de Jair Bolsonaro.....</b>	<b>163</b>
<b>5.4 Governo de Sartori e de Eduardo Leite e a Crise Financeira no Estado.....</b>	<b>163</b>
5.4.1 A biografia, o plano de governo, a mensagem à Assembleia Legislativa do governo de José Ivo Sartori.....	164
5.4.1.1 Biografia de José Ivo Sartori.....	164
5.4.1.2 Plano de governo de José Sartori o com relação à Educação Profissional.....	166
5.4.1.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional.....	167
5.4.2 A biografia, o Plano de Governo, a Mensagem à Assembleia Legislativa do governo de Eduardo Leite (1999-2021).....	170
5.4.2.1 Biografia de Eduardo Leite.....	170

5.4.2.2 Plano de governo de Eduardo Leite com relação à Educação Profissional.....	171
5.4.2.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional.....	172
<b>CAPÍTULO VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS: A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO RS, UM CAMPO EM (DES)CONSTRUÇÃO?.....</b>	<b>176</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>190</b>
<b>ANEXO A - RELAÇÃO DE ESCOLAS E A OFERTA DA EPTNM NA REDE ESTADUAL POR CRE.....</b>	<b>196</b>
<b>ANEXO B - TIPOS DE EIXOS TECNOLÓGICOS OFERTADOS PELO ESTADO POR CRE.....</b>	<b>206</b>
<b>ANEXO C - RELAÇÃO DE TRABALHOS ENCONTRADOS.....</b>	<b>208</b>
<b>ANEXO D - FASES DO REGIME CIVIL-MILITAR NA ABORDAGEM DE CODATO (2005).....</b>	<b>212</b>



## INTRODUÇÃO

TI JO LO  
TA TE TI TO TU  
JA JE JI JO JU  
LA LE LI LO LU  
**LUTA**  
*Paulo Freire*

Iniciar o processo de escrita, em especial, na dissertação de Mestrado, é mover-se na dualidade de emoções: alegrias, decorrentes dos objetivos estarem aos poucos sendo alcançados e angústias, em que pese, o encargo de transcrever as impressões e resultados com responsabilidade e eficiência. Através da técnica, deixar aflorar as impressões, vivências e experimentações que a proposta almeja, com o objetivo de *analisar as propostas e as ações dos governos do Estado do Rio Grande do Sul, para a Educação Profissional, no período compreendido entre os anos de 1971 a 2021*. A relevância desta pesquisa está atrelada à valorização da Educação Profissional, na Educação Pública da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

Escolher Paulo Freire<sup>1</sup>, como inspiração para escrever a introdução da dissertação, é refletir conscientemente na proposta que se buscou desenvolver, isto é, na forma crítica e transformadora. Acredita-se que “A educação crítica é a ‘futuridade’ revolucionária. Ela é profética – e, como tal, portadora de esperança – e corresponde à natureza histórica do homem” (FREIRE, 1979, p. 42).

Cabe ressaltar, que é recorrente a utilização de trechos de músicas nas introduções de capítulos ou subtítulos como forma de apontar uma momento de reflexão e contextualização crítica, da época e na atualidade. Em seu artigo *Arena conta Zumbi e o Brasil do Negro*, Belfante<sup>2</sup> (2014) traz a música como uma riquíssima ferramenta para reflexões sobre o estudo da história, embora afirme haver restrições: “não que as narrativas das canções possam ser tomadas em toda sua literalidade. Mas com base nelas um professor pode suscitar reflexões em seus estudantes<sup>3</sup>” (BELFANTE, 2014, p. 01).

---

<sup>1</sup> Paulo Freire (1921-1997) Educador brasileiro, criou um método inovador para alfabetização de adultos. Seu método foi levado para diversos países. Sua proposta de ensino estava baseada no vocabulário na realidade do dia a dia dos estudantes: as palavras eram discutidas e colocadas no contexto social da pessoa. Por exemplo: o agricultor aprendia as palavras, lavoura, cana, pá, semente, terra, barro, colheita etc. Os estudantes eram questionados sobre questões sociais relacionando educação e trabalho. Incentivando o estudante a pensar. Durante a ditadura civil-militar, FREIRE, chegou a ser preso e exilado e, seu método chegou a ser proibido no Brasil. <[https://www.ebiografia.com/paulo\\_freire/#:~:text=Paulo%20Freire%20\(1921%2D1997\),19%20de%20setembro%20de%201921](https://www.ebiografia.com/paulo_freire/#:~:text=Paulo%20Freire%20(1921%2D1997),19%20de%20setembro%20de%201921)>. Acessado em 14 mai 22.

<sup>2</sup> BELFANTE, Diego Bezerra. *Arena conta Zumbi e o Brasil do Negro*. 2014.

<sup>3</sup> optou-se substituir pela expressão estudante. Na citação original a referência é para aluno.

A música é universal e alcança a todos e a todas, transfere para o texto aproximação popular, comunicação com o campo das ideias e, através da letra e da música, a voz da denúncia, na representação da dor (*do sem-teto, sem-trabalho, sem-escola, sem-emprego*), da perda do poder aquisitivo e da mais-valia, da fome, da repressão, mas também o pedido para lutar na busca de uma sociedade melhor para os brasileiros e as brasileiras. Assim, como epígrafes, as letras das canções populares brasileiras estende, para a dissertação, mais colorido, de conotação humanizadora que aproxima a um debate histórico, reflexivo e crítico, como também a consequência de um esperar revolucionário que reside em cada um de nós, além de nos capacitar a olharmos para o futuro, de compreender claramente o que somos e qual o nosso propósito, a “fim de construir um futuro com sabedoria” (FREIRE, 1979, p. 42). Aproxima-nos das reflexões acerca da atual realidade brasileira, em meio ao momento pandêmico e pós-pandêmico, e o *re-pensar* em nós, como sujeitos históricos, *re-criando* espaços e oportunizando experimentações nos diferentes meios de construção, incluindo a Educação.

A pesquisa, sob o título - Política de Educação Profissional nos Governos do Rio Grande do Sul: Que tijolos a (des)construem? é um estudo de abordagem qualitativa, vinculado à Linha de Pesquisa LP1: Políticas e Gestão em Educação Profissional e Tecnológica, do Mestrado em Educação Profissional do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), construído junto aos grupos de pesquisa Transformação<sup>4</sup> - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho Pedagógico na Educação Profissional e Kairós<sup>5</sup> - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas.

Ferreira, em - *Considerações sobre a Educação Profissional Contemporânea*, observa uma “diferença entre a Educação Profissional da classe trabalhadora e o ensino propedêutico,

---

<sup>4</sup> Transformação - “Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho Pedagógico na Educação Profissional tem realizado pesquisas com foco nas Políticas de Educação Profissional e no Trabalho Pedagógico. A líder do grupo é a Profa. Dra. Mariglei Severo Maraschin. Tem realizado parcerias com os interessados dos IFs em desenvolver estudos e pesquisas nesta área. Atualmente busca compreender a historicidade do trabalho pedagógico na Educação Profissional nas diferentes modalidades de ensino com destaque ao PROEJA” <<https://www.ufsm.br/grupos/transformacao/>>.

<sup>5</sup> KAIROS - “Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas vem expandindo seu trabalho, a cada ano. A líder do grupo é a Profa. Dra. Liliana Soares Ferreira. A escolha do nome Kairós deve-se a dois aspectos essenciais para o Grupo: a) evidenciar o aporte teórico-metodológico com a qual se produz conhecimento; b) evidenciar os sentidos que impregnam as atividades e a convivência entre os pesquisadores. Explicita-se: os gregos antigos aplicavam duas palavras principais para o tempo: a) Chronos, o tempo mensurável, aplicado, cotidianamente, para obter fins, gerando o cansaço e afastamento dos desejos. Diferentemente, b) Kairós é o tempo da oportunidade. Literalmente, significa "momento magicamente oportuno" para escolher e agir. Ao se entender essa diferença de sentidos, se percebe como é difícil experimentar o kairós, que exige um modo diferenciado de estar e viver no mundo. Atualmente, o grupo se dedica a dois projetos de pesquisa que visam a reconstituir a historicidade do trabalho pedagógico e da EPT no RS.” <<https://www.ufsm.br/grupos/kairos/>>

acirrando a separação entre quem executa e quem gerencia, planeja ou regula o trabalho” (FERREIRA, 2020, p. 31). Sobre a abordagem nos créditos da autora:

Para aqueles, seria ofertada uma “formação prática” restrita a aprender tarefas, sem necessariamente, fundamentos para tanto (SAVIANI, 2007a, p. 159). Em contrapartida e diferentemente, para os “gerentes”, ou seja, para os que pensam e planejam o trabalho, uma ampla fundamentação teórica, para que deles se sobressaísse a classe dirigente da sociedade (FERREIRA, 2020, p. 31).

Essa dualidade está presente na educação: o ensino propedêutico é “destinado prioritariamente às elites” (FERREIRA, 2020, p. 31) enquanto que a educação voltada para o trabalho, “educação profissional, técnica, técnico profissional, destinada para o trabalhador.” (idem, p. 31) Essa tem sido a tônica da política educacional na e para a EPT, tanto em nível nacional como estadual - a disputa do para quem e por que uma formação profissional? Uma formação com concepção integral de formação ou formação apenas para inserção no mercado do trabalho? Essas são discussões determinantes para as políticas educacionais da EPT, ou seja, não poderia ser diferente em um país marcado por relações em contínuas dualidades dos que detêm os meios de produção contra os que detêm somente a força de trabalho (FERREIRA, 2020) e, “de maneira não declarada, coube ao projeto de EPT implantado no Brasil e, em corolário, no Rio Grande do Sul, a função de sustentar a dualidade” (idem, p. 31).

Para o perfeito direcionamento e estudo, alguns questionamentos são realizados em relação ao tema proposto - Política Educacional, na Educação Profissional, na Rede Estadual de Educação do RS. Entre eles, destacam-se:

- As propostas dos candidatos ao governo do Estado do RS, no período de 1971 a 2021, contemplam a Educação Profissional?
- Se afirmativa, havendo essa oferta da Educação Profissional para as escolas da Rede Estadual do RS, como foi construída no período analisado?
- As prestações de contas dos governos, no período de 1971 a 2021, apontam a Educação Profissional e os programas e as ações para oferta na Rede Estadual de Ensino?
- Eleito um novo Governo Estadual, há continuidade na Política Educacional? Caso exista um em execução, é uma nova proposta que surge para Educação Profissional?
- Há uma preocupação dos governos com a Educação Profissional na Rede Estadual?
- O cenário político e as ideologias partidárias influenciam na organização das propostas e ações dos governantes?

Vale lembrar que, para compreender como se configurou a EP na Rede Estadual, torna-se necessário olhar a historicidade como um todo, assim como o lugar da Educação

nesse processo. Portanto, busca-se olhar em particular a EP, sem deixar de considerar aspectos históricos, econômicos e educacionais mais amplos.

Como consequência, os questionamentos e as reflexões dão origem à problematização do projeto de pesquisa: “*Como se configuraram as propostas e as ações dos governos do Estado do Rio Grande do Sul para a Educação Profissional, no período compreendido entre os anos de 1971 a 2021?*”.

O objetivo geral deste estudo foi analisar as propostas e as ações dos governos do Estado do Rio Grande do Sul para a Educação Profissional, no período compreendido entre os anos de 1971 a 2021. Por “propostas” tem-se o entendimento, na língua portuguesa, de algo que se *propõe fazer*, mas no estudo em questão, não bastava somente conhecer quais propostas foram planejadas, mas também *as ações*, isto é, o que *se fez* com relação às propostas oferecidas pelos candidatos ao Governo do Estado à época. Na sequência, naturalmente, surgem os objetivos secundários, cuja função é auxiliar na busca de informações e na própria pesquisa.

Assim, percebeu-se a necessidade de conhecer a história da Educação Profissional no Brasil e, principalmente, no RS, como também contextualizar essas propostas e ações no período estudado e, igualmente, compreender como se constituiu a política<sup>6</sup> e a oferta da Educação Profissional no Rio Grande do Sul. Desse modo, este estudo tem como fenômeno a Educação Profissional no universo (*locus*) da Rede Estadual de Educação do RS, olhando para a Pasta encarregada da Educação no Estado, ou seja, a Secretaria de Educação.

O estudo, de abordagem qualitativa, se consolidou através da análise documental dos Planos de Governos e as Mensagens endereçadas à Assembleia Legislativa, quando primeiramente se verificaram as propostas com relação à Educação Profissional para, na sequência, verificar as ações desenvolvidas pelo Governo estudado.

A compreensão de política educacional advém do entendimento que se tem de política pública:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2003, p. 26).

---

<sup>6</sup> Outro significado para a palavra política, pois além da política educacional e profissional, também se observa a política partidária, pois todo candidato a governo necessita estar filiado a um partido político e, com isso, poderá sofrer influências ideológicas.

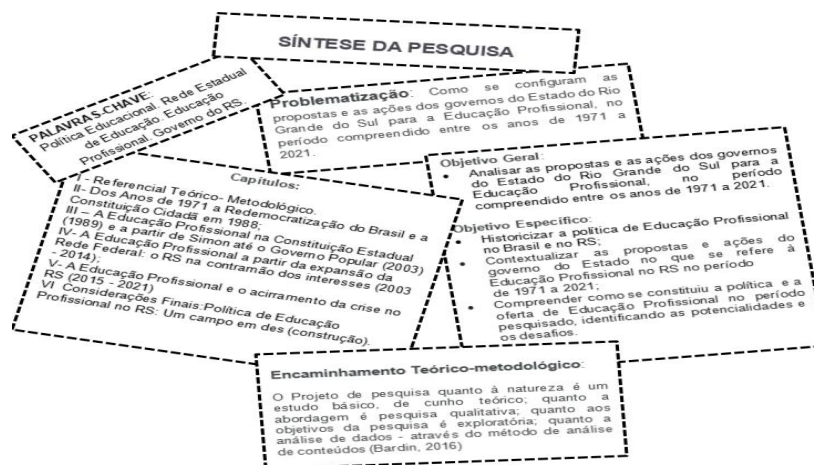
Nesse sentido, é também através da definição de Azevedo (2003, p. 38) que se entende o conceito de política pública “é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Assim, enquanto pesquisadora e trabalhadora da Educação na Rede estadual, espera-se uma política educacional capaz de atender a todas as demandas necessárias ao oferecimento de Educação justa e igualitária para todos, conforme Constituição Federal, no seu artigo 205:

Art: 205 A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205).

Partindo do conceito de política pública e da concepção de Educação, mergulhou-se na análise documental de treze governos. Após essa análise de conteúdo, organizou-se o estudo em seis capítulos: o primeiro apresenta o Referencial Teórico-Methodológico; o segundo traz dados do Período Civil-Militar à Redemocratização e à Constituição Cidadã; o terceiro trata sobre a Educação Profissional na Constituição Estadual (1989) e a partir de Simon até o governo popular de Olívio Dutra (2003); o quarto discorre sobre a Educação Profissional a partir da expansão da Rede Federal: o RS na contramão dos interesses 2003-2014; o quinto aborda a Educação Profissional e o acirramento da crise no RS e, no sexto, as considerações finais : a Política de Educação Profissional no RS, um campo de (des) construção?

A seguir, a figura 1 apresenta a Síntese dos caminhos percorridos pela pesquisa :

Figural – Síntese dos caminhos percorridos pela pesquisa



Fonte: Autora (2020).

Na sequência, uma abordagem sobre o referencial teórico-metodológico, que orientou a presente pesquisa.

## CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

*Mil nações moldaram minha cara  
Minha voz uso pra dizer o que se cala  
Ser feliz no vão, no triz, é força que me embala  
O meu país é meu lugar de fala*

Elza Soares, 2018

A epígrafe, com trechos da letra *O que se cala*, escrita por Douglas Germano<sup>7</sup>, lançada em 2018, como música de abertura do álbum *Deus é mulher*, na voz de Elza Soares<sup>8</sup>, mulher negra que teve uma infância dura, casou aos 12 anos, perdeu filho para fome, sofreu violência doméstica e sobreviveu em meio a uma sociedade capitalista, patriarcal e desigual, mas que conseguiu obter sucesso com seu trabalho musical, inclusive internacionalmente. Elza, os 87 anos, com a voz firme e entusiástica, explora o conceito de *lugar de fala*<sup>9</sup>. Considerada pela artista como sendo a música, um poema que reverbera, através do tom alegre, a representação de um espaço onde se pode falar enquanto pertencente a um grupo social minoritário.

Embora vários indivíduos entendam as situações e teorizem sobre esse poder, quem realmente tem propriedade de fala são os grupos que vivem a realidade, ou seja, aqueles que têm experiências através de suas vivências. Portanto, “trata-se de uma resposta que emerge como contraposição ao silenciamento sistemático dos grupos sociais que sofrem opressão por parte daqueles que usufruem dos privilégios na sociedade” (CHAGAS, 2019).

Nos versos em destaque, pode-se perceber a construção da identidade brasileira através da referência em *Mil nações moldaram minha cara*. a lembrança da mistura de raças, ou seja, do preto, branco, amarelo, índio e todas as combinações possíveis; como também, em *Minha voz uso pra dizer o que se cala* para afirmar que luta em defesa do discriminado, quer seja por gênero, cor, sexo, credo ou orientação sexual, entre eles, o trabalhador.

Como na canção, o *lugar de fala* desta dissertação é a transformação da escrita em espaço de reflexão, crítica e histórica, comprometido com o estudo sobre as proposta e ações para Educação Profissional na Rede Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul, isto é, analisar nos Planos de Governos as propostas para a Educação Profissional, se caso houve e também verificar, através da pesquisa, nas Mensagens encaminhadas para Assembleia

---

<sup>7</sup><http://douglasgermano.com.br/sobre/>

<sup>8</sup> <https://www.ebiografia.com/> - “Elza Soares da Conceição (1930-2022) foi uma cantora e compositora brasileira. Um dos maiores nomes da MPB, Elza recebeu no ano 2000, em Londres, o título de "A Melhor Cantora do Universo" dado pela emissora BBC.”

<sup>9</sup> *O lugar de fala* é entendido pela pesquisadora como um lugar onde cada ser humano pode se mostrar no mundo e ser um espaço para grupos sociais historicamente esquecidos e, na abordagem, se incluem os trabalhadores.

Legislativa, que ações foram executadas. Desse modo, associa-se às experiências e vivências da pesquisadora, na condição de filha de pais trabalhadores e que experimentou a educação no período civil-militar como aluna, a posteriori como profissional da educação, vivências essas que aconteceram na Rede Estadual de Educação.

O presente capítulo tem por objetivo abordar o referencial teórico-metodológico da pesquisa, sendo dividido em três seções. A primeira refere-se aos Diálogos possíveis: da trajetória da pesquisadora à construção da proposta de pesquisa; a segunda trata sobre os Estudos anteriores sobre Educação Profissional nos governos do RS e, por último, a terceira seção traz o desenvolvimento da pesquisa.

### 1.1 DIÁLOGOS POSSÍVEIS: DA TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA À CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE PESQUISA

Em *Pedagogia da Esperança* (2000), Paulo Freire utiliza-se da escrita para *re-pensar* como também *re-ver* e para *re-dizer*, pois a obra é a alma e o corpo da Pedagogia do Oprimido (1987) e, dessa forma, oportunidade para *re-fazer* e *re-tocar* seus sonhos e sua prática. Assim somos nós quando pensamos com criticidade e “esta é uma esperança que nos move” (FREIRE, 2000, p. 126) a de refazer nossos passos e reconstruir nossa caminhada a qual nos propomos a caminhar, de forma crítica e transformadora.

Aos cinquenta anos me descubro<sup>10</sup> estudante, na Educação formal, novamente. Como análise, penso ser uma eterna aprendente, através de minhas vivências e experiências, com capacidade para ensinar reaprendendo, através da vivência no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, da UFSM, no Mestrado Acadêmico, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Mariglei Severo Maraschin. Aprendente do ensinar não de forma ingênua, ao transmitir informações e repetições, mas sim de forma crítica, capaz de transformar meu ouvinte (e me transformar). Aprendo quando o faço pensar, modificar-se, sendo autor do que for construir para a sua história de vida, no viver a construção da história, nesse eterno ensinar e aprender que a vida nos oferece diariamente, “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.”(FREIRE, 1992, p.79)

Ao dialogar sobre minha trajetória, pretendo fazê-lo de forma histórica e crítica, apontando a minha construção social, de origem simples, filha de trabalhadores, influenciada

---

<sup>10</sup> Averbos neste capítulo, a escrita na primeira pessoa do singular, porque é a história de vida da pesquisadora que se utilizou da fundamentação pessoal para contar suas caminhadas no mundo educacional, às vezes sendo estudante, outras, professora.

pelo sistema capitalista, pelas políticas educacionais que eram e são oferecidas aos filhos dos trabalhadores, através da Educação pública, na Educação formal e, conseqüentemente, para a profissional enquanto trabalhadora da Educação.

Assim, é adequado, para o momento, citar Arroyo (2019) posto que “o passado pesa com pesado peso sobre sua (minha) trajetória de vida” (ARROYO, 2009, p.29), pois embora o tempo passe e com ele, novos aprendizados e vivências escolares se adquire, o que aprendi, no meu passado, pesa. Pesa como conseqüências do que me tornei, pois como estudante, durante a formação acadêmica, o que aprendi foi fruto de uma época e de momentos políticos distintos, das diferentes propostas pedagógicas que, geralmente, eram modificadas a cada troca de governo. Dessa forma, de acordo com o governo, havia um tipo de política educacional e, conseqüentemente, esses *laboratórios* eram testados nas escolas públicas, com os filhos e as filhas dos trabalhadores e trabalhadoras.

Paralelo à demanda, havia, também, a dificuldade da trabalhadora em Educação se qualificar de forma continuada, pois a jornada de trabalho não permitia que houvesse tempo para os estudos. Como professora, no passado e na atualidade, ainda encontro dificuldades para estudar.

Anteriormente, não havia um acesso muito amplo à pesquisa, que se limitava a investigação em livros, revistas e documentos. Na atual realidade social, há maior variedade de meios para a pesquisa, pois o mundo virtual pode ser acessado inclusive pelo celular, como a pesquisa *online* e as vastas e variadas bibliotecas virtuais, como há a possibilidade de pesquisar o mundo através do buscador Google<sup>11</sup>, que surgiu em 1998 para oferecer liberdade de pesquisa. Destarte, vivenciei uma Educação engessada, conteudista, centrada no que o professor ou professora sabia, queria e podia ensinar: de uma única professora, nos anos iniciais para várias (os), nos anos finais, até que, em 1985, já estudando na 8ª série do Ensino Fundamental - Anos Finais, presenciei o fim da ditadura civil-militar e a eleição indireta de um Presidente Civil, Tancredo de Almeida Neves, caracterizando o início da redemocratização no Brasil.

Por ser início de minha caminhada na Educação formal, julgo válido recordar dos Anos Iniciais, no Ensino Fundamental, nos anos de 1976, de uma doce lembrança, quando fui apresentada à pesquisa e à investigação. Acredito ser uma memória coletiva, a lembrança

---

<sup>11</sup> *Google* é uma empresa fundada em 4 de setembro de 1998 em Menlo Park, na Califórnia, costa oeste dos Estados Unidos.

<<https://olhardigital.com.br/2018/12/18/noticias/google-historia-curiosidades-e-tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-buscador>>



individual que tenho de, em sala de aula, minha segunda<sup>12</sup> professora do 1º (primeiro) ano tenha escrito, no quadro negro, uma lista para que todos anotassem no caderno: algodão, sementes (de preferência feijão, dois ou três grãos), um copo plástico, ou um pote, ou uma latinha, ou algo semelhante. Recordo que houve alimentação do processo, ou seja, incentivos para não esquecermos do material solicitado e da importância do aprendizado da germinação. No decorrer dos dias, a professora instigou, em nós, a observação, a análise de resultados e as conclusões, sem esquecermos dos questionamentos, da necessidade de cuidar do “experimento”, do sol, do calor e da água, como forma de instigar a minha curiosidade. A reflexão se concentra na importância do trabalho pedagógico, intimamente influenciada pela política educacional, daquela professora primária, pois seus saberes foram fatores determinantes em nós estudantes iniciantes.

Como consequência, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, o que era oferecido pelos professores, em decorrência da política educacional, definiu o que e como foi estudado e aprendido por nós, e, conseqüentemente, para o Ensino Médio, principalmente, nas minhas limitações como estudante, para o novo aprendizado.

Assim sendo, de acordo com a Política Educacional de cada governo, participei de trabalhos escolares onde havia incentivo para a pesquisa como, por exemplo, Feiras de Ciências e, mais tarde, Mostras de Trabalhos Interdisciplinares, nas quais interagi como aluna nas etapas Municipal e Regional e também como orientadora de trabalhos (já na condição de professora), acompanhando os estudantes em Mostras de Trabalhos Interdisciplinares a nível, Municipal, Regional e Estadual.

Por conseguinte, o ciclo político a que estamos acostumados, de quatro em quatro anos, é constante, isto é, ocorre eleição de um novo governo (partido político distinto, visto que no RS não há tradição em reeleição) e, conseqüentemente, ocorre uma ação transformadora, a qual modifica a forma de administrar o Estado e, conseqüentemente, há interferências na política educacional. Por vezes, essas modificações anulam, interrompem, transformam ou criam uma nova proposta de trabalho, o que nos leva a refletir sobre o que foi construído e sobre as ações foram realizadas. Contudo, é importante afirmar a importância da democracia para a eleição dos governos, apesar da rotatividade. Como testemunho, na condição de aluna, professora e gestora, percebi que em minha trajetória há várias lacunas, processos de aprendizagem interrompidos, devido a vários fatores, mas principalmente pelas alternâncias

---

<sup>12</sup> Devido às dificuldades de relacionamento professora e estudante (a estudante tinha medo da 1ª professora), por solicitação da família houve o pedido para que houvesse a troca de turma, no mesmo ano, razão da pesquisadora ter uma segunda professora no 1º ano.

de governos.

Foi como Normalista, no final dos anos 80, cursando o Ensino Médio Profissionalizante, que se deu o início de minha aprendizagem que me levou a tornar-me professora. Lembro da forma que nos orientavam, assim como lembro que houve uma tentativa de quebrar o ciclo opressor na sala de aula. Estávamos começando a *respirar outros ares*, ou seja, o fim da ditadura nos dava essa sensação de mudança. Foram nessas relações e transformações, fruto de experiências vividas no coletivo com a participação crítica durante o processo, que amorosamente recordo das professoras do Curso Normal, as quais nos ensinavam a importância de conhecermos a realidade dos nossos estudantes e nos incentivavam, sempre que possível, a realizar diagnóstico da nossa turma/escola/comunidade, não de forma fragmentada, mas sim integrada. Também, alertavam-nos da importância de integrar não somente os conteúdos, mas ir além. Com as professoras que aprendi a respeitar e organizar meu ambiente de trabalho, ou seja, uma delas costumava dizer seguidamente para nossa turma do Normal: *Ao entrar na sua sala e deixe-a melhor do que estava antes, tanto em conhecimento, como em organização*. Essa frase, por mais simples que seja, carrega um significado imenso, (embora com a lembrança do regramento e da disciplina do Regime civil-militar), quando nos faz refletir sobre a importância do nosso papel para nossos estudantes e para nós mesmos, pois para exercer a ação “aprender-ensinar” é necessário, no mínimo duas pessoas - o outro e eu.

Foi na sala de aula, no trabalho pedagógico como professora alfabetizadora, mais tarde, professora por disciplina, no Ensino Fundamental, Médio e Pós-Ensino Médio, na Educação Técnica, que o conhecimento adquirido, o meio em que se deu o processo da aprendizagem e minhas opiniões pessoais definiram, entre outros fatores, a profissional na qual me transformei, ao longo da minha trajetória profissional. Freire (1978, p. 70) afirma que não basta saber ler que “Eva viu a uva”. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”, é oferecer uma Educação que permita crescimento de todos os envolvidos como se refere (MARASCHIN 2016, p.51) ao citar (VIEIRA PINTO, 2010, p. 48) “A forma da Educação tem que ser aquela que permita a grandes camadas da população passar à etapa imediatamente seguinte em seu processo de desenvolvimento”. Essa é a busca que me move: acreditar que podemos vivenciar uma Educação igualitária, humanizada e crítica para todos e todas.

Nos anos de exercício como trabalhadora da Educação, percebi a importância do aporte teórico-metodológico, como educadora e eterna aprendiz e, igualmente com a equipe gestora, coordenação pedagógica, professores e comunidade escolar. Também, nesse ínterim,

aprendi a organizar coletivamente a melhor abordagem metodológica como mediadora da aprendizagem na escola em que estava inserida. No entanto, de acordo com a Política de Governo, principalmente na estadual, embora o que acontecia a nível de Brasil (governo federal), geralmente transformava os rumos da política estadual e modificava totalmente nossa proposta de trabalho em sala de aula. Assim, percebi que, durante minha caminhada profissional e de aprendizagem, muitas atividades foram interrompidas, como por exemplo as Feiras de Ciências. Também, na sala de aula, às vezes, o período era Freire<sup>13</sup> (o mais estudado), outra época, outro momento, seguiram-se as ideias de outro pensador, as quais não são objeto de análise no momento, mas sim uma observação para reflexão de que a política educacional de governo poderá definir ou não, a qualidade do que se aprende e se ensina.

No decorrer do tempo da minha trajetória educacional na área da Educação, do Curso Normal, em nível de Ensino Médio, da Graduação em Licenciatura Curta – Ciências, na Licenciatura Plena em Biologia e, mais tarde, no Curso em Direito, nas pós-graduações em Psicopedagogia Institucional, Educação Ambiental, Supervisão Escolar e Direito Educacional, adquiri conhecimentos variados e influências de métodos e técnicas de aprendizagem. Contudo, foi na prática em sala de aula que me tornei a profissional que hoje sou, nos quase trinta anos de exercício do magistério, como trabalhadora na Educação, dos quais vinte cinco anos como professora “raiz”, no chão da escola, sendo alfabetizadora de forma globalizada e educadora por disciplina (ciências, biologia, matemática, física e química), nos mais variados Anos e Modalidades de Ensino (da Pré-Escola ao Ensino Técnico Subsequente). Também, esse conhecimento vem de quando acumulei turno, como supervisora, ou de acordo da política do governo, coordenadora, vice-diretora ou, por fim, diretora de escola eleita ou indicada (de acordo com a política daquele governo); em Escola do Campo, de Assentamento, Urbana, em cidade pequena (Manoel Viana/RS) ou cidade de médio a grande (Santa Maria-RS). Nesse ínterim, fui percebendo as disputas<sup>14</sup> intimamente ligadas, ou seja, entre o que realmente era necessário para nossa formação e o que realmente nos ofereciam e, indo mais além, do que devíamos oferecer fruto das exigências, (des)mando dos governos eleitos.

Essas experiências, na minha trajetória profissional, só confirmam que a disputa está

---

<sup>13</sup> A metodologia de Paulo Freire consiste em uma maneira de educar conectada ao cotidiano dos estudantes e às experiências que eles têm — e por isso, também ligado à política, especialmente porque FREIRE trabalhou com a alfabetização de adultos. Sua metodologia baseava-se no diálogo entre professor e aluno, transformando o estudante em um aprendiz ativo. Criticava os métodos de ensino em que o professor era o detentor de todo o conhecimento, e o aluno apenas um “depositário” — o que ele chamava de “educação bancária” <politize.com.br/paulofreire/.

<sup>14</sup> MARASCHIN, Mariglei S. (2015) explica o contexto de dialética das disputas, entendida esta como as diferentes disputas – oposição e luta entre concepções e sentidos diferentes de trabalho pedagógico e disputas relativas ao lugar das políticas para os trabalhadores.

intrínseca em nós, na medida em que passamos a observar a nossa história de forma crítica, (refazer nossos passos sempre que necessário) e não mais ingênua, quando temos a consciência de que precisamos ir além com nossos estudantes, quando percebemos que eles precisam de um olhar diferenciado, na medida de sua necessidade, não o suficiente (o que a Lei impõe) oferecido pelo ente público e reproduzido nas escolas, principalmente, quando chegam à escola com fome, mal agasalhados, sonolentos, porque estavam trabalhando, ou porque já são pais jovens e enfrentam, em especial as mulheres, jornada dupla ou tripla. Integrar, na vida deles, significa não só oferecer conteúdos integrados, mas também propor ações que minimizem os motivos que os afastam da escola, de entender que cada estudante é único(a) e, portanto, o trabalho pedagógico vem ao encontro da realidade que cada um possui. É falar em política educacional capaz de modificar todas essas realidades!

Como Assessora Jurídica, na 8ª Coordenadoria Regional de Educação, cargo que exerço atualmente, atuo com a Educação, mas com outro enfoque, de forma técnica, administrativa e mesmo que esteja fora da sala de aula, continuo em constante contato com o universo escolar. Assim, de forma indireta, ao exercer atividades como Assessora Jurídica (minha segunda graduação é em Direito) em ações relacionadas no contexto educacional, que envolvem professores e funcionários das escolas, como também pais/estudantes/professores e nas interações e combinações possíveis, como consequência novos aprendizados e desafios transformadores.

O setor em que trabalho é encarregado do assessoramento à Procuradoria Geral do Estado - PGE, em demandas judiciais relacionadas à oferta de Educação na Rede e a prestação de serviços; preposta em ações trabalhista, como representante da Regional onde há responsabilidade subsidiária do Estado; em diligências oriundas do Canal Denúncia da Seduc e Casa Civil com relação à educação, envolvendo as escolas de abrangência; em atividades de Averiguação, Sindicância Investigativa ou Punitiva, a qual envolve servidores na esfera administrativa; na orientação e organização do processo eleitoral para Diretores nas escolas, Conselho Escolar e Círculo de Pais e Mestres (CPM) e, por fim, na função de intermediação e conciliação de questões envolvendo a Comunidade escolar, entre outras.

Por estar trabalhando na área administrativa, aproximei-me da pesquisa na área técnica educacional. Assim, há um ano da sonhada aposentadoria<sup>15</sup>, já nos quase trinta anos de efetivo exercício no Magistério Público Estadual, recordo do meu primeiro dia na escola como

---

<sup>15</sup> Sonhada aposentadoria devido às lutas, dificuldades para trabalhar e, no meu caso, a sonhada aposentadoria é para poder seguir estudando com mais dedicação, uma vez que, não há incentivo para qualificação profissional, na atualidade, na Rede estadual.

estudante-professora; da ansiedade do primeiro dia quando fui apresentada a minha primeira turma de Anos Iniciais; dos estudantes maiores já nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio e da emoção de ser apresentada aos estudantes do pós-subsequente do pólo IFFar Alegrete/RS, na condição de professora (bolsista). Percebi, através do meu aprendizado, nesses anos todos, que a forma como fui ensinada nas mais diferentes épocas da minha vida ou como Profissional na Educação, fez com que eu acabasse reproduzindo, diversas vezes, para meus estudantes, os meus ensinamentos, o que me fez questionar as influências no meu aprendizado, procurando entender como aconteceu durante minha caminhada este movimento, isto é, como se configuraram as propostas e as ações dos governos do Estado do Rio Grande do Sul nesses períodos.

Sobre esses questionamentos, julgo necessário delimitar a proposta para Educação Profissional e escolher um certo período de tempo. A escolha foi para o período compreendido entre os anos de 1971 a 2021, isto é, cinquenta anos de governo para estudar sobre o tema. Justifico minhas razões, por estar intimamente ligada à pesquisa, a lembrança dos períodos e da história vivida como filha de trabalhador numa sociedade capitalista. Outro fator de relevância, é procurar como “pano de fundo”, entender se, no RS, há ou houve Política de Governo ou de Estado nesse movimento todo, ou seja, é necessário tempo, pois a história para ser analisada requer espaço temporal. Assim, o período de cinquenta anos também remete à idade da pesquisadora e suas vivências, com governos federal e estadual que se apresentaram ao longo do tempo, do Estado civil-militar ao estado democrático de direito, da opressão à liberdade, da menina aprendendo a ler à mulher já amadurecida, ensinando como professora e aprendendo, através da pesquisa, nesse eterno ciclo inacabado que é o aprender-ensinar.

Convém ressaltar que o pensar histórico foi decisivo nas reflexões com relação à Educação Profissional na Rede Estadual de Educação do Estado Gaúcho e, por ser tema de interesse da pesquisadora, procurou-se investigar estudos anteriores sobre a temática, os quais serão apresentados a seguir.

## 1.2 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS GOVERNOS DO RS: INVISIBILIDADE E POTENCIALIDADES

O objetivo, nesta seção, é verificar se já foram realizados estudos relacionando a Educação Profissional e os governos do estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente a Secretaria de Educação do Estado. Se afirmativo, conhecer quais estudos foram realizados

com relação à política educacional para Educação Profissional na Rede Estadual.

A metodologia utilizada foi a escolha de quatro descritores relacionados diretamente à pesquisa e que resultam em categorias para análise. Assim, utilizaram-se os descritores (entre aspas): *governo+nome do governador*; *política educacional+governo+nome do governador*; *educação and governo + nome do governador*; *Educação Profissional no rio grande do sul*.

Considerou-se, primeiramente, os últimos cinco anos durante a varredura no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (catálogo de teses e dissertações CAPES). No entanto, foi possível avançar no tempo por um período maior, quando se percebeu o número muito reduzido de trabalhos acadêmicos com referência ao governo gaúcho.

Com base no que foi definido, chegou-se aos seguintes resultados, com relação aos treze governos estaduais - Euclides Triches, Sinval Guazzelli, Amaral de Souza, Jair Soares, Pedro Simon, Alceu Collares, Antônio Britto, Olívio Dutra, Germano Rigotto, Yeda Crusius, Ivo Sartori e Eduardo Leite, ou seja, de 1971 a 2021, que há duas pesquisas sobre o governo de Alceu Collares: uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado; uma tese de doutorado sobre o governo de Antônio Britto; quatro dissertações de mestrado e quatro teses de doutorado sobre o governo de Olívio Dutra; no governo Yeda Crusius há seis dissertações de mestrado e, no governo Tarso Genro, duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado.

Com os demais descritores, não se encontrou nenhum trabalho até o momento da realização da pesquisa. Optou-se, então, por utilizar a varredura sem recorte temporal, ficando, portanto, a busca sem delimitação de tempo.

Em relação aos demais descritores, também, até o momento da pesquisa, não se vislumbrou estudos relacionado ao descritor (entre aspas) *política educacional +nome do governador*, isto é, associando política educacional com o governo estadual, como também, pesquisa relacionando o descritor *Educação Profissional and governo + nome do governador* e, *Educação Profissional no estado do Rio Grande do Sul*. Entretanto, foi encontrada uma pesquisa sobre Educação Profissional, porém não houve aproximação com o tema da pesquisadora, pois não era sobre o Governo do Estado, e sim sobre o Senac/RS.

Dessa forma, durante o período da realização da pesquisa, verificou-se a existência de vinte e um trabalhos (teses e dissertações) que tratam de temas que, em uma primeira impressão, sugerem algumas aproximações com parte da proposta da pesquisadora, ou seja, relacionado ao contexto histórico da época. No entanto, ao se verificar os capítulos ou resumo desses trabalhos, percebe-se que o tema central não é a Educação Profissional no

Governo do Estado.

Como observado, foram produzidas vinte e uma pesquisas em diferentes áreas, incluindo a Educação, que buscaram o governo do Estado do Rio Grande do Sul como objeto de estudo, porém somente uma<sup>16</sup> pesquisa esteve intimamente relacionada à Educação Profissional, embora não aborde a Educação Profissional na Rede Estadual de Educação do RS.

Constata-se, desse modo, que houve interesse em pesquisar ações e propostas em diferentes áreas nos governos de Alceu Collares, Antônio Britto, Olívio Dutra, Yeda Crusius e Tarso Genro como também, que há pouca pesquisa envolvendo os governos do RS. São dissertações e teses com material que retrata o contexto histórico de/os governo/s estudado/s, como por exemplo os trabalhos de Drabach (2010) e Lapuente (2020), entre outros apresentados no trabalho de análise do Portal Capes. No entanto, foi observado não ter sido encontrada pesquisa associando os termos “Educação Profissional” e “Política Educacional Governo + nome do governador” no Portal da CAPES.

Um estudo referente aos grupos e trabalhos produzidos no período de 2010 a 2020, no Rio Grande do Sul, utilizando o descritor *Educação Profissional e Tecnológica*, no Portal de Teses e Dissertações da Capes, obteve um total de “cento e setenta e cinco trabalhos: vinte e seis teses de doutorado, oitenta dissertações de mestrado profissional e sessenta e nove dissertações de mestrado acadêmico” (MARASCHIN, et al, 2021, p.63). Informam, também, o “aumento gradual de trabalhos encontrados, [...], “trinta trabalhos no ano de 2017, vinte e quatro no ano de 2018 e sessenta e oito trabalhos no ano de 2019” (MARASCHIN, et al, 2021,p. 62-63).

Com relação a este estudo, foram localizados “catorze grupos de pesquisa (ibidem, p. 65) inclusive da Rede Gaúcha de Estudos e Pesquisas Sobre Educação Profissional e Tecnológica”, embora não fossem localizados na plataforma, talvez, devido a alguma falha técnica durante o registro na plataforma. Outra reflexão importante é que nas palavras de Maraschin e Outros<sup>17</sup> (2021), as pesquisas sobre EPT *são recentes* e, segundo eles, os autores

---

<sup>16</sup>Eivelto Nagel da Rosa Finkler escreveu a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, com o título Competências essenciais do SENAC/RS, para a formação da estratégia competitiva no mercado de Educação Profissional, 2008.

<sup>17</sup>LAMPE, Leandro; WINTER, Shirley Bernardes; ROBAINA, César Augusto. A PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS RS: olhares sobre os grupos e os trabalhos produzidos. *In*: FERREIRA et al (Org.) Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica no Rio Grande do Sul, CRV, Curitiba, 2021, p. 57-66

Ferreira, Cavalheiros e Siqueira<sup>18</sup> se referem que, “nas pesquisas realizadas, são empregadas perspectivas teóricas-metodológicas variadas, muitas vezes tendo a EPT apenas como cenário”.(MARASCHIN, et al, 2021, p.66).

Portanto, verifica-se que a pesquisa em EPT vem crescendo significativamente no RS, porém não se observou, neste estudo, pesquisas que englobam a EP na Rede Estadual de Ensino. Esses dados demonstram o desinteresse de pesquisadores pela temática e a invisibilidade<sup>19</sup> da Educação Profissional na Rede Estadual no RS e os poucos trabalhos sobre tema tão relevante (Educação Profissional na Rede Estadual), justificam a necessidade de construir fontes de dados que possam auxiliar outros pesquisadores.

Assim, esta pesquisa configura-se prenunciadora ao olhar a Educação Profissional na Rede Estadual e cumpre o desejo de apontar o lugar, a importância e a valorização dessa temática na Rede Estadual Gaúcha.

### 1.3 LOCUS DA PESQUISA

O objetivo da seção é propor um olhar sobre o lócus da pesquisa, ou seja, a Secretaria Estadual de Educação, para que possamos entender suas finalidades e compromissos com a oferta de Educação Profissional na rede estadual. É através da Secretaria da Educação do Estado (SEDUC/RS), órgão central e administrador do Sistema Estadual de Ensino, também conhecida como Rede Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei 5.751/1969, tem sua competência estabelecida, na atualidade, pela Lei nº 14.733, de 15 de setembro de 2015, modificada pela Lei nº 14.984, de 16 de janeiro de 2017, e em conformidade com o decreto 54.015, de 10 de abril de 2018, no caput, do art. 1º as suas atribuições:

- I - administrar o Sistema Estadual de Ensino, garantindo a observância da legislação e normas complementares, articulado ao Sistema Nacional de Educação;
- II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições do Sistema Estadual de Ensino mantidos pelo poder público;
- III - estabelecer metas, planejar, programar, executar e fiscalizar às obras escolares;
- IV - executar, promover, financiar e fiscalizar as políticas de educação do Estado na Educação Básica e em suas modalidades de ensino;
- V - promover e fortalecer o regime de colaboração entre os entes públicos e demais instituições públicas e privadas;
- VI - promover e estabelecer políticas de prevenção de acidentes e de violência no

---

<sup>18</sup>FERREIRA, Liliana Soares; CAVALHEIROS, Vicente Cabreira; SIQUEIRA, Silvia de. Educação profissional e tecnológica no Rio Grande do Sul com base em leitura das pesquisas na pós-graduação no estado. Perspectiva, v. 38, n.2, p. 1-22, 16 jun 2020. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>19</sup> Convém observar que contraditoriamente a invisibilidade a Rede Estadual apresenta um percentual maior de oferta de Educação Técnica e Profissionalizante.



ambiente escolar e no entorno dos estabelecimentos de ensino; e  
 VII - planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a alfabetização, a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos e a educação especial. (DECRETO LEGISLATIVO, N 54.015/18, ART.1º)

Nas atribuições, não está discriminado, a oferta da Educação Profissional ou qualificação para trabalho. No entanto, no parágrafo único do art. 3º, a supervisão pela referida Secretaria, assim se refere:

Parágrafo único. A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha – **FELSVC**, instituída pelo Decreto Estadual nº 18.418, de 28 de janeiro de 1967, e na conformidade da Lei Estadual nº 5.444, de 23 de janeiro de 1967, e a Superintendência da Educação Profissional– **SUEPRO**, instituída pela Lei nº 11.123, de 27 de janeiro de 1998, são **entidades supervisionadas** pelo Secretário de Estado da Educação. (DECRETO LEGISLATIVO, N 54.015/18, ART 3º, GRIFO NOSSO)

Portanto, a legislação deixa evidenciado, no referido parágrafo, que as entidades FETLSVC e a SUEPRO são supervisionadas pela Secretaria de Estado de Educação, ou seja, a responsabilidade para orientar ou inspecionar em plano superior as atividades realizadas pelas referidas entidades. Atualmente, a Secretária de Estado de Educação a Goianiense, a professora Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira<sup>20</sup>.

No tocante à estrutura básica da Secretaria de Educação, a mesma é composta por diversos Órgãos: De Assistência e Assessoramento Direto ao Secretário de Estado (Chefia de Gabinete, Assessoria Jurídica, Assessoria Técnica, Gestão e Inovação e Assessoria de Comunicação Social); De Direção Superior (Direção-Geral); Colegiados (Conselho Estadual de Educação - CEE, Conselho Estadual de Alimentação Escolar- CEAE, Fórum Estadual de Educação - FEE e Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação); De Execução (Departamento Coordenadorias Regionais- DCR, Departamento de Logística e Suprimentos - DLS, Departamento Pedagógico - DP, Departamento de Planejamento - DEPLAN e Departamento de Recursos Humanos - DRH) e Órgão de Apoio Administrativo - Departamento Administrativo ( DECRETO LEGISLATIVO, ART.3º).

Com relação ao Departamento Pedagógico (DP) da Secretaria de Educação, observa-

---

<sup>20</sup>“Possui PhD em Linguística pela University of California em Berkeley, graduada em Letras e mestre em Letras e Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), como também, especialização em Etnolinguística pela Universidade Federal de Goiás e pós-doutorado em Língua e Cultura pela Escola de Altos Estudos de Paris. É membro-licenciada do Todos pela Educação, além de integrante da Academia Feminina de Letras de Goiás. Atuou como coordenadora da Escola de Formação de Professores de São Paulo de agosto de 2020 a março de 2021.” Disponível <https://educacao.rs.gov.br/secretario-de-educacao> Acesso: 20 jun.2022

se que no art 6º, III, letra b) há alusão com relação ao planejamento, orientação e coordenação, “*em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a alfabetização, a educação de jovens e de adultos, a educação do campo, a educação indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos e a educação especial.* (DECRETO LEGISLATIVO, ART. 6º), mas não há menção ao Ensino Profissionalizante ou Educação Técnica. Corrobora com a afirmativa a letra g) *planejar, orientar, monitorar e avaliar o cumprimento das Orientações Curriculares do Ensino Médio* (DECRETO LEGISLATIVO, ART. 6º), do Decreto Nº 54.015/18 ao se referir no texto de forma geral o Ensino Médio.

A Secretaria Estadual de Educação, por sua vez, criou as Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) para auxiliar na administração de forma mais estreita, ou seja, descentralizando ações para as Regionais, através do orientação coordenadoria e escola, com o objetivo de auxiliar, orientar e fiscalizar as escolas da rede sob sua jurisdição.

Além disso, cada Coordenadoria é responsável pelas políticas relacionadas a sua região, oferecendo suporte para a viabilização das políticas da Secretaria de Educação nas escolas de abrangência, com capacidade para orientar, supervisionar, com suporte administrativo, pedagógico, mediação de conflitos, orientações sobre merenda e transporte, entre outras atividades. Assim, a CRE representa a Secretaria de Educação na sua área de jurisdição, tendo também como atribuição, além do diálogo e de interação com as Comunidades Escolares de sua competência, o fornecimento de pessoal para atuar nas escolas e a gestão de seus recursos financeiros e estruturais.

Convém observar que, de acordo com governos anteriores, o número de Coordenadorias é maior e, com o passar do anos e de governo, algumas foram sendo aglutinadas ou extintas e as que permaneceram utilizam a mesma numeração na qual foram designadas, razão de se observar no mapa que o número de Coordenadorias não obedece a uma sequência numérica.

A Figura 2 mostra um mapa que representa a localização geográfica das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) do Estado do RS.

Figura 2 - Mapa das Coordenadorias Regionais de Educação



Fonte: Secretaria de Educação do Estado - SEDUC/RS

É possível observar a relação das Coordenadorias existentes na atualidade. Com relação ao número que a representa, é o correspondente quando se deu o início de sua criação.

Quadro 1 - Cidade-Sedes das Coordenadorias Regionais

CIDADES-SEDES DAS COORDENADORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO		
CRE 01 - Porto Alegre	CRE 11 - Osório	CRE 21 - Três Passos
CRE 02- São Leopoldo	CRE 12- Guaíba	CRE 23- Vacarias
CRE 03 - Estrela	CRE 13 - Bagé	CRE 24 - Cachoeira do Sul
CRE 04 - Caxias do Sul	CRE 14 -Santo Ângelo	CRE 25- Soledade
CRE 05 - Pelotas	CRE 15 - Erechim	CRE 27- Canoas
CRE 06 - Santa Cruz do Sul	CRE 16 - Bento Gonçalves	CRE 28 - Gravataí
CRE 07 - Passo Fundo	CRE 17 - Santa Rosa	CRE 32 - São Luiz Gonzaga
<b>CRE 08 - Santa Maria</b>	CRE 18 - Rio Grande	CRE 35 - São Borja
CRE 09 - Cruz Alta	CRE 19 - Santana do Livramento	CRE 36 - Ijuí
CRE 10 - Uruguaiana	CRE 20 - Palmeira das Missões	CRE 39 - Carazinho

Fonte: Autora (2021)

### 1.3.1 A SUEPRO e a oferta de Educação Profissional

Em 1998, foi criado, no governo de Antônio Britto, a Superintendência da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul - SUEPRO, através da Lei 11.123/2009, com competência para:

I - realizar contratos ou outros acordos entre o Poder Executivo e as entidades de Educação Profissional no Estado, visando a promover a Educação Profissional de forma regionalizada, com o objetivo de formar recursos humanos para atender às carências de profissionais em cada região do Estado; II - propor políticas, formular diretrizes e coordenar ações para a Educação Profissional no Estado; III - coordenar e exercer as atividades executivas relativas ao implemento e acompanhamento das políticas estaduais para a Educação Profissional; IV - incentivar o desenvolvimento na área de Educação Profissional, visando a aprimorar a aprendizagem e atualizar os conhecimentos tecnológicos do trabalhador; V - propor a criação, alteração e extinção de habilitações plenas e parciais que não atendam às exigências do mercado, após consulta às câmaras setoriais pertinentes; VI - articular a cooperação entre os órgãos públicos e privados no processo de implantação de novas iniciativas na área do ensino profissional; VII - diagnosticar, avaliar, coordenar, organizar e acompanhar cursos profissionalizantes formais e não formais, de acordo com as demandas locais ou regionais; VIII - relacionar-se com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, congêneres ou complementares, para a execução e o aprimoramento de suas atividades; IX - identificar fontes e mobilizar recursos para o desenvolvimento da Educação Profissional; X - utilizar os bens móveis e imóveis afetos aos estabelecimentos públicos de ensino do Estado que ofereçam cursos de Educação Profissional; XI – fiscalizar a execução de contratos, convênios e outros acordos, entre as entidades voltadas para a formação de recursos humanos e os órgãos públicos aos quais está afeta a Educação Profissional (RIO GRANDE DO SUL, 1998).

A SUEPRO tem por finalidade "proporcionar aos estudantes conhecimentos, saberes e competências profissionais necessárias ao exercício profissional com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais" (<https://educacao.rs.gov.br/suepro>). Na Rede Estadual de Educação do Estado do RS, a SUEPRO, na atualidade, apresenta-se como um *setor* dentro da Secretaria de Educação do Estado, com pouquíssimos servidores para atender a demanda de todas as escolas em que é ofertada a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) e, atualmente, a oferta é de 63 Cursos Técnicos de Nível médio para 25.238 estudantes, conforme consta no Portal da Secretaria de Educação do Estado do RS.(SEDUC/RS)

A oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM se dá nas formas articuladas e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser **integrada ou concomitante** a essa etapa da Educação Básica. Através da Rede Estadual da Educação, a Educação Profissional é oferecida, de forma gratuita e pública, em 157 escolas, localizadas em regiões pontuais do estado, dentre elas, 25 técnicas agrícolas e duas de agronegócios (SEDUC/RS).

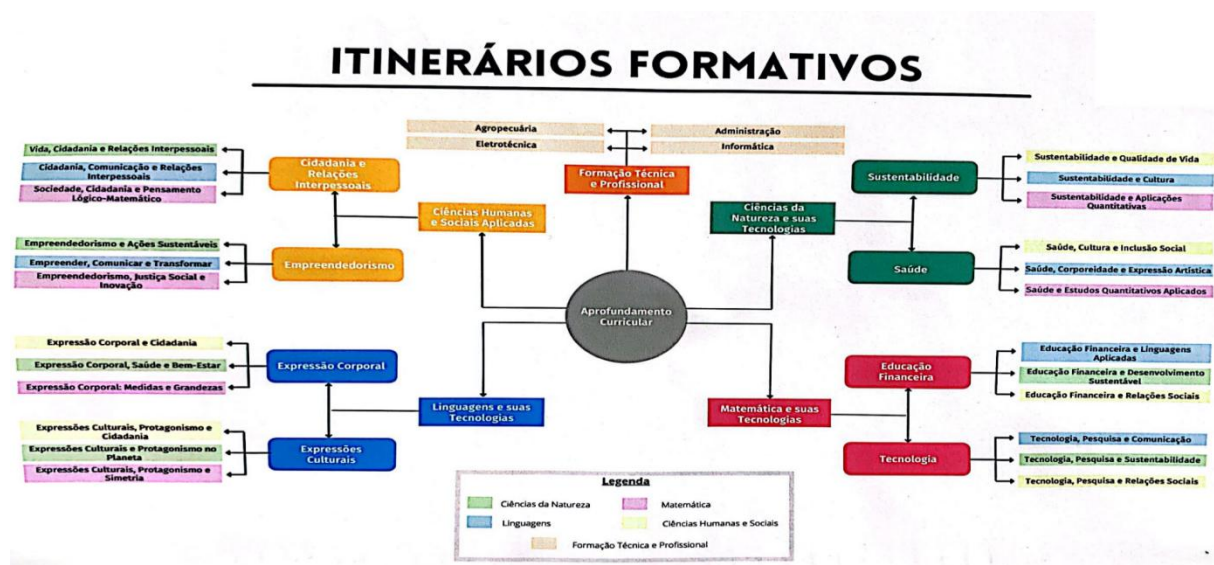
A maioria dos cursos está concentrada nos eixos Gestão e Negócios e em Recursos Naturais, sendo que Gestão e Negócios apresenta maior número de ofertas em escolas da Rede. Os cursos técnicos estão organizados na modalidade Integrada ao EM e Subsequente. Gusmão et al (2020) no texto “Os cursos técnicos subsequentes na Rede Estadual do RS:

notas sobre a realidade” apresentam uma consideração importante sobre os cursos com oferta maiores: “existem desde o início da implantação dos cursos técnicos e têm resistido às transformações e mudanças da legislação” (GUSMÃO, et al, 2020, p. 82).

Portanto, os “cursos permanecem como fundamentais para atender as demandas e os anseios daqueles que neles veem uma forma de qualificação profissional e mudança de vida” (GUSMÃO, et al, 2020, p. 84). Há de se considerar que a afirmativa refere-se aos cursos subsequentes, no entanto também é adequado para os cursos integrados ao EM, devido terem os mesmos propósitos na vida dos estudantes, ou seja, capacitar para adquirir autonomia e ferramentas para enfrentar as adversidades que o capitalismo impõe na vida dos estudantes e trabalhadores.

Já a proposta do Novo Ensino Médio com relação à Educação Profissional, a oferta é apresentada em quatro Itinerários Formativos: Agropecuária, Eletrotécnica, Administração e Informática<sup>21</sup>, conforme apresentado na figura 3 abaixo:

Figura 3 - Itinerários Formativos Novo Ensino Médio



Fonte: Secretaria de Educação do Estado RS (2022).

O Novo Ensino Médio vem sendo discutido através de Seminários Regionalizados propostos pela Seduc em parcerias com as Coordenadorias Regionais de Educação,

<sup>21</sup> Os quatro Itinerários Formativos foram pensados com base no alinhamento dos cursos técnicos ao potencial econômico das regiões do Estado, embora há o indicativo de vários itinerários de EPT, foram esses os cursos priorizados na revisão de matrizes e de ementas, são eles que estiveram na consulta pública. Até 4 de abril de 2022 a SEDUC/SUEPRO recebeu sugestões online da sociedade para aprimorar os itinerários formativos do novo ensino médio gaúcho, para a rede estadual através do endereço: <https://curriculo.educacao.rs.gov.br/> (<https://observatorioept.org.br/acontece/rs-faz-consulta-publica-sobre-itinerarios-formativos-do-ensino-medio#:~:text=Ser%C3%A3o%20escolhidas%20por%20eles%20neste,%2C%20administra%C3%A7%C3%A3o%2C%20eletrot%C3%A9cnica%20e%20agropecu%C3%A1ria.>)

objetivando atingir um número significativo de pessoas, conforme o que foi realizado em Santa Maria em julho de 2022.

Figura 4 - Seminário Novo Ensino Médio - Polo 6/ SEDUC - Realização Julho/2022



Fonte: 8ª Coordenadoria Regional de Educação - CRE (2022).

Várias ações no ano de 2022 estão sendo organizadas para orientar as escolas da Rede Estadual através das Regiões Pólos e Seminários em Microrregiões por Coordenadoria.

Na próxima seção, apresenta-se como a pesquisa foi desenvolvida.

#### 1.4 O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O objetivo nesta etapa é apresentar a pesquisa propriamente dita, ou seja, um estudo devidamente estruturado, com abordagem qualitativa, realizado através da pesquisa documental e a análise de dados através da análise de conteúdo

Observa-se, nos comentários de Flick, que os métodos qualitativos consideram a “comunicação do pesquisador em campos como parte explícita da produção de conhecimento, em vez de simplesmente encará-la como uma variável e interferir no processo” (FLICK, 2009, p.25) Assim, reforça o autor, que o pensamento do pesquisador, ou seja, sua subjetividade e dos que também estão sendo estudados, tornam-se parte do processo da pesquisa. No caso em tela, a proposta da pesquisa no período dos governos de 1971 a 2021, a política educacional do período, influenciaram na formação acadêmica da pesquisadora como estudante e no exercício da atividade profissional, tornando dados para a pesquisa, as impressões vivenciadas.

Chevrier (1993, p. 50 apud Deslauriers e Kérisit, 2014, p. 132) afirma que o fenômeno da pesquisa, frequentemente, é um intervalo que precisa ser preenchido: “um problema de

pesquisa se concebe como uma separação consciente, que se quer superar, entre o que nós sabemos, julgamos insatisfatório, e o que nós desejamos saber, julgado desejável", como também, é “ao mesmo tempo, um ponto de partida e um ponto de chegada” (ibidem, p. 133).

O fenômeno a ser analisado na pesquisa é a Educação Profissional na Rede Estadual, objetivando-se analisar as propostas e as ações dos governos do Estado do Rio Grande do Sul, para a Educação Profissional, no período compreendido entre os anos de 1971 a 2021. A motivação para a proposta vem ao encontro do que afirmam os autores supracitados, ou seja, “a tradição da pesquisa qualitativa frequentemente institui um caráter pessoal dos trabalhos” (idem, p. 133), razão pela opção da pesquisadora, uma vez que há efetiva participação através das vivências, nos períodos de tempo, a serem pesquisados na condição, *a priori*, como estudante e, *a posteriori*, como professora e, na atualidade, embora já profissional na Educação, retomar à condição de estudante devido a necessidade de (re)construir aprendizagens neste curso de Pós-Graduação, uma vez que “a maior parte da pesquisa está ligada ao acaso e a circunstância concernentes ao próprio pesquisador, no contexto econômico, social e político, na qual ele atua” (DESLAURIERS E KERISIST, 2014, p. 133).

Quanto à técnica utilizada, foi a análise documental nos registros impressos, ou seja, nos chamados “planos de governos” dos candidatos eleitos aos Governos do Estado, no período de 1971 a 2021 e, também, nas mensagens encaminhadas pelos governadores para a Assembleia Legislativa, por força de Lei.

Escolheu-se o documento “plano de governo” por ser documento obrigatório a todo(a) candidato(a) que desejou concorrer ao pleito eleitoral; por ser público e de fácil acesso virtual, uma vez que, devido à pandemia e medidas cautelares de prevenção epidemiológica, preferiu-se fazer uso do material digital, geralmente na versão PDF, para pesquisar. Esses documentos, denominados *plano de governos*, estão acessíveis em sites oficiais do Governo Estadual, do Palácio Piratini e também no Site do Tribunal Regional Eleitoral, no item prestações de contas. Quanto às mensagens encaminhadas à Assembleia Legislativa, também são documentos obrigatórios, pois *conforme o artigo 82, inciso IX, da Constituição Estadual do Estado do RS: “prestar à Assembleia Legislativa, até 15 de abril de cada ano, as contas referentes ao exercício anterior e apresentar-lhe o relatórios de atividades do Poder Executivo, em sessão pública”*, documentos esses de fácil acesso digital, no formato pdf.

Não obstante, esses documentos são de grande relevância para a proposta, pois serão as fontes principais para o estudo da pesquisa. Para Cellard (2012, p. 295), a capacidade da memória é limitada, não se consegue memorizar tudo, como também, pode alterar lembranças, esquecer fatos importantes ou deformar acontecimentos. Assim sendo, (idem) por

“possibilitar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito, constitui uma fonte extremamente preciosa para o pesquisador [...]”. Conceituar documento (ibidem, p. 296) não é uma tarefa fácil, “definir documento representa em si um desafio”. Cellard (2012) orienta sobre a avaliação dos documentos, na qual se constitui a primeira etapa de toda análise documental que se aplica em cinco dimensões: o contexto, o autor, a autenticidade e a confiabilidade do texto, a natureza do texto, os conceitos-chaves e a lógica interna do texto e a análise documental, atrelada aos passos metodológicos iniciais como a preocupação da pesquisadora em preparar o documento para análise, mantendo uma ritualística necessária no estudo do documento.

Assim, convém observar o contexto histórico em que foi elaborado, isto é, o universo e a conjuntura sócioeconômico-cultural e a política do autor do documento. Portanto, houve o cuidado com o contexto histórico em relação ao período em que os planos de governo foram elaborados, como também o reconhecimento da autoria, através da biografia do mesmo, como um recurso para “conhecer o pensamento” do titular da proposta, como, também, identificar a agremiação na qual o candidato se elegeu. Cellard (2012, p. 301) recorda que é importante assegurar-se da qualidade da informação transmitida”, razão de não haver dúvida sobre a procedência e a autoria do plano de governo, ou seja, o que foi apresentado para o pleito à época.

Para a compreensão do documento sob registro de plano de governo, também foi necessário o entendimento da natureza do mesmo, por se tratar de uma proposta de gestão, ou melhor, o que pretende o autor, naquele período para *governar* o Estado.

No desenvolver da pesquisa, observou-se com atenção os conceitos-chave e a lógica interna dos textos redigidos nos planos de governo, e se avaliou a importância e o sentido, o contexto em que estavam sendo empregados e a análise do documento propriamente dito do plano de governo, pela pesquisadora. Em outras palavras, interpretar as informações e sintetizá-las, como afirma May (2004), é saber que os documentos não existem isoladamente, e sim em uma estrutura teórica para que o conteúdo seja compreendido. Atribuiu-se a nomenclatura *Plano de Governo* para definir, de forma geral, a proposta de cada candidato ao Governo do Estado do RS, no período selecionado.

Com relação às Mensagens<sup>22</sup> encaminhadas à Assembleia Legislativa, no período assinalado, optou-se por analisar a última mensagem correspondendo ao último ano de administração, por constar nela uma síntese das ações realizadas no quadriênio daquele

---

<sup>22</sup> Observa-se que o ano é o que está no site <https://planejamento.rs.gov.br/mensagens-periodo-1950-2018>.



governo. A leitura se deu no ofício de encaminhamento, na apresentação do documento (em que é relatado a situação do Estado) e depois sobre as páginas relacionadas à Secretaria de Educação do Governo Estadual e, na sua ausência da identificação da Pasta, o item do sumário que faz referência à Educação. Registra-se que o interesse da pesquisadora é com relação à *Educação Profissional*, razão de também analisar as páginas relacionadas à Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, que embora seja uma Fundação regida pelo Direito Privado, apresenta-se sob *status quo* de Escola Pública Estadual e Técnica e, portanto, intimamente relacionada à oferta de Educação Profissional pelo Estado.

Observados os passos metodológicos da pesquisa documental no que se refere aos documentos do *Plano de Governo*, dar-se-á continuidade ao estudo dos dados através da análise de conteúdo na visão de Bardin (2016).

Parafrasear Laurence Bardin (2016), na introdução de sua obra *Análise de Conteúdo*, é uma tentativa de interpretar sua história de construção, como também compreender os caminhos e as justificativas que a levaram elaborar os conceitos de sua proposta; assim também se propõe a pesquisadora, nas suas tentativas de buscar respostas para os questionamentos da escolha do método a ser utilizado para analisar com segurança o que está pesquisando. Bardin se apropriou do recorte temporal (30 anos) para esclarecer o contexto em que sua proposta foi construída e assim fará a pesquisadora ao utilizar-se da historicidade para compreender como se deu a construção da Política Educacional, em específico, na Educação Profissional, e da sua oferta na Rede Estadual de Educação do RS em um certo período de tempo. Bardin (2016) vislumbrou momento favorável à época, para elaboração de sua obra e observa que foi necessário conhecer o contexto histórico para, a partir desse entendimento, criar outros com segurança e zelo. Essas comparações são importantes para justificarmos a escolha do método pela pesquisadora no que se refere a análise dos dados e o tempo considerável a ser estudado, embora a pretensão seja identificar se houve proposta ou não e se ações aconteceram ou não, com relação à Educação Profissional na Rede Estadual de Educação, pela Pasta responsável, para o desenvolver a pesquisa, embora já consideramos que um estudo mais aprofundado sobre o tema requer muito mais tempo.

Com relação à análise de conteúdo e o estudo documental, Bardin leciona que a documentação “permanece uma atividade muito circunscrita e a análise documental, pouco conhecida do profano, é um assunto para especialistas”. (BARDIN, 2016, p.47) No entanto, a autora observa que “alguns procedimentos de tratamento da informação documental apresenta analogias com a análise de conteúdo” (idem), razão de aproximar esta pesquisa documental, visto que, segundo Bardin (2016) a “finalidade é sempre a mesma”(idem), isto é,

“esclarecer a especificidade e o campo de ação da análise de conteúdos” (idem). Assim, através da análise de conteúdos, na visão de Bardin (2016) as propostas de plano de governos, documentos essas fontes de análise da pesquisadora, serão dispostos na inferência do método, através da organização da análise: pré-análise, como sendo a primeira fase para preparar e organizar o material que se quer analisar, no caso em tela, os documentos denominados planos de governos e as mensagens encaminhadas para Assembleia Legislativa referente aos governos de Euclides Triches a Eduardo Leite; exploração do material, como sendo a segunda etapa, ou seja, aprofundando a leitura dos documentos, fazendo observações através da análise documental, registrando informações e categorizando os dados produzidos. Por fim, na terceira etapa, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, isto é, após organizados, categorizados, interpretar os resultados de acordo com os objetivos propostos na pesquisa, bem como na tentativa de responder a problematização proposta.

A seguir, o desenvolvimento da análise realizada nos documentos, organizada nos três polos, na ótica de Bardin (2016):

- **A pré-análise**, como a fase de preparação do material. Geralmente nesta fase há três missões importantes: a escolha dos documentos para análise, no caso em tela, os Planos dos Governos dos períodos já elencados e as respectivas Mensagens à Assembleia Legislativa, a formulação das hipóteses (questionamentos da pesquisa) e a elaboração dos objetivos, conforme descrito no quadro 2 abaixo:

Quadro 2 - Síntese da pré-análise

(continua)

PRÉ-ANÁLISE				
Escolha dos documentos para análise	Formulação das hipóteses	Elaboração dos objetivos	Referenciação dos índices e Elaboração dos Indicadores	Preparação do material
Seleção através de arquivos digital (pdf) os arquivos dos Planos de Governo e Mensagens, do quarto ano de governo, à Assembleia Legislativa do período de 1971 a 2021.	Com base nos Planos de Governo é possível identificar se houve proposta(s) para a Educação Profissional; Através dos Planos é possível identificar se houve a construção pelo governo de uma política de	Analisar as propostas e as ações nos governos do RS, de 1971 a 2021 Contar o número citação nos documentos para as expressões Política Educacional Profissional Juntas e ou	Nos documentos e Mensagens, recorte para pasta Educação e ou Secretaria de Educação Recorte para o Tópico - Educação Profissional  <b>INDICADORES:</b> ausência /presença de expressões: -Educação Profissional, -Políticas de Educação Profissional - Ensino Técnico - Ensino	Criação de pastas arquivos digitais, verificação de número de páginas, se o material está completo, se confirmado a autoria e origem dos Planos de Governo e Mensagens à Assembleia Legislativa e leitura intensa do

(conclusão)

	Educação Profissional própria do Estado. Nas mensagens à Assembleia, é possível verificar que os governos realizaram ações para EP na Rede Estadual.	combinadas	Profissionalizante  Palavras associadas à Educação Profissional:	material selecionado.
--	--	------------	--	-----------------------

Fonte: Autora (2022).

- **A exploração do material** é colocar em prática a pesquisa, explorando os documentos e registrando opiniões a respeito do que está se conhecendo do material, ou seja, a busca de indícios sobre o fenômeno a ser pesquisado, a Educação Profissional. Nesta fase de exploração do material, é importante registrar as expressões que apontem para o indicativo de existência ou não de propostas e ações com relação a oferta deste tipo de educação, como também se há referência aos termos “Educação Profissional”, “educação técnica” e ou “ensino profissionalizante” ou em suas combinações possíveis que fizerem alusão à Educação Profissional, independentemente do governo estudado. É oportuno registrar que o estudo sobre Educação Profissional na Rede Estadual de Ensino se concentra apenas na pasta da Secretaria de Educação de cada governo, assim como as Mensagens à Assembleia, quando se optou estudar a última de cada governo, num total de treze mensagens, para esta dissertação, embora o estudo continue a longo prazo.

No quadro 3, os Planos de Governo, o período, quadriênio/ano, denominação dada ao documento e, número de páginas em ordem cronológica:

Quadro 3 - Relação dos Planos de Governo do RS

(continua)

<b>GOVERNADOR (A) DO RS</b>	<b>PERÍODO QUADRIÊNIO</b>	<b>DOCUMENTO(S) Planos de Governo* O que diz na capa?</b>	<b>Nº de páginas N° de Páginas no documento.</b>
Euclides <b>TRICHES</b>	1971 - 1974	<b>Projeto Grande Rio Grande</b> Diretrizes para a ação do Governo do Estado	57
Sinval <b>GUAZZELLI</b>	1975 - 1978	Estratégia de Ação Governamental	75
Amaral de <b>SOUZA</b>	1979 - 1982	Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul	222
Jair <b>SOARES</b>	1983 - 1986	Programa de Governo O Rio Grande somos nós. Faça a sua	211

(conclusão)

		parte.	
Pedro <b>SIMON</b> *Sinval <b>GUAZZELLI</b>	1987 - 1990 1990 - 1991	Diretrizes de Ação	54
Alceu <b>COLLARES</b>	1991 - 1994	Projeto Povo Grande do Sul Frente Progressista Gaúcha	146
Antônio <b>BRITTO</b>	1995 - 1998	Diretrizes para o Governo Movimento Rio Grande Unido e Forte	27
Olívio <b>DUTRA</b>	1999 - 2002	Proposta de Governo da Frente Popular	parte A - 119 parte B- 109
Germano <b>RIGOTTO</b>	2003 - 2006	Diretrizes para o Governo	56
Yeda <b>CRUSIUS</b>	2007 - 2010	Plano de Governo Um novo jeito de governar	62
Tarso <b>GENRO</b>	2011 - 2014	Programa de Governo -Caderno de Propostas-	60
José <b>SARTORI</b>	2015 - 2018	Plano de Governo O novo caminho para o Rio Grande	52
Eduardo <b>LEITE</b> **Ranolfo <b>Junior</b>	2019 - 2022 2022	Programa de Governo Vamos Rio Grande	48
* Assumiu o governo do Estado e concluiu o mandato de Simon que renunciou para concorrer ao Senado. **Assumiu o governo do Estado em março de 2022 para concluir o mandato de Leite que renunciou.			

Fonte: Autora (2022).

No documento denominado Mensagem à Assembleia, foi realizado a exploração do material, inclusive organizado pequenos resumos e anotações. Nesta fase foi um momento de muita leitura com o objetivo de preparar o material para a historicidade dos períodos em análise.

No quadro 4, a relação das Mensagens de acordo com o governo, quadriênio e ano.

Quadro 4 - Relação de Mensagens selecionadas

(continua)

GOVERNADOR (A)	QUADRIÊNIO	MENSAGEM/ANO	Nº de páginas
Euclides TRICHES	1971 - 1974	Mensagem 1974	37
Sinval <b>GUAZZELLI</b>	1975 - 1978	Mensagem 1979	182
Amaral de <b>SOUZA</b>	1979 - 1982	Mensagem 1983	451
Jair <b>SOARES</b>	1983 - 1986	Mensagem 1987	274
Pedro <b>SIMON</b>	1987 - 1990	Mensagem 1991	365

(conclusão)

Sinval <b>GUZZELLI</b>	1990- 1991		
Alceu <b>COLLARES</b>	1991 - 1994	Mensagem 1995 parte I (educação)	290
Antônio <b>BRITTO</b>	1995 - 1998	Mensagem 1999	261
Olívio <b>DUTRA</b>	1999 - 2002	Mensagem 2003	579
Germano <b>RIGOTTO</b>	2003 - 2006	Mensagem 2006	405
Yeda <b>CRUSIUS</b>	2007 - 2010	Mensagem 2010	457
Tarso <b>GENRO</b>	2011 - 2014	Mensagem 2014	568
José <b>SARTORI</b>	2015 - 2018	Mensagem 2018	158
Eduardo <b>LEITE</b>	2019 - 2022	Mensagem 2022	153

Fonte: Autora (2020).

Nas Mensagens, em primeiro momento, são observadas que são compostas de várias páginas e, portanto, requerem um tempo para análise superior ao disponibilizado para esta pesquisa, razão de delimitar o estudo somente na pasta da Educação ou, quando assinalado na Mensagem, na Secretaria de Educação do Estado do RS.

- **O tratamento dos resultados** obtidos da interpretação foram tratados de forma a serem significativos e válidos, ou seja, tratados com rigor, em forma de dados propriamente dito, como diagramas, figuras e modelos, quadro de resultados, entre outros, que põem em evidências os resultados obtidos. Por conseguinte, procurou-se identificar, na leitura dos documentos, a existência dos termos **educação profissional, ensino técnico e ensino profissionalizante**, por entender que são expressões intimamente relacionadas e deram a materialidade para solucionar a busca na pesquisa, ou seja, a visualização do que foi pensado e do que foi realizado por cada governo. e que evidenciaram as propostas (no Plano de Governo) e as ações (nas Mensagens) desenvolvidas, se caso existissem, para a partir da descoberta, verificar se houve uma política estadual própria para a Educação Profissional na Rede Estadual. Também, procurou-se, nos documentos, identificar as propostas pretendidas nos planos de governo e as ações desenvolvidas nas Mensagens. Assim, é oportuno considerar que, no tratamento dos resultados, a pretensão foi atentar sobre que proposta e ações cada governo estudado apontou com relação à Educação Profissional na Rede Estadual de Ensino do RS.

Por conseguinte, foram construídos apontamentos iniciais através da leitura dos Planos de Governo dos Governadores Euclides Triches, Sinval Guazzelli, Amaral de Souza, Jair

Soares, Pedro Simon, Alceu Collares, Olívio Dutra, Antônio Britto, Olívio Dutra, Germano Rigotto, Yeda Crusius, Tarso Genro, José Sartori e Eduardo Leite, com relação ao termo ou expressão que tivesse relação com *Educação* e *Educação Profissional*, ou seja, as principais impressões<sup>23</sup>.

Após a análise de todo o material, dividiu-se o período cronológico estudado em 4 fases, apresentadas no quadro 5 abaixo.

Quadro 5 - Divisão cronológica do período em estudo

Fase 1: Dos anos de 1971 à Redemocratização do Brasil e à Constituição Cidadã em 1988 (1964-1988)	Fase 2: A Educação Profissional na Constituição Estadual (1989) e a partir do Simon até o governo popular (2003)	Fase 3: A Educação Profissional a partir da expansão da Rede Federal: o RS na contramão dos interesses (2003- 2014)	Fase 4: A Educação Profissional e o acirramento da crise no RS (2015-2021)
Governos Estaduais Euclides Triches (1971-1974) Sinval Guazzelli (1975-1978) Amaral de Souza (1979-1982) Jair Soares (1984- 1985)	Governos Estaduais Pedro Simon/Guazzelli (1986-91) Alceu Collares (1991-1994) Antônio Britto (1995 - 1998) Olívio Dutra (1999-2002)	Governos Estaduais Germano Rigotto (2003- 2006) Yeda Crusius (2007- 2010) Tarso Genro (2011 -2014)	Governos Estaduais Ivo Sartori (2015-2018) Eduardo Leite (2019-2021)  Leite renuncia em 2021.

Fonte: Autora (2022).

Na primeira fase do estudo, as palavras combinadas *política de educação profissional* não foram empregadas nos textos estudados, mas houve associações de palavras diferentes no texto referindo-se a educação profissional como sendo um estudo que relacionava-se com o trabalho no sentido de preparação para o trabalho, mão-de-obra, trabalho especializado e capacitação profissional. O material referente a primeira fase, foi digitalizado no formato imagens e, transformá-los, com ajuda de programa editável para pesquisa, traz a consequência de não manter as características da escrita no formato original, prejudicando a análise, principalmente na prova de validação. A seguir, faz-se referência à primeira fase, o período do chumbo na historicidade brasileira.

<sup>23</sup> Observa-se que todas as impressões coletadas, através da análise documental, são fragmentos dos planos dos respectivos governadores, ou seja, o que comentaram no plano sobre educação e ou Educação Profissional e, também, a ausência das referidas expressões. Optou-se também por registrar sobre a educação de forma geral.

## CAPÍTULO II - DOS ANOS DE 1971 A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ EM 1988

[...]  
*Afasta de mim esse cálice (Pai)*  
*Afasta de mim esse cálice (Pai)*  
*Afasta de mim esse cálice*  
*De vinho tinto de sangue*

*Esse silêncio todo me atordo*  
*Atordoado eu permaneço atento*  
*Na arquibancada pra a qualquer momento*  
*Ver emergir o monstro da lagoa*  
Chico Buarque e Gilberto Gil (1973)

Ao iniciar a escrita de mais um capítulo, além de pensar sobre o título, também há preocupação de escrever com clareza a ideia central do que se pretende informar. No caso vertente, é realizar um breve panorama sobre o período conhecido como “anos chumbo” e também sobre o início da redemocratização no Brasil até a promulgação da Constituição Federal em 1988, isto é, dos últimos anos da década de 60 e início dos anos 70” em que se falava em milagre econômico, da modernidade, mas que também retratava um país governado por militares, mostrando sua pior face repressiva, além de falar sobre o fim do período de Regime Civil e Militar no Brasil, após 21 anos, com a eleição indireta para Presidente de Tancredo Neves. A posteriori, em 1988 a promulgação da Constituição Federal, dando concretude aos ideais democráticos tão sonhados pelos brasileiros e brasileiras.

Assim, a canção “Cálice”, escrita, em 1973, pelos compositores, Chico Buarque e Gilberto Gil, censurada pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgão oficial encarregado da censura e fiscalização do Departamento de Polícia Federal do Brasil, foi impedida de ser apresentada no festival de música Phono 73, no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo, tendo o som de seus microfones desligado pelos fiscais do governo.

É oportuno lembrar que somente cinco anos após sua criação, através do lançamento do álbum Chico Buarque, cuja interpretação foi com Milton Nascimento (Gilberto Gil troca de gravadora), em 1978, já se podia observar sinais de flexibilização por parte do governo civil-militar, é que a música pode ser cantada e ouvida livremente. Na letra da música, os autores utilizaram-se de metáforas e duplos sentidos na palavra “cálice”, reportando-se ao objeto usado na igreja e “cale-se” do verbo calar, para servir de hino contra a repressão, tortura e violência do governo autoritário, à época, denunciando também as prisões que aconteciam geralmente a noite, de trabalhadores, estudantes, artistas, ou qualquer cidadão que ousasse criticar o governo. Através do recurso metafórico, chamando a atenção do papel da

igreja como crítica, justificada na falta da autonomia do homem em razão de sua fé, através da palavra “pai”.

A utilização da expressão “monstro da lagoa”, de forma metafórica, para alertar sobre os opressores (monstros) que retiravam de seus lares, geralmente à noite, cidadãos e cidadãs e após torturas e violências, em várias circunstâncias, foram encontrados mortos, ou enterrados em covas rasas, de forma clandestina ou boiando na lagoa (como também, a palavra lagoa referência a um bairro da cidade, ou seja, “repressão no bairro”). A era do Chumbo, no Brasil, foi marcada por muita dor e impunidade.

No entanto, a Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, carrega no seu escopo a garantia de direitos e a liberdade para as pessoas no Brasil e, pela primeira vez, se observa claramente o pensamento de assegurar o direito à educação para todos e todas e incluiu de forma indireta, a educação profissional, uma vez que protege dois direitos do cidadão e da cidadã: o direito à Educação e o direito ao trabalho, temas esses geradores de muitos debates.

À vista disso, não se pode deixar de registrar, com força introdutória, que nessa troca de década, dos anos 1970 para os 1980, ou seja, do final de uma e início de outra, a abertura política foi concorrente com o fim do Regime civil-militar no Brasil. Assim, no que concerne à educação coincidiu com as intensas mobilizações de educadores pelo país a fora, propondo uma educação crítica, capaz de auxiliar nas transformações sociais, superando as desigualdades existente na sociedade brasileira, como também novas pedagogias, assumida por educadores de orientação marxista nesse período em análise. Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 se tornou a fonte de garantia de direito à educação para todos, conforme observa Vieira (2001) “é um bem jurídico, principalmente porque com ela se constrói uma sociedade livre, justa e solidária e só com ela se garante o desenvolvimento nacional, dentro do que determina o seu artigo 3º, no qual se acham os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil” (VIEIRA, 2001, p. 9).

Observa-se, de modo geral, que o Regime civil-militar esteve presente no Brasil, de 1964 a 1985 (estendendo-se até 1989) e, no contexto, teve seis Presidentes - incluindo um presidente civil (referência a José Sarney ex-ARENA). Didaticamente, divide-se o período em cinco fases<sup>24</sup>. Codato (2005) se refere ao ponto de vista cronológico, da política do Regime civil-militar e da transição brasileira à democracia liberal, a primeira fase, *de constituição* no qual corresponde propriamente dito os governos de Castello Branco e Costa e Silva (período

---

<sup>24</sup> Para referendar sobre a historicidade do período, utilizou-se a referência (CODATO, 2005, p. 85 -89), no qual atribuiu cinco fases para explicar o período do Regime Civil-Militar.



de março 1964 a 1968); a segunda fase, *de consolidação*, que se associa ao período de Médici (1969 a 1974); a terceira fase diz respeito à *transformação* do regime, no qual está o governo de Geisel (1974 a 1979); a quarta fase é *de desagregação*, no governo de Figueiredo (1979 a 1985) e por último, a fase *de transição* de Regime civil-militar para um Regime Liberal-Democrático com o governo de José Sarney (1985 a 1989), pois Tancredo Neves, eleito pelo Colégio Eleitoral faleceu antes de tomar posse, assumindo seu Vice-Presidente (CODATO, 2005). Convém observar que é impossível compreender a transição política e a consolidação democrática independentemente do processo político concreto e da trajetória histórica, ou seja, do contexto entre os atores - Forças Armadas, Estado e Sociedade, (CODATO, 2005). Na sequência, a política educacional do período.

## 2.1 A POLÍTICA EDUCACIONAL NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR À REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

O objetivo da seção é refletir sobre a política educacional e, sobre ela, pesquisadores abordam o tema sob vários ângulos, de sua origem a execução, entre outros. Lindomar W. Boneti (2006), no livro *Política Pública por Dentro*, aborda “os aspectos da complexidade que envolve o princípio de elaboração das políticas públicas, sua operacionalização e, finalmente, o que vem a ser e o caráter das políticas públicas” (BONETI 2006, p. 8), embora outros teóricos tenham tratado do tema, já visando ao resultado da aplicação dos recursos públicos, ou uma abordagem da política pública relacionada aos direitos sociais das pessoas. Outro assunto muito valorizado sobre políticas públicas é o caráter avaliativo no que se refere aos aspectos qualitativos e quantitativos dos recursos públicos investidos, assim como saber de que forma foi gerenciado, quais setores alcançou a verba destinada, etc (BONETI, 2006).

Pronunciar-se sobre política pública é refletir que “toda política pública é originada de uma ideia e está de um princípio, de uma pressuposição ou de uma vontade” (BONETI, 2006, p.9), porém é importante considerar que não se refere somente ao sentido literal, mas também, compreender como algo mais complexo, isto é, os aspectos que dão origem ao que se compreende por política pública, as concepções ideológicas e o que se pretende com ela.

Azevedo (2004), em sua obra “*A educação como Política Pública*”, cujo propósito foi socializar sua produção e difusão do conhecimento sobre a área das políticas educativas, vinha observando que o que pode aprender nesse tema é resultado “dos graves problemas que continuam a cercar a educação como prática social e, portanto, da inadequação das políticas educativas que estão sendo postas em ação para equacioná-las” (AZEVEDO, 2004, p. 8). A

referida autora também se reporta à desigualdade social, visto que para muitos brasileiros e brasileiras ainda não foi assegurado o direito à escolarização, nem educação básica de qualidade, para a maioria da população, como também a Educação Profissional, o que nos faz refletir, que a fala é atemporal, ou seja, tanto no passado, por exemplo, no regime civil-militar, como na atualidade, infelizmente, a Educação não é para todos e todas.

As Políticas Públicas Educacionais, “até os anos de 1970 [...] sempre foram revestidas de uma forte motivação centralizadora, associada a discursos ‘construção nacional’ e a proposta de fortalecimento do Estado” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 12). Assim, reportamo-nos ao período de interesse desta dissertação, para que a compreensão se faça, através da historicidade, o conhecimento de que:

a reforma de ensino dos anos 1960 e 1970 vinculou-se aos termos precisos do novo regime. Desenvolvimento, ou seja, educação para a formação de “capital humano”, vínculo estrito entre educação e mercado de trabalho, modernização de hábitos de consumo, integração da política educacional aos planos gerais de desenvolvimento e segurança nacional, defesa do Estado, repressão e controle-ideológico da vida intelectual e artística do país (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 29).

Com isso, no período, surgiram Leis, Decreto-Leis e Pareceres relativos à educação, visando à garantia do controle político e ideológico e essas várias legislações foram uma estratégia adotada pelo próprio governo (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007). No entanto, é consenso entre os estudiosos que não suficiente a legislação do governo do Regime civil -militar, a política educacional baseou-se nas leis 5.540/68 - reformou o ensino superior, e a Lei 5.692/71 que modificou o ensino de 1º e 2º Graus - atual Ensino Fundamental e Médio, respectivamente, como também a mudança mais importante, que foi “ampliar para oito anos a obrigatoriedade escolar, com a fusão dos antigos cursos primários e ginásial” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 33).

Com relação ao 2º grau de acordo com a Lei 5672/71, a proposta era um ensino de três anos que perderia o tradicional sentido propedêutico modificando para desenvolver o educando, suas potencialidades e qualificação para o trabalho, conforme art 1º da Lei previa, também, a autorrealização, ou seja, **associar a função profissionalizante** (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007)

Com a profissionalização imprudente e indistinta e aliada ao aumento de vagas particulares do curso superior, buscava monitorar a procura pelo número de vagas por essa modalidade de ensino em relação à busca pela qualificação do nível médio. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007) Na época, “**diminuiu-se a carga horária das disciplinas**

**de formação básica - afastou o ensino de Filosofia, Sociologia e Psicologia”** (idem, p.34, grifos nosso), como também, substituiu por uma variedade de disciplinas profissionalizantes (ao menos se pensa que foram) ficando evidente o quão insuficiente eram os cursos ofertados, (SHIROMA; MORAES, EVANGELISTA, 2007) uma vez que não era difícil perceber que não havia conhecimento profissional suficiente para atender o mercado de trabalho.

Convém observar que a Lei não previu os aspectos principais para oferta da qualidade de ensino, como por exemplo, das condições estruturais reais do ensino básico, pelo contrário, o governo diminuiu consideravelmente os recursos para a educação a menos de 3% do orçamento da União. Com relação ao repasse de verbas federais aos estados, principalmente o salário-educação (Lei 4.420/64) que, a priori tinha função assessora, ou seja, de “incrementar o ensino oficial de 1º grau, cumpria o papel de principal de fonte de recurso” e, acrescentava-se a demanda (ao repasse da verba), apoio político mais forte ao regime (SHIROMA; MORAES, EVANGELISTA, 2007, p. 34). No entanto, a União ao repassar os recursos do salário-educação para os Estados, com o propósito de construção de escolas, “atendia a interesses de empreiteiras locais, criando uma rede de favorecimento”, como também, as verbas foram utilizadas para “subsidiar o ensino privado” (ibidem, p.34).

A reflexão que se faz sobre o período é que, implantada uma educação básica de oito anos, esperava-se investimentos robustos para implantação em todo território nacional, de um amplo debate com todos os envolvidos, ou seja, com educadores e educadoras de todo país, no entanto, o governo “limitou-se a ampliar o clientelismo e a formular projetos de gabinete”(ibidem, p. 34).

Destaca-se que a falta de compromisso por parte do Estado em financiar a educação pública favoreceu em todos os níveis o surgimento de empresas privadas para transformar a educação, num tipo de negócio altamente lucrativo, inclusive com o apoio do governo através de incentivos como incentivos fiscais, subsídios, créditos e até mesmo transferência de recursos públicos, minguando para as escolas públicas, os recursos, devido ao favorecimento ao capital privado, ao clientelismo, à corrupção e à excessiva centralização administrativa por parte do governo (SHIROMA; MORAES, EVANGELISTA, 2007).

Assim, em meados dos anos 1970, a crise do capitalismo internacional conjugou com a crise econômica brasileira, mais o aumento do valor do petróleo, gerando crise fiscal no País. Como consequência, ocasionou forte pressão sobre o regime civil-militar e, com isso, gerou ranhura na estrutura de apoio político do governo. A estratégia foi tentar “consolidar o que jamais fora instituído”, ou seja, modificando a forma como estava tratando as políticas sociais, principalmente na educação, como, por exemplo, as “questões sociais, passaram a ser tratadas

como questões políticas e o discurso de segurança nacional passou a ceder lugar a outro que enfatizava a integração social, o redistributivismo e os apelos participacionistas, aspectos recomendados pelo PND<sup>25</sup> dos governos militares” (SHIROMA; MORAES, EVANGELISTA, 2007).

Os argumentos para reforma do ensino podem ser lidos na matéria<sup>26</sup> publicada no portal da Agência Senado onde é possível, também, observar o contexto político da época:

[...] A necessidade de mão de obra foi o argumento do governo de Emílio Médici ao conceber a reforma do ensino. O Brasil vivia o milagre econômico, com industrialização acelerada e expectativa de crescimento. O país precisava de trabalhadores, sustentava o presidente.

Em 1970, o governo nomeou nove especialistas para elaborar a reforma. O anteprojeto ficou pronto em dois meses. Em junho de 1971, chegou ao Congresso.

A reforma proposta implicava “abandonar o ensino verbalístico e acadêmico para partir, vigorosamente, para um sistema educativo de 1º e 2º grau voltado às necessidades do desenvolvimento”, dizia a mensagem do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, enviada com o projeto que daria origem à Lei 5.692.

O ministro — senador licenciado — também afirmava que a reforma possibilitaria o abandono do ensino “meramente propedêutico” (preparatório para o ensino superior) para dar terminalidade à escola de 2º grau, formando “**os técnicos de nível médio de que têm fome a empresa privada e a pública**”.

A terminalidade a que se referia o ministro significava que o aluno, ao se qualificar como técnico ou auxiliar, **podia dar por encerrados os estudos e entrar no mercado de trabalho**.

[...]

— Os governos que sucederam o golpe de 1964 **tinham como tônica a redução dos gastos governamentais com ensino**. Para isso era necessário reduzir a demanda de ensino superior, que crescia de forma intensa. **O instrumento foi a profissionalização universal e compulsória de todo o 2º grau**. A necessidade de mão de obra não foi a motivação, isso era ilusório — sustenta.

Uma das integrantes do grupo de trabalho que elaborou a reforma em 1970, a professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Magda Soares diz que a intenção dos especialistas era outra. A proposta do grupo, conta ela, era dar oportunidades de profissionalização aos estudantes. Uma base de estudos gerais prepararia os jovens que o desejassem para o ensino superior, ao mesmo tempo em que uma habilitação de nível médio já lhes possibilitaria uma ocupação, o que beneficiaria, sobretudo, os mais pobres. Mas isso “**foi um sonho que não se realizou**”, diz. [...] (TATIANA BELTRÃO 03/03/2017, 18h50 – atualizado em 27/09/2017, 23h46 AGÊNCIA SENADO, grifo nosso).

<sup>25</sup> PND - “O I Plano Nacional de Desenvolvimento conservava os princípios traçados no Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo apresentado em 1970, também durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Organizado sob a orientação do ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, o I PND tinha por objetivo **colocar o Brasil entre as nações desenvolvidas no espaço de uma geração**. Para tanto, seria necessário duplicar a renda per capita do país até 1980 e elevar o crescimento do produto interno bruto (PIB) até 1974 com base numa taxa anual entre 8% e 10%. Esse fortalecimento da economia implicaria ainda a elevação da taxa de expansão do emprego até 3,2% em 1974, a redução da taxa de inflação e a adoção de uma política econômica internacional que acelerasse o desenvolvimento sem prejuízo do controle da inflação.” (<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>)

<sup>26</sup> Matéria publicada com o título: Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971- Tatiana Beltrão | 03/03/2017, 18h50 – atualizado em 27/09/2017, 23h46 Agência Senado. (<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>) Agência Senado – Acessado em 09/11/2021.

A Lei 5692/71 teve sua tramitação em quarenta dias, analisada por Comissão Mista, encaminhada para votação em sessão conjunta do Senado e da Câmara, com discussão e votação no Plenário do Congresso Nacional, em regime de urgência, no mesmo dia, em julho de 1971, sinalizando que não houve tempo para debate, nem fora, nem dentro do Parlamento. Na mesma matéria<sup>27</sup>, Dermeval Saviani<sup>28</sup> avalia que na tramitação do projeto no Congresso, mais de trezentas emendas foram apresentadas, a maioria, porém “inócua”. Para ele, “nenhuma (emenda) contestou os princípios da reforma; muitas, ao contrário, buscavam deixar ainda mais explícito os objetivos do governo”(ibidem). Por fim, Saviani, na entrevista, contesta a tentativa de atribuírem a responsabilidade ao Congresso, pois a reforma era projeto do governo:

O espírito [do projeto do governo] era esse mesmo, **de profissionalização obrigatória, compulsória**. Quando o relator acolheu a emenda, foi porque entendeu que ela correspondia ao espírito do projeto original. Dizer que a responsabilidade foi do Parlamento é desconversar, porque o Parlamento estava subordinado ao governo (TATIANA BELTRÃO 03/03/2017, 18h50 – atualizado em 27/09/2017, 23h46 AGÊNCIA SENADO, grifo nosso).

Ao falarmos de política educacional, é oportuno trazer ao texto as palavras de Ferreira (2017) quando se referiu no item 3.1 *A escola no trabalho dos professores*, na sua obra *Trabalho Pedagógico na Escola*, ao comentar que “observa-se, na história da Educação brasileira, uma contínua transferência de responsabilidades” (FERREIRA, 2017, p. 87), como também afirma que a sociedade espera do Estado a oferta de um sistema escolar, gratuito e de acesso a todos. O Estado, por sua vez, espera que a sociedade se organize e subsidie a proposta pretendida. Corrobora a autora que neste “transfere-transfere de responsabilidade, foi-se elaborando um processo educacional” (idem, p. 87) e, como consequência, o “descuido com as classes populares e o privilégio das classes mais favorecidas” (idem, p. 87). Essa riquíssima contribuição de Ferreira (2017, p. 87) deixa claro que as políticas educacionais estão intimamente relacionadas ao governo político (Federal, Estadual e Municipal) e a sua época, como também, de acordo com o governo que assume a Administração por quatro anos, e ou mais, as classes populares são as que mais sofrem os efeitos desses (des) mandos.

No contexto da historicidade, observa-se a época da criação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), plano econômico, vigente no período de 1972 - 1974, pois

<sup>27</sup> Matéria publicada com o título: Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971 - Tatiana Beltrão

<sup>28</sup> Dermeval Saviani, professor, filósofo e pedagogo. Idealizador da teoria pedagógica por ele denominada Pedagogia Histórico-Crítica. “Em sua teoria, em contraponto ao modelo conteudista de ensino, defende o acesso ao conhecimento sistematizado e sua compreensão por parte do estudante como instrumento de reflexão e transformação da sociedade” Gilson Reis (23 de agosto de 2019).

influenciou as ações dos governos Estadual e Municipais, razão de fazermos algumas considerações:

O I Plano Nacional de Desenvolvimento conservava os princípios traçados no Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo apresentado em 1970, também durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Organizado sob a orientação do ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, **o I PND tinha por objetivo colocar o Brasil entre as nações desenvolvidas no espaço de uma geração.** Para tanto, seria necessário duplicar a renda per capita do país até 1980 e elevar o crescimento do produto interno bruto (PIB) até 1974 com base numa taxa anual entre 8% e 10%. Esse fortalecimento da economia implicaria ainda a elevação da taxa de expansão do emprego até 3,2% em 1974, a redução da taxa de inflação e a adoção de uma política econômica internacional que acelerasse o desenvolvimento sem prejuízo do controle da inflação. Visando ao fortalecimento da estrutura empresarial, o I PND criou o Programa de Promoção de Grandes Empreendimentos Nacionais e convocou o empresariado brasileiro a participar de setores estratégicos do desenvolvimento. O I PND apoiava-se em recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e de outros órgãos financeiros da União. O BNDE deveria participar com cem milhões de cruzeiros, concedendo financiamentos a longo prazo e participando de sociedades através da aquisição de ações preferenciais. A principal inovação do I PND em relação ao Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), relativo ao período 1964-1966, e ao Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), relativo ao período 1968-1970, foi que enquanto esses últimos eram documentos que traduziam intenções do Poder Executivo, o PND foi convertido em lei após ter sido analisado e aprovado pelo Congresso. (Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>).

Estrategicamente, voltou-se para ações que envolvem programas relacionados a áreas mais pobres do país, por exemplo, os estados do nordeste, as zonas rurais e as periferias urbanas. O fato é que a educação passou a fazer parte de outro discurso - como algo para minimizar, “a curto prazo, a desigualdade regional e de pobreza pela cruel concentração de renda decorrente do modelo econômico” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 36) e uma variedade de projetos eram revestidos de erros estruturais e poucos recursos chegavam até as escolas ou as localidades a que se destinavam, no entanto, sua legitimação era garantida mediante uma política que apontava como participação popular, ou seja, da comunidade, inclusive, incentivada pelo Banco Mundial (ibidem, p. 36).

Com o acirramento da crise, inflação, desacordos entre os diferentes grupos de militares, o enfraquecimento de alianças, o desalento dos segmentos das classes médias, entre outros, as greves operárias coordenadas pelo sindicalismo, os quebra-quebra e saques, em vários estados brasileiros, o movimento pela Anistia, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outros segmentos de relevância nacional corroboram para pressionar o regime civil-militar na tentativa de enfraquecê-lo (ibidem, p. 36).

É oportuno lembrar das “emblemáticas e memoráveis reuniões<sup>29</sup> anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que atraíam milhares de pessoas e a ira, algumas vezes a violência explícita, dos militares.” (SHIROMA;MORAES; EVANGELISTA, 2007, p.37). A figura X registra a multidão na 29ª Reunião Anual da SBPC, em 1977.

Figura 5 - Reunião da SBPC (1977)



Fonte: SBPC (portal.sbpnet.org.b).

Mesmo assim, as reuniões ajudaram favorecer as bandeiras de luta dos educadores e os projetos educacionais. Embora muitos dos eleitos fossem apoiadores do governo, em sua maioria, mesmo assim a eleição de forma direta para os governadores, em 1982, favoreceu a inserção de políticas educacionais. Subsidiado pelo MEC, o Fórum de Secretários Estaduais de Educação (mais tarde deu origem ao Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED), em defesa da Educação Nacional Pública, procurando identificar caminhos para os interesses comuns, como também, buscar mediar questões relacionadas às diferenças apontadas em cada região e aumentar o leque para novas propostas voltadas para a educação (ibidem, p. 37).

Na década de 1980, vislumbrava-se, no Brasil, um quadro assustador em relação à educação, pois o percentual sobre reprovação ou exclusão, principalmente, no primeiro ano do Ensino Fundamental era 50%; na ordem de 30% a população era analfabeta e ou fora da escola; 23% dos profissionais da educação que ministravam aulas eram leigos e 8 milhões de crianças estavam fora da faixa etária/série (atualmente etária/ano), pois aos 14 anos estavam na 1ª série, além de indicar um total de 60% das matrículas serem nos primeiras três séries

<sup>29</sup> “A instituição (SBPC) teve papel importante no período, quando as reuniões anuais eram palco para manifestações políticas contra a ditadura. Com outros canais de manifestação fechados pelo governo, a SBPC passou a ser o único espaço onde as vozes discordantes podiam se manifestar”. Disponível em: <http://portal.sbpnet.org.br/noticias/ditaduraquebrahistoria-a-sbpc-na-luta-pela-redemocratizacao-do-pais/>.

(atualmente Anos do Ensino Fundamental) um total de 73% de reprovações, sem contudo deixar de registrar que “60% da população brasileira vivia abaixo da linha da pobreza (SHIROMA; MORAES, EVANGELISTA, 2007, p. 37-38).

Com o término oficial do Regime civil-militar, em 1985, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo foi substituído na presidência do país por José Sarney, vice-presidente que assumiu, pois o presidente eleito pelo colégio eleitoral, Tancredo Neves, faleceu antes da posse. Essa fase foi de transição para a democracia, também conhecida como *Nova República* com algumas características como esquema de alianças e “o conservadorismo civilizado” (idem p. 38) e com relação à Educação, manteve o modelo já existente no Regime civil-militar, porém foram de disputas das relações entre a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o MEC, pois decorrentes da política que era aparentemente descentralizadora, mas permaneciam no viés de serem tuteladas de acordos com as vantagens eleitorais do governo federal.

Assim, com o fim do Regime civil-militar, verificou-se uma crise que perdurou por anos. Como exemplo, em 1979, os banqueiros internacionais, em razão da recessão nos EUA, cortaram créditos para o Brasil. Somando-se a isso, os anos de má administração levaram ao desequilíbrio financeiro do setor público no país e a dívida externa.

Em 1986, no governo de José Sarney, o “*Plano Cruzado*”, a crise econômica permanecia com força e o governo sofria os efeitos, com a perda do apoio da sociedade civil e baixo índice de popularidade. Convém observar que no período, além da frustração do momento político, o movimento remanescente do movimento a favor de eleições diretas, através do movimento Diretas Já, retomam a luta por mudança e também dos que desejam mudanças na educação.

Esses grupos movimentaram bandeiras de lutas e proposições em defesa da educação pública e gratuita, erradicação do analfabetismo e a universalização da escola pública, através de projetos alicerçados, em linhas gerais, em cinco bandeiras: a primeira se referia a melhorias na qualidade da educação (incluindo distorção idade/série, merenda escolar, transporte e material didático, instalações e número de alunos e alunas por sala, revisão pedagógica e avaliação e, salário justo para a categoria); a segunda era sobre os profissionais da educação (valorização e qualificação, além dos professores, incluía os especialistas e funcionários envolvidos com a educação, proposta de um plano de carreira nacional e piso unificado); a terceira dizia respeito à redemocratização da gestão (democratização e descentralização administrativa e pedagógica, gestão participativa com relação a educação, colegiados



escolares, eleição escolares); a quarta alinhava-se com o financiamento da educação (defesa de verbas exclusividade de verbas pública para escolas públicas, transparência e aumento de verbas) e a quinta bandeira tratava sobre a ampliação da escolaridade obrigatória (de 0 a 17 anos), abrangendo os diversos níveis de ensino (SHIROMA; MORAES, EVANGELISTA, 2007).

No caminhar da história, aos poucos o avanço do consenso estimulado pelos educadores sobre a proposta de um projeto nacional para a educação encontrou um movimento importantíssimo: o da Constituinte, em 1987, quando teve início a Assembleia Nacional Constituinte autônoma, embora configurado por um Congresso Constituinte híbrido, de autonomia duvidosa, pois mesmo conservador, em algumas proposições, era populista em outras, como também alinhou acordo político, aceitando muitas sugestões da comunidade escolar (SHIROMA; MORAES, EVANGELISTA, 2007).

Convém lembrar, por uma questão histórica, o surgimento do *Centrão*<sup>30</sup>, grupo político formado a partir da organização interna de membros que compunham a Assembleia Constituinte, também *Moderados*. O grupo era formado por multipartidários que mantinham a maioria na Constituinte e defendiam a proposta de fazer uma Constituição voltada para o pensamento do povo que era de centro. Mesmo se apresentando como independentes do governo, não tardou para que houvesse apoio, conforme se observa na afirmativa “*Vou governar com os amigos, prestigiando os que me prestigiam*”, do Presidente José Sarney quando líderes do Centrão visitaram o Palácio Alvorada, conforme reportagem de Flamarion Mossri<sup>31</sup>, na Edição de 07 de Janeiro de 1988.

Por fim, na década de 1980, “a profissionalização estabelecida pela LDB 5692/71, foi modificada com a promulgação da Lei 7.044/82 (revogada pela Lei 9394/96), tornando facultativa a profissionalização no ensino de segundo grau” (FERREIRA, 2020, p. 182). Nesse período, marcou, na Educação, “o início de eventos, sob forma de Seminários, Colóquios, congressos, reuniões, etc.” (idem, p. 183). Como exemplo, cita-se o “Seminário Estadual sobre Política Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, em meio à elaboração e publicação da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, em 1989” (idem, p. 183). No Brasil, em 1988, o pronunciamento do Presidente da Assembleia Constituinte, o deputado Ulisses Guimarães, assinala a promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988.

---

<sup>30</sup> Alusão a expressão usada como gíria para designar o centro da cidade e a expressão utilizada para grupo político ficou conhecida a partir de 1987 quando foi noticiado pelos principais jornais do país.

<sup>31</sup> O ESTADO DE S. PAULO: Páginas da Edição de 07 de janeiro de 1988 - Página Geral n. 4. GERAL, PÁGINA 4 <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19880107-34620-nac-0004-999-4-not>>

Quanto à Constituição, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério. A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia (amaerj.org.br).

A Constituição Federal de 1988, elaborada em um ano e oito meses, passou por etapas de tramitação até sua promulgação, trouxe a proteção ao meio ambiente, o acesso à cultura, o direito à proteção do Estado a todos tipos de manifestações nacionais, como as populares, afro-brasileiras ou indígenas. Como proposta, também, a defesa do consumidor, regulamentado mais tarde com o Código do Consumidor, implementou o Sistema Único de Saúde (SUS) como *direito e acesso de todos e dever do Estado*, proteção às terras indígenas, direito à licenças, entre outros direitos.

Em síntese, a Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, propiciou a regulamentação necessária para as mudanças na educação brasileira. Cabe ressaltar, que, embora considerada a mais democrática, trouxe avanços para a Educação como dever do Estado, inclusive para os que não estudaram na idade correta. Com relação à Educação profissional, “não contempla diretamente a Educação Profissional, mas faz menção ao trabalho, aos trabalhadores” (FERREIRA, 2020, p. 184). No entanto, sua promulgação exigiu a reformulação de Códigos já existentes, como o Código Civil, a revisão de outras, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), e o surgimento de novos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entre outros.

A oferta do Ensino Técnico Profissionalizante, em escola pública, sob o olhar da obrigatoriedade da Lei, será abordado na próxima seção.

## 2.2 A LEI 5692/71 E A PROPOSTA DE OBRIGATORIEDADE DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE

O objetivo desta seção é reconhecer a Lei que trouxe a proposta de obrigatoriedade do ensino profissionalizante no 2º grau (atual Ensino Médio).

Assim, de acordo com o projeto político do Regime civil-militar, a Lei de Diretrizes e Bases estava estruturada junto à reforma do Ensino Superior e tinha por finalidade adequar os três níveis de ensino, principalmente no plano ideológico. A reestruturação remete a 1964, mas foi no Governo de Costa e Silva, 1969, que houve a criação de GT de 32 pessoas e sob a gestão de Jarbas Passarinho no Ministério de Educação e Cultura um grupo de 10 pessoas

para apresentar o Projeto de Lei. No entanto, no Governo de Médici, na gestão de Jarbas Passarinho, Ministro da Educação e Cultura (MEC), os trabalhos com objetivo de reforma do ensino, em 20 de maio de 1970, através do Decreto nº 66.600, o MEC criou um segundo Grupo de Trabalho (GT), formado por 9 pessoas, com o intuito de planejar e propor medidas para atualização do Ensino, hoje Ensino Fundamental e Médio (LIRA, 2010).

O discurso que marcou o GT não foi o de reforma educacional na sua íntegra, mas de uma atualização e expansão a crianças e adolescentes. Assim, o grupo teve prazo de sessenta dias para realizar as mudanças.

Em 30 de março de 1971, o Ministro Jarbas Passarinho encaminha para o Presidente Emílio Médici o anteprojeto de lei fixando as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Então, outro GT de nove membros tiveram prazo de sessenta dias para conclusão do projeto. O Ministro Jarbas, em 15 de junho de 1970, nomeia o Grupo de Trabalho: José de Vasconcelos (Presidente). Valnir Chagas (Relator), Aderbal Jurema, Clélia de Freitas Capanema, Eurides Brito da Silva, Geraldo Bastos da Silva, Gildásio Amado, Magda Soares Guimarães e Nise Pires.

Concluído o documento pelo GT, o Ministro de Educação submete ao Conselho Federal de Educação (CFE), que não modificou as diretrizes originais e a política geral do governo. No entanto, avolumou o projeto do GT de sessenta e seis para oitenta e seis artigos.

Em 28 de junho de 1971, inicia o trâmite do projeto, quando lido na Sessão de 28 de junho de 1991, o ofício n.50 para o Presidente do Senado, convocando sessão conjunta para apreciação da matéria no dia 29 de junho. Realizada a sessão, foram nomeados 22 membros da Comissão Mista, sendo que do Senado Federal dez senadores do partido ARENA e um senador do MDB e na Câmara de Deputados três deputados federais do MDB e 8 deputados da ARENA, ou seja, nas duas Casas, haveria maioria de parlamentares do partido ARENA (LIRA, 2010).

A primeira Comissão Mista, reuniu-se em 30 de junho de 1971 e houve muita proposição de emendas, provocando a prorrogação dos trabalhos da Comissão até dia 24 de julho. Do total de 357, somente 27 foram aceitas integralmente e 5 emendas de forma parcial. As restantes, 90 subemendas, 28 foram consideradas prejudicadas e 207 rejeitadas. Do estudo das emendas, surgiu o substitutivo do relator que foi apresentado e na votação, aprovado, pela Comissão Mista, em 20 de julho de 1971 (LIRA, 2010).

No dia 27 de julho, tanto o projeto como as emendas e o substitutivo foram apresentados em turno único, sendo aprovados na Câmara e Senado. O projeto foi

encaminhado ao Presidente, que sancionou o projeto sem vetos e, em 11 de agosto de 1971, foi promulgada a Lei n.5692/71.

Assim, vários são os fatores geradores de mudança com relação à educação no período 1964-1985. Um dos fatores se deu através das pressões sociais dos anos de 1960, com a reforma do Ensino Superior. Supõem-se que um outro fator tenha sido a aliança entre Brasil e o capital estrangeiro e a manutenção do capitalismo.

Nos vinte e um anos de Regime Civil-Militar, a classe proletária foi a que mais aumentou. Passou de 13,7% em 1960 para 31,7% nos anos de 1980. O fato é explicado por que o Brasil, capitalista, adotou um perfil muitíssimo excludente e concentrador, porque nos períodos de 1960 a 1980 a concentração de renda, inclusive de 1970 a 1972, com o chamado milagre econômico, 10% dos ricos brasileiros tinham renda média 60,2 vezes maior que os 60% dos mais pobres. Também ocorreu, na mesma época, o aumento da dívida externa, em razão do aumento do preço do petróleo, em 1973 (CARLOS; CAVALCANTE; NETA, 2018).

Observa-se que as provocações para alteração da estrutura da educação não foi só devido o fator exigido em decorrência do capital americano, mas também da sociedade brasileira, que entendia que o nível de ensino garantia a permanência ou ascensão de classes sociais, pois através do estudo era garantido acesso aos altos graus na hierarquia do setor público, como no privado. Assim, a sociedade cobrava o aumento de vagas no Ensino Superior. O Ensino Profissionalizante universal e compulsório foi o meio de desviar atenção do público que se candidatava ao Ensino Superior, chamando a atenção para o mercado de trabalho com a implantação da Lei 5692/71.

Ao se pensar em reforma, geralmente associa-se a ideia de melhorar a educação. No entanto, com a implantação da Lei, o que ocorreu foi uma piora no preparo para a entrada no Curso Superior, como também no próprio ensino de 2º Grau, à época. Embora na condição de Projeto de Lei, foi bem recepcionado no Congresso e apoiado pelos professores, como também não apresentou intercorrências entre os setores público e privado.

Convém observar a existência de dois grupos: um deles era o USAID<sup>32</sup>, com proposta apenas para o ensino fundamental (1º ciclo), pois entendia que a indústria precisava de mão de obra com conhecimentos básicos, ou seja, com alguma capacidade de entendimento sobre técnicas de produção e, com isso, haveria o aumento na produção. O outro grupo, composto pela Comissão Meira Matos e o GTRU<sup>33</sup>, cujo pensamento era alterar o nível médio para

---

<sup>32</sup> USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

<sup>33</sup> Grupo de Trabalho da Reforma Universitária.

profissionalizante e com caráter finalista. Assim, a ideia era que os estudantes, terminando o 2º grau, entrassem para o mercado de trabalho com profissões reconhecidas, devido ao ensino profissionalizante. Também consideravam que a pessoa se contentaria com o 2º grau, uma vez que já estaria com formação profissional, algo só conquistado mediante curso superior (CARLOS; CAVALCANTE; NETA, 2018).

A Lei 5.692/71, dividida em 8 capítulos, acerca do Ensino de 1º e 2º graus, com 88 artigos, embora de características draconianas, foi pensada com fulcro no desenvolvimento da economia, ou seja, treinar, preparar e instrumentalizar para o trabalho. O primeiro artigo dispõe os seguintes elementos:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1971).

No artigo, são percebidas três elementos, o primeiro é a finalidade (proporcionar ao educando a formação necessária para sua autorrealização); o segundo é a qualificação para o trabalho; o terceiro fator (prepara para o exercício) não é para atender o estudante, mas sim o mercado de trabalho, ou seja, a educação profissionalizante deveria preparar o indivíduo para obedecer aos preceitos e às bases ideológicas (consciente da cidadania), sob observância da legislação nacional (CARLOS; CAVALCANTE; NETA, 2018).

Quando a Lei 5692/71 começou a ser aplicada, os estados não estavam prontos para efetivar a nova realidade nas escolas. Havia poucos professores para as áreas de conhecimento e a estruturas das escolas não estavam prontas para implantação da nova lei, Assim muito dos cursos escolhidos foram pensados naqueles em que não haveria necessidade de instalação de laboratório ou bibliotecas, devido à escassez de recursos, pois, na prática, a Lei foi prevista para ser implantada de forma gradual, por isso se priorizou a extensão escolar obrigatória, considerando apenas o núcleo comum curricular (Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências). Com relação à formação profissional, o governo desse período também promoveu um Programa, o PIPMO, iniciado em 1963, e transformado em 1972 para PIPMOI. (DRABACH, 2018)

O Ensino Regular foi organizado pelos sistemas de Ensino Municipais e Estaduais de 1º e 2º Graus, além do Curso Superior. Além disso, o Supletivo - para maiores de 14 anos ou que não haviam concluído os estudos de 2º grau e ofereciam, também, a educação profissional, compreendia o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o Projeto Minerva (pelo

rádio), Televisões Educativas, o Senai e Senac, entre outros (CARLOS; CAVALCANTE; NETA, 2018).

É importante ressaltar, que assim como a “produção industrial se apropriou do saber do operário socialmente produzido” (LIRA, 2010, p. 290) o processo de Educação a distância objetivou dominar o saber docente, para que pudesse fazer com que esse conhecimento virasse mercadoria. Assim, houve apoio dos governo militares, com financiamentos de verbas que seriam destinados à educação para programas de rádio e televisão. Citam-se os exemplos de atividades desenvolvidas: Telecursos 1º e 2º Graus, da Fundação Roberto Marinho e transmitidas pela Rede Globo de Televisão e TVE (LIRA, 2010).

Outrossim, é importante relatar que a Lei assinalava a possibilidade de que as habilitações profissionais pudessem ser realizadas através de convênios com empresas (art. 6) sem vínculo empregatício, também, através do art. 7º, foi incluído como obrigatório a disciplina de Educação Moral e Cívica.

Com relação aos vinte e dois artigos que abordam o financiamento do ensino, na Lei , não há um artigo que assegura as condições salariais necessárias para a categoria dos professores, especialistas e funcionários nas escolas. Convém relatar uma contradição importante, pois apesar da Lei se pronunciar pelo acréscimo de escolaridade obrigatória, traz também o duplo financiamento para escolas da rede privada, pois permite cobrança de mensalidades, como também amparo técnico e financeiro do Ente Público (LIRA, 2010).

Em 1982, no governo de João Figueiredo, o Ensino Técnico Profissionalizante deixa de ser compulsório, através da Lei 7044/1982, substituindo “para preparação para o trabalho, deixando a carga de cada escola proceder da forma que melhor lhe conviesse” (LIRA, 2010, p. 304).

Portanto, a Lei 5692/71 manteve a maior parte dos dispositivos da lei anterior, como a obrigatoriedade da profissionalização e aumento de 4 para 8 anos. Em vários pontos, a legislação manteve os mesmos sentidos. As bases legais reafirmam o compromisso com as entidades privadas do Estado. Com isso, houve um crescimento acentuado das escolas privadas e, na formação profissional, as ações do Estado tiveram importante papel de “reprodução ampliada do capital” (LIRA, 2010, p.315).

A seguir, a análise dos Planos de Governo e das Mensagens à Assembleia Legislativa dos Governos Estaduais referente ao período compreendido de 1971 a 1990.

### 2.3 OS PLANOS DE GOVERNOS E AS MENSAGENS A ASSEMBLEIA DOS GOVERNOS ESTADUAIS, DA DITADURA A REDEMOCRATIZAÇÃO

O objetivo da seção é identificar as propostas em relação à educação profissional ofertada pelos governos do Estado do RS, na Rede Estadual de Educação, sob competência da Secretaria de Educação do Estado do RS (SEDUC-RS), no período de 1971 a 1990. O estudo se deu através da pesquisa documental nos Planos de Governo e Mensagens para Assembleia nos Governos de 1971 a 2021.

O estudo aponta como sendo o primeiro governo estadual, na pesquisa, o de Euclides Triches (1971-1974), tendo recebido o cargo do governador Walter Peracchi Barcelos, em 15 de março de 1971.

A seguir, a biografia, seu Plano de Governo e Mensagem do Governo de Euclides Triches, com o objetivo de identificar as influências ideológicas na estruturação de seu governo com relação à oferta da Educação Profissional pelo Estado.

### **2.3.1 O governo de Euclides Triches, biografia, seu Plano de Governo e Mensagem Final à Assembleia Legislativa**

Figura 6 - Euclides Triches



Fonte: Portal do Governo do Estado RS

#### **2.3.1.1 Biografia de Euclides Triches**

Euclides Triches<sup>34</sup> era natural de Caxias do Sul, nasceu em 23 de abril de 1919, filho de João Triches e de Adélia Triches. Foi engenheiro e militar, iniciou a vida política após ir para a reserva como Major. Foi eleito Prefeito de Caxias do Sul pela legenda formada pelos seguintes partidos: Partido Social Democrático (PSD), Partido Libertador (PL) e o Partido de Representação Popular (PRP) de 1951 a 1954. Em 1962, foi eleito deputado federal. Com a

---

<sup>34</sup> A pesquisa biográfica de Euclides Triches foi realizada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) através do site: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/triches-euclides>

extinção dos partidos políticos, filiou-se, em dezembro de 1965, à Arena e se reelegeu em 1966. No processo de eleição indireta, chegou ao governo do RS pela Assembleia Legislativa. Reformou os jardins do Palácio Piratini e construiu o Galpão Criolo. Após saída do governo, foi nomeado, em dezembro de 1975, diretor da Companhia Vale do Rio Doce. Faleceu em 11/02/1994.

### 2.3.1.2 Plano de Governo de Euclides Triches com relação à Educação Profissional

O Plano<sup>35</sup> de governo, intitulado *Projeto Grande Rio Grande*, teve como subtítulo *Diretrizes para ação do Governo do Estado - Quadriênio 1971/74*, documento com 57 páginas (lido pela pesquisadora no formato digital - pdf, com 47 páginas). Quanto à forma, o documento, sem apego às normas ABNT, foi escrito de forma simplória. Apresentava índice sistemático, embora sem introdução e a proposta de governo foi dividida, sugestionando ser em blocos, uma vez que não há indicação numérica, somente de páginas. O documento com linguagem culta, transcrita em vernáculo, com alguns gráficos e tabelas sem indicação, no texto, que explicasse o porquê de estarem sendo informados na proposta de governo.

O projeto considerava, como princípio da Educação, constituir-se poderoso instrumento de desenvolvimento econômico e social e *grande veículo para a expansão das oportunidades de emprego*. Tinha na Educação uma área de prioridade - tratada no item Ação setorial, nas áreas prioritárias, a qual visava "*à expansão quantitativa e à melhoria qualitativa do ensino, na sua orientação para o trabalho, e à valorização do magistério*" (TRICHES,1971). A proposta para a Educação era a adoção em plena consonância com as diretrizes do Governo Federal para o ensino primário e secundário do Estado.

No projeto *Grande Rio Grande*, as diretrizes para ação do governo do Estado, como estratégias para Educação, foi apresentá-la como um investimento também do ponto de vista econômico, considerando os efeitos da escolarização sobre a produtividade da força de trabalho, o pleno emprego, a distribuição de riqueza, a valorização pessoal em proveito da comunidade e as mudanças sociais (TRICHES, 1971). O documento é redigido dando ênfase para a inclusão e integração de programas e projetos prioritários do governo federal do presidente Emílio Garrastazu Médici (governo militar) e com relação à **Educação Profissional**, inclui o Programa Nacional de Ginásios Orientados para o Trabalho (Educação geral e para o trabalho, através de sondagens vocacionais); Programa Nacional de

---

<sup>35</sup><https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092219-plano-de-governo-governo-de-euclides-triches-periodo-de-1971-a-1974.pdf>



Alfabetização de Adultos – MOBREAL (mobilização contra o analfabetismo); Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra – PIPMO <sup>36</sup> (preparação de mão-de-obra para os setores primários, secundários e de serviço, especialmente na área da saúde), entre outros programas na área da Educação (TRICHES, 1971, p. 16).

### 2.3.1.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação a Educação Profissional

Com relação ao governo de Euclides Triches (1971- 1974), através do Of. GG/AEG-128/75, de 19 de março de 1975, é encaminhada Mensagem<sup>37</sup> Final ao deputado João Carlos Gastal, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, em cumprimento à Norma Estadual, sobre das ações do período em que o engenheiro Euclides Triches fora governador (1974-1971). O documento, em linhas gerais, informava que decorridos os 04 (quatro) anos de administração, como consequência dos esforços, como resultado a Educação “afora ter sofrido radical transformação de seus outrora encanecidos métodos e sistemas, mudanças estas que colocaram em situação privilegiada no cenário nacional, atingiu os mais elevados índices de escolaridade” (MENSAGEM, TRICHES, 1975).

A Secretaria de Educação e Cultura, tinha como Secretário de Estado da Educação o Tenente Coronel Moura Costa Rodrigues. Assim, o período foi marcado pela Reforma Administrativa e do Ensino. Observou-se que foram autorizadas “extensões” desse nível de ensino em 26 (vinte e seis) localidades, havendo um aumento progressivo de estudantes que em 1971, era de 90.001 (noventa mil e um) e, em 1974, alcançou um total de 135.402 (cento e trinta e cinco mil e quatrocentos e dois) estudantes.

Porém, foi observado que, ao se referirem no item 2, do documento (Mensagem à Assembleia) com relação - Trabalho, Ação Social, Saúde Pública e Desenvolvimento Regional, com recursos financeiros do Estado e do Fundo Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), e FEBEM (Fundação Estadual de Bem Estar do Menor) pode executar vários

---

<sup>36</sup> O PIPMO, criado no governo de João Goulart através do Dec n. 53.324, de 18/12/1963, com objetivo de treinamento acelerado, de maneira a suprir com força de trabalho os diferentes setores da economia. (MANFREDI, 2016, p. 80) A par dessa política educacional, o governo do período ditatorial implementou um Programa concebido no governo João Goulart, em 1963, o PIPMOI (Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial), voltado ao treinamento dos trabalhadores, visando adequá-los “às novas tecnologias e às novas atitudes de trabalho, inerentes às novas relações de produção” (BARRADAS, 1986, p. 39). O programa que nasceu com a proposta de durar 20 meses, foi mantido por 19 anos, tendo o início de suas atividades em 1964 e o término em 1982. Em 1972, foi transformado em Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), ampliando os cursos para outras áreas produtivas, além da indústria. O financiamento do PIPMO contava com recursos públicos, oriundos de fundos da educação e do trabalho, e tinha como principais responsáveis por sua execução as escolas técnicas do Sistema “S” e as próprias indústrias, que se beneficiavam da dedução de impostos como contrapartida para os cursos ofertados. (DRABACH, 2018, p.56)

<sup>37</sup> <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29084157-mensagem1974.pdf>

projetos, ressaltando na mensagem, a expressão “área preventiva”, os programas de prevenção da marginalização do menor- com capacidade de atendimento de 3.000 (três mil) menores. Na área terapêutica, cita a adaptação do prédio do Instituto Padre Cacique, para o funcionamento de um centro de preparação para o trabalho de menores, visando dar iniciação profissional a 800 (oitocentos) menores (p. 28), sem contudo informar em qual nível ou modalidade de ensino.

No quadro 6 a seguir, algumas AÇÕES/RESULTADOS com relação à Educação Profissional ofertada durante o período do governo de Triches.

Quadro 6 - Principais ações e resultados (1971-1974)

Continua

AÇÕES	RESULTADOS
Implantação da Reforma Administrativa	Descentralização da Execução Administrativa, criação das 7 Coordenadorias que abrangem as Delegacias de Educação .
Implantação da Reforma de Ensino de Primeiro e Segundo Grau	Criação das sextas séries em 692 escolas; Aumento de número de estudantes: 266.259 durante os 04 anos da Administração de Euclides Triches; O ensino de 2º grau atingiu 92 municípios, com extensões autorizadas em 26 localidades. Em 1974, existiam, no Estado do RS, 2.165.505 estudantes matriculados nos diferentes níveis educacionais.
Contratação de professores	18.940 professores contratados durante o quadriênio Triches. O efetivo da Rede Estadual em 1974, contava com 55. 275 professores.
Compra de vagas	Nos anos de 1972 a 1974 foram compradas 516.282 vagas em 863 escolas para estudantes do 1º grau e 24.679, em 231 escolas para estudantes de 2º grau.
Ensino Supletivo	Em três anos de administração, foram aproximadamente atendidos 489.000, através do ensino direto, de cursos pelo rádio ou em convênio com o PIPMO e o MOBREAL.
Obras	Construção de 13 prédios Delegacia de Educação, 38 prédios escolares, 150 salas de aula (em 55 prédios escolares), 36 ginásios polivalentes (PREMEM), 19 ginásios polivalentes em fase final de construção e 29 programados para entrega em 1975, 01 ginásio para ginástica olímpica no Centro de Treinamento do Parque Menino Deus, em PoA, 01 Museu Arqueológico, em Taquara; Recuperados ainda o Museu Julio de Castilhos e a Biblioteca Pública Municipal, além de outros 478 prédios escolares.
Implantação do Estatuto e da Carreira do Magistério Público do Estado através da Lei 6672/74	Procurou-se dar tratamento novo e específico ao professor, fundamentado nos princípios básicos: profissionalização, paridade de remuneração, progressão na carreira e valorização da qualificação.
Política de Educação no Meio Rural Acionada pela Decreto Estadual 22.351/73	Concretizou-se através das medidas: assinatura de Acordos de Intenções do Estado aos Municípios e regulados por Aditivos operacionais; transferência de recursos financeiros aos Municípios, para custeio das despesas na educação e a investimentos em obras, equipamentos e material permanente, previsto nos

	Planos Operativos da Educação Municipal (POEM); financiamento junto ao PIS (Plano de Integração Social) para apoio a Municipalização do Ensino.
Criação de Entidades Educacionais	Destaque no período de 1971-1974 a criação de 10 Centros Rurais de Educação Supletiva (CRES); 10 Centro de Artes, Ciências e Tecnologia (CACT), 36 <b>unidades Móveis de Iniciação ao Trabalho</b> (UMIT), sendo que cada uma delas atendia 1200 estudantes do meio rural e 01 Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional conforme Lei 6616/73.

Fonte: Autora com base na Mensagem 1974 do Governador à Assembleia Legislativa do RS (2022).

No entanto, não se identificou, no documento encaminhado à Assembleia Legislativa, uma Política Educacional Estadual própria, com relação à Educação Profissional, mas sim menciona ações ou projetos em perfeita sintonia com a Política Educacional Federal, de forma abrangente e com a Legislação obrigatória vigente. A menção ao tema é vago e não esclarece, a priori, em quais escolas e qual o procedimento adotado, nem também como foi avaliada essa oferta. Observa-se que a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha é considerada, no documento, uma escola onde há oferta de Educação Profissional e com relação a outras escolas estaduais, não há referências nominais.

No que se observa sobre a expressão Educação Profissional, não foi vislumbrada no seu teor, porém foi verificada a existência, no Plano desenvolvido por Euclides Triches, dos termos “preparação para o trabalho”, “orientação vocacional” e “treinamento de mão-de-obra”, de forma geral. Por último, observa-se, também, a organização de Seminários sobre controle a acompanhamento e avaliação do Sistema de Ensino do 1º e 2º Grau, com participação de Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, embora não tenham sido descritos os resultados na Mensagem; instalações de laboratórios e oficinas em estabelecimentos de ensino de 1º grau, sem especificar o tipo e a finalidade, na Mensagem, como também a instalação de laboratórios de Línguas, Ciências e Pedagogia, em diversas unidades do Ensino Superior e a Criação do Centro Complementar para Deficiente Visuais, que atendiam aproximadamente 100 estudantes, em 1973.

Também, constatou-se a publicação da “Revista de Ensino” destinada principalmente para os professores, com 08 números anuais distribuídos pelos Estados, “Os Audazes” coleção destinada a alunos de 5ª e 6ª séries do Ensino Supletivo; a “Iniciação Técnica”<sup>38</sup>, “Avaliação dos Resultados do Processo Ensino-Aprendizagem”, que segundo informado na mensagem, era destinado a professores, com o propósito de auxiliá-los visando à solução dos problemas com relação à avaliação e, o “Ensino Supletivo no Rio Grande do Sul” (TRICHES, 1973, p. 39).

Nos documentos, embora informando as tentativas de implantar o segundo grau

<sup>38</sup> documento sobre a parte diversificada do currículo de 1º grau.

profissionalizante, não há registro, por exemplo, do nome das escolas ou os cursos propostos, bem como a descrição das atividades de “treinamento” destinados aos recursos humanos (embora demonstrado a preocupação do governo sobre), a qualificação dos professores, como também a criação do Estatuto dos Professores Públicos Estaduais, preocupação do governo em profissionalizar a profissão do Magistério Estadual. Também não se observou Política Educacional própria (estadual) com relação à Educação Profissional. No quadro 7 abaixo, uma síntese sobre o Plano e as Mensagens governo de Euclides Triches

Quadro 7 - Síntese da materialidade da EP no Governo de Euclides Triches

GOVERNOS ESTADUAIS 1971 A 2021 ANÁLISE DOS RESULTADOS						
GOVERNO	PLANO DE GOVERNO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO			MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO		
Euclides Triches ARENA	EXPRESSÕES (associações)	PROPOSTAS	CONCLUSÕES	EXPRESSÕES (associações)	AÇÕES	CONCLUSÕES
(1971-1974)  Diretrizes para Ação do Governo do Estado  Projeto Grande Rio Grande.	- Treinamento da mão-de-obra	-Implantação da Rede de Ginásios Polivalente (orientados para o trabalho); -Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra - PIPMO (Gov. Federal).	Não foi localizada proposta de Política para a Educação Profissional própria do Estado.	No texto que se à Educação, na Mensagem, não foram localizadas expressões que se aproximasse m da EP, de forma material.	- Criação dos Ginásios Polivalentes - Cria a Política de Educação do Meio Rural - Criação de 36 Un. Móveis de Iniciação ao Trabalho (UMIT).	Descreve a Implantação da Reforma Administrativa, a Reforma do 1º e 2º Grau, Implantação do Estatuto do Magistério. Decreto Estadual 22.351/73 cria a Política de Educação do Meio Rural onde faz referência a criação de 36 Un.Móveis de iniciação ao Trabalho. Embora não haja expressão que se refere a EP e portanto, não houve registro de política própria para EP. FETLSVC como referência de EP Técnica.

Fonte: Autora (2022)

Em 15 de março de 1975, o Governador Euclides Triches, transmitiu o cargo para Sinval Sebastião Duarte Guazzelli,

Na sequência, a biografia, seu Plano de Governo e a Mensagem encaminhada à Assembleia.

### 2.3.2 O governo de Sinval Guazzelli, biografia, seu Plano de Governo e Mensagem Final à Assembleia Legislativa

Figura 7 - Sinval Guazzelli



**Fonte:** Portal do Governo do Estado

#### 2.3.2.1 Biografia de Sinval Guazzelli

O governador Sinval Guazzelli<sup>39</sup> nasceu em Vacaria, no dia 24 de janeiro de 1930, filho de Samuel Guazzelli e de Virgínia Duarte Guazzelli. Seu pai foi líder rural, tendo presidido a Associação Rural de Vacaria e a União Democrática Nacional (UDN) local. Iniciou a vida política como vice-prefeito de Vacaria pelo partido UDN de 1956 a 1959. Advogado, deputado estadual e federal, por três legislaturas. Com a extinção dos partidos, Sinval integrou a ARENA. Entre um mandato e outro, foi presidente da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul e, após deixar a Caixa, elegeu-se deputado federal com a maior votação do estado (aproximadamente 90 mil votos), em 1971. O governador Euclides Triches indica Sinval para sucedê-lo no Governo do Estado, sendo eleito pela Assembleia Legislativa governador indireto do Rio Grande do Sul. Procurou formar, com os governadores de Minas Gerais, Aureliano Chaves, e de São Paulo, Paulo Egídio Martins, um “tripé de suporte” à política de distensão do presidente da República, general Ernesto Geisel, entretanto não houve prosseguimento, ou seja, não evoluiu. Sinval inovou e transferiu seu governo para as cidades-pólo, com propósito de conhecer as reivindicações de prefeitos e vereadores. Fez tentativa de abrir o caminho do diálogo e da negociação com o partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e manteve conversas com o então deputado Pedro Simon.

Em razão do sequestro dos asilados políticos uruguaios Universindo Diaz e Lilian Celiberti, ocorrido 1978, na capital, empenhou-se na apuração dos fatos, onde dois policiais

<sup>39</sup> A pesquisa biográfica de Sinval Guazzelli foi realizada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) através do site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/synval-sebastião-duarte-guazzelli>.

do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) gaúcho eram envolvidos. Desconfortável com a repercussão pública e com o andamento das investigações, interveio na Secretaria de Segurança, modificando a composição do Conselho Superior de Polícia, tendo afastado o diretor-substituto da Divisão de Relações Públicas do órgão. Em 1979, foi favorável à anistia que abrangesse o retorno de todos os exilados políticos brasileiros. Deixou o governo do Rio Grande do Sul em 15 de março de 1979, sendo substituído por José Augusto Amaral de Sousa.

Em outubro de 1980, Guazzelli filiou-se ao Partido Popular (PP), tornando-se posteriormente seu presidente no Rio Grande do Sul. Em novembro de 1982, foi eleito deputado federal na legenda do PMDB. Defendeu a adoção do parlamentarismo e depois de concordar que seu mandato de governador não tivesse “legitimidade política e popular”, em julho de 1983, foi favorável às eleições diretas em todos os níveis, coerente com a posição de seu partido. Em 25 de abril de 1984, votou favoravelmente à emenda Dante de Oliveira. Mas a proposta não obteve a votação necessária e a sucessão de Figueiredo foi decidida pela via indireta, através do Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985. Guazzelli votou no ex-governador de Minas Gerais Tancredo Neves, candidato da Aliança Democrática, coligação do PMDB com a dissidência do Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Arena, reunida na Frente Liberal. Tancredo ficou gravemente doente e foi substituído pelo vice José Sarney, empossado interinamente em março de 1985 e efetivado no cargo em 21 de abril seguinte, com o falecimento de Tancredo Neves.

Presidiu o Banco Meridional até 1986 e foi eleito em novembro de 1986, juntamente com Simon, o posto de vice-governador. Em abril de 1990, após o afastamento de Simon para candidatar-se ao Senado, Guazzelli assumiu o governo gaúcho. Permaneceu no cargo até o final do mandato, em março de 1991.

Em janeiro de 1994, durante a gestão do presidente Itamar Franco (1992-1994), tomou posse no Ministério da Agricultura e só deixou a pasta da Agricultura com a posse do novo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em janeiro de 1995, sendo substituído no cargo por José Eduardo de Andrade Vieira. Em outubro de 1998, elegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul numa ampla coligação partidária liderada pelo PMDB, e integrada ainda pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Tomou posse para o novo mandato em 1º de fevereiro de 1999. Faleceu em Brasília no dia 12 de abril de 2001.

Com relação ao Plano de Governo<sup>40</sup> de Sinval Guazzelli, quanto à forma, o documento apresenta apego às normas ABNT, elaborada com 75 páginas (lido o documento na íntegra pela pesquisadora no formato digital - pdf, com 70 páginas), em linguagem culta, com sumário e introdução, e o documento é dividido sugestionando ser em quatro blocos, que se subdividem em inúmeros itens. A Educação é tratada no item do bloco quatro e conta com as seguintes subdivisões: ensino de primeiro grau, ensino de segundo grau, ensino superior e ensino especializado. O documento, intitulado *Estratégia de Ação Governamental*, o Plano de Governo, traz como introdução o comentário que *o desenvolvimento é um processo que importa crescimento e mudanças estruturais* (GUAZZELLI, 1975) e o governo atuaria sobre a realidade conhecida, sendo alvo de profundas alterações, embora a nível estadual, “limitantes ou não, decorrentes da divisão de funções entre diferentes níveis de governo Municipal ou Federal, com a predominância deste como também a participação do setor privado. Cumpre observar o estreito relacionamento com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com as questões ligadas aos legítimos interesses do Rio Grande do Sul” (p. 02). Sobre o II Plano (PND):

O II Plano Nacional de Desenvolvimento tinha como objetivos centrais elevar a renda per capita a mais de mil dólares e fazer com que o produto interno bruto ultrapassasse os cem bilhões de dólares em 1977. A meta básica para o quinquênio 1975-1979 era o ajustamento da economia nacional à situação de escassez de petróleo e **ao novo estágio da evolução industrial do país**. Por isso mesmo era dada grande ênfase às indústrias básicas, sobretudo aos setores de bens de capital e da eletrônica pesada. O objetivo era substituir as importações e abrir novas frentes de exportação. A agropecuária era também chamada a cumprir novo papel no desenvolvimento brasileiro, contribuindo de forma significativa para o crescimento do PIB. **O II PND previa a consolidação até 1980 de uma sociedade industrial moderna e de um modelo de economia competitiva**. Essa economia moderna, tendo por núcleo básico a região Centro-Sul, exigiria investimentos da ordem de setecentos bilhões de cruzeiros nas áreas da indústria de base, do desenvolvimento científico e tecnológico e da infra-estrutura econômica. A política de energia seria também decisiva na estratégia de desenvolvimento, sendo a preocupação básica reduzir a dependência do país em relação às fontes externas. Outro item importante era o desenvolvimento de uma política de integração nacional, baseada num programa de aplicação de recursos no Nordeste. Era também prevista a ocupação produtiva da Amazônia e da região Centro-Oeste, a ser promovida pelo Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia) e pelo Programa de Desenvolvimento de Recursos Florestais. O desenvolvimento social do país seria obtido através da conjugação de **uma política de emprego com uma política de salários** que permitiria a criação progressiva de uma base para o mercado de consumo de massa. **A qualificação da mão-de-obra deveria ser acelerada através da Educação, do treinamento profissional** e de um programa de saúde, saneamento e nutrição. A política de integração social, baseada na aplicação do conceito de previdência, incluiria uma política habitacional e uma série de mecanismos destinados a suplementar a renda, a poupança e o patrimônio do trabalhador. Finalmente, o II PND previa a integração do Brasil no mercado mundial

<sup>40</sup> <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092435-plano-de-governo-governo-de-synval-guazzelli-periodo-de-1975-a-1978.pdf>

graças à conquista de mercados externos, sobretudo para produtos manufaturados e produtos primários não-tradicionais. Seria adotada também uma política de diversificação das fontes de fornecimento, dos mercados externos e dos investimentos estrangeiros (Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>, grifos nossos).

O Plano de Governo de Guazzelli faz uma síntese das características econômico-sociais do Rio Grande do Sul e informa que, por ser predominante agropastoril, encontra no setor primário principal estímulo de crescimento, como também a acelerada introdução da agricultura em áreas que antes tinham como tradição a pecuária; refere que a introdução da técnica capital-intensiva estaria provocando a liberação de força de trabalho no setor agrícola, gerando desequilíbrios, a nível de fatores. Em relação à indústria (setor secundário) apresenta rumos bem definidos. Com relação a Educação, alcança inclusive a população de baixa renda, dando a entender, no documento, haver um oferecimento de Educação para todos.

Na sequência, o documento pauta o item 4.7, na página 57, com o título *Educação e apresenta a necessidade da formação de recursos humanos, como elemento essencial para alcançar os objetivos*. Essa formação de recursos humanos é estratégica, pois é onde *vão recair os encargos do desenvolvimento*, embora o Estado já tenha vantagem em força de trabalho especializado e semi-especializado. Assim, nesse contexto competitivo e de aceleração, em que o crescimento depende do conhecimento, o plano foi criado com os objetivos de

Focalizar as atenções na formação do indivíduo, pois a política de Recursos Humanos deve tornar-se o centro das demais; Buscar a eficácia dos métodos de ensino, em todo os seus aspectos, a fim de estabelecer uma analogia com o mundo produtivo; Aperfeiçoar a escala de valores na solução dos problemas educacionais; Colocar no núcleo central da formação da política educacional o conjunto de variáveis relativas à qualidade; Utilizar o bem mais precioso dentro da escala de valores da sociedade - *a inteligência humana*, potencial que, adequadamente utilizado, garantirá o futuro e a segurança coletiva; Consolidar a assistência ao educando, assim como a interação comunitária escolar (GUAZZELLI, 1975-1978, p. 57-58).

O documento apresenta as metas de acordo com os níveis de ensino, isto é, para o ensino de primeiro grau a meta é *eleva a taxa de escolarização e reduzir, substancialmente, a retenção e/ou evasão do fluxo da 1ª e 2ª série*. Para o ensino de segundo grau, as metas eram:

Propiciar condições que permitam atender ao aumento do percentual de matrículas; Diminuir substancialmente o índice de evasão e/ ou retenção; Implantar novas tecnologias, que permitam a ajustagem de vasta gama de ofertas de habilitações vinculadas e/ ou paralelas à demanda do mercado de trabalho (GUAZZELLI, 1975, p. 58).



Já para o Ensino Superior estas eram as metas:

Integrar o setor público estadual e as instituições de ensino, no que se refere à informação atualizada das reais necessidades de mão-de-obra qualificada no Estado; Criar estímulos para melhor distribuição dos profissionais, de acordo com a necessidade regional, envolvendo o planejamento de uma política de motivação de emprego e política tecnológica; Entrosar os órgãos estaduais de pesquisa e os universitários; Estimular programas de integração empresa-escola e escola-comunidade (GUAZZELLI, 1975, p. 59).

Também o Ensino Especializado tinha metas a cumprir: incentivar o ensino supletivo comum e **profissionalizante**; prosseguir na implantação da TV Educativa, como instrumento de implementação do processo educacional e cultural do Estado (GUAZZELLI, 1975).

Em 28 de fevereiro de 1979, encaminha para o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Carlos Giacomazzi, mensagem relatando o andamento dos negócios públicos, conforme artigo 66, item XIV, da Constituição Estadual.

A Secretaria de Educação e Cultura do Estado, no governo de Guazzelli, é coordenada por Airton Santos Vargas. Na Mensagem<sup>41</sup> Final para a Assembleia, o governador Guazzelli considera que elegeu a educação como prioridade no seu governo e, nesse sentido, destinou recursos consideráveis para desenvolvimentos de programas educacionais, para atender diferentes níveis de ensino.

Em 1978, com a obrigatoriedade de escolarização na faixa etária de 7 aos 14 anos, a Rede Estadual de Educação apresentou matrícula inicial de 1.402.390, uma abrangência de aproximadamente 85% da faixa etária do ensino de 1º grau.

Sobre o ensino do 2º grau, o ano de 1978 representou 55% das matrículas, porém houve um decréscimo na rede privada, indicando o crescimento de matrículas no Estado. A Secretaria de Educação, no período, estava sendo Coordenada pelo Secretário de Educação Airton Santos Vargas, cujas principais ações constavam no quadro 8 abaixo:

Quadro 8 - Principais relações de AÇÕES/RESULTADOS informada na Mensagem de 1979  
(continua)

AÇÕES	RESULTADOS
Nomeações	4.543 professores nas Áreas II e III
Abertura de Concurso Magistério	Área I
Criação Delegacias de Educação	06 novas Delegacias de Educação: Três de Maio, Cerro Largo, São Luiz Gonzaga, Frederico Westphalen, Camaquã e São Borja

<sup>41</sup><https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29084221-mensagem1979.pdf>

(continua)

<p>Seminários</p> <p>Encontros</p> <p>Atividades diversificadas</p>	<p>I Seminário Estadual de Tecnologia Estadual (Participação técnica do ICBA, PUC/RS, UFRGS,)</p> <p>05 Encontros entre Delegacias de Educação</p> <p>Realização de atividades artísticas diversas em 232 municípios com audiência de 1.959.77 pessoas.</p> <p>1ª Semana do Escritor Gaúcho</p>
<p>Valorização do professor</p>	<p>Revisão dos instrumentos de avaliação do Quadro de Carreira do Magistério (registros de 1974- 1978)</p> <p>Criação no Quadro de Carreira do Magistério Pública Estadual, dos Cargos de Inspetor de Ensino, Supervisor Escolar, Orientador Educacional e Administrador Escolar (Lei 7.132/78 de 13.01. 78)</p> <p>Incorporação do Regime Especial de Tempo de Serviço do Quadro de Carreira do Magistério Estadual (Lei 7.236/78 de 21.12.78)</p> <p>Reclassificação dos Regentes do Ensino Primário e dos <b>Professores do Ensino Profissional Primário</b> -Lei 7.237/78 de 21/12/78)</p> <p>81 Licença Qualificação Profissional- LQP.</p>
<p>Recursos Materiais</p>	<p>Construção de prédios escolares em atenção ao programa de extensão e expansão do ensino, conforme proposta no plano de governo, beneficiando 62.000 alunos, em 30 municípios, com recursos do BNH;</p> <p>Com recursos do FAS rural, 583 escolas, 86.900 m<sup>2</sup> - em 215 municípios.</p> <p>Com recursos do FAS urbano, 469 salas, 203 especiais e demais dependências, em 32 municípios, totalizando 113.770m<sup>2</sup>;</p> <p>Através do salário educação, construção e ampliação e recuperação de 175 prédios escolares numa área de 16.557m<sup>2</sup>;</p> <p>Aquisição de fogões, utensílios e material de cantina, para atendimento de 606.337 alunos para merenda escolar;</p> <p>Criação do Museu Antropológico do RS;</p> <p>Instalação do Museu de Arte do RS, em sede própria;</p> <p>Intervenção junto ao governo do Estado e ao IPHAN, revertendo em medidas terapêuticas os danos nas ruínas de São Miguel (Cultura)</p>
<p>Atenção ao estudante</p>	<p>Compra de vagas em escolas particulares, beneficiando 61.164 estudantes do 1º grau;</p> <p>Bolsas de estudos concedidas a 43.910 alunos do 2º grau;</p> <p>Distribuição de 1.945.250 livros didáticos, beneficiando a 738.319 estudantes do 1º grau - Convênio Sec/FENAME, PLIDEF em 12.032 escolas de 187 municípios;</p> <p>Distribuição de 21.979 livros didáticos a estudantes do ensino superior (PLIDES) e 11.000 a estudantes do ensino supletivo (PLIDESU)</p> <p>Distribuição de merenda escolar, de produtos alimentícios a 606.337 estudantes, em 4.212 escolas pelo convênio SEC/SCAE</p> <p>Montagem de 14 clínicas de Leitura, para o Programa Reeducação da Linguagem</p>
<p>Atividades Curriculares</p>	<p>Elaboração de Diretrizes Curriculares para o Ensino de 1º Grau;</p> <p>Realização de exames de <b>suplência profissionalizante</b>;</p> <p>Atualização dos Cursos Supletivos, em termos de Educação Permanente, com a implantação da Resolução 137/78 do CEE.</p> <p>Implantação do Centro de Estudos Supletivos de Porto Alegre;</p>

(continua)

	<p>Projeto Natureza - Envolvendo 185 municípios do Sistema Estadual de Ensino;          Elaboração do Sistema de Avaliação do PRODERF - Programa de Desenvolvimento do Recurso Humanos na Região de Fronteira          Realização dos XII jogos intermunicipais do R.S+ (JIRGS)</p>
<p>Expansão da escolarização (conforme meta setorial para o 1º grau - como previsto no II PND)</p>	<p>Instalação de novas séries em número de 25 de 1ª a 4ª série e 117 séries (incluindo 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries)          Autorização de funcionamento de 37 escolas estaduais de 1º grau e introdução de novo turno de funcionamento em 43 escolas de 1º grau;          Reorganização da Rede Escolar de 1º Grau, através da reorganização de 1240 escolas modelos I e IV, 28 escolas modelo II e 8 escolas modelo III e expedições de 426 Regimentos;          Aquisição de 23 laboratórios, 121 salas especializadas, 25 salas para bibliotecas e 6 para jardins de infância  <b>Manutenção de 13 Ginásios Agrícolas e Industriais, 1 escola Normal, 44 unidades de iniciação para o Trabalho e 14 Centros Interescolares de 1º Grau;</b></p> <p>Construção de prédios escolares através do convênio com o BNH a construção de escolas em 30 municípios de modo a atingir 62.000 alunos; projeto FAS, mediante a construção de 790 salas, beneficiando 583 escolas do meio rural de 215 municípios, e de Projeto SEC/NORIE/SDO mediante a construção de 40 escolas em 469 salas de aulas e 203 salas especiais assistindo zonas urbanas de 32 municípios;          Construção, ampliação e recuperação de 175 prédios escolares com recurso do salário-educação;          Ampliação de 2 prédios escolares com recursos da Quota Federal;          Municipalização do Ensino de 1º Grau, através do repasse financeiro a 231 município para manutenção de escolas de 1 grau no meio rural;          Assistência técnica e financeira a 63 municípios para desenvolvimento e melhoria do ensino do meio rural;          concessão de vagas e bolsas de estudos a alunos carentes totalizando 61.164 vagas em 499 escolas de 140 municípios e 2.330 bolsas de estudos;          Atendimento e inspeção médica totalizando 137.566 com atendimento em clínicas, 5.160 em alunos de 1º a série, 192.942 inspeções para a prática de educação física, atendimento especializado (773 psiquiatria, 1.408 neurologia e 25.829 com oftalmologista)          Execução de projetos: Prevenção Câncer (SEC/Liga Feminina Combate ao Câncer)          Odontologia na escola: 152.140 atendimento pelo sistema tradicional, aplicação de fluoretos em 5.508 estudantes, das escolas da 1ª, 7ª e 10ª DE          Realização de 699 palestras sobre Saúde oral          Atendimento através do projeto Produto Escolar para Assistência odontológica para 37.000 estudantes.</p>
<p>Desenvolvimento de Programas:          Serviço Social          Livro Didático          Educação para a Saúde          Nutrição Escolar          Psicologia Escolar</p>	<p>Envolvendo assistência social do tuberculoso (514 famílias)          Treinamento e cedências de professores para trabalho comunitário;          Concessão de auxílio na forma de material escolar. Aparelhos corretivos, vestuário e orientação aos CPMs das escolas;          Distribuição de 1.978.229 livros didáticos</p>

(conclusão)

Projeto Operação na Escola (refeição balanceada a pré-escola) Projeto Merenda de Férias Programa Enfermagem Escolar (treinamento de recurso humano, visitas, Centro de Assistência ao educando, curso visual e auditivo, palestras e reuniões).	Desenvolvimento de temas centrais: doenças transmissíveis e saúde do coração; distribuição de merenda para 606. 337 estudantes; aquisição de equipamento para cozinhas, treinamento de recursos humanos Fornecimento diário de refeição balanceada e distribuição de 93.139 refeição para estudantes em férias.
Estimular a redução de retenção e ou evasão do fluxo para 1º e 2º graus (Projeto Educação Compensatória, fornecimento de material de consumo, Programa Reeducação de Linguagem	preparo de 1093 crianças carentes com matrícula para 1ª série; assistência em 14802 sessões de terapia educativa; 721 solicitação de diagnóstico; 495 sessões avaliativas; montagem de 14 clínicas de leitura no interior do Estado; atendimento de 14.050 crianças com dificuldade na linguagem; Curso de Especialização em Reeducação da Linguagem para 39 participantes.
Manutenção do Ensino 2º Grau e do <b>Ensino Profissionalizante</b> objetivos: aumento de matrículas diminuição dos índices de evasão e retenção Atualização Recursos Humanos <b>Elaboração Diretrizes Curriculares a Habilitação Magistério</b>	Concessão de 44.292 bolsas de estudos Aquisição de imóvel para 1 escola do 2 grau Equipamento e ampliação de rede, compra de equipamento para 3 escolas e laboratórios para 16.  Melhoria do Processo de Planejamento do 2º Grau Implementação de projetos de diretrizes curriculares junto às DE.
Curso supletivos de 2º Grau	Para 102 professores
Estudos Adicionais	Beneficiando 99 professores
Licenciatura de 1º Grau	Para 145 professores da Rede
Educação Especial	Para 144 professores da Rede
Concessão Licenças	81 licenças qualificação profissional da Rede
<b>Estimular o Ensino Especializado (Supletivo e Profissionalizante)</b> <b>Exames Supletivos</b> em duas fases (julho e novembro) Ensino Supletivo pelo Rádio	Ensino Supletivo para 27.098 alunos Exames Supletivos realizados para 15.452 inscritos 1º g e 23.883 no 2ºg.  Pelo rádio atendeu 1.191 estudantes, além do <b>módulo profissionalizante</b> e programas informativos e culturais para o público em geral.

Fonte: Autora com base na Mensagem1979, do Governador à Assembleia Legislativa do RS (2022).

Em síntese, pode-se perceber que o governo procurou executar ações que fossem ao encontro de suas propostas do Plano de Governo sem uma política de EP própria. Esses projetos desenvolvidos estão em acordo com os do governo federal.

No quadro 9 a seguir, as observações a respeito da EP no Governo Sinval Guazzelli.

Quadro 9 - Síntese da materialidade da EP no Governo de Sinval Guazzelli.

GOVERNOS ESTADUAIS 1971 A 2021 ANÁLISE DOS RESULTADOS						
GOVERNO	PLANO DE GOVERNO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ou EDUCAÇÃO			MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO		
<b>Sinval Guazzelli</b>	EXPRESSÕES (associações)	PROPOSTAS	CONCLUSÕES	EXPRESSÕES (associações)	AÇÕES	CONCLUSÕES
(1975-1978)  Partido da ARENA  Estratégia de Ação Governamen tal	Trabalho especializado e “semi- especializado” Mão-de-obra qualificada Política tecnológica profissionalizan te	-Incentivar ensino supletivo e profissiona lizante	Não foi localizada proposta de Política para a Educação Profissional própria do Estado.	Ensino profissiona lizante	- I Seminário Estadual de Tecnologia Educativa- Reclassificação dos Regentes do Ensino Primário e dos Professores do Ensino Profissional Primário - Lei 7.237/78, de 21/12/78. -Realização de Exames de Suplência Profissionalizante. Manutenção de Ginásios Agrícolas e Industriais, Escola Normal e das Un. Móveis de Iniciação para o Trabalho - Manutenção do Ensino Profissionalizan tes - Ensino Supletivo pelo Rádio, com módulos profissionalizan tes.	Não houve registro de Política de Educação Própria, mas houve oferta de iniciação para o trabalho através da Un. Móveis e a referência ao Ensino Profissio nalizante, não ficando claro se Normal - Magistério área da Saúde, outro. FETLSVC como referência de EP Técnica

Fonte: Autora com base na Mensagem 1975, do Governador à Assembleia Legislativa do RS (2022).

Em 15 de março de 1979, o governador Sinval Guazzelli (1975-1978) transmitiu o cargo para Amaral de Souza.

Na próxima seção, a biografia, o Plano de Governo e sua Mensagem à Assembleia.

### 2.3.3 O governo de Amaral de Souza, biografia, seu Plano de Governo e Mensagem Final à Assembleia Legislativa

Figura 8 - Amaral de Souza



Fonte: Portal do Governo do Estado

#### 2.3.3.1 Biografia de Amaral de Souza

O governador José Augusto Amaral de Sousa<sup>42</sup> nasceu em Palmeira das Missões (RS), em 21 de agosto de 1929, filho de Teodomiro Luciano de Sousa e de Áurea Amaral de Sousa. Jovem, iniciou na política no Partido Social Democrático (PSD) e foi vereador na cidade natal. Formou-se em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1951. Em 1952, cursando a Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul, foi eleito primeiro vice-presidente da União Nacional dos Estudantes-UNE, representando o Brasil na Conferência Internacional de Estudantes, em Edimburgo, na Escócia. Ainda em 1952, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais.

Em 1962, foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul, na legenda do PSD. Em razão do Ato Institucional nº 2 (27/10/65), filiou-se ao partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), assumindo a vice-liderança da bancada na Assembleia de seu estado. Em novembro de 1966, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Reeleito em novembro de 1970 e em outubro de 1974, foi eleito indiretamente vice-governador do Rio Grande do Sul, na chapa encabeçada por Sinval Guazzelli. Em abril de 1978, ainda durante sua gestão, foi escolhido pelo presidente Ernesto Geisel em lista sêxtupla para suceder ao governador Guazzelli.

Embora acreditando na democracia, definindo-se como um social-democrata, manifestou-se contrário à anistia ampla e irrestrita, no entanto, defendeu a revogação do

---

<sup>42</sup> A pesquisa biográfica de Amaral de Souza foi realizada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) através do site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-augusto-amaral-de-sousa>

Decreto nº 477/69 (o decreto que define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares). Assumiu o governo do Rio Grande do Sul em 15 de março de 1979, após ter deixado o cargo de vice-governador. Após a extinção do bipartidarismo, filiou-se ao partido do governo, o Partido Democrático Social (PDS), originário da ARENA. Seu governo enfrentou, na Assembleia, partidos opositores ao governo, principalmente o PMDB e PDT.

### 2.3.3.2 Plano de Governo de Amaral de Souza com relação a EP

No governo de José Augusto Amaral de Souza - 1979 - 1982, o plano de governo, sob título de Política de desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, 1979-82, com 222 páginas (lido pela pesquisadora no formato digital - pdf, com 206 páginas) é retratado pelo autor como sendo um programa de governo. Quanto à forma, o documento se apresenta de acordo com as normas ABNT, com sumário, preâmbulo, divisão em dois grandes blocos denominados de *Aspectos Gerais* e *Aspectos Setoriais* ambos com subdivisões e subitens. A Educação é tratada nos aspectos setoriais, subitem área social. O documento apresenta linguagem culta, na língua nacional e, de forma informativa, apresenta percentuais e outros dados que auxiliam a explicar o plano.

No Plano<sup>43</sup> de governo, de Amaral de Souza, no preâmbulo do documento, informa que as prioridades são fixadas com base na realidade social, econômica e cultural, priorizando primeiramente as pessoas que não têm, para depois assistir os que têm recursos financeiros. Considera a construção do Plano de Governo, como um programa fruto de um consenso maior e dos diversos segmentos da Sociedade Gaúcha, já que contou com a consulta de diversos setores, entidades de classe, populares, empresários, deixando claro que não é um caso de um eventual comprometimento da autonomia estadual, pois consiste na obediência a um princípio salutar de conjugação de esforços, de vontades e de recursos para a grande obra do bem comum”. Por fim, aconselha, no documento, a construção de uma política compatível entre os objetivos e prioridades de uma e de outra esfera administrativa.

À época, o Secretário de Educação no governo de Amaral de Souza foi Carlos Wilson Schöder. No programa de governo, a Educação foi relacionada a área social, associada a outras pastas, com o foco em predominar na política desta área “*o de aumentar a oferta de serviços, sobretudo os diretamente dirigidos às populações de baixa renda*” (PLANO DE

---

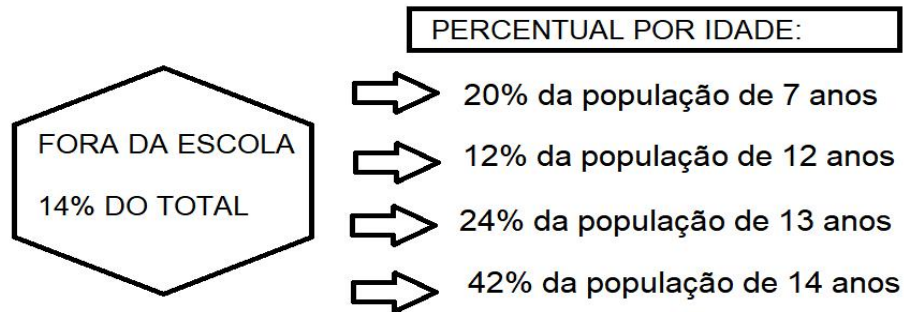
<sup>43</sup><https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092145-plano-de-governo-governo-de-amaral-de-souza-periodo-de-1979-a-1982.pdf>

GOVERNO, 1975-79).

No plano de governo, houve referência de que no período de 1971 a 1978, o surgimento e a implantação da reforma introduzida pela Lei nº 5692/71, na qual alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961) com relação ao ensino do primeiro e segundo graus, modelando o Sistema Educacional do Estado, porém, com atenção as próprias especificidades. Como consequência, a responsabilidade de oferecer, gratuitamente, a Educação básica aos educandos de 7 aos 14 anos. Sobre a questão de oferta de ensino de 1º grau por entidades mantenedoras, “oitenta e cinco por cento das matrículas ocorrem em estabelecimentos oficiais”, sendo que o “sistema estadual atendeu cinquenta e um por cento do total em 1977” (PLANO DE GOVERNO, 1975-79, p. 146) .

Importante destacar, segundo o Plano Estadual de Educação 1978-81, o percentual de estudantes fora da escola, variando conforme a escala de idades: 20% da população de sete anos; 12% da população de doze anos; 24% da população de treze anos e 42% da população de quatorze anos, conforme a seguinte figura:

Figura 9.- Percentual de estudantes fora de escola de acordo com PEE 1978-81



Fonte: Autora com base no Plano de Governo de Amaral e Souza (p. 160).

Em relação ao ensino de 2º grau, após a reforma, essa modalidade ganhou impulso inaudito e que “na década de setenta, o sistema estadual, oferecia quarenta e seis por cento das vagas, passou, no ano de 1977 para aproximadamente cinquenta e dois por cento dessa oferta” (AMARAL DE SOUZA, 1979).

Com relação à política governamental para a Educação, apresentam-se os objetivos a seguir:

a) **Primeiro grau:**

- 1) agilizar os serviços de assistência ao educando em todos os aspectos em que se configurem carências de origem sócio-econômica, a fim de propiciar-lhe melhores condições para o aprendizado;
- 1) conscientizar as famílias da importância da Educação escolar em termos de



formação para a vida;

2) propiciar melhoria da qualidade do ensino em termos de adequação metodológica, maior atenção às diferenças individuais, melhoria do treinamento docente e disponibilidade do equipamento necessário;

3) adequar a oferta em termos físicos às necessidades reais da demanda.

b) **Segundo grau:**

1) **compatibilizar o ensino profissionalizante com as necessidades quantitativas e qualitativas dos setores econômicos;**

2) **melhorar a qualidade do ensino profissionalizante** através da capacidade de **instrutores** e da adequação de equipamentos à demanda quantitativa e qualitativa do sistema econômico. Para tanto, far-se-á necessário um balanço entre a atual e provável oferta futura de egressos e a necessidade de especialização exigida pelos setores que absorvem técnicos deste nível;

3) adequar quantitativamente o número de vagas à demanda de matrículas, atentando para a gratuidade, quando se tratar das populações de baixa renda.

No que se relaciona ao ensino superior, o fundamental é a integração do setor público e privado com as instituições do ensino superior sobretudo para:

1) promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas que facilitem a identificação e utilização das inovações adequadas e viáveis de introdução;

2) promover a atualização permanente das informações sobre as reais necessidades de qualificação de mão-de-obra no Estado;

Cumprir elucidar que, paralelamente à Educação sistemática, devem ser enviados todos os esforços para que a formação assistemática ou suplementar preencha lacunas no que se refere ao treinamento profissional para o contingente em faixa etária não mais passível de beneficiar-se da Educação sistemática (PLANO DE GOVERNO, 1975-79, p. 163-164, grifos nosso).

Destarte, no Governo de Amaral de Souza, no seu Plano de Governo, é possível observar que, nos seus objetivos para o ensino do segundo grau, há o registro de compatibilizar o ensino profissionalizante com as necessidades quantitativas e qualitativas dos setores econômicos; melhorar a qualidade do ensino profissionalizante através da capacidade de instrutores e da adequação de equipamentos à demanda quantitativa e qualitativa do sistema econômico. Também esclarece, no plano, a necessidade de adequar quantitativamente o número de vagas à demanda de matrículas, atentando para a gratuidade, quando se tratar das populações de baixa renda. Por fim, esclarece que, para o ensino superior, é fundamental a integração entre o público e o privado.

#### 2.3.3.3 Mensagem Final encaminhada à Assembleia Legislativa no Governo Amaral de Souza com relação a EP

Com o lema *Construindo hoje o futuro do Rio Grande*, a Mensagem foi encaminhada, em 1983, para o Presidente da Assembleia Legislativa, Antenor Ferrari, relatando sobre os negócios do Estado, conforme legislação vigente. Em relação à Educação, informa que, no período de 1979 a 1982, procuraram manter coerência com as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura, com o Plano Estadual de Educação (1978-1981) e com a Política de Desenvolvimento do Estado.

Com relação às AÇÕES/RESULTADOS desenvolvidas no governo de Amaral de Souza, tem-se o segue o quadro 10:

Quadro 10 - Ações e Resultados governo Amaral de Souza

(continua)

AÇÕES	RESULTADOS
Valorização do Magistério	Realização de concurso e efetivação de 37.863 professores nas Áreas 1, 2 e 3 <sup>44</sup> ; 12.948 promoções
Oferta do Ensino Profissionalizante de 2º Grau na Fundação Liberato Salzano Treinamento aos professores Palestras, Seminários Aquisição de Equipamento Melhorias nas instalações físicas da Fundação	1.342 estudantes divididos nos cursos Técnico em Química, Eletrônica e de Mecânica e de Auxiliar Laboratório Petroquímico em média/ano 1.342 estudantes.
Projetos profissionalizantes: Produção de Milho (160 estudantes) Produção de Avicultura de corte (160 estudantes) Bovinocultura (230 estudantes) Avicultura ( 588 estudantes)	Compatibilizar o Ensino Profissionalizante com as necessidades quantitativas e qualitativas dos setores econômicos
Capacitação de instrutores, adequação de equipamentos e concessão de auxílio financeiro às escolas de II Grau	Treinamento de 45 professores Concessão de verbas para 59 escolas e através das prefeituras municipais para 37 escolas.
Adequar quantitativamente o número de vagas	Construção e compra de equipamentos para o Ensino de II graus de 4 escolas
Concessão auxílio escolas 2º Grau	Reforma, ampliação e aquisição de material para 37 escolas, através das prefeitura; para 59 escolas, através do CPM
Treinamento de professores Curso de Atualização em Artes Industriais para professores na área de tecnologia no Ensino de I Grau; Participação de professores das disciplinas profissionalizantes do ensino de II Grau, em cursos de habilitação específica	Treinamento de 45 professores em formação especial das escolas de II Grau. Atualização de 35 professores.  Participação de 49 professores

<sup>44</sup> Área 1 - Professores Habilitados Anos Iniciais; Área 2 - Professores Habilitados para Ensino Fundamental; Área 3 - Professores Habilitados para o Ensino Médio.

(continua)

<p>Qualificação Profissional:          Concessão de bolsa de estudos          concessão de Licença Qualificação          Profissional - LQP          Estudos Adicionais</p>	<p>506 bolsas de estudos para membros do magistério estadual realizaram cursos de qualificação profissional, conforme necessidade regionais.          98 professores tiveram LQP, para realizarem cursos de Magistério de II Grau, Licenciatura de I e II Graus, e Pós-Graduação.          650 bolsas de estudo para estudante carente de curso superior para as áreas de educação, saúde e tecnologia.          15 bolsas de estudo para concluintes do curso superior para estudos de pós-graduação, no país ou no exterior.          40 professores realizaram especialização na área de Educação Especial - setor deficiência mental (1ª etapa)          45 professores Habilitados em curso de licenciatura de I grau em Educação Artística (1ª fase)          40 professores em Estudos Adicionais em Alfabetização (1ª etapa) em Novo Hamburgo; 31 professores em Palmeira das Missões, para classes multisseriadas 40 professores.          Atualização de 80 professores do ensino de 1º grau na área Alfabetização, em Ciências, 40 professores          40 professores para especialização em Estudo Adicionais preparação professor Orientador do Ensino no Meio Rural (1ª e 2ª etapas), alfabetização de 23 professores, classes plurisseriadas para 39 professores.          Habilitação de 25 professores em cursos de licenciatura de I grau em Técnicas Comerciais (2ª etapa) abrangência em 10 DE.          Habilitação de 50 professores no Curso de Licenciatura de I Grau em Educação do Lar para 18 DE.          Habilitação de 50 professores no curso de Licenciatura de I Grau em Técnicas Agrícolas para 20 DE.          Habilitação de 50 professores do Curso de Licenciatura de I Grau em Educação Artística para 18 DE</p>
<p>Curso de treinamento profissionalizante nas Áreas de Agricultura e atividades complementares, e de apoio para o meio rural</p>	<p>oferta para 2.000 estudantes.</p>
<p>Concessão de bolsas de estudos a alunos de cursos agrotécnicos de II e III Graus</p>	<p>para 203 estudantes.</p>
<p>Assistência ao estudante</p>	<p>Auxílio financeiro a 49 Associações de Grêmio Estudantil          Assistência médica para 141.171 escolares do I</p>

(conclusão)

	grau Assistência odontológica para 203.500 estudantes do I grau. Entrega de material escolar para 3.800 estudantes carentes. Transporte de 900 estudantes para atendimento odontológico para UFRGS. Distribuição de gêneros alimentícios para 1662 escolas de I grau Distribuição de 474 Livros Didáticos (alunos de 1ª a 4ª séries do I grau) Assistência de enfermagem para 18.396 estudantes. Fornecimento para 255.932 estudantes de alimentação balanceada
--	--

Fonte: Autora (2022) com base na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa do RS, no ano de 1983.

Em síntese, não há, no Plano de Governo e nem nas Mensagens, políticas educacionais específicas para a Educação Profissional ofertada pela Secretaria de Educação do Estado. Observa-se que a Fundação Liberato Salzano assinalou importante papel no que se refere à Educação Técnica para a Rede Estadual, com informações mais precisas.

Na Mensagem<sup>45</sup> Final encaminhada ao presidente da Assembleia Legislativo, deputado Airton dos Santos Vargas, a abordagem adotada foi a de fazer referência a programas (do ensino do primeiro grau, do ensino segundo grau), mas não discriminou programa do Ensino Profissional ou Especializado (como era conhecido à época). Quando citou o Curso Normal e as escolas técnicas, as propostas e as ações eram generalizadas. No entanto, deu destaque para a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha para informar sobre a Educação Técnica, inclusive o percentual de alunos no período e os tipos de cursos. Também, fez referência à Fundação que promoveu cursos de aperfeiçoamento voltados para qualificação profissional. Em relação às outras escolas técnicas, não houve uma descrição, ou seja, as ações, quando aconteciam, foram relatadas no universo geral e vago. Portanto, sabe-se que algumas ações em cumprimento às normas vigentes sob oferta de educação pública, no entanto, não é possível identificar onde e de que forma as ações aconteceram.

No quadro 11 a seguir, as conclusões com relação a EP no governo de Amaral de Souza.

#### Quadro 11 - Síntese da materialidade da EP no Governo de Amaral de Souza

<sup>45</sup> <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29084249-mensagem1983.pdf>

GOVERNOS ESTADUAIS 1971 A 2021 ANÁLISE DOS RESULTADOS						
GOVERNO	PLANO DE GOVERNO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ou EDUCAÇÃO			MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO		
Amaral de Souza ARENA	EXPRES- SÕES (associações)	PROPOS- TAS	CONCLU- SÕES	EXPRESSÕES (associações)	AÇÕES	CONCLUSÕES
(1979-1982)  Política de Desenvolvimento do Estado do RS	Desempenho profissional  mão-de-obra qualificada  ensino profissionalizante	Compatibilizar o ensino profissionalizante com necessidades quantitativas e qualitativas dos setores econômicos.	Houve preocupação com a oferta da Educação Profissional, mas não foi localizada política para EP própria do Estado.	Ensino profissionalizante	Foram desenvolvidos vários projetos escola-empresa (Milho, Avicultura, Bovinocultura) em diferentes escolas da Rede. Manutenção de prédios, reforma e ampliação e adequação de equipamentos visando melhorar a qualidade do ensino profissionalizante. Treinamento de professores de Técnicas Agrícolas que atuam nos Centros Rurais de Ensino Supletivo CRES	No governo de Amaral de Souza, houve vários projetos voltados para o ensino profissionalizante, incluindo capacitação e formação para os professores. Manutenção, reforma e ampliação de prédios e desenvolvimento de vários projetos escola-empresa. Não foi localizada Política de Educação Profissional própria do Estado.  FETLSVC como referência de EP Técnica

Fonte: Autora (2022).

Em 15 de março de 1983, o Governador Amaral de Souza, transmitiu o cargo para Jair Soares.

Na sequência, a biografia, o Plano de Governo e a Mensagem à Assembleia Legislativa do governo de Jair Soares.

### 2.3.4 O governo de Jair Soares, biografia, seu Plano de Governo e Mensagem à Assembleia Legislativa

Figura 10.– Governador Jair Soares



Fonte: Portal do Governo do Estado

#### 2.3.4.1 Biografia de Jair Soares

Jair de Oliveira Soares<sup>46</sup>, natural de Porto Alegre, nasceu em 26 de novembro de 1933. É filho de Luís Azambuja Soares e de Iracema de Oliveira Soares. Entre os seus ascendentes, estão o fundador da capital do Rio Grande do Sul, Jerônimo Ornellas<sup>47</sup> e o líder da Revolução Farroupilha (1835-1845), Bento Gonçalves<sup>48</sup>. Casou-se com Dionéia Teresinha Jancowski Soares, com quem teve duas filhas. Formado em odontologia e em ciências jurídicas e sociais, foi funcionário público na Secretaria de Obras Públicas do RS. Com a obrigatoriedade do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Em 15 de março de 1971, assumiu a Secretaria de Saúde a convite de Euclides Triches, indicado para o governo gaúcho no ano anterior. Continuou à frente da Secretaria também no governo de Sinalva Guazzelli, iniciado a 15 de março de 1975. Três anos depois, afastou-se para candidatar-se a deputado federal pela Arena. Eleito com cerca de 98 mil votos e empossado em fevereiro de 1979, no mês seguinte pediu licença do mandato para assumir o Ministério da Previdência e

<sup>46</sup> A pesquisa biográfica de Jair Soares foi realizada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) através do site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-de-oliveira-soares>.

<sup>47</sup> Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos (Ilha da Madeira, 1691 — Triunfo, 27 de setembro de 1771) foi um proprietário rural - donatário de sesmaria (*Sesmaria de Sant'Ana*) sobre a qual teve início o povoamento da atual capital gaúcha, Porto Alegre - Souza, Nali de Jesus de. «Breve História da Cidade de Porto Alegre» (PDF). Consultado em 3 de novembro de 2016.

<sup>48</sup> Militar brasileiro líder da Revolução Farroupilha no RS.

Assistência Social no governo do general João Batista Figueiredo, sendo substituído na Câmara pelo suplente Júlio Barcelos. Em 1979, com o fim do bipartidarismo e a consequente reorganização partidária, Soares ingressou no Partido Democrático Social (PDS), que sucedeu à Arena. Membro do diretório nacional, integrou também a direção gaúcha do novo partido. Durante sua gestão como ministro, foi acusado por seus opositores de ter desequilibrado as contas da Previdência. Em maio de 1982, pediu exoneração do cargo para disputar o governo do Rio Grande do Sul, sendo substituído na pasta por Hélio Beltrão. Eleito governador, com quase um milhão e trezentos mil votos, tomou posse em 15 de março de 1983, sucedendo a José Augusto Amaral de Sousa. À frente do governo gaúcho, rompeu com Figueiredo, seu antigo aliado. Em 1986, saiu do PDS para ingressar no Partido da Frente Liberal (PFL). Deixou a chefia do Executivo estadual em março do ano seguinte, ao final do mandato. Pelo PFL, foi vereador e deputado federal. Também filiou-se ao PPB, partido oriundo do extinto PDS. No pleito de 2002, foi eleito deputado estadual pelo Rio Grande do Sul na legenda do PPB. Em 2004, candidatou-se à prefeitura de Porto Alegre pela coligação formada pelo Partido Progressista (PP), que substituiu o PPB, e o Partido Verde (PV), mas foi derrotado por José Fogaça, do Partido Popular Socialista (PPS).

#### 2.3.4.2 Plano de Governo Jair Soares com relação a EP

No governo de Jair Soares (1983 -1986), o documento Plano<sup>49</sup> de Governo, com 211 páginas, é denominado como Programa de Governo pelo autor e trouxe na capa o slogan *O Rio Grande somos nós. Faça sua parte*. Quanto à forma, é organizado de acordo com as normas ABNT, dividido em dois grandes capítulos, com item e subitens. A Educação é tratada no item prioridades setoriais e sobre educação profissional é observado que é tratada de forma genérica.

Com relação ao Ensino de Segundo Grau, em especial a Educação Profissional, o texto se refere a busca de um conjunto de ações, com propósito de garantir, ao estudante, habilitação profissional, na perspectiva da formação de mão-de-obra qualificada e continuação dos estudos a nível superior.

Para a Educação, há referencia no Plano de Governo com relação aos objetivos propostos para o Ensino de Segundo Grau para à Educação Profissional:

Prover condições alternativas de ofertas de terminalidades parciais e polivalentes que venham a atender às necessidades do desenvolvimento local, regional e estadual,

---

<sup>49</sup><https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092306-plano-de-governo-governo-de-jair-soares-periodo-de-1983-a-1986.pdf>

sem perda da unidade nacional. Prover condições alternativas **de oferta de habilitações plenas para atender a demanda de técnicos nas diferentes regiões do Estado**. Prover condições de preparação adequada de recursos humanos para o exercício de magistério no ensino de 1º Grau. Espera-se, como resultado: Aumentar a taxa de escolarização em cursos que oferecem habilitações parciais, básicas e plenas; Reduzir as taxas de evasão de cursos de 2º grau, com incremento a formas alternativas que **venham atender, especialmente, os que já se encontram na força de trabalho**. Aumentar as oportunidades **de melhor qualificação de recursos humanos que já se encontram na força de trabalho**, pelo fortalecimento da 4ª série do 2º Grau, voltada para os setores primário, secundário e terciário. Testar experimentos pedagógicos e inovações curriculares e metodológicas, na área de formação de recursos humanos para Educação, cultura e desporto (PLANO DE GOVERNO JAIR SOARES, p. 138-139, grifo nosso).

Na proposta do Plano de Governo se referem sobre a implantação de Centros Profissionalizantes e às escolas voltadas para o setor primário da economia e o fortalecimento da habilitação magistério e o atendimento especial ao 2º grau noturno. Também, de forma explicativa, se referem sobre a integração da Educação com a cultura, em termos de acesso, percurso e qualidade do processo educacional, no entanto não indica se haverá um programa específico.

#### 2.3.4.3 Mensagem Final à Assembleia Legislativa com relação a EP

Em 1º de março de 1987, sob ofício 138/87, o governador encaminha a Mensagem<sup>50</sup> Final para o Presidente da Assembleia Legislativa, Algir Lorenzon, em cumprimento a norma vigente. Na Mensagem, relata, com relação à Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, à época coordenada pelo Secretário de Estado da Educação Plácido Steffen, que durante o quadriênio procurou-se ampliar as oportunidades na área da educação, oferecendo condições para que a comunidade escolar pudesse ter uma participação efetiva no processo de desenvolvimento do cidadão e da sociedade.

Informa, também, na Mensagem, que devido às condições climáticas, no primeiro ano de gestão, houve graves prejuízos às escolas, gerando um maior número de recuperação de escolas, inclusive, a SEC efetivou 2.732 atendimentos e, além desses, foram realizados 7.426 atendimentos incluindo pequenos reparos. Com o objetivo de ofertar melhor qualidade e reduzir índices de reprovação e evasão, o governo criou o Programa Revitalização da Escola de 1º Grau e do projeto de Estudos Contínuos, onde 84% foram aprovados para a série no período de 1984-1985.

Ainda, declara que as instituições do ensino de 1º grau que ofertam atividades voltadas para o setor primário da economia tiveram apurada sua infraestrutura técnica-

---

<sup>50</sup> <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29084317-mensagem1987.pdf>



administrativa e pedagógica e desenvolveram projetos especiais em 546 hectares, e de acordo com planos diretores, para um período de três anos, a escola transformada em modelo de propriedade rural.

Outras medidas foram a revitalização do assessoramento técnico aos órgãos municipais como atualização de professores e capacitação de 35% de docentes leigos em exercício, bem como aquisição de material de apoio pedagógico junto aos órgãos municipais de educação.

Com relação às AÇÕES/RESULTADOS realizadas no governo de Jair Soares (Quadro 12):

Quadro 12 - Ação/Resultado do Governo Jair Soares

(continua)

AÇÕES	RESULTADOS
Programas (alguns com ação conjunta com Municípios e entidades: Programa Integrado para Promoção do Meio Rural Programa de Revitalização da Escola de 1º grau Projeto Estudos Contínuos  Projeto Assistência Básica Integral (PABI) Programa de Municipalização da Merenda Escolar Reforço alimentar para alunos do 2º grau noturno Programa de apoio ao CPM Exames supletivos: <b>Exames supletivos profissionalizantes 2º grau</b> Habilitação de docentes leigos para docentes não titulados em exercício de 1ª a 4ª séries Curso de suprimento para comunidade rural	Participação de 17 Municípios  84% dos 4.247 estudantes foram aprovados para a 3ª série. Em 1983 prestou assistência em saúde a 7.500 estudantes carentes, em 1984 atendeu 21.000,00, em 1985 foram 42.000 e em 1986 foram 102.980 estudantes. 1.350.000 refeições diárias em 1986. Recursos em 1985 para 795 escolas estaduais, em 1986 para 2.066 CPMs 3.492 pessoas inscritas  1988 habilitados  574 cursos visando expandir e melhorar a qualificação de mão-de-obra do Estado
Ampliação, reforma e construção de prédios escolares	2732 atendimentos pela SEC 7426 atendimentos incluídos pequenos reparos
Ampliação das funções das escolas com habilitação magistério	Promoção de educação permanente, Desenvolvimento de pesquisas Realizações de experiências.
Valorização do magistério Cursos de atualização, seminários e encontros Bolsa de estudo Concurso público	Bolsas para 3.297 professores Nomeação de 8.141 professores da Área I
Autorização de funcionamento de Escolas	316 escolas e 1162 séries foram autorizadas a funcionar.

(conclusão)

Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional - FAERS Programas para pré-profissionalização Profissionalização	221 alunos prestou atendimento especializado no setor pré-profissionalização; no setor profissionalização foram 180 atendimentos
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira Cunha (FETLSVC) Oferta de cursos na química, mecânica e eletrônica Promoção de Cursos para professores	Média anual de 1300 matrículas. Realização da Jornada de Estudos sobre Educação e Tecnologia e um curso de informática e programação para professores
Fundação Televisão Educativa Piratini (FTEP)	Em 1984 transmissão de programas e ações de suplência e qualificação profissional

Fonte: Autora com base na Mensagem 1987 do Governador à Assembleia Legislativa do RS (2022).

Na Mensagem à Assembleia de 1º de março de 1987, o governador Jair Soares fez encaminhamento de suas ações no quadriênio, correspondendo às propostas do seu Plano de Ação, deu ênfase a atividades relacionadas ao primeiro grau e, em relação ao segundo grau, no que se refere a educação profissional, fez breve referência, sem detalhar as ações e para quais escolas. Também, foi observado a preocupação com a educação rural e a preparação do trabalho e mão-de-obra do setor primário.

Assim, a educação foi considerada prioridade no governo, no entanto não foi registrado no Plano de Governo, nem na Mensagem encaminhada à Assembleia, um programa ou política específica que atendesse todas as escolas da rede estadual de ensino profissionalizante. No quadro, os resultados com relação a EP no governo de Jair Soares.

Quadro 13 - Síntese da materialidade da EP no Governo de Jair Soares

(Continua)

<b>Síntese da materialidade da EP no Governo de Jair Soares</b>						
<b>GOVERNOS ESTADUAIS 1971 A 2021</b>						
<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS</b>						
GOVERNO	PLANO DE GOVERNO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ou EDUCAÇÃO			MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO		
Jair Soares PDS	EXPRESSÕES (associações)	PROPOSTAS	CONCLUSÕES	EXPRESSÕES (associações)	AÇÕES	CONCLUSÕES
(1983 - 1986) Programa de Governo  O Rio Grande Somos Nós. Faça sua parte.	Centros Profissionalizantes  Formação de mão-de-obra qualificada	Assegurar ao jovem a habilitação profissional de nível médio, objetivando a formação de mão-de-obra	Houve preocupação com a educação profissional para jovens e adultos, não foi localizado Política de	Profissionalizante Habilitação profissional Ensino Agrícola Ensino Industrial Habilitação Magistério	Realizados treinamento, encontros e Seminários de atualização de RH para as 63 escolas com	No governo de Jair Soares foi implantado o Projeto Assistência Básica Integral ao Escolar

						Conclusão
	preparo profissional	qualificada e acesso ao ensino superior. -Programa Supletivo (...) que necessitam de formação metódica no trabalho e/ ou preparo profissional	EP própria do Estado.		habilitação Magistério, Ensino no Agrícola e Industrial. Realização de Exames Supletivos Profissionalizantes de 2º Grau	(PABI) com função de Assistência Saúde e Ação Social, Colônias de Férias Houve a oferta da EP, mas não houve registro de EP própria do Estado, os projetos para a EP descritos de forma muito discreta. FETLSVC como referência de EP Técnica

Fonte: Autora (2022)

Em 15 de março de 1987, Jair Soares, transmitiu o cargo de governador para **Pedro Simon**.

Em síntese, **na primeira fase do estudo**, percebeu-se a forte influência do governo federal na administração do Estado do RS, em razão do Regime civil-militar, nas estratégias adotadas pelos Planos de Governo elaborados. Os governos estaduais eram indicados pelo governo federal e havia uma sintonia de ideologias e propostas. Assim, o governo federal ditava as regras visando ao desenvolvimento econômico e estimulando o capitalismo. O governo fazia “a dança das cadeiras”, pois o vice-governador da gestão anterior era indicado para governar na próxima, como é o caso de Amaral de Souza que foi Vice de Sinval Guazzelli.

A Educação era voltada para formar mão-de-obra para as indústrias e fábricas instaladas no Brasil e no RS. O Magistério Normal é entendido como um Curso de Nível Médio a parte, ou seja, Ensino Profissionalizante. Com relação ao governo de Euclides Triches, Sinval Guazzelli, Amaral de Souza e Jair Soares, não houve uma política específica para a Educação Profissional a ser ofertada pela Rede Estadual de Educação, e sim projetos e programas, embora nas mensagens e nos Planos de Governos não há uma exposição aprofundada sobre o tema. Portanto, nos governos em debate, a oferta da Educação Profissional se resumia ao que a legislação determinava e de acordo com o olhar do contexto

social da época apontava. Por exemplo, com a obrigatoriedade do 2º grau ser profissionalizante, o governo procurou aumentar o número de escolas e criar escolas técnicas. Utilizaram-se da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, uma Fundação regida pelo Direito Privado, embora tenha *status quo* de Escola pública e técnica, para informar sobre a Educação Profissional ofertada na Rede Estadual com mais aprofundamento, visto que a referência à Educação Profissional em outras escolas, nas Mensagens a Assembleia, é generalizada.

No próximo capítulo, apresentar-se-á a segunda fase, que é da promulgação da Constituição Estadual no RS, do governo de Alceu Collares ao governo popular de Olívio Dutra.

### **CAPÍTULO III- A Educação Profissional e a Constituição Estadual (1989), do Governo de Pedro Simon ao Governo Popular de Olívio Dutra (2003)**

[...]

*Entra ano, sai ano, cada vez fica mais difícil  
O pão, o arroz, o feijão, o aluguel  
Uma nova corrida do ouro  
O homem comprando da sociedade o seu papel  
Quando mais alto o cargo maior o rombo  
Isso tudo acontecendo e eu aqui na praça  
Dando milho aos pombos*

[...]

Zé Geraldo

Para dar início ao capítulo, utilizou-se um trecho da música “Milho aos Pombos”, escrita por Zé Geraldo, em 1981, por trazer na letra a denúncia da luta diária do assalariado, como também o individualismo social, dentre as várias características que identificam uma sociedade capitalista, ou seja, aquela decorrente do abuso do poder econômico nas mãos dos poderosos, evidenciado, através da canção, a desigualdade social e o desapego com o coletivo, pois os que dão *milho aos pombos*, são os que alimentam, também, uma sociedade desigual, seja através da falta de reação ao sistema, seja num plantear carregado de desalentos, como mero expectador, ou como egoísta, a ponto de buscar ascensão social, profissional, como ser individualista, unitário, sem preocupação com coletivo, com o mesmo pensamento dos que se utilizam dessa invisibilidade imposta aos trabalhadores, para manipular, através do capital, toda uma estrutura social num constante ciclo opressor dominante. Não se pode ignorar que, no período, já se falava em abertura política e redemocratização. Em 1985, o governo eleito, embora de forma indireta, anunciava indícios de que a democracia retornava ao Brasil, com a eleição de Tancredo Neves.

No entanto, uma sociedade é composta por pessoas, partidos, ideologias e um dos comentários de Apple, sobre o questionamento que deu origem ao título de sua obra - *A educação pode mudar a sociedade?* não a melhor, mas a honesta, pois embora na sua concepção possa ser frustrante, a educação - “depende dos muitos, grandes e contínuos esforços feitos por muitas pessoas” (APPLE, 2017, p. 12). Esse esforço coletivo marcou um avanço muito importante na história do Brasil, com a promulgação da Constituição Federal em 1988, considerada a Constituição Cidadã por trazer em seu artigo direitos e garantias para todos, na busca de uma sociedade justa e igualitária.

Nesse teor, enquanto se observa, no folhear as páginas da história do Brasil e RS, a existência da desigualdade social, fruto do capitalismo; na contramão, como forma de resistência, a pretensão de trazer para o debate alguns instrumentos constitucionais que

auxiliam na luta para as *Garantias de direitos*, como a educação, o trabalho e, em específico, o direito de ter uma Educação Profissional, entre as várias, tão importante quanto, uma em especial - a Constituição Estadual do nosso Estado.

Por conseguinte, este capítulo tem por objetivo o estudo sobre a Constituição Estadual de 1989 no Rio Grande do Sul, como também a eleição de Pedro Simon como sendo o primeiro candidato, de fato, oriundo de um partido de oposição ao governo civil-militar, governo este que aos poucos foi deixando de ocupar cadeiras na administração do Estado e, na sequência, sobre o governo de Alceu Collares, Antônio Britto até o governo popular de Olívio Dutra, principalmente com relação à Educação Profissional na Rede Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. A primeira seção trata sobre a fase de transição do governo federal sob regime civil-militar, a eleição de Tancredo Neves e de José Sarney, após Fernando Collor de Mello e posterior Fernando Henrique Cardoso; na segunda seção, a Constituição de 1989 no RS e o cenário político com Pedro Simon, Alceu Collares, Antônio Britto e Olívio Dutra e na terceira os planos de governos e as Mensagens à Assembleia Legislativas dos governos citados.

Para isso, faz-se necessária uma breve reflexão sobre a fase de transição, abordada na próxima seção.

### 3.1 A POLÍTICA EDUCACIONAL NO PERÍODO DE COLLOR DE MELLO, ITAMAR FRANCO E FHC.

Nos anos de 1990, com a posse de Fernando Collor de Mello, na Presidência do Brasil, houve mudanças que reconduziram a inserção do país na economia mundial, mas com consequências para os brasileiros e brasileiras, pois não tardou para se desfazer o estigma populista e moralizante que Collor havia empenhado em sua campanha, sendo desmascarado pelo estilo “modernizador e intervencionista” que assinalava sua gestão até sua renúncia (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 46).

No período, a literatura internacional trazia para o cenário aspectos da Teoria do Capital Humano, muito comentada nos anos de 1970 e lembrada, também, no Regime civil-militar. Ela afirmava ser a educação um princípio decisivo para competitividade entre países, uma vez que o novo modelo produtivo requer preceitos diferenciados para a educação geral e qualificação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras e, com isso, dispersou a ideia de que para a apropriação dos “avanços da tecnologia” era preciso dominar “o código das modernidades” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 47).

Como consequência, imputa-se à educação o atributo de sustentar a competitividade dos anos de 1990. Para isso, grandes volumes de documentos internacionais, oriundos de organismos multilaterais, são dispostos através de diagnósticos e análises e propostas de soluções consideradas viáveis a todos os países da América Latina e Caribe, no que se refere à educação quanto à economia. Com isso, essa documentação exerceu considerável influência para organização das políticas públicas para a educação no Brasil (SHIROMA;MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 47).

Com a renúncia de Collor, no Brasil, a proposta na organização das políticas públicas para educação teve início no governo de Itamar Franco com a elaboração do Plano Decenal, embora somente no governo de FHC tenha se materializado efetivamente. A forma como foi implementada, ou seja, com rapidez, causou desassossego entre educadores e educadoras, pela forma intempestiva, porém cumpre lembrar que as publicações dos organismos multilaterais, de empresários e de intelectuais são de longa data e sempre foram frequentes, como se observa em sua influência na Conferência Mundial da Educação para Todos (SHIROMA;MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 48).

Em relação a essa conferência, realizada em 1990, em Jomtien (Tailândia), o compromisso era assegurar uma educação básica de qualidade. A conferência foi financiada pela “UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura), pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e pelo Banco Mundial” (SHIROMA;MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 48). No entanto, surgiram desacordos entre o que foi assinado na Conferência, com o que aconteceu no Brasil. Cita-se, por exemplo, a expressão *educação para todos*. No Brasil, o compromisso de educação para todos se refere à Educação Básica, que é da Educação Infantil até o Ensino Médio, no qual o entendimento da Conferência não se iguala (SHIROMA;MORAES; EVANGELISTA, 2007). Assim, sob influência da Conferência Mundial, em 1993, o Ministro da Educação, Murílio de Avellar Hingel, no governo de Itamar Franco, publica o Plano Decenal de Educação para Todos.

Outros eventos ocorrem em 1992, com a publicação pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, de um documento denominado *Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad*, juntamente com a UNESCO, cujo objetivo foi de esboçar as diretrizes para ação no âmbito de política e instituições que pudessem vincular educação, conhecimento e desenvolvimento e, entre 1993 e 1996, é produzido o *Relatório Delors*, organizado pelo UNESCO que esboça a educação para o Século XXI. No relatório, constava o “diagnóstico sobre o contexto planetário da

interdependência e globalização, fenômenos como desemprego e desigualdade social” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 55), entre outros. Portanto, o Relatório comenta “recomendações práticas a um forte viés moralista”. Orienta direcionamentos aos “vários níveis de ensino e atenta para uma concepção nítida de Educação, de seu papel e possibilidades para garantir a sobrevivência dos valores consensuais na sociedade, inculcando um novo respeito às crenças culturais do Ocidente” (SHIROMA;MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 59).

Em 1993, o Comitê Regional Intergovernamental aprovou, em Santiago, no Chile, as diretrizes do projeto que ficaria conhecido como PROMEDLAC V (Projeto Principal de Educação na América Latina e Caribe). No documento, a educação é a abordagem necessária para o “novo milênio e elegeram-se três princípios: superação e prevenção do analfabetismo; b) universalização da educação básica e c) melhoria da qualidade da educação” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 60). O Banco Mundial teve importante participação, nesse contexto, seja por ser um empresa que induz políticas, seja porque as financia. O Banco reconhece que “a educação é a mais importante para o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza como se acredita” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 63).

A reforma dos anos de 1990 movimentou intelectuais e especialistas que se propuseram à análise de modelos curriculares, como na elaboração de referências e pareceres e partiu de iniciativas dos 27 sistemas estaduais e 5.600 sistemas municipais, como por exemplo, através de experiências no universo brasileiro, como a Escola Plural, de Belo Horizonte e a Escola Cidadã, de Porto Alegre, referendadas no Brasil (SHIROMA;MORAES; EVANGELISTA, 2007).

O objetivo principal, no período, foi garantir o acesso e a permanência na escola, justificados pelos programas “Acorda Brasil!” “Tá na hora da Escola!” “Aceleração da Aprendizagem”, com auxílio, na visão do MEC, como o “Bolsa-Escola”, que auxilia os estudantes com renda per capita inferior a um salário mínimo observado no programa. Com isso, a Bolsa-Escola está condicionada à matrícula e a frequência na escola, no Ensino Fundamental (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007). O governo também criou outros programas na esfera do financiamento, como “Dinheiro Direto na Escola, Programa Renda Mínima, Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e o Programa de Expansão da Educação Profissional” (PROEP) (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 74). Esses programas destinaram partes significativas também para



as Tecnologias de Informação (TI) e de Comunicação, como pode ser observado no “TV Escola, Programa Nacional de Informática na Escola (PROINFO), Programa de Apoio a Pesquisa em Educação a Distância (PAPED) e Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior” (SHIROMA;MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 74).

O governo definiu, também, a questão avaliativa, como exemplo, o “Censo Escolar, do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Exame Nacional de Cursos (Provão)” (SHIROMA;MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 74).

De forma significativa, o governo incentivou a promoção da municipalização, o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, incentivando a autonomia escolar. Por fim, também planejou como política educacional os programas que tratam de coletividades específicas como os da EJA e Indígenas (SHIROMA;MORAES; EVANGELISTA, 2007).

Criada em janeiro de 1997, a Alfabetização Solidária, cujo programa se tratava de Comunidade Solidária (com a campanha adote um aluno) ligado diretamente à Presidência da República, que visava estabelecer parcerias com a sociedade civil, recrutava estudantes de Universidades, buscando recursos junto à iniciativa privada para lutar contra o analfabetismo nas idades de 12 a 18 anos. Assim, o Programa direcionado para os municípios mais fragilizados no que diz respeito à pobreza, em 1999, foram 581 municípios beneficiados, na maioria localizados no interior das regiões Norte e Nordeste. Conforme Relatório EFA 2000, a estimativa era atender 300 mil estudantes, em 866 cidades brasileiras. (SHIROMA;MORAES; EVANGELISTA, 2007)

Em síntese, nos anos de 1990, sobretudo os de FHC, fez-se uso de um “farto arsenal legislativo”. Antes da LDBEN e depois dela, um número importante de leis, medidas provisórias, decretos, decretos-legislativos, portarias e resoluções foram elaborados em razão da capacidade de produzir documentos, como também para regulamentar as medidas anunciadas pelo Governo (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p.78). A exemplo, citam-se as legislações do período com relação ao Ensino Médio, o Técnico e a Educação Profissional, num recorte até o ano de 2000:

Decreto 2.208, de 17/4/1997<sup>51</sup> - regulamenta o § 2º do art.36 e os art. 39 a 42 da Lei 9.394/96 [ Apresenta os objetivos da educação profissional e sua classificação por níveis e institui a separação formal entre o ensino médio e a educação profissional.]

---

<sup>51</sup> Revogado pelo Decreto 5.154, de 23/7/04.

Decreto 2.561, de 27/4/1998<sup>52</sup> - altera a redação dos art. 11 e 12 do Decreto 2.494/98, que regulamenta o disposto no art 80 da Lei 9.394/96. [ Dispõe sobre credenciamento de instituições de ensino.]

Lei 8.948, de 8/12/1994 - dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.

Parecer CEB 17, de 3/12/1997 - Diretrizes Operacionais para a Educação Profissional em nível nacional.

Parecer CEB 15, de 1/6/1998, - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Parecer CEB 16, de 5/10/1999 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

Portaria 646, de 14/5/1997<sup>53</sup> - regulamenta a implantação do disposto nos arts. 39 a 42 e 88 da Lei 9.304/96. [Modificação da Educação Profissional.]

Portaria 301, de 7/4/1998 - define os procedimentos de credenciamento de instituições para oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância.

Resolução CEB 3, de 26/7/1998 - institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Resolução CEB 4, de 10/12/1999 - institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (SHIROMA;MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 103-104).

Ao longo da década de 1990, ocorre a construção de um cenário negativo com as estatísticas de fracasso escolar e de analfabetismo funcional e, com parâmetros internacionais para observar que o quadro crítico da educação brasileira não se deve à falta de recursos, mas de gestão eficiente, com “destaque o *gap* tecnológico que separa o Brasil dos países desenvolvidos” (SHIROMA;MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 92). Observam-se alguns “paradoxos presentes nos discursos reformistas: preocupação com a qualidade e recomenda a elevação do número de alunos por professor; paga aos docentes salários indignos e reclama dele novas qualificações e competências” (SHIROMA;MORAES; EVANGELISTA, p. 94).

### 3.2 DE UMA DEMOCRACIA TUTELADA<sup>54</sup> PARA OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS GOVERNOS DOS VICES-PRESIDENTES JOSÉ SARNEY E ITAMAR FRANCO

O objetivo da seção é explanar sobre os governos eleitos relacionados no período, a política envolvida e a Educação Profissional. Em 16 de janeiro de 1985, o jornal Folha de São Paulo trazia na capa *Acabou o ciclo autoritário: Tancredo é o 1º presidente civil e de oposição desde 64*, pois a atenção dos brasileiros e brasileiras esteve voltada para o Congresso Nacional, um dia anterior, em que acontecia a disputa, através da eleição indireta para definir o futuro Presidente da República. Disputaram duas chapas: uma representava o governo, representado por Paulo Maluf e seu vice Flávio Márcilio, ambos do Partido Democrático

<sup>52</sup> Revogado pelo Decreto 5.622, de 19/12/05.

<sup>53</sup> Revogada pela Portaria 2.736, de 30/9/03.

<sup>54</sup> Um governo democrático com enclaves militares, no sentido de que os militares continuam a deter a capacidade de derrubar as instituições políticas (ZAVERRUCHA, 1994, p. 12).

Social, o PDS. A segunda chapa é a de oposição, composta por Tancredo Neves e seu vice José Sarney, ambos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB.

Como esperado pelas pesquisas, o vencedor foi Tancredo Neves, sendo eleito com 480 votos (69%) contra 180 (26%) que obteve Maluf. Também, foram registradas nove (09) ausências - cinco do PT, duas do PMDB, uma do PDS e de Julio Caruso (PDT) que havia sofrido um acidente, assim como houve 17 abstenções, entre elas, uma que gerou muita vaia durante a eleição, a de Nelson Marchezan, líder do PDS na Câmara, partido do candidato Maluf. Outro momento histórico foi o voto de número 344, que indicava a quantidade correspondente à maioria absoluta para conseguir vitória na eleição. Coube ao deputado João Cunha do PMDB-SP proferir seu voto, assinalando a vitória de Tancredo Neves. Observa-se que a quantidade de votos, segundo jornais da época, poderia ser maior, não fossem pelas críticas ao vice, José Sarney, ex-PDS.

Após a divulgação do resultado da votação, Tancredo Neves fez um discurso de 19 páginas em 31 minutos e assinalou: *esta foi a última eleição indireta do país; venho para realizar urgentes e corajosas mudanças políticas, sociais e econômicas indispensáveis ao bem estar do povo.* (<https://www.camara.leg.br/noticias/448672-ha-30-anos-eleicao-indireta-encerrava-regime-militar/>)

Infelizmente, em 14 de março, Tancredo Neves é hospitalizado às pressas. No dia 15 de março de 1985, dia da posse, o vice-presidente José Sarney assume de forma interina. Em 21 de abril de 1985, faleceu Tancredo Neves. Em meio ao cenário de quem iria governar e inaugurar a Nova República, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ulisses Guimarães, convida para uma reunião o Ministro do Exército General Leônidas Pires Gonçalves. Consultado, o general, apoia José Sarney como presidente. Assim, um ex-presidente do PDS, o mesmo líder que havia se colocado do lado contrário à Emenda Constitucional nº 05/83, de Dante Oliveira, seria o presidente que tinha como meta a transição de um regime autoritário para o democrático (ZAVERRUCHA, 1994).

Sob a Presidência de Sarney, o desenvolvimento econômico no Brasil foi projetado no I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, nos anos de 1986 a 1989, cujas metas estratégicas eram a implantação de um plano de reforma, combate à pobreza e crescimento econômico. No campo da Educação, o Ensino Técnico ganhou destaque especial no Plano, através de um programa de Expansão e Melhorias de Ensino Técnico (PROTEC).

Na análise da questão educacional, o I PND, no item 2.2. relacionado ao Programa de

Melhoria do Ensino de 2º Grau (BRASIL, 1986, p. 66)<sup>55</sup> esclarece que:

As escolas técnicas federais de 2º grau - industriais e agrícolas - receberão recursos necessários ao reforço e à ampliação de sua capacidade de atendimento, de tal forma que diversifiquem a oferta de habilitações, estendendo-as, tanto quanto possível, ao setor de serviços modernos (BRASIL, 1986, p. 66).

Em 04 de julho de 1986, o governo lança o Programa de Expansão e Melhoria de Ensino Técnico (PROTEC), que:

[...] previa implantação de duzentas escolas técnicas industriais e agrotécnicas em todo o Brasil, com prioridade para cidades do interior dos estados brasileiros, para atender às necessidades do processo de industrialização e possibilitar a formação de profissionais qualificados para o campo, norteados pela política de modernização e justiça social (QUEIROZ; SOUZA, 2017, p. 126).

A execução do PROTEC se deu através da construção das escolas e instalação de equipamentos pelo MEC e, no entanto, o governo executou de forma adversa ao pretendido, pois não houve a implantação nem a construção de escolas técnicas Industriais e Agrícolas, mas beneficiou as já existentes, inclusive com construção de novas estruturas, reconsiderando a construção de novas escolas. Assim, a Portaria Nº 67, de 09 de fevereiro de 1987, deu origem a criação de um sistema de Escolas Técnicas no aspecto de Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), como se fossem Campi Universitário (QUEIROZ; SOUZA, 2017). As UNEDs estariam ligadas aos CEFETS. Esse formato foi visto como menos oneroso aos cofres públicos.

No documento “Realizações do Ministério da Educação Período 85/90<sup>56</sup>”, do governo Sarney (BRASIL, 1990), observa-se que, das 77 escolas agrícolas de 1º grau, 46 estavam funcionando, embora faltando conclusão de algumas; 22 estavam em reformas; 05 apresentavam obras interrompidas; 1 aguardava liberação de recursos e 3 estavam em análise. Em relação às escolas de 2º grau, industriais e agrotécnicas, existiam 26 escolas agrotécnicas projetadas, 2 funcionando, 7 sendo executadas, 3 em processo licitatório, 11 a promover a licitação e 3 em análise. As escolas industriais das 64 projetadas, 8 obras concluídas, 7 quase concluídas, 19 em processo de execução, 8 em procedimento licitatório, 18 com previsão de licitar e 4 em análise, ou seja, a proposta das criação de 200 escolas, de fato, não foi efetivada. Ao contrário, houve contenção de gastos e proibição de aumentar o quadro de servidores, docentes e técnicos administrativos (QUEIROZ; SOUZA, 2017).

---

<sup>55</sup> <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/25>

<sup>56</sup> <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002550.pdf>

Com relação ao governo, alguns movimentos apontam que o presidente José Sarney contribuiu para retardar a possibilidade de consolidação da democracia brasileira. A primeira crise ocorreu em 12 de agosto de 1985. A deputada Bete Mendes viu-se diante de seu torturador, o Coronel Carlos Brilhante Ustra, adido na embaixada brasileira, no Uruguai. Ao retornar ao Brasil, a deputada envia uma carta ao Presidente protestando contra a presença de Ustra como adido militar e se manifesta com nota de desagravo no Congresso Nacional. Devido à falta de uma ação efetiva política de Sarney de remover Ustra do cargo, a reação do Exército se deu através do Ministro Leônidas ao elogiar aqueles que patrioticamente arriscaram suas vidas contra os subversivos. O fato é que devido à Lei da Anistia, tanto os guerrilheiros como os militares estavam protegidos (ZAVERRUCHA, 1994).

Outro movimento, entre os vários que ocorreram, foi o de 21 de janeiro de 1986, em que Fernando Lyra, Ministro da Justiça, entregou ao Presidente, a Lei da Defesa do Estado, tendo Sarney ignorado o projeto de Lyra. Essa Lei tinha o objetivo de substituir a Lei de Segurança Nacional (LSN), de origem do regime civil-militar. Em 07 abril de 1986, a justiça militar fez uso da LSN para condenar a um ano de prisão o líder Sindical Vicente Paulo da Silva, por ter difamado o Presidente Figueiredo. Dez dias depois, a deputada do PMDB, Ruth Escobar, foi condenada por ter ofendido as Forças Armadas (ZAVERRUCHA, 1994).

Com aumento da inflação na ordem de 19%, uma ala do PMDB reiniciou a discussão sobre eleições diretas. A popularidade de Sarney atingiu índices muito baixos e aumentou o número de greves. Em síntese, na transição do regime autoritário para o democrático, os líderes civis adiaram a eleição presidencial e o Congresso concedeu mandato de cinco anos para Sarney, ou seja, o mais longo governo da história de transições (ZAVERRUCHA, 1994).

Passados cinco anos, as eleições para Presidente apontam um novo candidato pouco conhecido, mas que devido suas atuações políticas e entre elas, aquelas contra funcionários públicos em situações irregulares conhecido como *caçador de marajás*, ajudou a dar início a um processo que culminou com a eleição de Fernando Collor de Mello para presidente do Brasil.

Collor disputou o segundo turno das eleições para presidente com Lula (PT) e utilizou-se do recurso de manter o discurso de *caçador de marajás*, ataques ao Presidente Sarney, responsabilizando-o pela crise e pelos altos índices de inflação, como também de corrupção e irregularidades. Também, atacava seu opositor (Lula-PT), relacionando-o ao comunismo durante os comícios. Em síntese, Collor venceu o 1º turno com 53,03% dos votos válidos, vencendo em quase todos os Estados, menos em Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, onde o candidato Lula (PT) venceu (ESTÓCERES, 2022).

A permanência no governo é o período que compreende da posse de Fernando Collor de Mello, em março de 1990 a sua renúncia, em setembro de 1992 que culmina, mais tarde, com o *impeachment*. Antes de assumir o governo, Collor, já eleito, viajou de 24 de janeiro até 13 de fevereiro de 1990, por diversos países como EUA, Inglaterra, Alemanha, Itália, URSS, Japão, Espanha, Portugal, além de Paraguai, Uruguai e Argentina. Buscou consolidar sua candidatura fora do país, considerada uma saída inteligente para propiciar maior credibilidade ao governo brasileiro. Já empossado, logo que assumiu, lançou o Plano Brasil Novo com a promessa de acabar com a inflação. O plano foi muito criticado e não conseguiu conter os níveis da inflação. Assim, foi lançado o Plano Collor II, em janeiro de 1991, com congelamento de preços, mas meses após, a inflação voltou a subir. Pouco tempo depois, Collor deixa o governo. Seu vice Itamar Franco assume (ESTÓCERES, 2022).

Em 1982, no solo gaúcho, a conquista foi do PDS com Jair Soares, que era o titular do Ministério da Previdência e Assistência Social no governo de João Figueiredo (1979 -1985) e três correntes partidárias fizeram oposição ao governo: Pedro Simon, do PMDB, Alceu de Moura Collares, do PDT e Olívio Dutra, do PT (NOSCHANG; MACHADO, 2019).

Assim, com a volta do pleito para governador dos estados brasileiros em 1982, a oposição cresce de maneira gradual; no Rio Grande do Sul, permanece um do antigo regime e com isso gera antagonismos com o PDS de Jair Soares e com o PMDB de Pedro Simon, os candidatos mais votados (NOSCHANG; MACHADO, 2019).

Quatro anos mais tarde, Pedro Simon (PMDB) venceu as eleições para o governo do estado. Simon observa que foi a campanha mais bonita<sup>57</sup> que fez, porque também, a campanha de 1986, foi uma eleição geral, em que se elegeu a Assembleia Nacional Constituinte. Por conseguinte, na plataforma eleitoral de Simon, o principal pedido era para mudança, mantendo o vínculo com a Nova República, sem obrigatoriedade ao governo federal, a reformulação da máquina administrativa e o fortalecimento da indústria e da agricultura gaúcha (NOSCHANG; MACHADO, 2019).

Sobre a campanha para eleição de Simon no ano de 1986, a organização de sua campanha foi,

[...] com o comando central na Rua 7 de Setembro, no Centro Histórico de Porto Alegre, com equipe composta por dez assessores de imprensa, vinte responsáveis pelo transporte, dez assessores de propaganda, quatro tesoureiros e sete assessores de serviços gerais (Zero Hora, 12 nov. 1986, p. 11). No começo, a coordenação geral

---

<sup>57</sup> Pedro Simon, em seus relatos, conta que estava muito deprimido devido a perda do filho mais novo e também por perdido sua esposa um ano antes. Seus amigos diziam que “foi a campanha mais bonita que eu fiz” (SIMON, 2017).

é de Cezar Schirmer, depois assume Carlos Giacomazzi, assessorado por Antenor Ferrari, Rômulo Brasil e Marcos Palombini. A comunicação e a produção de materiais ficam sob a responsabilidade de Alfredo Fedrizzi e de José Ernesto Pasquotto; a assessoria de imprensa com Bacchieri Duarte (SIMON, 2017).

Durante a campanha, Simon aparece em vantagem e o candidato atribuiu a diferença de 40% e até 53%, à “reação contrária às agressões, panfletos difamatórios e boatos, como embargo de obras de Candiota, dispensa de professores e funcionários e de não gostar da Brigada Militar” (NOSCHANG; MACHADO, 2019, p. 5). Ao final do pleito, Simon vence a eleição. Em 15 de março de 1987, Jair Soares, transmite o cargo de governador a **Pedro Simon**.

A seguir, a Biografia do governador Pedro Simon, referências do Plano de Governo e de Mensagem Final à Assembleia Legislativa em relação à Educação Profissional.

### 3.2.1 O governo de Pedro Simon, Biografia, Plano de Governo e Mensagem à Assembleia

Figura 11 – Governador Pedro Simon



Fonte: Portal do Governo do Estado.

#### 3.2.1.1 Biografia de Pedro Simon

Pedro Jorge Simon<sup>58</sup>, nasceu na cidade de Caxias do Sul (RS), em 31 de janeiro de 1930, tendo como pais Jorge Simon (Libanês que emigrou para o Brasil em 1922) e Jalila Simon. Em 1955, concluiu o científico e no ano seguinte ingressou no curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Porto Alegre. Em 1956, foi eleito Presidente da Junta Governista da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 1959, disputou a vereança

<sup>58</sup> A pesquisa biográfica de Pedro Simon foi realizada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) através do site: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/simon-pedro>

pelo PTB. Com a eleição em 1962 à Assembleia Legislativa, deixou o mandato da Câmara Municipal em 1963. Em 1964, foi eleito para liderar o partido PTB, na Assembleia.

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 02, participou da fundação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido considerado de oposição ao Regime civil-militar. Liderou oposição ao governo de Ildo Meneghetti (1963-1966) no Legislativo Gaúcho. Em 1974, relegeu-se pela quarta vez consecutiva à Assembleia Legislativa, atingindo 140 mil votos, a maior votação já obtida até então por um deputado estadual no país. Durante o período em que atuou na Assembleia, presidiu as comissões com temas relevantes como o projeto de instalação da Aços Finos Piratini e do III Pólo Petroquímico do RS.

Como Senador, postulou o restabelecimento do estado de direito e com a extinção do bipartidarismo, em novembro de 1979, foi um dos principais articuladores para criação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1980, assumiu a presidência do partido. Em 15 de janeiro de 1985, através da realização de um Colégio Eleitoral, Simon apoiou a candidatura oposicionista do ex-governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, no qual foi eleito Presidente pela Aliança Democrática, coligação do PMDB com dissidentes do PDS (batizada de Frente Liberal).

Em 1986, foi eleito governador do Rio Grande do Sul e, em abril de 1990, afastou-se do governo, ou seja, renunciou para concorrer ao cargo de senador da República, sendo substituído pelo vice-governador Sinval Guazzelli. Reeleito Senador pelo PMDB Gaúcho, assumiu a cadeira em 1991. Como Senador, teve importante papel como membro titular do Congresso Nacional para investigar denúncias de corrupção envolvendo o Presidente da República. Após o *impeachment* de Collor, Simon foi indicado líder do governo de Itamar Franco no Senado.

### 3.2.1.2 Plano de Governo com relação à Educação Profissional

O Plano de Governo de Pedro Simon, denominado de Diretrizes de Ação, contém 52 páginas. Quanto à forma, não seguiu as normas ABNT. A linguagem é culta, escrita na língua nacional e faz uso de gráficos, tabelas, dados percentuais e figuras para explicar as transformações estruturais ao longo do período. Nos três blocos em que o documento se dividiu, há referências à economia gaúcha, à economia pública e a estratégias de ação. No sumário do documento, não foi localizada a palavra Educação, nem referência a Educação



Profissional.

Nas estratégias de ação, do Plano<sup>59</sup> de Governo, observa-se que as propostas não se direcionam especificamente a uma categoria, pois, por exemplo, ao se referirem em *reorganizar o plano de carreira* não houve direcionamento para qual categoria, ou seja, se estavam relacionando a carreira dos policiais civis, militares, professores, especialistas, etc.

Foi possível observar que os tópicos adotados por Pedro Simon, na proposta do Plano de Governo, convergem para a Economia Gaúcha, Economia Pública e Estratégia de Ação, conforme os questionamentos com relação ao futuro do Governo, como também, a proposta pela administração de reorganização com vistas a superposição de funções e simplificação de estruturas densas e onerosas; extinção de órgãos; privatização e redução de recursos humanos através de dispensas, remanejamentos, treinamentos e eliminação de quaisquer privilégios; proposta de novo plano de carreira cujo objetivo é eliminar disparidades e aberrações; revisão de vantagens financeiras insustentáveis e socialmente injustas e aumento do tempo de serviço para algumas categorias.

Salvo melhor juízo, no Plano de Governo, denominado Diretrizes de Ação, proposto por Pedro Simon, não foram encontradas as palavras **Educação** e **Educação Profissional**, tanto na forma direta como na indireta, como também não houve indicação de capítulo, item ou subtítulo específico, que tratasse sobre o tema.

### 3.2.1.3. Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional

Já na Mensagem<sup>60</sup> Final encaminhada por Sinval Guazzelli<sup>61</sup>(Simon renuncia) à Assembleia Legislativa, sob ofício GG nº 046/91, de 15 de fevereiro de 1991, faz alusão ao governo de 1987/90, para o presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Cezar Augusto Schirmer, ao se referir sobre a educação, ou seja a que era ofertada pela Secretaria de Educação do Estado. Nesse período, a Secretária de Estado da Educação é Iara Silvia Lucas Wortmann e na mensagem, traz como sendo projeto prioritário de destaque, para a educação, de forma geral, a construção e reconstrução de escolas, inclusive fez referência à recuperação do ensino técnico industrial, agrícola e comercial com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento dos setores produtivos, embora não tenha explicado, no documento, como

<sup>59</sup><https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092416-plano-de-governo-governo-de-pedro-simon-periodo-de-1987-a-1990.pdf>

<sup>60</sup> <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29082128-mensagem1991.pdf>

<sup>61</sup> Sinval Guazzelli, vice-governador do RS, assumiu o mandato de Governador, em 02 de abril de 1990, e coube a ele dar continuidade às propostas, nesse último ano, devido ao afastamento de Pedro Simon para concorrer ao Senado, na qual foi eleito.

ocorrera essa recuperação.

Na mensagem, houve uma breve referência ao ensino técnico e suas relações (sem especificar ou explicar) com o setor produtivo e, no que se refere ao trabalho como princípio educativo, informa, no texto, que foram discutidos através de Fóruns de Debate, Seminários, Encontros, Reuniões, Grupos de Estudos e, em Comissões, cujo objetivo foi o de compor estratégias de operacionalização. Outro assunto abordado foi a referência de avaliação das Escolas Técnicas.

Em relação às AÇÕES/RESULTADOS à Educação Profissional, pela Rede Estadual, realizadas no governo de Simon/Guazzelli para a Educação, conforme quadro 14:

Quadro 14 - Síntese da Ação/resultado conforme Mensagem à Assembleia governo Simon/Guazzelli

AÇÕES	RESULTADOS
Rede Estadual Novos Cursos Técnicos  Exames Supletivos de Qualificação Profissional	Criação de 7 novos cursos para o Ensino Profissionalizante de 2º grau, sendo 4 para Auxiliar de Enfermagem, 1 de Mecânica e 2 para a Habilitação em Magistério, sem contudo, fazer referências em quais escolas e cidades foram implantadas. Oferta de exames supletivos para qualificação profissional a nível de 2º grau, no qual 2072 alunos realizaram habilitação de Técnico em Transações Imobiliárias e 1724 na Habilitação de Auxiliar de Enfermagem, como também, criação de 10 novas habilitações de 2º grau e unificação de 8 escolas de 2º grau.

Fonte: Autora com base na Mensagem 1991 do Governador à Assembleia Legislativa do RS (2022).

De forma geral, as escolas técnicas e as profissionalizantes da rede estadual não foram citadas no documento, embora haja comentários, de forma indireta, informando que foram realizadas atividades-fim com relação à Educação Profissional, como a ampliação de escola, aquisição de equipamentos, treinamento de recursos humanas, etc, pela obrigação do dever de fazer enquanto administrador.

Já para a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC) houve descrição detalhada no período de 1987/90 e a citação das ações desenvolvidas, por exemplo dos 657 técnicos de nível médio, nas áreas de Química, Mecânica, Eletrotécnica e Eletrônica que se formaram no período; oferta de estágio supervisionado junta a empresas, para alunos formados e prestação de serviços a empresas da região, na produção de peças complexas, ensaios mecânicos e análises químicas, entre outras ações.

Com relação a FETLSVC, informa que a mesma esteve a frente na Coordenação do Projeto de **Reorientação do Ensino Técnico para o Estado do Rio Grande do Sul**, criado pelo Decreto Estadual nº 33.487/89 com previsão de duração em cinco anos (1989/1993), com programação através de convênios, acordos firmados e contratos de formação de recursos humanos em disciplinas técnicas, bem como readequação de espaços e compra de materiais e equipamentos para as escolas envolvidas no projeto. As escolas participantes do Projeto-Piloto foram: Escola Estadual de 2º Grau de Caxias do Sul (Caxias do Sul); Escola Estadual de 2º Grau de Portão (Portão); Escola Estadual de 2º Grau São João Batista (Montenegro); Escola Estadual de 2º Grau Frederico Guilherme Schmidt (São Leopoldo); Escola Estadual de 2º Grau Monteiro Lobato (Taquara) e, a própria Fundação, em Novo Hamburgo. No quadro, os resultados com relação à Educação Profissional no governo de Simon/Guazzelli.

Quadro 15 - Materialidade da Educação Profissional no Governo de Simon/Guazzelli.

Fonte: Autora (2022).

GOVERNO	PLANO DE GOVERNO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ou EDUCAÇÃO			MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO		
	EXPRESSÕES (associações)	PROPOSTAS	CONCLUSÕES	EXPRESSÕES (associações)	AÇÕES	CONCLUSÕES
Pedro Simon Sinval Guazzelli PMDB  (1987-1990)  Diretrizes de Ação	Não foi localizada a palavra educação, nem a palavra profissional, junto ou separada.	No documento não houve a divisão por temas e assuntos prioritários. Estratégias de ação de natureza administrativa, como extinção de órgãos, privatizações e redução de pessoal, retirada de privilégios;	Suas propostas referem-se às estratégias de ação na natureza administrativa, no gasto público, descentralização, municipalização, privatizações, educação de privilégios, não foi localizado Política de EP própria do Estado.	Ensino Técnico Ensino Técnico Agrícola Ensino Comercial Centros Profissionalizantes	Cita como Projeto Prioritário para Educação: construção/reconstrução de Escolas e novas vagas Refere-se no final do mandato na recuperação do Ensino Técnico Industrial, Agrícola e Comercial e também na compra de mobiliário. -Projeto Ensino Técnico e a Implantação de Centros Profissionalizantes (educação e setores produtivos primário, secundário e terciário)	Na mensagem há referência de que houve a oferta da EP associado à qualificação para atender demandas do setor produtivo. Não houve registro de Política de EP própria do Estado.  FETLSVC como referência de EP Técnica

Em síntese, no governo de Simon/Guazzeli, a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha teve importante papel com relação à Educação Profissional delegado pelo Governo do Estado. No plano de Governo e na Mensagem à Assembleia, a relação do Curso Normal de nível médio ofertado pela rede estadual, quando citado no documento, foi de forma genérica e sem identificar qual a escola fez referência, tipo de ação ou proposta.

No RS, em 15 de março de 1991, o Governador Sinval Guazzelli transmitiu o cargo para **Alceu Collares**. Entretanto, antes de se fazer referência ao governo, é importante trazer ao debate à Constituição Estadual de 1989 do envolvimento dos partidos políticos, da referência à Educação Profissional, bem como os governos de Sarney a Itamar Franco.

### 3.3 COMO A AURORA PRECURSORA, A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, NA CONSTITUIÇÃO DO RS, DE 1989, E NOS GOVERNOS DE COLLOR DE MELLO A FHC.

O objetivo da seção é historicizar a Constituição Estadual de 1989, seus atores e observar a Educação Profissional na Carta, como também procurar identificar, nos governos de Collor de Mello a Fernando Henrique Cardoso, referências sobre a Educação Profissional.

Nas eleições de 15 de novembro de 1986, os deputados eleitos na 47ª legislatura, na Assembleia Legislativa Gaúcha, tiveram, além de legislar, a finalidade de elaborar a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul. Ulisses Guimarães, em Brasília, no mesmo dia em que promulgou a Constituição de 1988, também, em 5 de outubro, “realizou uma cerimônia simbólica e atribuindo às Assembleias Legislativas dos estados o poder de elaborar suas próprias Constituições” (FELONIUK, 2019, p. 8).

O PMDB, no governo com Pedro Simon e com maioria na Assembleia Legislativa, em organização interna, decidiu pela formação de Comissões Temáticas que deveriam guiar a elaboração da Constituição Estadual. Os partidos existentes na Assembleia Legislativa PFL, PDT, PDS, PTB, PSB e PSDB se organizaram de forma e interesses distintos. Também, houve esforços para envolver a sociedade no debate e para isso houve o uso de recursos tecnológicos, como um sistema de informática capaz de receber as propostas da sociedade em tempo hábil.

Com relação a Comissão Temática, o Regimento Interno aprovado decidiu que deveriam ser apenas seis e sem Tribuna Popular e as propostas de origem popular deviam ser endossadas por três entidades representativas e duas mil assinaturas (FELONIUK, 2019).

Assim, constituíram-se seis Comissões Temáticas: a Comissão de Organização do Estado; de Organização dos Poderes; do Sistema Tributário, de Orçamento e Finanças; de

Ordem Social e Econômica; de Educação, Cultura, Desporto, Ciência, Tecnologia e Turismo; e de Defesa do Cidadão, Saúde e do Meio Ambiente. Na Educação, uma proposta elencada por Müller (PMDB), previa a construção de uma Universidade Estadual. Celso Bernardi (PDS) propõe planos de alterações da carga horária do Magistério e propostas para o fim das repetências em escolas, enquanto Tufy Salomão (PFL) aborda o tema violência nas escolas.

De forma sintetizada, o tema educação, na Constituição Estadual de 1989, teve maior ampliação dos deveres estatais como a universalização do Ensino Médio, criação de cursos no período noturno, por exemplo, e **Cursos Profissionalizantes**, de acordo com o art. 199<sup>62</sup> (FELONIIUK, 2019).

Com relação à Educação Profissional, a Constituição de 1989 trouxe, no art. 137, a referência à política penitenciária. Em relação à reintegração social de pessoas presas a prioridade era a seguinte: III - a escolarização e profissionalização de presos. Nesse formato, é passível a compreensão, de forma indireta, que em 1989, houve uma vaga referência à Educação Profissional.

Na Constituição Estadual a expressão **Educação Profissional**, passou a ser lida somente devido à nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 82, de 19 de agosto de 2022. no art 137 IV, da Seção V, Da polícia Penal, Capítulo II - Da Política Penitenciária, na Constituição Estadual de 1989, conforme citação abaixo:

Art. 137. A política penitenciária do Estado, cujo objetivo é a reintegração social das pessoas presas, terá como prioridades:  
IV - a elevação dos níveis de escolaridade, **educação profissional** e empregabilidade da população prisional (ESTADO, 1989, ART 137, IV, grifo nosso).

A Constituição Gaúcha de 1989 teve uma característica peculiar: não ter um anteprojeto, o que importou em mais tempo para a elaboração das propostas e debates, com acréscimo de um número considerável de emendas populares. Em 03 de outubro de 1989, nasce uma nova Carta, resultado das lutas políticas dos anos 1980, fortalecendo a transição para democracia no solo gaúcho (SOARES; ERPEN, 2013).

No período, o Brasil, em meio a crise, no governo Sarney, com novas ondas de greve, assinala a resistência do movimento sindical brasileiro, especialmente na categoria dos servidores públicos. É decretada a moratória da dívida externa e o Plano Bresser. Com essas medidas, a crise se intensifica dando continuidade a greve cada vez mais acirrada. Nesse

---

<sup>62</sup> Art. 199. É dever do Estado: V - manter cursos profissionalizantes, abertos à comunidade em geral (ESTADO, 1989).

contexto em que surge o Plano Verão, quando o Cruzado Novo, como nova moeda, circula no país. O governo Sarney reage de forma imediata, com ação violenta das Forças Armadas, levando a óbito três operários metalúrgicos e dezenas de pessoas feridas, na greve de 06 de outubro, em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, na luta de resistência dos Trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional. Também, em 22 de dezembro do mesmo ano, o assassinato do Líder Sindical e Seringalista Chico Mendes, em Xapuri, no Acre (SOARES; ERPEN, 2013).

A contraposição ao Governo Sarney, diante da crise econômica e social, foi a articulação política com a criação do Mercado Comum do Sul - o MERCOSUL<sup>63</sup>, inicialmente entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, a partir de 06 de abril de 1988 e, “em 29 de novembro o Brasil e a Argentina assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, base para área de livre comércio entre os dois países” (SOARES; ERPEN, 2013, p.201).

No ano em que a sociedade gaúcha estava organizada no projeto da publicação da Carta Constitucional Gaúcha, em 1989, uma forte campanha midiática com foco no combate à corrupção, traz para o Cenário Nacional político, o então governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, conhecido por *caçador de marajás*<sup>64</sup>. Embora em outro patamar político, trazia com força a ascensão dos movimentos sociais e políticos mais à esquerda, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, com propriedade para representar esse bloco.

A relevância do tema é que o processo dizia respeito à primeira eleição direta para presidente, após 1960, e trouxe para a disputa o Partido da Reconstrução Nacional (PRN) organizado por Collor de Mello e Lula na formação da Frente Brasil Popular, reunindo o PT, o PCdoB e o PSB, em destaque, pois foram os que seguiram, o pleito, no segundo turno, embora, mais vinte candidaturas presidenciais foram alcançadas, com destaque para Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Guilherme Afif Domingos (PL), Ulysses Guimarães (PMDB), Roberto Freire (PCB), Aureliano Chaves (PFL), Ronaldo Caiado (PSD), Afonso Camargo Neto (PTB), Enéas Carneiro (PRONA), Fernando Gabeira (PV), Celso Brant (PMN). Apenas uma mulher concorreu no pleito de 15 de novembro, Livia Maria, do Partido Nacionalista - PN, tornando-se a primeira candidata à Presidência na História do Brasil (SOARES; ERPEN, 2013, p. 201). Assim, no segundo turno, Collor venceu

<sup>63</sup> Em 26 de março de 1991, já no Governo Collor, o Tratado de Assunção foi assinado criando oficialmente o MERCOSUL, o qual entrará em vigor em 29 de novembro do mesmo ano. (SOARES; ERPEN, 2013, p. 201).

<sup>64</sup> “Em 23 de março de 1988, a Revista “Veja” anuncia na capa reportagem sobre o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, atribuindo-lhe o título de “Caçador de Marajás”. Os chamados “marajás” eram funcionários públicos que, por meio de processos fraudulentos, acumulavam vencimentos e benefícios exorbitantes” Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/novo-ator-politico-aparece-em-cena>

Lula por 35.089,998 votos ( 49,94%) contra 31.076.364 (44,23%).

Em 15 de março de 1990, inicia a era Collor, marcada pelas medidas econômicas liberalizantes controversas, pois já no segundo dia de governo decretou o “Plano Collor”, estabelecendo o retorno do cruzeiro como moeda e confisco monetário por 24 meses, atingindo principalmente as poupanças e contas correntes do conjunto da população das camadas médias.

Collor perdeu apoio no Congresso em meio a uma crise inflacionária não foi resolvida com o “Plano Collor II”, lançado em 31 de janeiro de 1991 pela então Ministra Zélia Cardoso de Mello. Como resposta ao governo, ocorre a greve geral comandada pela CUT e pela CGT, dando início a um período de greves de diversas categorias, principalmente dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos. Com a crise, as manifestações contra Collor começaram a se ampliar. O Congresso da UNE com o slogan “Fora Collor!” e o movimento “Caras Pintadas” mobilizam o país, levando pessoas às ruas, exigindo o *impeachment*, processo que ocasionou com a renúncia de Collor, o primeiro da história brasileira, que após ampla e extensa investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) tornou Collor de Mello inelegível por oito anos.

A descrição da realidade brasileira nos ajuda a entender como se estruturam as propostas e ações para a Educação Profissional. Enquanto no cenário nacional está o PRN, de Collor de Mello (que em poucos meses é substituído por Itamar Franco, do PMDB), no Palácio Piratini, no RS, assume o PDT de Alceu de Deus Collares.

Na sequência, a Biografia de Alceu Collares, seu Plano de Governo e a Mensagem Final endereçada ao Presidente da Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional.

### **3.3.1 Governador Alceu Collares, Biografia, plano de governo e Mensagem Final à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional**

Figura 12 – Governador Alceu Collares



Fonte: Portal do Governo do Estado

### 3.3.1.1 Biografia de Alceu Collares

Alceu de Deus Collares<sup>65</sup>, natural de Bagé (RS), nasceu no dia 12 de setembro de 1927, filho de João de Deus Collares e de Severina T. Collares. Radicado em Porto Alegre, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1958. Foi vereador pelo PTB em Porto Alegre em 1962. Filiou-se ao MDB com o bipartidarismo. Em abril de 1980, como líder dos trabalhistas na Câmara, Collares sugeriu um maior contato com os militares para a troca de ideias, declarando que “os militares no Brasil não constituíam uma casta, sua origem era o povo, mas lamentavelmente, por algum tempo, estavam dando sustentação a um regime que era contra o povo”. Em 1998, foi eleito deputado federal pela coligação Frente Trabalhista Rio Grandense, composta pelo PDT, pelo Partido Social Trabalhista (PST) e pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN). Em 2002, Collares reelegeu-se deputado federal.

### 3.3.1.2 Plano de governo de Alceu Collares, com relação a Educação Profissional

O Plano<sup>66</sup> de Governo de Collares, intitulado Projeto “Povo Grande do Sul”, da Frente Progressista Gaúcha, tinha 146 páginas, foi escrito em linguagem nacional, de forma culta, sem apego às normas ABNT, com sumário e apresentação (introdução). No documento, há referência da sigla FPG que presume-se ser *Frente Progressista Gaúcha*, pois não há referência no plano sobre abreviaturas. O texto apresentava as propostas divididas em quatro grandes áreas. Nas páginas iniciais de apresentação do Plano de Governo, Collares informa que a administração será feita com a “efetiva participação da população, através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento”. Os blocos abordados no seu plano, denominados de área, são a social, sendo o primeiro a ser apresentado, a infra-estrutura, a econômica e administrativa.

Em relação à área social (em que a Educação se encontra inserida), inicia-se a explanação com a Educação. Comenta que a política educacional, desde o regime autoritário, implantou a ineficiência do ensino e a reprodução das desigualdades sociais. No plano da Frente Progressista Gaúcha (FPG), a prioridade era a Educação popular participativa, pois pretendia-se elevar o percentual de investimento para 35% do orçamento estadual, para que os mesmos revertessem na melhoria qualitativa da Educação.

<sup>65</sup> A pesquisa biográfica de Alceu Collares foi realizada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) através do site: [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alceu-de-deus-collares](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alceu-de-deus-collares) (Biografia de Alceu Collares)

<sup>66</sup><https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092120-plano-de-governo-governo-de-alceu-collares-periodo-de-1991-a-1994.pdf>.



As propostas, no Plano de Governo, para a Educação Profissional, no Projeto *Povo Grande do Sul*, da Frente Progressista Gaúcha eram, entre outras, a implantação de CIEPs profissionalizantes, escolas de turno integral que oferecessem formação de mão-de-obra qualificada a nível de 1º e 2º Graus e a reativação das escolas técnicas, bem como a ampliação das escolas de 2º grau, tornando-as **Centros de Profissionalização**, geograficamente distribuídas para atender a realidade sócio-política-culturais da comunidade e a utilização dos prédios e equipamentos das antigas escolas polivalentes.

Em 1995, a Secretária de Estado de Educação era Ana Lia Duarte Ibargoyen e na Mensagem Final<sup>67</sup> encaminhada à Assembleia Legislativa, sobre a pasta, houve referência a programas e realizações do governo de Collares com relação à educação, de forma geral, e informações de que o governo assumiu o quadro de redução progressiva da infraestrutura e do equipamento da rede escolar; 42 % das escolas não tinham condições de funcionar e havia um excedente de demanda de aproximadamente de 200 mil matrículas em idade escolar. Com o projeto *Nenhuma Criança Sem Escola*, a realidade se converteu incontestável, pois combinou o Calendário Rotativo, a Nucleação Microrregional do Ensino e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs).

### 3.3.1.3 Mensagem Final à Assembleia Legislativa com relação à EP no governo de Alceu Collares

Na Mensagem Final, endereçada ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Carlos Renan Kurtz, foi relatado que o Calendário Rotativo contribuiu para que o emprego de recursos em infraestrutura e em equipamentos ampliasse o impacto social com relação à população beneficiada, pois ao fazê-lo otimizou a equação custo-benefício, contribuindo para evitar ociosidade e desperdício do setor público. Sobre o Projeto de Nucleação Microrregional do Ensino, distribuiu 1000 veículos e ofereceu transporte gratuito para estudantes acessarem escola, estrategicamente definida para sediar o ensino e, dessa forma, garantir com rapidez acesso à educação nas comunidades do interior dos municípios do Estado. Também, os CIEPs foram resultado do entendimento de que, em comunidades muito pobres, a escola pública só poderá prover educação eficiente e eficaz se garantir condições integrais com relação ao ambiente social do estudante. Essas foram algumas das ações informadas na Mensagem à Assembleia do governo Collares.

---

<sup>67</sup> Mensagem à Assembleia Legislativa registrada nos arquivos do planejamento como mensagem 1995 parte 1. Disponível em <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29082139-mensagem1995parte1.pdf>.

Com relação às AÇÕES/RESULTADOS informados na Mensagem do governo de Collares para a Educação Profissional tem-se o seguinte o quadro 16:

Quadro 16 - Síntese AÇÃO/RESULTADO NO GOVERNO DE ALCEU COLLARES  
(continua)

AÇÕES	RESULTADOS
Sistema de Aproveitamento Integral do Espaço Escolar - Calendário Rotativo	Na visão do governo, oportunizou absorção da clientela de estudantes excedentes, racionalização de recursos, evitando a construção de 2000 novas salas de aula.
Recuperação do Ensino Técnico	Recuperação da rede física, hidráulica e elétrica pelo Projeto Mutirão. Recuperação de 68 escolas técnicas e 19 escolas agrícolas. Reequipamentos dos internatos, com beliches, armários, colchões, material de cantina. Aquisição de 13 veículos Toyota, 46 máquinas agrícolas, 5 tratores, 7 veículos Kombi, 227 equipamentos comerciais, 1.102 equipamentos industriais. Realização de concurso e contrato de funcionários e professores para suprir necessidades. Aquisição de Livros Técnicos.
Construção de CIEPs	Oferecimento de ensino formal, especial e profissionalizantes em turno integral, voltados para população de baixa renda. Construção de 55 CIEPS e em 1995 conclusão de 12.
Projeto Melhoria da Qualidade do Ensino	Integração vertical das Instituições de Ensino entre os três graus de ensino. Distribuídos 32.098 uniformes, 250.000 pares de tênis, 220.000 camisetas; e 250.000 kits de materiais escolares para alunos de baixa renda (mochila, pasta, cadernos, lápis, apontador, tesoura, lápis de cor, régua, borracha, escova e creme dental. Merenda Escolar com qualidade e quantidade.
Curso de Capacitação para Diretores	A partir de 1992, Curso de Administração Escolar para Diretores com duração de 120h/a visando qualificar os Diretores de Escola.
Fundação Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha : proposta de extinção	No documento, há a referência de que a escola sobrevive às custas dos recursos públicos. Atendimento médio de 2300 alunos por ano nas áreas de Química, eletrônica, eletrotécnica e Segurança do Trabalho
Informatização dos Estabelecimentos de	Aquisição de 78 microcomputadores, 120

(conclusão)

Ensino	impressoras; contrato com a PROCERGS
Racionalização de pessoal priorizando atendimento ao aluno	Em 1991, o número de matrículas de professores era 96.046 no Estado, 7.450 encontravam-se cedidos a outros órgãos. Em outubro de 1994, o número de matrículas em exercício era 91.860 e o retorno de 4.973 professores cedidos para a origem. Contratação em regime fechado - Contrato emergencial de 3000 professores por tempo de 1 ano letivo.

Fonte: Autora com base na Mensagem 1995 do Governador à Assembleia Legislativa do RS (2022).

Outros programas para a EJA, Educação na Televisão, Reedição de Revistas de Ensino, Ação Direta na Rede Escolar, como aquisição e distribuição de livros, entre outros, também foram realizados no Governo Collares. Em síntese, Collares apostou na gestão popular, criou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES, e com relação ao Calendário Rotativo foi alvo de muita polêmica, de greve do magistério, perdendo popularidade, pois o Calendário estabelecia três períodos de início letivo e extinguiu dois recessos: um de inverno e parte de um de verão. Com isso, a Comunidade escolar encontrou dificuldades para se organizar.

No quadro, os resultados com relação à Educação Profissional no governo de Alceu Collares.

Quadro 17 - Materialidade da Educação Profissional no Governo de Simon/Guazelli

GOVERNOS ESTADUAIS 1971 A 2021 ANÁLISE DOS RESULTADOS						
GOVERNO	PLANO DE GOVERNO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ou EDUCAÇÃO			MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO		
Alceu Collares PDT	EXPRESSIONES (associações)	PROPOSTAS	CONCLUSÕES	EXPRESSIONES (associações)	AÇÕES	CONCLUSÕES
(1991-1994) Partidos da Frente PDT, PSDB e PCdoB  Povo Grande do Sul Frente Progressiva Gaúcha	Ensino Profissionali- zante	Escolas de Turno Integral - CIEPs Profissionali- zantes Escolas de Magistério funcionando como Centros Educaçãois.	Houve interesse com a Educação Profissional, mas não foi localizado Política de EP própria do Estado.	Ensino Profissionalizante  Ensino Técnico	Calendário Rotativo Criando três período de início letivo; Construção e implantação de CIEPs profissionalizan- tes Projeto Revitalização do Ensino Técnico (recuperação de escolas técnicas)	Atenção a Educação Profissional incluindo ensino profissionalizantes No governo Collares houve a proposta de extinção da Fundação devido a 82, 8% da receita proveniente dos cofres públicos, mas não foi aprovada na

						Assembleia Legislativa do Estado. Não há referência a Política de EP própria.
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Autora (2022).

Observa-se que, com a saída de Collor do governo federal, assume Itamar Franco, dando início ao Plano Real. No período, o Brasil concordou com a entrada de capital estrangeiro e permitiu um considerável número de empresas estatais privatizadas. Também, privatizou o setor siderúrgico nacional e foi responsável pela polêmica desestatização do setor petroquímico de fertilizantes e da venda da empresa Embraer (RODRIGUES; JURGENFELD, 2021).

No governo Itamar, o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso - FHC, propõe três ações para dar continuidade ao neoliberalismo no país:

1) auxiliou em uma perda ainda maior de autonomia por parte do Estado nacional com a conclusão da negociação do Plano Brady; 2) realizou a elaboração do Plano Real; 15 e 3) continuou o programa de privatizações herdado de Collor (RODRIGUES; JURGENFELD, 2021, p. 11).

Convém lembrar que com o *impeachment* de Collor, o projeto neoliberal fora, em partes, interrompido. Houve, nesse período, aprovação da Lei 8948/94” ocasionando a modificação das Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas Federais para os Centros Federais de Educação Tecnológica-CEFETs (FERREIRA, 2020, p. 185) - um marco importante nesta trajetória da EPT em nível nacional. Assim, a Portaria 646/97, publicada, pelo MEC, refreou a oferta da Educação Básica e Profissional concomitantemente (FERREIRA, 2020, p. 186).

Nesse contexto, nos anos de 1994, em que se falava em eleições, era comum o pensamento que “Lula estaria no segundo turno, ainda que não se soubesse contra quem” (MENDES; VENTURINI, 2015, p. 2). No entanto, o Plano Real lançado no governo de Itamar Franco, impulsionou a campanha de Fernando Henrique Cardoso, que à época era Ministro da Fazenda, a vencer as eleições para Presidente do Brasil. Com a derrota de Luiz Inácio Lula da Silva e da Frente Popular, em janeiro de 1995 assumiu como Presidente, Fernando Henrique Cardoso (FHC), para um mandato de quatro anos, sendo *a posteriori* reeleito. No período, FHC implantou um programa neoliberal para os países industrializados e nos primeiros quatro anos ocorreu a supervalorização do real, a abertura das barreiras alfandegárias, permitindo a inflação manter-se sob controle e as classes médias, médias-altas e altas, tiveram acesso a produtos e viagens estrangeiras, assim como acesso a bens de consumo importados. Assim, era comum levar filhos e netos à Disney, mesmo sendo da classe média brasileira. Também houve a privatização das empresas brasileiras, que envolveram propriedade de valores fluviiais

como a telefonia fixa, energia (produção e distribuição), mineração, entre outras (MAESTRI, 2019).

Na Educação, os movimentos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e o Decreto Federal 2.208/97 inauguraram as bases para a reforma do Ensino Profissionalizante, pois a legislação obrigava as instituições públicas e privadas a se adequarem às novas diretrizes. Assim, em relação à reforma do Ensino Médio e Profissional, no âmbito do Governo Federal, na gestão do Governo de FHC, existiam dois projetos distintos: “o do **Senete** (Secretaria de Ensino Técnico, que a partir de 1995 passa a ser nomeada como Secretaria da Educação Média e Tecnológica - Semtec) e outro do Ministério do Trabalho, por meio do **Sefor** (Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional)” (MANFREDI, 2016, p. 88).

Assim, a Sefor, em reuniões de discussões, foi responsável pela formação de base para elaboração do “projeto de Educação Profissional que iria orientar as políticas de formação e as intervenções” do Ministério do Trabalho (MANFREDI, 2016, p. 88). O Plano Nacional de Educação Profissional estabelecia “o desenvolvimentos de estratégias formativas destinadas à qualificação/requalificação de trabalhadores jovens e adultos e à sua formação continuada, buscando superar a visão predominante de ‘treinamento’” (MANFREDI, 2016, p. 89).

Também, havia o desacordo da dicotomia entre Educação Básica e Educação Profissional, em que o entendimento era de que a parte profissional deveria ter o desenvolvimento das habilidades e de conhecimentos básicos necessários para o desenvolvimento integral do estudante para que possa garantir o reingresso no sistema de educação formal (MANFREDI, 2016).

No MEC, em 1991, por meio da Senete<sup>68</sup>, elaborou-se a proposta do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, idealizando o envolvimento de “todas as escolas técnicas do Setor Público Federal, Estadual e Municipal e as Instituições Particulares da Rede Senai e Senac” (MANFREDI, 2016, p. 91). O Sistema seria, então, formado pela Rede de Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) que são associados (articulação, parcerias) enquanto Política de Educação Profissional, com Universidades e escolas isoladas, com ensino de engenharia, escolas agrotécnicas e técnicas estaduais e municipais, Senai, Senac e demais instituições particulares voltadas ensino técnico (MANFREDI, 2016, p. 92).

Para FHC, a reforma do Ensino Médio e profissional vinha ao encontro prioritário da melhoria educacional e da adequação às “novas demandas econômicas e sociais da sociedade

---

<sup>68</sup> Mais tarde, o Ministro Paulo Renato Souza (1995) criou a Semtec e o projeto anterior serviu de orientação para elaboração dos projetos de reforma do Ensino Médio e Técnico (MANFREDI, 2016, p. 92).

globalizada” (MANFREDI, 2016, p.100), como também vinha para orientar o avanço tecnológico e repercutir na demanda do mercado de trabalho. Assim, a partir do Decreto Federal 2.208/97, ao regulamentar a LDB (nos artigos 39 a 42), teve como objetivos “formar técnicos de nível médio e tecnólogos de nível superior, especializar e aperfeiçoar conhecimentos tecnológicos e qualificar, requalificar e treinar jovens e adultos em qualquer nível de escolaridade para o exercício do trabalho” (MANFREDI, 2016, p. 101).

Manfredi observa que a “reforma da Educação Profissional , regulamentada pelo Decreto 2.208/97, pela Medida Provisória n.1549/97 e pela Portaria 646/97, legitimou um projeto de Educação que se configurou na contramão dos projetos que vinham sendo discutidos” (MANFREDI, 2016, p. 104), ou seja, a reforma estabeleceu uma separação entre o ensino médio do profissional, ocasionando redes e sistemas distintos. Entende-se que esse momento, na historicidade da EPT, é um retrocesso, que retorna com a atual proposta de reforma do Ensino Médio.

Portanto, no primeiro mandato de FHC, em linhas gerais, a ideia foi a Educação Profissional ser vista como uma possibilidade à educação Superior, embora sem ter a clareza de como isso se daria. No entanto, houve o pensamento de que os Cursos Técnicos serviriam de *compensação* para os que não conseguissem matricular-se no Ensino Superior, reportando aos projetos à Lei 5692/1971. Já no segundo governo de FHC, a estratégia relembrou a década de 1960 a 1970 e manteve a ideia de que Educação Profissional Superior deveria ser equiparada aos Cursos Superiores, porém mantendo a concepção de distinguir ensino acadêmico de ensino profissionalizante. Essa nova abordagem, do segundo governo de FHC, foi ao encontro dos interesses das instituições privadas de ensino superior (BRANDÃO, 2013) e essa visão observa-se em várias fases da trajetória da EPT, tanto em nível federal quanto estadual. Convém questionar qual Educação Profissional e para quem os governos constroem?

Retomando os anos de 1995, no Rio Grande do Sul, em 1º de janeiro, o Governador Alceu Collares transmitiu o cargo para **Antônio Britto**. O governo eleito “encontrava-se em total sintonia com as políticas adotadas pelo governo federal [...]. No setor público, a Reforma do Estado implicou a privatização de empresas estatais, adoção de medidas de gestão para redução de gastos públicos e incentivos fiscais às empresas multinacionais” (DRABACH; MOUSQUER, 2013, p.4).

Na seqüência, a Biografia de Antônio Britto, seu Plano de Governo e Mensagem à Assembleia com relação à Educação Profissional, na Rede Estadual.

### 3.3.2 O governo de ANTÔNIO BRITTO (1995-1998) com relação ao Plano de Governo e Mensagem à Assembleia

Figura 13 – Governador Antônio Britto



Fonte: Portal do Governo do Estado.

#### 3.3.2.1 Biografia de Antônio Britto

Em 1º de julho de 1952, na cidade de Santana do Livramento (RS), nasceu Antônio Britto<sup>69</sup> Filho, tendo como pais Antônio Saturnino Correia de Britto e Iolanda Britto. Casou-se com Wolia de Almeida Santos Costa Manso. Britto foi estudante do Grupo Escolar Professor Chaves, em Livramento e da Escola Estadual Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. Concluiu a Graduação em Biblioteconomia e Comunicação Social pela UFRGS. Foi eleito, em 1986, o segundo deputado mais votado do Rio Grande do Sul, com mais de 305 mil votos. Foi reeleito deputado federal em outubro de 1990. No início de 1992, viajou ao Chile para estudar o processo de privatização do sistema previdenciário daquele país. Em 1992, foi convidado pelo presidente Itamar Franco para ocupar o Ministério da Previdência Social. Candidatou-se ao governo do Estado em 1994, com o apoio da coligação Rio Grande Vencedor, formada pelo PMDB, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB) e pelo Partido Liberal (PL). Venceu Alceu Collares nas eleições e renunciou à cadeira de deputado. Após deixar o governo do Estado, Britto anunciou sua retirada da vida política e passou a trabalhar na área privada.

#### 3.3.2.2. Plano de governo de Antônio Britto com relação à Educação Profissional

---

<sup>69</sup>A pesquisa biográfica de Antônio Britto foi realizada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) através do site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-brito-filho>. Com relação a Antônio Britto, também é autor dos livros: *Assim morreu Tancredo* (1985) e *O Brasil a caminho da Constituinte* (1986).

Com relação ao Plano<sup>70</sup> de Governo de Antônio Britto, intitulado: “Diretrizes de Governo” - Movimento Rio Grande Unido e Forte, tem-se um documento numerado em páginas, sem apresentar aspecto formal, nem normas ABNT. Foi lido pela pesquisadora em formato pdf, com 36 páginas, possuindo apresentação e ideias distribuídas sem indicação de ordem numérica, no formato paisagem e com divisão em duas colunas e em outras páginas, em formato retrato, com a descrição das ideias com título, em letra maiúscula. A palavra Educação Profissional não foi encontrada no plano de governo de Britto, apenas algumas poucas referências à expressão ensino técnico.

As diretrizes de Governo trazem, nas páginas iniciais, em formato de cartilha, os principais tópicos: paz na Educação; intervenção na saúde; emprego; estatais eficientes; transportes; portos; desenvolvimento; comunicações; energia; qualidade gaúcha; segurança; combate à fome; apoio ao pequeno produtor; criança e adolescente; finanças; cultura; turismo. Na apresentação, refere-se que o plano foi elaborado com base nas “lições recolhidas pelos candidatos do Movimento Rio Grande Unido e Forte, em contato direto com a realidade dos municípios rio-grandense” e, após há um registro sobre a situação atual do Rio Grande do Sul e os desafios do Governo Antônio Britto.

O Plano de Governo aponta “72 ideias de Britto para um Rio Grande Unido e Forte” (PLANO DE GOVERNO, 1995, p. 2) e, com relação à Educação Profissional a ideia é a volta do Ensino Técnico, com a criação de escolas técnicas em todo o Estado, objetivando recuperar o ensino técnico e ensinar uma profissão aos jovens (PLANO DE GOVERNO, 1995, p. 5). No plano, não há referência à política para Educação Profissional própria na Rede Estadual.

### 3.3.2.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional

Em relação à Mensagem<sup>71</sup> Final, encaminhada para o Presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Ivo Sartori, em 1998, o governo assinala que suas ações e iniciativas foram agrupadas em quatro grandes blocos: reforma e reconstrução do Estado; recuperação e infraestrutura; transformação estrutural da Economia Gaúcha e Promoção Social (em que se encontra incluída a Educação).

Com relação à EP observam-se algumas AÇÕES/RESULTADOS no governo de Antônio Britto no quadro 18:

<sup>70</sup><https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092203-plano-de-governo-governo-de-antonio-britto-periodo-de-1995-a-1998.pdf>

<sup>71</sup> <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29082151-mensagem1999.pdf>



Quadro 18 - Síntese de Ações/Resultados com relação à Educação Profissional

(continua)

AÇÕES	RESULTADOS
Calendário Escolar	Promoveu o fim do Calendário Rotativo, implantado pelo governo Collares
Faltas ao serviço	Anistia de punições impostas durante a greve do Magistério no governo anterior com relação ao ponto dos professores e servidores estaduais.
Escolha de Diretores	Eleição direta para diretores de escola
Revisão de remunerações	Viabilizou aumento real de salários, entre janeiro de 1995 a 1998, em 30,26%.
Magistério/servidores: Plano de Carreira Contratações	Elaborou o Novo Plano de Carreira do Magistério (não foi validado) Contratação de professores
Reformas, construções	Recuperação de salas de aulas, construção de ginásios
Programa Gestão Democrática Lei n. 10.576/95	Autonomia às escolas, incorporação da representação da comunidade escolar na gestão
Programa Ensino Fundamental Programa PIA- 2000	<p>Projetos Todos na Escola (ingresso e reingresso de 35782 alunos entre 7 e 14 anos.</p> <p>Projeto Prioridade Educação - Escola Aberta e/ou referência - 49 escolas de 15 municípios atenderam 26770 alunos.</p> <p>Projeto Estante do Rio Grande - 3.214 escolas estaduais do EF.</p> <p>Avaliação Externa das Escolas /1998 (Língua Portuguesa - Redação, Matemática e Ciências (4ª a 8ª séries do EF) em 211 mil alunos das Escolas Estaduais - 467 municípios do Estado e 45.650 alunos das Escolas Municipais - em 227 municípios.</p> <p>Projeto Segurança nas Escolas - Construção de casas de PM Residente.</p>
Programa Ensino Médio	<p>Em 1998, foram distribuídos 32560 exemplares - Literatura, História do RS para o Ensino Médio.</p> <p>Projeto Avaliação Externa - atingiu 60.000 alunos do 3º ano - Redação, Língua portuguesa, Matemática, Física, Química e Biologia.</p>
Padrão Referencial de Currículo - Ensino Médio	<p>elaborado, validado, editado e divulgado em 1998, junto a 576 escolas públicas estaduais e IES, para as disciplinas de Linguagem, Ciências e Tecnologia, Sociologia e Cultura.</p> <p>Projeto Segurança na Escola</p>

(conclusão)

	Recuperação de Escolas-Símbolo <sup>72</sup> do Ensino Médio (Rio Grande, Bagé e Santa Maria)
Educação Profissional Criação da SUEPRO Separação das Bases Curriculares - em Cumprimento da Re n. 232/97 CEE.	Lei n.11.123 de 27 de janeiro de 1998, passou a ter uma instituição própria para atender a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (coordenação de 128 escolas, 169 diferentes cursos técnicos e 22.147 alunos) Implantação de 5 Centros Regionais de Educação Profissional (Erechim, Santa Maria, Porto Alegre, Santana do Livramento e Frederico Westphalen)
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha - FETLSVC	Em 1998, ofereceu curso de química para 670 alunos e 115 formandos; Mecânica para 569 alunos e 74 formandos; Eletrotécnica para 471 alunos e 65 formandos; Eletrônica para 551 alunos e 43 formandos e Curso Técnico em Segurança do Trabalho para 187 alunos e 34 formandos. A escola mantém o Ensino Médio, concomitante ao Ensino Técnico, bem como cursos de qualificação e requalificação profissional.

Fonte: Autora com base na Mensagem 1999 do Governador à Assembleia Legislativa do RS (2022).

Importante registrar que a Secretária de Estado da Educação do Governo Britto era Iara Silvia Lucas Wortmann quando ocorreu a aprovação do Novo Plano de Carreira do Magistério, em 13 de janeiro de 1998, com 31 votos contra 21, plano esse que nunca saiu do papel, pois foi uma proposta que causou descontentamento com o CPERS, à época.

De forma resumida, o governo entendia que o Plano do Magistério de 1974 estava descontextualizado, necessitando um Novo Plano<sup>73</sup> de Carreira do Magistério Público Estadual. Assim, esse Plano passaria a valer somente para os novos professores ingressantes no quadro de carreira do Estado e reduziria os níveis da carreira. Os novos profissionais passariam com a mudança de nível, de seis para quatro, e haveria mudanças significativas nos vencimentos, ou seja, a variação entre o primeiro e do último nível cairia de 100% para 50% na mesma classe. Ocorre que para convencer a classe do Magistério, a proposta da SEC era duplicar o valor mínimo, pago aos professores, no entanto, dependia da sanção de uma Lei complementar que não fora elaborada.

Não havendo concurso novo para validar o Novo Plano de Carreira e nem a lei

<sup>72</sup> Escolas-símbolo- consideradas pelo governo como escolas referências, seja por serem muito antigas, seja pelo trabalho educacional ou tipo de ensino. Na mensagem, Britto faz referência ao Colégio Estadual Lemos Junior, em Rio Grande; Escola Estadual de 1º Grau Dr Carlos Antônio Kluwe, em Bagé e Colégio Estadual Manoel Ribas, em Santa Maria-RS.

<sup>73</sup> LEI COMPLEMENTAR Nº 11.125, DE 09 DE FEVEREIRO DE 1998- Dispõe sobre os Profissionais da Educação, institui novo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Estadual, estabelece critérios de avaliação da produtividade docente, de disciplinamento das cedências, de incentivo à permanência na atividade e dá outras providências.

complementar, Britto é derrotado no pleito para reeleição ao governo do Estado e, em 1999, no governo de Olívio Dutra, que tinha como Secretária de Estado de Educação Lúcia Camini (ex- Presidente do CPERS), com o entendimento de que o Novo Plano reduziria salários e era prejudicial para a Classe e por ser proposta de campanha, promoveu-se a Revogação do Novo Plano de Carreira do Magistério, sinalizando na história da educação estadual um plano que nunca saiu do papel.

No quadro 19, os resultados com relação à EP no governo de Antônio Britto.

Quadro 19 - Síntese da materialidade da Educação Profissional no governo de Antônio Britto

GOVERNOS ESTADUAIS 1971 A 2021 ANÁLISE DOS RESULTADOS						
GOVERNO	PLANO DE GOVERNO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ou EDUCAÇÃO			MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO		
Antônio Britto PMDB	EXPRESSÕES (associações)	PROPOSTAS	CONCLUSÕES	EXPRESSÕES (associações)	AÇÕES	CONCLUSÕES
(1995-1998)  PMDB- PSDB -PL Movimento Rio Grande Unido e Forte Diretrizes de Governo	Ensino Técnico Escolas Técnicas	Volta do Ensino Técnico Britto vai criar quinze escolas técnicas em todo o Estado para recuperar o ensino técnico e ensinar uma profissão aos jovens (72 ideias do Candidato)	Não há referência à Política de EP no Plano.	Educação Profissional Escolas Técnicas	Formulação e implantação do Programa de Gestão Democrática Lei 11.123/98 Cria a SUEPRO Reestruturação didático- pedagógica das escolas técnicas.	Concentrou o Ensino Técnico na SUEPRO, não houve registro de Política Educacional Própria do Estado.

Fonte: Autora (2022).

Em síntese, no governo de Antônio Britto, embora o governo tenha criado a SUEPRO, percebeu-se que o governo procurou concentrar na Superintendência a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Também, deu destaque para a Fundação Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha para referendar a EP na Rede Estadual. Nos documentos, Plano de Governo e Mensagem à Assembleia não há referência a uma política própria do Estado e, sim projetos e programas desenvolvidos.

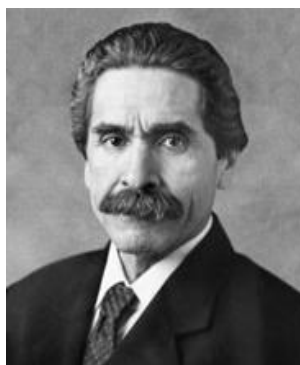
Em 1º de janeiro de 1999, o governador Antônio Britto transmite o cargo para **Olívio Dutra**, enquanto que, no Governo Federal, FHC é reeleito Presidente do Brasil.

Na seção seguinte, a Biografia sintetizada do líder popular Olívio Dutra, referência a seu Plano de Governo e a Mensagem Final encaminhada para a Assembleia Legislativa com

relação à Educação Profissional.

### 3.4.3 Governo da Frente Popular - Governo de Olívio de Oliveira Dutra, Plano de Governo e Mensagem Final à Assembleia

Figura 14 – Governador Olívio Dutra



Fonte:Portal do Governo do Estado

#### 3.4.3.1 Biografia de Olívio Dutra

Olívio de Oliveira Dutra<sup>74</sup> nasceu em Bossoroca, zona rural de São Luís Gonzaga (RS), no dia 10 de junho de 1941, filho de Cassiano Xavier Dutra e de Amélia de Oliveira Dutra. Casou-se com Judite da Rocha Dutra, com quem teve dois filhos. Com relação a sua formação educacional, cursou letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi preso por ser líder sindical (bancário) em setembro de 1979 e teve seu mandato sindical cassado pelo Regime civil-militar.

Foi o deputado federal mais votado do PT gaúcho. Ao ser promulgada a nova Constituição em 5 de outubro de 1988, no mês seguinte, com o apoio do PCB, Olívio elegeu-se prefeito de Porto Alegre, com 257 mil votos. Em 1989, afastou-se da Câmara dos Deputados e da Presidência Nacional do PT, para dar início a uma série de administrações petistas na capital gaúcha.

Em 1990, implantou o orçamento participativo no Município de Porto Alegre, sistema reconhecido internacionalmente. Em 1996, aposentou-se do Banrisul, voltando-se integralmente à política. No dia 25 de outubro de 1998, pela coligação Frente Popular,

---

<sup>74</sup> A pesquisa biográfica de Olívio Dutra foi realizada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) através do site: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/olivio-de-oliveira-dutra>.

formada por PT, PSB, PCB e PCdoB, e com o apoio da candidata do PDT derrotada no primeiro turno, a senadora Emília Fernandes, Olívio conseguiu finalmente eleger-se, tornando-se, com apenas 87 mil votos de diferença sobre Brito, o primeiro governador petista do Rio Grande do Sul.

Conforme promessa de campanha, Olívio Dutra suspendeu os pagamentos acordados entre o ex-governador Antônio Britto e as montadoras de automóveis, General Motors (GM) e Ford, adotou o sistema de Orçamento Participativo no governo estadual e criou a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), com sede em Porto Alegre, mas distribuída em outras regiões.

#### 3.4.3.2 Plano de governo de Olívio Dutra com relação à Educação Profissional

O documento Plano<sup>75</sup> de Governo de Olívio Dutra encontra-se no Portal do Governo do RS, em formato digital - pdf, dividido em dois arquivos. Didaticamente identificado com Parte I e Parte II. A primeira parte com 119 páginas e a segunda com 109 páginas. Quanto à análise documental, verifica-se tratar de documentação com conteúdo vasto, embora digitalizado com uma organização confusa, dá-se a impressão de que o Plano de Governo apresenta as propostas, por títulos, em blocos, as quais são anexadas à proposta. No que se refere à Educação, a proposta foi concentrada no bloco II, denominada Qualidade de vida para Todos. Apresenta três dimensões da democratização da Educação como a base da proposta: a democratização do acesso, da gestão e do conhecimento. Acredita-se que assim será garantido o ensino de qualidade para todos.

No Sumário do Plano de governo, parte I, com relação a: I - Desenvolvimento de Verdade - 1 - Emprego -1.1. Políticas Ativas de Emprego Urbano -1.1.1. Projeto Educação Profissional, que embora não seja da pasta da Secretaria de Educação do Estado, trouxe para o Plano uma proposta de EP.

O Projeto Educação Profissional, no Plano, é associado ao problema de desemprego e a relação do trabalho. Assim, a Frente Popular propôs um projeto de Educação e Qualificação Profissional por três motivos: o elevado patamar de relações de trabalho (propondo reciclagens); padrão de qualidade dos produtos e por ser direito do trabalhador. Assim, no plano, fica claro que a “Educação para o Trabalho não de ser vista como instrumento do capital de formação de mão-de-obra, mas como um direito fundamental dos cidadãos”

<sup>75</sup><https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092331-plano-de-governo-governo-de-olivio-dutra-parte-i-periodo-de-1999-a-2002.pdf>.  
<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092356-plano-de-governo-governo-de-olivio-dutra-parte-ii-periodo-de-1999-a-2002.pdf>.

(PLANO DE GOVERNO, 1999-2002, p. 8) e que a formação profissional como educação para o trabalho estão intimamente relacionadas ao trinômio Educação, Trabalho e Desenvolvimento. Embora descrito na linha do pensamento emprego e desenvolvimento, no próprio plano, houve referência a integrar ações com a Secretaria de Educação e órgãos responsáveis pela implantação da política de educação e qualificação profissional, dando prioridade aos adultos de baixa renda e de baixa escolaridade. Percebe-se que em toda a análise dos governos feita até o presente momento, é a primeira vez que aparece, na proposta de governo, a Educação Profissional.

A Educação de Jovens e Adultos também aparece como prioridade, prevendo a construção de uma política que organize os tempos e os espaços escolares, levando em conta a realidade e as necessidades dos jovens e adultos trabalhadores: “Redimensionando a estrutura curricular das diferentes ações da EJA no Estado” e que garanta as “formações **nas áreas técnicas** conforme as políticas definidas pela Frente Popular, entre elas, a agroindustrial”. (PLANO DE GOVERNO FRENTE POPULAR, 1999). Observa-se, pela primeira vez, também, nas propostas de governos, a intenção de integração da EJA com a Educação Profissional.

Em relação ao Ensino Médio, verifica-se também uma proposta que integra-se a EP:

Desenvolverá política de recuperação das escolas técnicas, reestruturando seus currículos, garantindo formação sólida e uma **Educação tecnológica com base na formação profissional** dinâmica que possibilite a construção dos sujeitos capazes de uma inserção ativa e transformadora no sistema produtivo. Universalização gradativa do ensino médio gratuito, tendo como eixo a formação integral e a articulação com os demais níveis e modalidades. Proposta pedagógica do ensino médio tanto na modalidade regular quanto supletiva que dê conta das especificidades e necessidades do jovem e do aluno trabalhador, buscando eliminar a repetência e evasão, garantindo a continuidade da aprendizagem. Definição de **alternativas para o ensino profissional** que possibilite sua integração às diferentes formas de Educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia, a partir de amplo debate. **Preservação das escolas técnicas, sua qualificação e reestruturação do projeto pedagógico de maneira a incorporar as novas tecnologias do mundo do trabalho e os desafios do desemprego** (PLANO DE GOVERNO FRENTE POPULAR, 1999, grifos nosso).

É notável no plano uma perspectiva de Educação Profissional (formação integral e ligação ao trabalho, a ciência e a tecnologia)- algo que não estava em nenhum outro plano de governo analisado.

#### 3.4.3.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional

Na Mensagem<sup>76</sup> Final encaminhada para o presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Sérgio Zambiazzi, foi relatado que a Política Educacional, desenvolvida na Gestão 1999-2002, constitui-se de projetos de radicalização da democracia, através da participação escolar na formulação, gestão e fiscalização das políticas públicas para o setor. Declara-se que se procurou dar o caráter humanista na escola pública com base nos eixos da democratização: do Acesso, da Gestão, do Conhecimento, do Financiamento, da Valorização dos Trabalhadores em Educação e do Regime de Colaboração. No quadro 20, algumas AÇÕES/RESULTADOS<sup>77</sup> no governo de Olívio Dutra:

Quadro 20 - AÇÕES/RESULTADOS no governo de Olívio Dutra

(continua)

AÇÃO	RESULTADOS
EJA	<p>Cria o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA/RS) fundamentado em Paulo Freire;</p> <p>Reconstrução: Projetos Políticos-Pedagógicos, Regimentos e Planos de Estudos em 500 escolas estaduais etapas iniciais e finais do EF e 154 escolas do EM.</p> <p>Realização de Exames Supletivos; Resignificou antigos CEES<sup>78</sup> E NOES<sup>79</sup> pelos Núcleos de Educação de Jovens e Adultos (NEJA) e da Cultura Popular (CP), com a criação e autorização de 35 Núcleos Regionais, 47 NEJA E CP.</p> <p>Realização de Exames Supletivos EJA</p> <p>Realizaram no Estado, para os Exames Supletivos, no ano de 1999, 100.598 inscritos; no ano de 2000, 167.977 inscritos; em 2001, 200.679 inscritos.</p>
<p>Compra de Vagas/Bolsas de Estudo</p> <p>O Programa Bolsa de Estudo para Educação Especial</p>	<p>Manteve compra de vagas e cedências de professores em contrapartida vagas, em 1999, 6.565 vagas no Ensino Médio, em 2000 5.730 vagas, em 2001, 3.913 vagas e em 2002, 2.332 vagas, diminuindo devido a expansão do atendimento na rede estadual.</p> <p>Em 2000, beneficiou 1060 estudantes, em 2001, atendeu 1.209 estudantes, em 2002 foram 1147 estudantes atendidos na educação especial, através da bolsa de estudos.</p> <p>Convênio de Cedência de Professores, em 132 escolas particulares favoreceu o atendimento de alunos carentes e com necessidades especiais.</p>
Projeto Alternativo de oferta de Ensino	Visando democratizar o acesso em comunidades isoladas

<sup>76</sup> <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29082158-mensagem2003-olivio.pdf>

<sup>77</sup> O quadro foi elaborado com as informações retiradas da Mensagem 2003 encaminhada à Assembleia Legislativa, selecionando, a priori, de modo geral, para as ações/resultados voltadas para o Ensino Médio e Educação Profissional .

<sup>78</sup> CEES - Centro Estadual de Ensino Supletivo.

<sup>79</sup> NOES - Núcleo de Educação de Jovens e Adultos.

(continua)

Médio	foi aprovado pelo CEED, em 2001, na primeira fase atendeu 39 comunidades estando organizado em 16 conjuntos Educacionais formados, por Escola-Base <sup>80</sup> e Escola Inserida.
Educação Profissional SUEPRO	Oferta de 889 cursos técnicos em 444 escolas, sendo que 149 são da Rede Estadual. O Plano Estadual de Educação Profissional (PEP/RS) priorizou desde 1999, a manutenção e qualificação da Rede de escolas do Estado e do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP/MEC). Igualmente foram aplicados recursos do Tesouro do Estado para qualificação e expansão da EP na Rede Estadual através do investimento do orçamento participativo. Foram atendidas escolas nas áreas industrial, agrícola e de serviços com aumento de 40 cursos técnicos novos ou reestruturados.
Eleição de Diretores	Cumprimento da Lei 10.576/95 realizando processos eleitorais para equipes diretivas.
Autonomia Financeira	Repasse de verbas que garantem o funcionamento das escolas. conclusão
Orçamento Participativo (OP)	Transformando as decisões no investimento com a participação popular na gestão pública, por exemplo, a qualificação dos espaços pedagógicos foi definida pela comunidade no OP.
Magistério Qualificação DE/CRE  Concurso público  Plano de Carreira Magistério  Funcionário de escola	Pelo Decreto 40.360/00, em 17/10/2000, transformou as Delegacias de Educação em Coordenadorias Regionais de Educação; Realizou concurso público para professores e concurso público para servidores de escolas; Revogou a Lei 11.125/98 e promulgou a Lei n. 11390/99, restabelecendo o antigo Plano de Carreira com base na Lei N. 6.672/74 e através da Lei n.11.662/01, foi regularizada a carreira do Magistério, acabando com a sobreposição de níveis. Licença Prêmio concedida pelas CRES; redução de Carga Horária de 18h/a para 16h/a e de 36h/a para 32 h/a garantindo maior tempo para o preparo das aulas.  A Lei 11.407/00 criou o Quadro de Servidores de Escola e a Lei 11.672/01 reorganizou o quadro.
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha – FETLSVC	Refere-se que para a formação de estudantes de baixa renda houve a oferta de benefícios como: isenção de mensalidade, vale-transporte e material escolar. Em 1999 a escola, de modo geral, contava com 2.250 matrículas; em 2000 com 2720 matrículas, em 2001 com 2.927 matrículas e 2002 com 2.901 matrículas. Todos os

<sup>80</sup>As escolas-base, 01 por CRE, são responsáveis pela documentação legal, coordenação dos recursos humanos e aspectos pedagógicos, e as escolas inseridas, ligadas à base, pelas atividades pedagógicas (MENSAGEM 2003).



continua

	cursos ofertados são técnicos, sendo 04 da área industrial e 01 da área da saúde.
Constituinte Escolar	Lançada em abril de 1999, caracterizou-se como um movimento de participação popular na definição de políticas públicas de Educação. Dividiu-se em 05 momentos: 1º - Marcado por discussões de como seria desenvolvido a proposta; 2º estudo da realidade local e regional, resgate <b>do trabalho pedagógico na escola</b> e organizações populares, definição de 25 temas para serem utilizados como referência ao debate como evasão, violência, educação profissional, etc; 3º aprofundamento dos temas, período de leitura e estudo em teóricos. Organizados 25 subsídios teóricos; 4º Em 2000, ocorreu a elaboração dos princípios e diretrizes para o debate nas comunidades e Conferências. Apresentação do Texto-Base e 5º implantação das decisões tomadas pela comunidade na construção do PPP nas escolas, CREs e Secretaria de Educação. Como consequência reformulação de Planos de Estudos ou de Cursos, Regimentos Escolares, Reorganização dos Espaços e Tempos da Escola, Formação de Professores e reelaboração da Lei do Sistema Estadual de Ensino.

Fonte: Autora (2022) com base na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa do RS, no ano de 2003.

Vários outros projetos e programas são informados na Mensagem à Assembleia como por exemplo, as Demandas Emergenciais/ Institucionais, Obras (construção, recuperação de escolas), Contratos Temporários e Emergenciais, Transporte Escolar, Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Municipal (PRADEM), Merenda Escolar, Eventos Esportivos, FADERS (Pessoas com Deficiência), etc.

Com relação à Educação Profissional, no quadro a seguir, os resultados no governo de Olívio Dutra:

Quadro 21 - Síntese dos resultados com relação à Educação Profissional no governo de Olívio Dutra.

Continua

GOVERNOS ESTADUAIS 1971 A 2021 ANÁLISE DOS RESULTADOS						
GOVERNO	PLANO DE GOVERNO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ou EDUCAÇÃO			MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO		
	EXPRESSÕES (associações)	PROPOSTAS	CONCLUSÕES	EXPRESSÕES (associações)	AÇÕES	CONCLUSÕES
<b>Olívio Dutra PT</b> (1999-2002) Proposta da Frente Popular	Educação para o trabalho Qualificação	Projeto de Educação Profissional	No plano, não há uma descrição por pastas, o plano aborda	Cursos técnicos Qualificação profissional	Oferta de <b>889 cursos técnicos</b> em 444 escolas, sendo que 149 são da Rede Estadual.	No governo da Frente Popular houve prioridade para a EP e

(Conclusão)

PT, PSB, PCB e PCdoB	para o trabalho		<p>tópico</p> <p>A educação profissional é associada ao trabalho e emprego, embora com ênfase na qualificação e educação. Não há registro de Política de EP própria.</p>	<p>O Plano Estadual de Educação Profissional (PEP/RS) priorizou desde 1999, a manutenção e qualificação da Rede de escolas do Estado e do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP/MEC). Igualmente foram aplicados recursos do Tesouro do Estado para qualificação e expansão da EP na Rede Estadual através do investimento do orçamento participativo. Foram atendidas escolas nas áreas industrial, agrícola e de serviço com aumento de 40 cursos técnicos novos ou reestruturados.</p>	<p>desenvolvimento de programas e projetos</p> <p>Não há registro da EP própria do Estado.</p> <p>FETLSVC como referência de EP Técnica.</p>
----------------------	-----------------	--	--	--	--

Fonte: Autora (2022).

No governo de Olívio Dutra, foi possível observar a oferta da Educação Profissional gerenciada pela Suepro, no que diz respeito às escolas técnicas. Pode-se constatar que houve, por parte do governo, incentivos e projetos para desenvolver e oferecer a Educação Profissional pela Rede Estadual, inclusive com oferta de novos cursos e com investimentos do Tesouro do Estado. Embora não tenha sido informado no Plano de Governo e na Mensagem à Assembleia, observou-se a construção de uma política de Educação Profissional própria para o Estado, avanços em número de matrículas e preocupação com a construção da proposta pedagógica das escolas, valorização do trabalho pedagógico e investimentos a partir do Orçamento Participativo.

**Na segunda fase do estudo**, percebeu-se a diversidade de partidos políticos no cenário político-administrativo do país e do estado, que direta e indiretamente influenciaram na elaboração de programas, projetos e repasse de verbas públicas. Sobre a Educação Profissional na Rede Estadual de Educação do RS, os Planos de Governos de Pedro Simon, Alceu Collares, Antônio Britto e Olívio Dutra trazem a proposta para Educação Profissional, embora não discriminada de como seriam as ações desenvolvidas.

No plano de governo de Simon, não foi lida a expressão Educação Profissional, mas

na Mensagem é informado, de modo geral, a oferta da Educação Profissional e se utiliza da Fundação Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha para descrever a oferta pelo Estado pois, no seu governo, não houve uma política de Educação Profissional própria, mas sim programas e projetos vinculando o ensino profissionalizante e técnico de forma geral.

A referência à Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha é verificada em todos os governos, ficando claro o propósito de assegurar o compromisso dos governos com a Educação Profissional através dessa escola.

No governo de Alceu Collares, houve a proposta de educação popular através da reativação das escolas técnicas, implantação de CIEPS profissionalizantes e reutilização das antigas escolas polivalentes, no entanto não houve uma política para Educação Profissional própria do estado, e sim projetos e programas desenvolvidos.

No governo do Antônio Britto, embora seu Plano de Governo tenha utilizado pouquíssimas vezes as expressões *ensino técnico*, *educação profissional* ou *ensino profissionalizante*, houve a criação da Superintendência da Educação Profissional do Estado através da Lei 11.123/98, atualizada pela Lei 13.320/09 com a incumbência de implementar e acompanhar as políticas estaduais para a Educação Profissional. Ocorre que não há registro de política própria para Educação Profissional nem no Plano de Governo e nem na Mensagem Final à Assembleia neste governo, mas sim a organização da educação técnica na Rede Estadual, através de orientações oriundas da SUEPRO. Também houve convênios e acordos celebrados pela SUEPRO para garantir a oferta nas escolas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Já para o Ensino Profissionalizante, por exemplo, o Curso Normal é entendido como não técnico, mas de nível médio e coordenado pelo Setor Pedagógico da Secretaria de Educação.

Já Olívio Dutra, representando a Frente Popular, foi um governo que se comprometeu com o trabalhador, trazendo pela primeira vez a Proposta de Educação Profissional num Plano de Governo para o Executivo Estadual. Sua proposta atrelava educação-trabalho-desenvolvimento e oferecia a integração das Secretarias de seu governo para que fosse possível implantar um projeto voltado à qualificação profissional. Nesse governo, vários projetos foram desenvolvidos através de parcerias, convênios, uso de verbas estaduais e federais e criação de novos cursos técnicos. No entanto, não houve a implementação de uma política de Educação Profissional própria do Estado para a Rede Estadual de Educação. Com relação à Fundação Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, há referência da Fundação com relação ao número de matrículas/ano bem significativas e se refere, também, aos estudantes de baixa renda e dos benefícios oferecidos como isenção de mensalidade, vale-

transporte e material escolar,

Em 2003, inicia-se, no Governo Federal, a era Popular, com a vitória de Lula. No mesmo ano, Olívio Dutra assumiu o Ministério das Cidades. No próximo capítulo, apresenta-se a expansão da Rede Federal no Governo de PT e, na contramão dos interesses, o cenário gaúcho com relação à Educação Profissional.

#### **CAPÍTULO IV - A Educação Profissional a partir da expansão da Rede Federal: o RS na contramão dos interesses (2003- 2014)**

*Não dá pra apagar o Sol  
Não dá pra parar o tempo  
Não dá pra contar estrelas, que brilham no firmamento  
Não dá pra parar um rio, quando ele corre pro mar  
Não dá pra calar um Brasil, quando ele quer cantar*  
Duda Mendonça/Peri (2002).

O presente capítulo traz como introdução a letra do jingle, *Bote Fé e Diga Lula!*, escrita por Duda Mendonça e Peri, em 2002, foi utilizada na campanha eleitoral para Presidente do Brasil, do Partido dos Trabalhadores - PT, no ano de 2002, no primeiro turno da eleição majoritária. O *jingle* trazia a construção de uma melodia leve, amorosa, levando o ouvinte a identificar-se com o candidato, num forró dançante ou escutando um hino de torcida, apontando o candidato como o representante do povo, do cidadão simples e trabalhador e trazendo a esperança como uma garantia de vitória, através dos elementos da natureza, como a certeza que o sol nasce todos os dias, assim como as águas que “correm” diariamente nos rios. A música que inspira e representa o homem simples brilhando como as estrelas, auxilia na vitória de Lula para o Governo Federal, dando início a um longo período de Administração Popular no Brasil.

A referência do *jingle*, na dissertação, serve para assinalar a observação da pesquisadora no que se refere à mudança de cenário na Administração do Governo Federal, ou seja, o Brasil respirava *novos ares* e, no Poder, um Governo Popular. Com isso, “reconstruindo marcos regulatórios para a Educação Profissional e Tecnológica” (MANFREDI, 2016, p. 248) e expandindo fortemente o número de instituições públicas, cursos e matrículas em EP por todo o Brasil.

Em síntese, no ano de 2001, o Partido dos Trabalhadores, organizado no Instituto da Cidadania<sup>81</sup>, apresenta para os companheiros, rascunhos com as propostas para o programa de governo para 2002. A proposta se ia ao encontro mais das ideias da direita, mas tinha o apoio dos burocratas do PT, dos social-desenvolvimentistas burgueses, mas não pela esquerda moderada do partido (MAESTRI, 2019, p. 277). E, o Programa “Um outro Brasil é Possível” (idem) tinha como proposta a possibilidade de alianças com outros partidos, como também assegurava que respeitaria as Legislação e o Estado de Direito. Também defendia o retorno ao “desenvolvimento e construção da nação” entre outras propostas.

---

<sup>81</sup> O Instituto Cidadania, também conhecido como a ONG de Lula da Silva. Funcionou como órgão de planejamento e realização dos objetivos políticos pessoais de Lula da Silva, independente da direção petista - realizava seminários, encontros, promovia “Caravanas da Cidadania. etc. (MAESTRI, 2022, p. 277).

O objetivo do capítulo é fazer considerações a respeito dos governos populares com relação à Educação Profissional, como também narrar sobre os governos estaduais na contramão dos interesses. Na sequência, as seções apontam para a Era Petista (2003-2014), às Políticas Públicas com relação à Educação Profissional. Enquanto isso, na contramão, governos com ideologias de centro e de direita, nos Governos do Estado do RS, como governo de Germano Rigotto e de Yeda Crusius e, somente anos depois, o governo popular de Tarso Genro.

#### 4.1 NO CENÁRIO FEDERAL: A ERA PETISTA E A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICAS PÚBLICAS COM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O objetivo da seção é contextualizar o governo popular no Brasil, suas propostas para a Educação, o cenário político e as políticas públicas educacionais relacionadas com a Educação Profissional.

No cenário político, em 2002, o candidato Lula chega a presidência do Brasil, mantendo vantagem significativa com relação ao 2º colocado (disputado entre Serra, Garotinho e Ciro). Lula chegou aos 52 milhões de votos. O candidato do Partido dos Trabalhadores, chega a vitória, após ter chegado três vezes consecutivas em 2º lugar. O sucesso deu-se com a modificação de postura política, ou seja, sai de cena um candidato agressivo e crítico, para dar lugar a um candidato com discurso moderado, negociador e pacifista.

Durante as duas gestões do Governo de Lula (2003-2011), procurou-se resgatar o papel do Estado como “incentivador e promotor de políticas socioeconômicas, nas quais a Educação Profissional passou a ter um papel importante”(MANFREDI, 2016, p. 248). Observa-se aqui uma grande mudança no desenvolvimento das políticas educacionais e uma prioridade de fato na Educação Profissional. O governo de Lula, no primeiro mandato, trouxe no discurso, que as Políticas Públicas, principalmente no campo da Educação Profissional e Tecnológica, deviam ser encaradas na condição de direito social e entendidas, então, como dever do Estado. Com isso, havia a necessidade de elaboração de instrumentos de participação e controle social, como também a necessidade de se estreitar a relação das políticas educacionais com as políticas de desenvolvimento socioeconômicas canalizadas para diminuição da exclusão econômica e social (MANFREDI, 2016).

Assim, no primeiro mandato de Lula (2003 -2007), embora se tentasse outro olhar para a Educação, o Ministério, mesmo tentando nova abordagem à Política Educacional,

apresentou muitos conflitos como a falta de articular um política a longo prazo na superação da política de governo ao encontro das políticas de Estado; a diversidade demasiada de programas impedindo a fruição de verbas e recursos, provocando dificuldade de administração e a dificuldade de integrar e harmonizar propostas e projetos, na construção de uma boa articulação entre as instâncias (federal, estadual e municipal) (MANFREDI, 2016). Verifica-se, pelo menos no discurso e nas legislações, a Educação como prioridade e um grande esforço de fazê-la alavancar em todo o país.

A priori, enquanto as tentativas geram conflitos, acertos e erros, na tentativa de elaborar políticas de acordo com o que foi prometido durante as eleições para presidente do Brasil, por outro lado, os conflitos da disputa entre os que buscavam construir “um projeto de desenvolvimento mais autônomo, sustentável e solidário, relacionado aos que vivem do trabalho, em oposição ao projeto desenvolvimentista nos marcos do capitalismo associado na lógica da acumulação flexível” (MANFREDI, 2016, p. 250).

Também, foram elaboradas várias ações com relação à legislação para educação profissional no decorrer do período, fomento a políticas fundamentais para a EPT como o Ensino Médio Integrado e Educação Básica integrada a EPT na modalidade Educação de Jovens e Adultos.

#### **4.1.1 A Expansão da Rede Federal**

Em um breve resumo sobre a historicidade da EP na Rede Federal, observa-se que sua origem remonta ao governo do Presidente Nilo Peçanha, em 1909, através do Decreto 7.566. A Rede iniciou com 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes e Artífices, sendo substituídos, em 1930, pelos denominados de Liceus Industriais e, em 1942, em Escolas Indústrias e Técnicas. No entanto, as Escolas, em 1959, transformam-se em autarquias, sendo denominadas de Escolas Técnicas Federais. Em 1978, três escolas dão origem aos Centros Federais de Educação Ciência e Tecnologia- CEFETs: a escola de Minas Gerais, a do Rio de Janeiro e a do Paraná. (MANFREDI, 2016)

Com a edição da Lei 11.892/2008, as Escolas Técnicas, as Agrotécnicas e os CEFETs transformaram-se em Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia - IFs. Em 2003, iniciou-se uma Política de Expansão da Rede Federal e se manteve nos dois governos de Lula, com prioridade no segundo mandato. A justificativa para a expansão está atrelada ao crescimento da economia, pela necessidade de mão-de-obra qualificada e pelo entendimento de que seria possível ser articulada com outras políticas públicas voltadas para o

desenvolvimento regional (SILVA, 2015). Com isso, em 2003, havia 140 escolas e, entre 2005 a 2014, foram construídos 418 novos Campi no território brasileiro. Com isso, em 2005, os Institutos Federais de EPT, já no formato de Rede, compunham 34 CEFETs, 36 Escolas Agrotécnicas Federais, 01 Escola Técnica Federal, e 30 Escolas Técnicas com vínculos em Universidade Públicas Federais e 42 Unidades de Ensino Descentralizada. No total, eram oferecidos 666 Cursos Técnicos - CT e 189 Cursos Tecnológicos, em 23 Estados do Brasil (SILVA, 2015).

O Ciclo da Expansão, com início em 2005, foi dividido por fases, sendo a primeira de 2005 a 2007, a segunda de 2008 a 2010 e a terceira de 2011 a 2014. Além da expansão com a construção e implantação dos campi, no ano de 2008 a RFEPCT aconteceram alterações, pois havia pouca integração entre as estruturas administrativas e com isso houve um reagrupamento que deu origem aos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (SILVA, 2015).

Em relação aos Ifs, convém observar que é uma obrigação legal reservar 50% das vagas para o Ensino de Nível Técnico, preferencialmente na forma integrada. A partir da Lei n. 11.892/08, a finalidade dos IFs é “desenvolver a EPT como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais” (BRASIL, 2008, ART.6º, II).

Entende-se que a expansão permitiu significativa oferta de EPT no Rio Grande do Sul através dos IFs em seus diversos câmpis, com propriedades para transformar positivamente os sujeitos, preparando-os para o mundo de trabalho, com qualidade e auxiliando no desenvolvimento regional ao promover a EPT de diferentes maneiras. Importante, também, observar que a EP, na esfera federal, é composta pelos cursos técnicos e cursos superiores (os tecnólogos, os licenciados e os bacharéis). Na Rede Federal, há a oferta do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - o **Proeja**. Na Rede Estadual, embora tenha oferta de EJA, não há Curso Técnico Integrado à Educação Profissional de Nível Médio. Nas subseções, a EPT da Rede Federal, no RS.

#### 4.1.1.1 O Instituto Federal Farroupilha

Denominado de Instituto Federal Farroupilha - IF Farroupilha, sua criação é fruto da integração do CEFET de São Vicente do Sul com a Escola Agrotécnica Federal - EAFA, de Alegrete, pela Lei 11.892/08, ambas as instituições remanescentes, datada de 1954, juntamente



com as Unidades Descentralizadas do CEFET/SVS e da Unidade Descentralizada de Bento Gonçalves, uma localizada em Júlio de Castilho e a outra no Município de Santo Augusto. Assim, o IF Farroupilha tem sua origem na integração de quatro Câmpus (MARASCHIN, 2015): “câmpus Alegrete, câmpus Júlio de Castilhos, câmpus Santo Augusto e câmpus São Vicente do Sul, com a Reitoria em Santa Maria” (Idem, p.133).

Com o passar do tempo, “em 2010, o IF Farroupilha passou a contar com mais três câmpi: Panambi, Santa Rosa e São Borja e no ano de 2012 com o câmpus de Jaguari”. (MARASCHIN, 2015, p. 133) As atividades do câmpus Santo Ângelo iniciaram no ano de 2014 e, no mesmo ano, o IF Farroupilha também passou a oferecer os Cursos, cuja prioridade eram os do Pronatec, no câmpus avançado em Uruguaiana (MARASCHIN, 2015).

Assim, o IF Farroupilha apresenta, no seu quadro, nove câmpi e mais um avançado (MARASCHIN, 2015). Neles, há oferta de cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e cursos de pós-graduação. [...] oferece Proeja FIC, Proeja médio, especialização Proeja e cursos Pronatec” (MARASCHIN, 2015, p. 133). Atualmente, conta também, com o Câmpus Frederico Westphalen.

É oportuno considerar que “além desses Câmpus, o IF atua em mais de 38 cidades do estado a partir da oferta de cursos técnicos na modalidade de ensino a distância”(MARASCHIN, 2015, p. 133).

Estudos realizados por Marçal (2015, p. 189) “se refere aos limites de prática do ensino médio integrado no IFRS é evidente que nos IFs o ensino médio integrado tem que transpor alguns obstáculos para o seu efetivo fortalecimento”. Segundo o autor, devido a gama de oferta, pois dentro da Educação Básica, podem oferecer formação inicial e continuada, além do ensino médio integrado à educação profissional, os cursos concomitantes ao ensino médio; nos cursos superiores - tecnólogos, licenciaturas e bacharelados (MARÇAL, 2015, p. 189).

#### 4.1.1.2. O Instituto Federal Sul Rio Grandense

Oriundo do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, e localizado na Região Metropolitana e Sudoeste do Estado, é denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul).

Doze são os campi que deram origem ao IFSul: Pelotas (1943), Pelotas - Visconde da Graça (1923), Sapucaia do Sul (1996), Charqueada (2006), Passo Fundo (2007), Camaquã (2010), Venâncio Aires (2010), Bagé (2010), Avançado Santana do Livramento

(2010), Gravataí (2014), Lajeado (2014), Sapiranga (2013), Jaguarão (2014), Avançado Novo Hamburgo (2015), (MARASCHIN, 2015).

O IFSul oferece, atualmente, “cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e cursos de pós-graduação, incluindo um Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia” (MARASCHIN, 2015, p. 137).

#### 4.1.1.3 O Instituto Federal Rio Grande do Sul

Foi estruturado pela integração de três autarquias federais: “CEFET de Bento Gonçalves, a Escola Agrotécnica Federal de Sertão e a Escola Técnica Federal de Canoas. [...] também dois estabelecimentos vinculados a Universidades Federais” (MARASCHIN, 2015, p. 139): a UFRGS e a FURG. A primeira, com a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a segunda, com o Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, que passaram a compor o Instituto na condição de câmpus (MARASCHIN, 2015).

Atualmente, com sede em Bento Gonçalves, conta com doze câmpi implantados: Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga, Rio Grande e Sertão. Em 2015, em processo de implantação, tem-se Alvorada, Rolante, Vacaria, Viamão e Veranópolis. (MARASCHIN, 2015).

Na sequência, a composição do cenário dos governos estaduais, pois, nesse sentido, é através da administração a responsabilidade pela criação, coordenação e execução de políticas públicas que atendam a sociedade gaúcha. O objetivo é a compreensão de como se organizaram os governos estaduais, com relação à política partidária, uma vez que para ocupar o cargo de governador é obrigatório a eleição para o cargo.

## 4.2 A ELEIÇÃO DOS GOVERNOS DO RS, DE 2003 A 2014 E A DESCONTINUIDADE POLÍTICO-PARTIDÁRIA NOS GOVERNOS ELEITOS

No cotidiano e na linguagem popular, para muitas pessoas, é considerado tradição a não reeleição de um candidato ao governo do RS, pois a história aponta que não houve até a atualidade a reeleição para o governo do Estado. Em razão desse fato, o governo gaúcho vem alternando governadores com ideologias, propostas e ações de governar diferenciadas, o que para a Educação Profissional, interromper uma política a cada quatro anos, poderá ser considerada prejudicial esse movimento, como também, no contraditório, revogar ações consideradas ruins para a população, do governo que o antecedeu, poderá ser algo favorável. É nesse momento que se efetivam os destinos de uma sociedade no dever universal do

exercício da cidadania - *o de votar*. Nas mãos do eleitor, a escolha de qual proposta inscrita será desenvolvida por quatro anos e materializada pela execução das ações dos governantes. Como forma de contextualizar o que foi efetivado no RS e quais as propostas foram eleitas, a seguir se apresenta o desenrolar das campanhas vitoriosas.

Em 2002, a campanha eleitoral para o Governo do RS é marcada por "contradições, seguidas de protestos e surpresas" (DA COSTA MACHADO; ANDRICOPULO, 2020, p.62). Assinala-se como surpresa, a que envolve o candidato Tarso Genro, que decide concorrer, gerando movimento instável dentro do Partido dos Trabalhadores (PT), na prévia do Partido, pois Olívio Dutra poderia almejar a reeleição. Outra movimentação diferenciada foi a do candidato do PMDB, líder nas pesquisas para concorrer ao pleito, descontente com o partido, deixou o partido e filiou-se no PPS. É indicado, então, Germano Rigotto para o pleito. Assim,

**no primeiro turno, treze candidatos:** Antônio Britto (PPS), Celso Bernardi (PPB), José Fortunati (PDT), Tarso Genro (PT), Germano Rigotto (PMDB), Aroldo Medina (PL), Caleb de Oliveira (PSB), Carlos Schneider (PSC), José Vilhena (PV), Júlio Flores (PSTU), Luis Carlos Prates (PTN), Luis Carlos Martins (Prona) e Oscar Jorge de Souza (PCO). Com a desistência de Fortunati, em agosto, a campanha concentra-se em torno dos quatro candidatos mais competitivos: Britto, Tarso, Bernardi e Rigotto (Machado, 2004). Embora as pesquisas apontassem a liderança de Antônio Britto até meados de setembro, **Rigotto e Tarso passam ao segundo turno da eleição**. O candidato do PMDB surpreende a todos ao sair da quarta posição nas pesquisas (4%, de acordo com o IBOPE, em julho), **chegando ao primeiro lugar**. (DA COSTA MACHADO; ANDRICOPULO, 2020, p. 63, grifo nosso).

Já nas eleições do ano de 2006, Yeda Crusius, disputa o pleito e,

**vence a campanha em 2006 com o apoio da aliança Rio Grande Afirmativo** (PSDB, PFL, PPS, PSC, PL, PAN, PRTB, PHS, PTC, Prona, e PTdoB), tendo um grupo de astros de primeira grandeza da política gaúcha como seus adversários: o governador em exercício, Germano Rigotto, que buscava a reeleição via União pelo Rio Grande (PMDB, PTB e PMN); o ex-prefeito de Porto Alegre, ex-governador e ex-ministro das Cidades, Olívio Dutra, da Frente Popular – A Força do Povo (PT e PCdoB); o ex-prefeito de Porto Alegre e ex-governador Alceu Collares, do PDT; o ex-ministro da Agricultura Francisco Turra, do PP; e outros cinco representantes de partidos menores, Roberto Robaina (Frente de Esquerda - PSOL, PCB e PSTU); Guilherme Giordano (PCO); Pedro Couto (PSDC); Beto Grill (PSB); Edison Pereira (PV) (DA COSTA MACHADO; ANDRICOPULO, 2020, p. 64, grifo nosso).

Yeda Crusius, primeira e única mulher a governar o Rio Grande do Sul, nas primeiras pesquisas aparecia com 10% das intenções de voto e em disputa acirrada entre Rigotto (PMDB) e Olívio (PT). Efetivamente, foi a surpresa desta eleição, pois o PSDB era um partido considerado pequeno no RS.

Já nas eleições para o governo, em 2010, ocorre a disputa com nove candidatos:

[...] representando coligações ou partidos: Tarso Genro (É pra frente que se anda - PT/PCdoB/PSB/PR), José Fogaça (Junto pelo Rio Grande - PMDB/PDT/PSDC), Yeda Crusius (Confirma Rio Grande - PSDB/PRB/PP/PSL/PSC/PPS/PTdoB), Pedro Ruas (PSOL), Montserrat Martins (PV), Carlos Schneider (PMN), Humberto Carvalho (PCB), Julio Flores (PSTU) e Major Medina (Despertar Farroupilha - PRP/PTC). **Tarso Genro é eleito no primeiro turno com 54,35% dos votos válidos** (DA COSTA MACHADO; ANDRICOPULO, 2020, p. 65, grifo nosso).

Como se pode perceber, as disputas para o governo do Estado, de quatro em quatro anos, elegeram governadores de diferentes partidos, caracterizando a descontinuidade política partidária no RS e, conseqüentemente, as propostas para a educação serão as contidas no Plano de Governo para serem executadas pelo candidato (a) vitorioso(a).

Portanto, no Plano de Governo de Rigotto (2003-2006), houve o indicativo de que o mais grave dos problemas que afligem o RS é o problema político. Também, sugeriu um projeto de renovação da política estadual que, segundo o plano, oferece atenção prioritária para a área Social, incluindo a educação e apresentou como um dos desafios da Política de Educação para o RS, o aumento de matrículas no ensino médio e a implementação da EJA por meio de programa de alfabetização de adultos, entre outros.

Na próxima seção, a retomada ao tema sobre governos gaúchos de 2003 -2014 com relação à Educação Profissional.

#### 4.3 OS GOVERNOS GAÚCHOS, BIOGRAFIA, PLANOS DE GOVERNO E MENSAGEM FINAL À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Em 1º de janeiro de 2003, o Governador Olívio Dutra transmitiu o cargo para **Germano Rigotto**.

A seguir, em síntese, a biografia de Germano Rigotto, seu Plano de Governo e Mensagem Final à Assembleia Legislativa.

Figura 15 – Governador Germano Rigotto



Fonte: Portal do Governo do Estado.

#### 4.3.1.1 Biografia de Germano Rigotto

Germano Antônio Rigotto<sup>82</sup> nasceu em Caxias do Sul, (RS), no dia 24 de setembro de 1949, filho de Germano João Rigotto e de Julieta Diniz Vargas Rigotto. Casou-se com Cláudia Elisa Scavino Rigotto, com quem teve dois filhos. Formou-se em odontologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1975 é Bacharel em direito pela mesma universidade, em 1974. Foi professor de curso pré-vestibular. Iniciou carreira política em 1975, filiando-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). 1976, foi eleito vereador à Câmara Municipal de Caxias do Sul e, em 1983, deputado estadual. Em 1990, foi eleito deputado federal pelo PMDB. Em 29 de setembro de 1992, votou favorável à abertura de processo de *impeachment* por crime de responsabilidade contra o presidente da República, Fernando Collor de Melo. Tendo ligação com o Senador Pedro Simon (PMDB-RS), Rigotto reelegeu-se deputado federal em 1994. Em outubro de 1998, com cerca de 150 mil votos, foi o terceiro deputado federal mais votado do Rio Grande do Sul, reeleito na ampla coligação liderada por PMDB e PSDB. Deixou a Câmara em 2002, para concorrer, em outubro, ao cargo de governador do estado do Rio Grande do Sul.

Afastou-se do cargo de governador entre 26 de fevereiro e 20 de março de 2006, para dedicar-se à sua campanha para as eleições prévias do PMDB, na qual pretendia ser escolhido o candidato oficial do partido à presidência da República para as eleições de outubro. Após deixar o governo, Rigotto foi nomeado membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES), no Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011).

No CDES, foi coordenador do Grupo Temático de Reforma Tributária. Em 2008, foi condenado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) a pagar uma multa de R\$5 mil reais por propaganda eleitoral irregular durante as eleições de 2006. Rigotto entrou com recurso contra a decisão no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que, no entanto, decidiu manter a multa. Germano Rigotto foi ainda vice-presidente da Associação Brasileira de Odontologia e da União Parlamentar Interestadual. Publicou as obras *Em defesa da empresa nacional* (1984), *Não tá morto quem peleia* (1985), *Agricultura — bases sólidas* (1986) e *Manual do microempresário* (1986).

#### 4.3.1.2 Plano de governo de Germano Rigotto com relação à Educação Profissional

---

<sup>82</sup> A pesquisa biográfica de Germano Rigotto foi realizada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) através do site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/germano-antonio-rigotto>.

O Plano<sup>83</sup> de governo de Germano Rigotto, sob o título Diretrizes para o Governo, apresenta-se no formato retrato, em pdf, com 55 páginas, em linguagem culta, nacional. O documento foi transformado em arquivo digital, sem Capa e a primeira página é a apresentação da proposta, na qual observa-se a apresentação do documento e afirma-se que seu objetivo de natureza estritamente política é de constituir “um alerta persuasivo” e, infere na pauta político-administrativa do Estado, quando organizada a partir da oposição de centro-esquerda.

A proposta do Plano de Governo apresenta-se dividida em dois grandes blocos: I - Rio Grande do Sul de 2002, uma casa dividida e II - Diretrizes Fundamentais de uma nova agenda político-administrativa para o Rio Grande. O tema Educação aparece no bloco II com referência às prioridades da área social.

Refere-se, no documento, que o ensino de qualidade é o principal mecanismo de compensação das desigualdades econômicas e, nesse sentido, deve-se que uma Educação republicana é condição indispensável para que se construa uma sociedade apta a garantir, minimamente, a igualdade de oportunidades; com relação ao compromisso com o magistério, visto que é a única razão de ser da rede, é bem servir a população infantil e jovem do Estado, resgatando-se que a rede pública de Educação existe para bem servir àqueles que a procuram e que precisam dela. No entanto, essa ênfase nas atividades não se pode esquecer que a rede, para resgatar adequadamente o compromisso com a Educação, o compromisso de seus operadores - o magistério gaúcho deve ser valorizado, nas suas condições efetivas de trabalho e remuneratório. Complementa-se, no documento, que a igualdade de oportunidade é reflexo de uma Educação de qualidade e é dever da rede oferecer a todos.

Com relação à Educação Profissional, apresentou a proposta de expansão e diversificação da Educação Profissional, em função das exigências do mercado de trabalho.

#### 4.3.1.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional

Na Mensagem<sup>84</sup> Final à Assembleia Legislativa, endereçada ao Presidente da Assembleia, o Deputado Luiz Fernando Salvadori Záchia, informava que os princípios básicos da atuação do governo se deu na garantia e na facilitação de acesso e qualificação do ensino público. Coube à Secretaria de Educação, liderada à época, por José Alberto Reus

---

<sup>83</sup><https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092240-plano-de-governo-governo-de-germano-rigotto-periodo-de-2003-a-2006.pdf>

<sup>84</sup> <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29082204-mensagem2006.pdf>

Fortunati, o gerenciamento dos programas no atendimento da população escolarizável para as AÇÕES/RESULTADOS apresentadas no quadro X.

Quadro 22 - AÇÕES/RESULTADOS governo de Germano Rigotto

(continua)

AÇÕES	RESULTADOS
Alfabetiza Rio Grande	Diminuir a taxa de analfabetismo no Estado: em 2003, envolveu 118 prefeituras, 43 entidades, 1114 turmas conveniadas e 15.229 estudantes atendidos; em 2004, envolveu 115 prefeituras, 60 entidades, 1084 turmas conveniadas e 15.273 estudantes atendidos; em 2005, envolveu 133 prefeituras, 63 entidades, 1114 turmas conveniadas e 18.945(estimado).
EJA <sup>85</sup>	Visando promover a continuidade de estudos: no EF, em 2003 com 21.134 matrículas; em 2004, com 14.678 matrículas e, em 2005 com 16.145 matrículas; Já no EM, em 2003 com 38.068 matrículas, em 2004, com 61.677 matrículas, em 2005, com 67.844 matrículas.
<p>EDUCAÇÃO BÁSICA - ACESSO</p> <p>Ampliação dos espaços escolares</p> <p>Atendimento de Alunos Especiais</p> <p>Auxílio para o transporte escolar</p> <p>Cadastramento de Alunos na Rede</p> <p>Bolsa de Estudos</p> <p>Despesas mensais de custeio das escolas</p> <p>Manutenção e Conservação de espaços escolares</p> <p>Realização de Exames Supletivos</p> <p>Recursos Humanos para Rede</p> <p>Segurança nas Escolas</p> <p>Sistema Informatizado de matrículas</p>	<p>Ampliação de 243 escolas.</p> <p>6700 estudantes atendidos.</p> <p>169.472 estudantes transportados</p> <p>1400.115 alunos cadastrados</p> <p>1281 bolsas concedidas para EM e 1440 para estudantes portadores de necessidades especiais.</p> <p>3.002 escolas beneficiadas.</p> <p>652 prédios.</p> <p>1.746.476 exames requeridos.</p> <p>111.410 servidores em atuação e deste universo 1.127 servidores foram cedidos ao PRADEM</p> <p>705 comunidades escolares guarnecidas -</p> <p>7055 Inativos da SJS - Corpo voluntários de Militares da BM.</p> <p>143.265 alunos matriculados via sistema.</p>

<sup>85</sup> citado na Mensagem a Fonte: DEJA/DP/SE/RS.

(continua)

<p><b>EDUCAÇÃO BÁSICA - QUALIFICAÇÃO</b></p> <p>Escola Aberta para a Cidadania Autonomia Financeira e Pedagógica das Escolas Escola em Tempo Integral Tecnologia e Informação no Processo Educacional Habilitação, atualização e capacitação de Recursos Humanos Jogos Escolares - JERGS Merenda Escolar</p> <p>Produção e divulgação materiais didático-pedagógicos</p>	<p>150 escolas participantes do Projeto. 3.002 escolas com Gestão Democrática.</p> <p>7.465 alunos em tempo integral.</p> <p>46 escolas com disponibilidade.</p> <p>191.562 profissionais capacitados. 2.312 escolas participantes. 901.689 estudantes beneficiados, capacitação de merendeiras. 654 materiais disponibilizados.</p>
<p><b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUEPRO</b></p> <p>Apoio à pesquisa, geração de Renda própria nas escolas estaduais com Educação Profissional</p> <p>Aquisição, atualização e manutenção de equipamentos dos Cursos de EP nas escolas da REDE.</p> <p>Divulgação e Integração de Trabalhos das Escolas com EP</p> <p>Execução de Convênios com MEC Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP)</p> <p>Implantação de Novos Cursos de EP</p> <p>Implantação SUEPRO (Rede Estadual) o Programa Gestão de Qualidade</p> <p>Informática na EP</p>	<p>Em 2003, ofertou 133 Cursos Técnicos de Nível Médio e 08 Cursos de Nível Fundamental com componentes profissionalizantes, em 97 Municípios do Estado, correspondendo 26.359 estudantes de Nível Médio e 1.407 estudantes em Cursos de Agropecuária, em Nível Fundamental.</p> <p>30 Projetos apoiados. Destaque para os projetos: Geração de Renda e Apoio à pesquisa.</p> <p>45 Cursos beneficiados.</p> <p>Realização da 2º Mostra das Escolas com Educação Profissional (MEP) 2005 –na Escola Agrícola de Viamão, com 24 escolas de 119 municípios, 42 projetos, 34 professores e 119 estudantes. Exposição de 3 projetos na GLOBALTECH, na FIERGS, classificados nos primeiros lugares na MEP 2004.</p> <p>08 convênios em execução<sup>86</sup>.</p> <p>Em 2004, foram implantados 5 novos cursos, em de Dom Pedrito, Cachoeira do Sul, Ajuricaba, Condor e Três Passos . 20 Escola com Programa de Qualidade.</p> <p>9 Escolas equipadas com Laboratórios de</p>

<sup>86</sup> A relação de convênios não constam discriminados na Mensagem.



(conclusão)

Pesquisa de egressos da Rede Estadual de EP	<p>Informática.</p> <p>Pesquisa com estudantes egressos da Rede Pública de Educação Profissional dos anos 2000, 2001, 2002, 2003 e alguns de 2004, contabilizando um total de 7.500 questionários enviados com taxa de retorno de 22%, já tabulados e com gráficos elaborados.</p>
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC),	<p>Oferta nas Áreas da Indústria: Técnico em Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica e Automotivo; Área da Saúde: Técnico em Segurança do Trabalho; Área de Química: Técnico em Química. A Escola atendeu um total de 3.045 matrículas em 2005</p>

Fonte: Autora com base na Mensagem2006 do Governador à Assembleia Legislativa do RS (2022).

Convém observar que o governo informa que o **Programa Formação Profissional** é desenvolvido pela Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC), no qual se refere em detalhes às ações, cursos, seminários, etc., bem como relata sobre a expansão<sup>87</sup> da ação institucional da Fundação. No quadro 23, os resultados com relação à Educação Profissional.

Quadro 23 - Resultados com relação à Educação Profissional

GOVERNOS ESTADUAIS 1971 A 2021 ANÁLISE DOS RESULTADOS						
GOVERNO	PLANO DE GOVERNO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ou EDUCAÇÃO			MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO		
GERMANO RIGOTTO PMDB	EXPRESSÕES (associações)	PROPOSTAS	CONCLUSÕES	EXPRESSÕES (associações)	AÇÕES	CONCLUSÕES
2003-2006 Diretrizes para o Governo PMDB	Educação Profissional	Expansão e diversificação da Educação Profissional, em função das exigências do mercado de trabalho.	Não se observou registro de Política EP própria do Estado	Educação Profissional Ensino Técnico	Através da SUEPRO: Ampliação e melhorias nos espaços Físicos e compra de equipamentos; Apoio a pesquisa aplicada a geração de renda própria nas escolas com	Na mensagem havia uma descrição detalhada das ações, ficando comprava a oferta da EP na rede. Não se visualizou

<sup>87</sup> Na Mensagem há referência, inclusive com estimativas de **renovação do Convênio com a UERGS** que mantém os Cursos de Tecnólogo em Automação Industrial, Engenharia em Energia e Engenharia em Bioprocessos e Biotecnologia nas Instalações da Fundação.

					educação profissional; Capacitação de professores e gestores da rede de educação profissional; Trabalhos pedagógicos divulgados 8 convênios em execução; 5 novos cursos implantados;	Política de EP própria.  FETLSVC como referência de EP Técnica.
--	--	--	--	--	--	---

Fonte: Autora (2022).

Em síntese, no governo de Germano Rigotto, houve programa e projetos, mas não houve uma Política de Educação própria do Estado para Educação Profissional.

Em 1º de janeiro de 2007, o Governador Germano Rigotto transmite o cargo para **Yeda Crusius**.

Na sequência, a biografia, as propostas no Plano de Governo e ações na Mensagem Final para a Educação Profissional no Governo de Yeda.

#### **4.4.2 A mulher no governo gaúcho: Yeda Crusius, Biografia, Plano de Governo e Mensagem Final à Assembleia com relação à Educação Profissional**

Figura 16 – Governadora Ieda Crusius



Fonte: Portal do Governo do Estado.

#### 4.4.2.1 Biografia de Yeda Crusius

Yeda Rorato Crusius<sup>88</sup>, natural na cidade de São Paulo, nasceu no dia 26 de julho de 1944, filha de Francisco Rorato e de Sílvia Rorato. Casou-se com Carlos Augusto Crusius, com quem teve dois filhos. Em 1966 graduou-se no curso de Economia na Universidade de São Paulo (USP). Foi Assistente no Tribunal de Contas do Estado de 1964 a 1966. Também trabalhou como Economista na Federação do Comércio do Estado de São Paulo, em 1967, e no ano seguinte, transferiu-se para a Viação Aérea São Paulo (VASP). Concluiu, em 1968, a pós-graduação em Economia na USP e no ano seguinte trabalhou na Hidroservice Engenharia. Em 1969, fez pós-graduação nos Estados Unidos, na Universidade do Colorado, iniciando, em seguida, o Mestrado em Economia na Universidade Vanderbilt, em Nashville, em 1971.

No ano de 1993, licenciou-se da UFRGS e assumiu o cargo de Ministra-chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação no governo de Itamar Franco (1992-1994), por indicação do Ministro da Fazenda, Paulo Haddad, seu amigo pessoal desde 1970 e interino na pasta do Planejamento. Em 1994, tornou-se a primeira-tesoureira do PSDB Nacional, concorrendo nas eleições de outubro a uma vaga de Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul. Eleita com mais de cem mil votos - sendo a mais votada do seu partido e a segunda em todo o Estado. Reeleita em 1998 a Deputada Federal numa ampla coligação liderada pelo PSDB, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Assumiu o novo mandato na Câmara em fevereiro de 1999. Em 2002, elegeu-se novamente deputada federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do PSDB, para um mandato que teve início em 2003.

Venceu no 2º turno com 53,94%, em 2006, as eleições para o governo do Rio Grande do Sul, tornando-se, até a presente data, a primeira e única mulher a governar o Estado Gaúcho. Yeda iniciou seu mandato em 1º de janeiro de 2007, anunciando forte contenção de gastos a fim de sanear as finanças do estado. Já no 1º ano de governo, o déficit estrutural do estado diminuiria pela metade. Em 2008, a governadora anunciou ter zerado o déficit público do Rio Grande do Sul. Na mesma ocasião, anunciou o pagamento antecipado do 13º salário aos funcionários públicos estaduais, com recursos próprios do Tesouro do estado, ou seja, sem qualquer operação de financiamento.

Publicou as seguintes obras: *A Escolha entre Inflação e Desempenho (1981)*, *Economia (1982)*, *Dívida Externa Brasileira: elementos para discussão (1983)*, *Autonomia*

---

<sup>88</sup> A pesquisa biográfica de Yeda Crusius foi realizada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) através do site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/yeda-rorato-crusius>

*ou submissão: a economiada Rio Grande do Sul face à economia brasileira (1983), Introdução à Economia (1983), A Busca pelos Fundamentos, sem Choques (1987), O Programa desestatização do Governo Collor: 110 dias (1990), O Plano Brasil Novo como proposta de mudança de regime (1990) e A resistência da inflação brasileira a choques (1992).*

#### 4.4.2.2 Plano de governo de Yeda Crusius o com relação à Educação Profissional

Com relação ao Plano<sup>89</sup> de Governo, lido em formato de arquivo digital, pdf, com 62 páginas, não apresenta, neste formato, capa e sim com o índice numérico e introdução subdividida por 3 blocos: I - Desenvolvimento econômico sustentável, II - desenvolvimento social, e observa-se a palavra Educação, e III - Finanças e Gestão Pública. O plano apresentou uma linguagem culta, formal, e na introdução apresenta a situação do Estado.

No plano, utiliza-se do slogan *Um novo jeito de governar* em razão das “repetições e agravamentos de problemas que impedem o desenvolvimento da economia e o crescimento da qualidade de vida de nossa gente” (p. 2). Para a Educação, utilizou-se do bloco II - Desenvolvimento Social - Mais qualidade de vida para todos os Gaúchos, onde se refere à **Educação escolar de qualidade para todos**, em negrito, para evidenciar que é condição para o exercício da cidadania e para o aperfeiçoamento das Instituições Democráticas no Brasil. Com relação à Educação Profissional, observou ser imprescindível que o seu governo dê atenção a essa modalidade, diversificando a oferta de cursos e intensificando as parcerias entre escolas estaduais, instituições comunitárias e o Sistema “S” e, diante do quadro, ampliar a oferta de  **cursos técnicos e tecnológicos de nível superior**, a partir da estrutura da UERGS, levando em conta as demandas e oportunidades de trabalho, nas diversas regiões do Estado.

Como proposta para a Educação Profissional, sugere

- Integrar a oferta da Educação básica com iniciativas de Educação Profissional; diversificar a oferta de cursos de Educação Profissional para qualificação e requalificação de mão-de-obra, voltadas às demandas e vocações das micro e macro-regiões do Estado; intensificar as parcerias entre escolas estaduais, instituições comunitárias e Sistema “S”, para ampliar e melhorar a oferta de cursos profissionalizantes. - Consolidar a UERGS como universidade vocacionada para a oferta de cursos técnicos profissionalizantes de nível superior, articulados com o desenvolvimento sócio-econômico regional e local (PLANO DE GOVERNO YEDA CRUSIUS, p. 34).

Assim, infere no Plano que Educação escolar de qualidade para todos é condição para

<sup>89</sup><https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092506-plano-de-governo-governo-de-yeda-crusius-periodo-de-2007-a-2010.pdf>

o exercício da cidadania e que também há que se promover o desenvolvimento humano, sendo necessário que se saiba o que realmente os estudantes gaúchos estão aprendendo. Indica que a condição para atingir as metas estabelecidas dependem diretamente da modernização da gestão educacional e da ampliação e aplicação com mais eficiência dos recursos destinados à Educação pública.

Com relação ao financiamento da Educação básica, comenta-se a necessidade de defender a criação de fundos específicos para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Por fim, cita a parceria do Estado com os Municípios, pois entende-se que, sem a parceria, não haverá boa escola para todos os gaúchos.

#### 4.4.2.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional

Já na Mensagem<sup>90</sup> Final, encaminhada ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Giovani Cherini, informa a educação com as ações desenvolvidas no eixo social. O Secretário de Estado da Educação, à época, é Ervino Deon. A Educação Profissional está a cargo da SUEPRO, encarregada pelo gerenciamento da educação profissional na Rede Estadual. Também, informa que a Fundação Técnica Liberato Vieira Salzano da Cunha (FETLVSC), vinculada à Secretaria de Educação (SE), integralmente voltada à Educação Profissional, atendendo estudantes provenientes de mais de 50 municípios do RS.

Informa, na Mensagem, que a meta é garantir educação escolar de qualidade para todos. Assim, através do debate a “construção do Programa Boa Escola para Todos, enquadrado entre os Programas Estruturantes do Governo, que tem como objetivo o de melhorar a qualidade da educação básica, expandir e qualificar a educação profissional do Estado” (MENSAGEM DA GOVERNADORA, 2010, p. 154).

Relacionam-se as principais AÇÕES /RESULTADOS do governo com relação à Educação Profissional no quadro 24 abaixo:

Quadro 24 - Síntese AÇÕES/RESULTADOS com relação à Educação Profissional

(continua)

AÇÕES	RESULTADOS
Programa Estruturante Boa Escola para Todos Projeto Sala de Aula Digital - Tecnologia de Informação nas Escolas Estaduais	Implantação de tecnologia nas escolas estaduais como recurso pedagógico. Em 2009, 500 escolas beneficiadas com rede elétrica, mobiliário e condicionadores de ar e 250

<sup>90</sup> <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29082213-mensagem2010.pdf>

(continua)

	escolas receberam computadores.
Professor Nota 10 - Valorização do Magistério	Capacitação para 9690 professores em encontros, seminários, cursos e oficinas em subprojetos: Escola em Tempo Integral e Escola Aberta; Escola Rural; Saber do Ensino Religioso; Programa de Educação Ambiental Compartilhado (PEAC); Escola Ativa; Cultura Gaúcha; Programa de Qualidade SESI; Educação Especial - Deficiência Visual; Educação Indígena; Programa Acelera Brasil E Se Liga; Projeto de Alfabetização Alfa e Beto, Circuito Campeão e GEEMPA; Educação Afro-Brasileira; PDE Escola; e III Conferência Nacional Infante-Juvenil para o Meio Ambiente.
Referencial Curricular para a Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul - Lições do Rio Grande	Desenvolver formação continuada para 21.400 professores dos componentes curriculares do EF e EM
Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do RS (SAERS) Sistema de Avaliação de Educação Básica (SAEB) Prova Brasil	Adesão de 81 municípios em 406 escolas, um federal e 20 escolas privadas. Alguns anos do EF e 3º do EM provas de Português e Matemática. Português e Matemática EF
Projeto Alfabetização de Crianças de seis e sete Anos do Ensino Fundamental de Nove Anos	1.960 turmas, 42.495 estudantes e 1.381 escolas foram beneficiados.
Transporte Escolar	81.395 do EF e 52.815 do EM estudantes transportados
Concessão de Bolsas de Estudo/Cedências professor contrapartida vaga.	Cedência de professores via convênio beneficiou 109 escolas - 1.6078 alunos atendidos (101 escolas educação especial, 4 escolas EF e 4 escolas EM) e 300 professores cedidos. Concessão de bolsa de estudos 2.082 estudos na educação especial em 2009; 15 escolas do EM conveniadas, para 853 alunos.
EJA	Realizou levantamento de matrícula e frequência dos estudantes nas escolas que oferecem EJA. <b>Identificou escolas que poderiam deixar de oferecer EJA</b> e escola-pólo para receber alunos das escolas sem oferta de EJA.
SUEPRO	148 escolas oferecem Cursos Técnicos em 107 municípios, matrícula de 32.340 estudantes para 221 cursos técnicos que contemplam 12 Eixos Tecnológicos previstos no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos do

conclusão

	<p>MEC.</p> <p>-Regularizou, em 2010, seis escolas técnicas em <b>Centros Estaduais de Referência em Educação Profissional</b>: Escola Técnica Estadual Celeste Gobbato em Palmeira das Missões – área de agropecuária; Escola Estadual Técnica João XXIII em Pelotas – área de gestão e serviços; Escola Estadual Técnica Monteiro Lobato em Taquara – área da indústria; Escola Técnica Estadual São João Batista em Montenegro – área de química; Instituto Estadual de Educação Pereira Coruja em Taquari – área de meio ambiente; e, Escola Estadual Técnica de Saúde no Hospital de Clínicas de Porto Alegre – área da saúde</p> <p>-Ampliação de escolas, compra de mobiliário e equipamentos para educação profissional</p> <p>- Mostra de Escolas de EP (MEP) em 2009 a 6ª edição das MEPs, em Porto Alegre, Caxias do Sul, Erechim, Cruz Alta, Rio Grande, Ijuí e Palmeira das Missões, mobilizando centenas de Alunos Expositores e Professores Orientadores, havendo o envolvimento de 98 escolas, 73 municípios, 322 projetos foram apresentados, totalizando a participação de 903 alunos e 239 professores.</p> <p>- Cursos de capacitação realizados pela SUEPRO para a metodologia da pesquisa e elaboração de projetos, desencadeando a FECITEP - Feira Estadual de Ciência e Tecnologia da EP, em 2009 com representação de 67 escolas, participando 297 estudantes e 101 professores orientadores .</p>
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC)	Em 2009, a Fundação contava com 3.400 matrículas e oferta EP.

Fonte: Autora com base na Mensagem 2010 do Governadora à Assembleia Legislativa do RS (2022).

No ano de 2009, o Censo Escolar apontava o número de matrículas:

Para a Educação Básica 2.507.212 matrículas iniciais efetivadas, sendo 1. 204.004 em escolas Estaduais; 16.545, em escolas federais; 953;736 em escolas municipais e 332.927 em escolas particulares. No entanto, somente as **matrículas em escolas da rede estadual de ensino**: 177 matrículas em creches; 162.926, em Pré-Escola; 1.569.135, no Ensino Fundamental; 417.486, no Ensino Médio; 82.910, na Educação Profissional; 17.354, na Educação Especial; e, 161.103, na Educação de Jovens e Adultos (MENSAGEM DA GOVERNADORA, 2016, p. 159).

Na Mensagem da Governadora, há relatos de vários projetos, e com relação a

FETLSVC, realizou diversos projetos e parcerias estratégicas<sup>91</sup>, a MOSTRATEC e o Seminário Internacional de Educação Tecnológica (SIET). Em 2009, deu-se prosseguimento ao Projeto de Incubação Tecnológica Liberato (ITEL)

No quadro 25 os resultados com relação a EP no governo de Yeda Crusius:

Quadro 25 - Síntese dos resultados com relação a Educação Profissional

GOVERNOS ESTADUAIS 1971 A 2021 ANÁLISE DOS RESULTADOS						
GOVERNO	PLANO DE GOVERNO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ou EDUCAÇÃO			MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO		
YEDA CRUSIUS PSDB	EXPRESSIONES (associações)	PROPOSTAS	CONCLUSÕES	EXPRESSIONES (associações)	AÇÕES	CONCLUSÕES
2007-2010  Um novo jeito de Governar	Educação profissional Cursos técnicos Qualificação profissional Técnicos profissionalizantes antes	Integrar a oferta da educação básica com iniciativas de educação profissional; diversificar a oferta de cursos de educação profissional para qualificação e requalificação de mão-de-obra, voltada às demandas e vocações das micro e macro-regiões do Estado; intensificar as parcerias entre escolas estaduais, instituições comunitárias e Sistema “S”, para ampliar e melhorar a oferta de cursos profissionalizantes. Consolidar a UERGS como universidade vacionada para a oferta de cursos técnicos	Não se observou registro de Política EP própria do Estado no plano	Ensino Profissional Educação profissional	Desenvolvi das através da SUPERO e da FTELSVC Programa Boa Escola Para Todos Centro de Referência em Centro Profissional Programa Estruturante - Projeto Educação Profissional com indutora de desenvolvi- mento	Oferta de EP pela Estado, não se observou registro de Política EP própria do Estado no plano.FETLS VC como referência de EP Técnica

<sup>91</sup>As **parcerias estratégicas da FETLSVC**, foram firmados os seguintes convênios no ano: Projeto PROMOVE em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); e, Projeto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Arranjo Produtivo Local (APL) em Automação Industrial. Foi mantido o convênio firmado, em 2008, com empresas do ramo de Tecnologia da Informação de Novo Hamburgo e São Leopoldo, objetivando formar técnicos qualificados na área de desenvolvimento de *software* para *web*. Também foram executados projetos com as seguintes empresas e instituições, em parceria com a Associação de Pais e Mestres, objetivando a cooperação técnica e educacional na Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (MOSTRATEC), tanto em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de formação e treinamento profissional, quanto em cursos de extensão e estágios para professores e alunos: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Faculdade de Engenharia das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Instituto de Idiomas de Novo Hamburgo Yázigi, Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo (ASPEUR/FEEVALE), Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista (IPA), Altus Sistema de Informática – São Leopoldo, PETROBRAS, Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), Centro Universitário Univates – Lageado, Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER) e Distribuidora Gaúcha de Energia-AES Sul (MENSAGEM DA GOVERNADORA, 2010,p. 167).



		profissionalizantes de nível superior, articulados com o desenvolvimento sócio-econômico regional e local.				
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Autora (2022).

Em síntese, a Mensagem Final do Governo de Yeda Crusius traz muitas informações explicativas de como estavam sendo gerenciadas as ações na Rede Estadual, inclusive para a Educação Profissional. Na Mensagem, informa os nomes de algumas escolas e os projetos e subprojetos que envolvem a modalidade, convênios, parcerias e repasse de verbas do governo federal, no entanto, não faz referência a uma política de Educação Profissional própria do Estado, nem no Plano de Governo.

Em 1º de janeiro de 2011, a Governadora Yeda Crusius transmite o cargo para **Tarso Genro**.

Na sequência, a biografia de Tarso Genro, seu Plano de Governo e Mensagem Final encaminhada à Assembleia Legislativa, com relação à Educação Profissional na Rede Estadual.

#### 4.4.3 Governo de Tarso Genro, Biografia, Plano De Governo e Mensagem à Assembleia Com Relação A EP

Figura 17 – Governador Tarso Genro



Fonte Portal do Governo do Estado:

##### 4.4.3.1 Biografia de Tarso Genro

Tarso Fernando Herz Genro<sup>92</sup>, natural de São Borja (RS), nasceu no dia 6 de junho de 1947, filho de Adelmo Genro e de Elly Herz Genro Casou-se com Sandra Kerbs Genro, com quem teve duas filhas.

<sup>92</sup> A pesquisa biográfica de Tarso Genro foi realizada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas (FGV) através do site: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tarso-fernando-herz-genro>

Na UFSM, em Santa Maria, fez o curso de Direito. Iniciou na política no Partido PTB, em 1964. Com apenas 19 anos, foi eleito, em Santa Maria, vereador pelo partido, na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Enquanto na vereança, ajudou a estruturar o MDB no município e, paralelamente, ingressou na Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), à época clandestino. Renunciou ao mandato municipal em protesto contra o regime militar. Foi perseguido em função de suas atividades no PC do B e buscou exílio no Uruguai. Ingressou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), legenda sucessora do MDB, após o fim do bipartidarismo.

Filia-se ao PT, em 1982, após deixar o PMDB. Já no PT, em 1986, obteve suplência, como deputado federal constituinte pelo Rio Grande do Sul, levando assumir cadeira, em 1989 com a renúncia de Dutra. No início de 1996, o projeto do orçamento participativo desenvolvido em Porto Alegre foi selecionado para participar da Conferência Habitat 2. Nesse encontro, realizado em Istambul, Turquia, Tarso foi convidado a expor as linhas gerais do projeto, tido como uma das políticas para a integração urbana mais bem-sucedidas do mundo.

Sua popularidade foi responsável pela vitória de Raul Pont na eleição para prefeito em Porto Alegre, com 52% dos votos válidos, ainda no primeiro turno. Nas eleições municipais de 2000, Tarso Genro foi eleito pelo PT prefeito de Porto Alegre, no 2º turno, com 63,51% dos votos, diante de Alceu Collares, do PDT, com 36,49% dos votos. Em 2003, Lula convidou Tarso Genro a integrar o seu ministério, na função de titular da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, função na qual Genro ficou até o início de 2004, quando Lula fez a sua primeira reforma ministerial. Tarso assumiu então o Ministério da Educação, em substituição a Cristovam Buarque.

Em abril de 2004, o MEC lançou o Portal da Reforma Universitária, a fim de que a sociedade civil ficasse informada a respeito das notícias mais recentes em relação ao tema, conhecesse o calendário das reuniões para discussões e participasse de fóruns sobre a reforma e emitisse a sua opinião. Além da reforma Universitária, outras ações como a criação do Prouni e o projeto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério (FUNDEF), que só previa recursos para o Ensino Fundamental.

Em julho de 2005, Tarso, entrega ao presidente Lula a terceira e última versão do anteprojeto de reforma universitária na forma da Lei da Educação Superior e deixa o governo de Lula, para assumir a presidência do PT. Em seu lugar, como novo ministro da Educação, entra Fernando Haddad, que até então ocupava a Secretaria-Executiva do MEC.

Já em 2006, Tarso retornou ao Governo Lula, com a pasta do Ministério das Relações Institucionais, e em março de 2007, assumiu como novo ministro da Justiça, em substituição ao ministro Márcio Thomaz Bastos.

Vencendo as eleições para Governador do Estado do RS, é empossado em janeiro de 2011. Em 1998, Tarso Genro tornou-se professor convidado na Universidade de Andaluzia, na Espanha e, no período, tornou-se membro do corpo docente do curso de extensão universitária da Escola de Governo, junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi, também, membro do Instituto dos Advogados do Brasil e colaborador, com diversos textos de cunho político e de teoria política, publicados nos principais jornais do país. Entre outros trabalhos destacam-se: *Introdução à crítica do direito*, *Literatura e ideologia*, *Direito individual do trabalho*, *Utopia possível*, *O futuro por armar*, *Moçambique: a caminho do socialismo*, *Acorda palavra* (poesia) e *Fontes da vida* (ensaios de literatura e teoria da história).

#### 4.4.3.2 Plano de governo de Tarso Genro o com relação à Educação Profissional

O Plano de Governo<sup>93</sup> de Tarso Genro para o Governo do Estado, lido no formato digital, pdf, com 64 páginas, escrita em língua nacional e culta, com aspecto de cartilha, denominado de Programa de Governo - Unidade Popular pelo Rio Grande. Nessa Cartilha, apresenta, logo na introdução, afirmações de que *chegou a hora do Rio Grande crescer, no ritmo do Brasil*, ao mesmo tempo em que fazia convite ao cidadão para que participasse da construção de um grande futuro.

Os principais tópicos do Programa de Governo de Tarso Genro referem-se ao desenvolvimento econômico com distribuição de renda; participação popular e redes sociais; gestão e controle público com ética, transparência e combate à corrupção; uma nova relação com os servidores públicos; comunicação pública, democrática e de qualidade. No tocante à Educação, explicita: assegurar uma Educação de qualidade, democratização da Educação para construção da qualidade na Educação básica, valorização do trabalhador em Educação e relação de respeito e diálogo com o CPERS-Sindicato; qualificação dos espaços físicos, segurança nas escolas e criação de políticas que valorizem o esporte; acesso da comunidade escolar à tecnologia e à cultura; acesso, suporte à permanência e à qualificação do Ensino Médio e Profissional; resgate, revitalização e consolidação da UERGS e a criação do

---

<sup>93</sup><https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092453-plano-de-governo-governo-de-tarso-genro-periodo-de-2011-a-2014.pdf>

PROUNI/RS, são os assuntos subitens na cartilha ao referir-se no item Educação e, também, na Educação Profissional.

Com relação ao acesso, suporte à permanência e qualificação do EM e Profissional, sugere as seguintes propostas:

Nenhum Jovem sem Escola: Buscar a universalização do Ensino Médio através de um conjunto de ações que passam pelo investimento na qualificação curricular, em tecnologia e inovação, na aproximação com o mundo do trabalho e na formação permanente dos professores. Para isso, construiremos políticas de suporte ao acesso e permanência com sucesso, como o transporte escolar - ampliando para os centros urbanos – a Bolsa Juventude e os estágios que complementem a formação e subsidiem a sustentação do jovem na escola. **A Educação Profissional e Tecnológica (EPTP abrange a formação inicial e continuada ou qualificação profissional; a Educação Profissional Técnica de nível médio e a de Educação Profissional Tecnológica de graduação e pós-graduação).** Partindo desta compreensão e amplitude, o Governo Tarso desenvolverá uma forte Política Pública de Estado de Educação Profissional, em conjunto com a sociedade, articulada com as Políticas de Desenvolvimento, Educação Básica e Superior, Trabalho e Renda, Ciência e tecnologia, Agricultura e Inclusão Social. Buscar a ampliação e qualificação do ensino profissional, bem como sua integração com o médio, nas regiões urbanas e rurais, com medidas para garantir a permanência e conclusão com sucesso dos jovens. Para tanto, construiremos uma efetiva articulação da rede estadual com as redes federal e municipal, escolas comunitárias e Sistema S, constituindo um Fórum Estadual de Educação Profissional. Investir na formação e na permanência dos professores do ensino técnico nas escolas e na recuperação de laboratórios e equipamentos e na articulação dos cursos com os arranjos produtivos locais e regionais, com a sustentabilidade e com a inclusão social. E, quando esta for uma alternativa, disponibilizar cursos de Educação à Distância. Fortalecemos a Educação agrícola e do campo, articulando com as políticas de agricultura familiar e com os assentamentos da reforma agrária. Essas medidas visam garantir de uma formação geral sólida e uma Educação tecnológica no ensino médio, como base para a inserção crítica dos educandos no mundo do trabalho e para a construção de uma cidadania ativa, voltada para a transformação social e materialização de um projeto de desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável (PROGRAMA DE GOVERNO TARSO GENRO - UNIDADE POPULAR PELO RS, 2011, grifo nosso).

No Plano, Tarso Genro aponta a “responsabilidade do Estado garantir o direito à Educação pública, gratuita e laica e de qualidade social para todos” (PROGRAMA DE GOVERNO TARSO GENRO - UNIDADE POPULAR PELO RS, 2011, p. 13) e a nova política teria por base os seguintes tópicos: a democratização da Educação em três dimensões; a democratização da gestão, do acesso à escola e do acesso ao conhecimento com qualidade social. Por fim, informou, também, que a democratização da escola deveria garantir o acesso, a permanência e a oferta de Educação para todos.

#### 4.4.3.2.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional

Na Mensagem<sup>94</sup> Final endereçada à Assembleia Legislativa para o Presidente Deputado Adão Villaverde, com relação à Educação Profissional, informa que o número de matrículas no ano de 2013 é de 77.595, sendo oferecidas em 410 escolas em 136 municípios gaúchos.

O Secretário de Estado da Educação, no governo de Tarso, é Clovis de Azevedo e, na sua pasta, coordenou os Eixos Estratégicos que, ao longo da gestão, a Secretaria da Educação vem implementando e consolidando: o de reestruturação Física das Escolas e Modernização Tecnológica; reestruturação Curricular e Formação Continuada; Qualificação do Sistema e Democratização da Gestão e a Valorização Profissional.

A seguir, quadro 26, com as AÇÕES/RESULTADOS informado na Mensagem com relação à Educação Profissional.

Quadro 26 - Síntese AÇÕES/RESULTADOS com Relação à Educação Profissional

(continua)

AÇÕES	RESULTADOS
Reestruturação da Rede Física das Escolas Aquisição de máquinas, motores, tratores, mobiliário em geral.	Ampliação, reconstrução de Escolas Educação Básica e Educação Profissional. Atendimento de 53 escolas e 53 escolas técnicas com equipamentos de laboratórios através do Programa Brasil Profissionalizado.
Gestão informatizada  Projeto Província de São Pedro e Territórios de Paz, que consistiu na aquisição de equipamentos de cultura digital e tecnologia da informação; Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) Participação Popular e Cidadã - PPC (2007, 2012, 2013)	Conectividade via modem para 400 escolas, renovação, cabeamento e transmissão de internet, 25 escolas receberam infraestrutura de rede lógica, 30 CREs receberam computadores. Equipamentos de Multimídia para 1.063 Escolas do EM Politécnico e de Curso Normal. Para o projeto Província São Pedro resultou na aquisição: 5.489 Tablets, 15.354 Netbooks, 495 Módulos de armazenamento de Netbook educacional e 2.000 Estações de trabalho padrão W7; compra de 225 projetores multimídia e equipados 393 laboratórios de informática com 4.045 computadores para Escolas de Educação Básica e de Educação Profissional; 1.247 unidades de <i>access point</i> ; 320 <i>nobreak</i> ; 301 <i>switch fast</i> e 170 unidades de estações de monitoramento de rede. Pelo PROINFO distribuição de 1640 Lousas

<sup>94</sup> <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29082223-mensagem2014.pdf>

(continua)

	digitais para 130 escolas da rede. Pela PPC distribuídos 1860 computadores para 130 escolas;
Qualificação/atualização Bibliografias	Enciclopédia Barsa Multimídia para 1.063 escolas EM Politécnico; Explorando a Nossa Terra com 14 mapas para 2.574 escola da Rede; 8.850 livros de literatura; 11.300 livros didáticos; 495 material didáticos e dicionários para 670 escolas do campo além de aquisição de mobiliário para as bibliotecas das escolas.
Reestruturação Curricular e Formação Continuada	Democratização do conhecimento, interação com a realidade local, reestruturação curricular no 1º e 2º ano do Ensino Médio Politécnico e com perspectiva para implantação o 3º em 2014. Melhorias nos índices de aprovação de 66, 1% em 2010, para 70, 4% em 2012. Redução nos índices de evasão de 12, 3%, em 2010, para 11,7%, em 2012. Envolvimento de 2063 professores com a elaboração de Planos de Curso e Regimentos de acordo com a Nova concepção do Ensino Médio, com encontros, seminários, etc.
Implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Em 2012, das 15.0 escolas de EP, ocorreu a implantação em 36 escolas, com 45 cursos integrados, em 2013, aumentou para 50 escolas e 96 cursos de EP. Em 2013, também as escolas técnicas desenvolveram projetos de transição agroecológicas
Incentivo à pesquisa	Participação de Escolas de Ensino Médio Profissional na Feira Brasileira de Ciência e Engenharia - FEBRACE, São Paulo com a exposição de 4 trabalhos da MOSTRATEC/RS Alunos e professores em missões oficiais <sup>95</sup> em diversas feiras como Abu Dhabi, Nova Iorque, Londres, Pernambuco e Rio de Janeiro.
FORMAÇÕES : Encontros/Seminários, outros Destaque para Internacional com o tema Concepções e Serviços da Educação: Pensamentos para uma Nova Prática Social Cidadã, em 2013  Formação de Profissionais da Educação	84 Encontros/Seminários em 2013 4.541. Formações nas áreas Alfabetização, EF, EM Politécnico, Ed. Inclusiva, EJA, Ed. Ambiental, Mais Educação, Educação em Tempo Integral, Educação Física, Educação Musical e Educação Campo, Indígena e Quilombola.

<sup>95</sup>Na Mensagem 2014, de Tarso Genro, não há referência sobre quais Missões oficiais e qual a categoria de alunos e professores visitaram Feiras em estados e países diferentes.

(conclusão)

	374 Cursos de graduação, através da Plataforma Paulo Freire com Bolsa Auxílio, incentivando a conclusão dos estudos.
Gestão Democrática e Conselhos Escolares Planejamento Participativo	Promoção da eleição para os Conselhos Escolares e a participação dos segmentos com representatividade nas Escolas da Rede. Pesquisas diagnósticas com base nos descritores do SEAP visando detectar “nós críticos” e corrigi-los ao elaborar o Planejamento Participativo.
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC)	3.505 alunos matriculados em cursos Técnicos.

Fonte: Autora com base na Mensagem2014 do Governador à Assembleia Legislativa do RS (2022).

Na mensagem, também houve a referência a vários projetos para o Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular, aos Cursos de qualificação e formação continuada e previsões para ações no ano de 2014.

Em síntese, o governo popular de Tarso Genro priorizou à Educação Profissional, houve uma preocupação em reestruturar a oferta da Educação Profissional e do Ensino Politécnico, inclusive com a implantação do Ensino Médio Integrado ao Técnico em várias escolas. No entanto, não houve uma política de Educação Profissional própria do Estado, e sim programas, projetos, repasse de verbas federais de programas, com o objetivo de desenvolver ações nas escolas técnicas do Estado.

No quadro quadro os resultados com relação a EP no governo de Tarso Genro.

Quadro 27 - Síntese dos resultados com relação a Educação Profissional.

<b>GOVERNOS ESTADUAIS 1971 A 2021 ANALISE DOS RESULTADOS</b>						
GOVERNO	PLANO DE GOVERNO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ou EDUCAÇÃO			MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO		
Tarso Genro PT	EXPRESSÕES S (associações)	PROPOSTAS	CONCLUSÕES	EXPRESSÕES (associações)	AÇÕES	CONCLUSÕES

2011 - 2014 Programa de Governo Unidade Popular pelo Rio Grande PT- PSB- PCdoB- PR	Ensino Técnico Qualificação Profissional	Acesso, suporte à permanência e qualificação do Ensino Médio e Profissional.	A proposta dá prioridade para EP no Programa nenhum jovem sem escola. Não se observou registro de Política EP própria do Estado no plano	Escolas Técnicas Ensino Médio Politécnico Ensino Médio Integrado ao Médio	Reestruturação Curricular e Formação Continuada (nas diversas etapas da educação básica, com destaque para o ensino médio) Manutenção das escolas técnicas Implantação do Ensino Médio Integrado	Não se observou registro de Política EP própria do Estado no plano.  FETLSVC como referência de EP Técnico
--	--	--	--	---	--	--

Fonte: Autora (2022).

No capítulo seguinte, abordar-se-á a situação do País com a Administração de Michel Temer e a crise do Estado Gaúcho nos governos de Ivo Sartori e de Eduardo Leite, em especial sobre a Educação Profissional no Brasil e na Rede Estadual.

Assim, na terceira fase, “A Educação Profissional a partir da Expansão da Rede Federal: O RS na contramão dos interesses (2003-2014)”, configurou-se por alternância de partidos tanto no âmbito federal quanto no estadual. Enquanto que em Brasília o governo era popular, no RS, um governo de partido de Centro (PMDB), seguido por outro partido de Direita (PDSB). Esses deram maior atenção aos ajustes do Setor Público Estadual, através do Programa de Modernização da Gestão Pública. Somente no terceiro governo da fase, assumiu um partido da esquerda, o PT e, com isso, alinhando ao Governo Federal,

No governo de **Germano Rigotto (2003- 2006)**, seu Plano apresentou a proposta de expansão e diversificação da Educação Profissional, em função das exigências do mercado de trabalho. A Educação Profissional de nível médio foi coordenada pelo SUEPRO. Também houve desenvolvimento de projetos, convênios e outras ações para garantir a oferta da Educação Profissional na Rede Estadual. No entanto, não houve uma política de Educação Profissional própria para o Estado.

Já no governo de **Yeda Crusius (2007-2010)**, primeira e única mulher a governar o



estado, embora não tenha nascido em solo gaúcho, apresentou, no Plano de Governo, a proposta de diversificar a oferta de cursos técnicos, intensificar parcerias com o setor privado e consolidar a UERGS como uma Universidade com oferta de Cursos Superior Técnicos, os Tecnólogos. Incluiu a FETLSVC como referência de oferta de Educação Profissional no Estado. No entanto, não há descrição de uma Política de Educação Profissional própria.

Com o governo popular de **Tarso Genro (2011-2014)**, há o compromisso com a Democracia e a Participação Popular na construção de uma educação com qualidade e a qualificação do Ensino Médio e Profissional, pois defendeu, no Plano, o direito à educação e à preparação para o trabalho. Também defendeu uma política geral onde a democratização da Educação ocorreria em três dimensões: democratização da gestão, acesso ao ensino (escola) e acesso ao conhecimento com qualidade (profissional e intelectual). Essas dimensões deveriam garantir a oferta, o acesso e a permanência na Escola. Na Mensagem encaminhada para Assembleia Legislativa, onde narra suas principais ações, há relatos de projetos e programas indicando uma atenção mais estreita com a Educação Profissional. Porém, não se percebeu a descrição de uma Política Pública de Educação Profissional própria do Estado.

## CAPÍTULO V - A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O ACIRRAMENTO DA CRISE NO RS (2015 - 2021)

Brasil,  
pátria que te pariu,  
pergunta  
já à flor da pele:  
quem mandou matar Marielle?  
Brasil,

Antônio Nóbrega e Wilson Freire (2019)

A escolha da canção *Quem matou Marielle?*, escrita por Antônio da Nóbrega em parceria com Wilson Freire, em 2019, traz para o cenário a realidade brasileira, como a impunidade, a pobreza, guerras nas favelas, racismo, homofobia, machismo, entre outros temas relevantes. A violência urbana faz parte da realidade brasileira e se observa o seu aumento desenfreado, ainda mais quando o Presidente da República apoia o uso de armas “para proteção da família” e o ideário sobre a Educação ser a maior e melhor ferramenta capaz de modificar uma realidade social, está sendo suplantada pela ignorância, pela violência contra a mulher e os excluídos no geral. No entanto, é através da Educação, em especial, a Educação Profissional, que ações acontecem, oportunizando a promoção de vida com qualidade para todos e todas, pois oferece oportunidade de mudança de vida, ao apropriar-se de uma profissão e se tornar um trabalhador especializado. É na oferta da Educação Profissional, que as mudanças acontecem, ainda mais quando alcança a todos e todas, ao ser pública, gratuita e laica. Observa-se que no Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), nas metas 10 e 11, há proposta de se oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de EJA, no EF e EM, na forma integrada à EP, como também, triplicar as matrículas de EP técnica de EM, garantindo pelo menos 50% da expansão no segmento público, com qualidade de oferta.

Assim, feitas as considerações introdutórias, na sequência, tratar-se-á da Educação Profissional e o acirramento da crise no RS no Brasil de forma geral.

### 5.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO GOVERNO TEMER

Esta seção traz a problematização da Educação no entendimento que, em 2016, houve um golpe de Estado, conforme textos da obra *Políticas Educacionais no Brasil Pós-Golpe*, organizado por Azevedo e Reis, em 2018. Assim, faz-se uma breve síntese, sobre a Educação Profissional no período.

O mais recente golpe, ocorrido em 2016, tira da Presidência do País, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, eleita com 54 milhões de votos. Assim, esse golpe foi de caráter jurídico, político, midiático e, principalmente com o apoio de um número considerável do empresariado brasileiro (CAETANO; COMERLATTO, 2018)

Com a saída de Dilma, Michel Temer, do Partido do PMDB, vice-presidente, assume e “inicia um processo de desmantelamento das políticas sociais iniciadas nos governos anteriores, entre elas a educação, saúde e seguridade social” (AZEVEDO; REIS, 2018, p. 22).

As consequências da saída da Presidente, alcançaram as políticas sociais, principalmente, a educação com relação ao financiamento e o corte no orçamento. (AZEVEDO; REIS, 2018, p. 24) Com isso, A PEC n. 55/2016, “ao congelar por vinte anos o investimento público na área social, reserva toda a riqueza produzida para ganhos do capital” (AZEVEDO; REIS, 2018, p. 24)

No cenário, o Ministério da Educação não demonstra o compromisso com os direitos já conquistados, uma vez “nomeia Mendonça Filho, declaradamente contrário à democratização, a universalização da escola pública e das políticas sociais e altamente comprometido com as instituições educacionais privadas” (AZEVEDO; REIS, 2018, p. 24) Ao assumir, Mendonça Filho faz alterações na pasta e, com isso, troca equipes, extingui secretarias, transfere ou cancela verbas que apresentavam um destino certo, ou seja, já previamente programadas, como também limita o número de membros do Conselho Nacional da Educação, entre outras ações. Outrossim, promove “alterações nos marcos legais das políticas educacionais e de seu orçamento tornando irreversível o avançar da privatização da educação pública no Brasil” (AZEVEDO; REIS, 2018, p. 25).

Desse modo, é necessário considerar que as reformas são promovidas via Medidas Provisórias e Decretos, justificando “o caráter de urgência, acelera a implantação não democrática de uma proposta governamental. O olhar que se tem é que a Reforma do Ensino Médio, a Base Nacional Comum e a Política Nacional de Formação de Professores, em síntese, é esgotar “o conteúdo da educação pública de qualidade social e a completa sujeição do trabalho ao comando do capital constitui a questão central da dinâmica do processo de produção e reprodução social” (AZEVEDO; REIS, p. 27) e, nesse conjunto, estão inseridas as políticas públicas.

## 5.2. POLÍTICA EDUCACIONAL E O GOVERNO DE JAIR BOLSONARO

Eleito por 57,8 milhões de votos no segundo turno, dando início ao governo

bolsonarista e, conjuntamente ao golpe parlamentar (referência a Dilma Rousseff), no país, observa-se uma,

[...] verdadeira ofensiva reacionária de tentativa de desmonte do sindicalismo, dos serviços públicos e de devastação do trabalho regulamentado e dotado de direitos, como servem de exemplificação as reformas ultraliberais, o novo vilipêndio representado pela terceirização irrestrita e total, prevalência do negociado sobre o legislado, desmonte do Ministério do Trabalho, desregulamentação da legislação protetora do trabalho via reforma trabalhista e previdenciária, legalização do trabalho intermitente, tentativa de imposição da chamada “carta de trabalho verde-amarela”, a proposta de reforma administrativa, dentre tantos ataques à organização coletiva dos trabalhadores (TORRES, 2020, p. 160).

Ainda nas palavras de Torres: “a ordem empresarial e das forças políticas hegemônicas pretendem demolir quaisquer resquícios de elementos classistas da representação dos trabalhadores. E, é nesse contexto que se insere o governo Bolsonaro” (TORRES, 2020, p.160).

Convém lembrar que, durante a campanha eleitoral e de sua negativa de participar do debate público, Bolsonaro, em seus pronunciamentos, muito falou sobre a educação. Quando assumiu o governo, a educação passou a ser seu alvo número um, pois já existe uma variedade de textos publicados sobre a ofensiva proposta por Bolsonaro durante os primeiros meses do governo, principalmente contra as Universidades, ao estudo da Ciência e da Tecnologia.

Assim, neste governo, a marca é a instabilidade política e crises, devido à saída de gestores, principalmente na educação, pois o Ministério da Educação apresenta o gerenciamento da educação dentro do universo ultraliberal e, nesse viés, a aproximação com a extrema direita. Com isso, em 18 meses de gestão ocorreu o combate a ideologia de gênero, à dita doutrinação ideológica e ao suposto marxismo cultural nas escolas e universidades; criação de uma comissão investigadora para analisar temas que façam abordagens “ideológicas” consideradas “de esquerda”; revisão dos livros didáticos e a exaltação à ditadura militar; a retomada do ensino de Moral e Cívico, nas escolas e universidades, proposta esta, que recebeu muitas críticas, sendo retirada da pauta do governo (TORRES, 2020).

Outra medida foi a “irresponsabilidade educacional em meio a pandemia” (TORRES, 2020, p. 165) devido às medidas que defendiam o retorno às aulas em meio a crise da pandemia e da tentativa de flexibilizar as medidas de isolamento social em razão do Covid-19, quando a proposta era adoção à Educação a Distância (EaD) em todas escolas públicas e, entre tantas outras, a “Portaria nº 34 da Capes em meio à pandemia mundial, impondo novas mudanças aos programas de Pós-Graduação, aumentando, com isso, o sucateamento das

universidades públicas e da pesquisa” (TORRES, 2020, p. 166).

### 5.3. O DESMONTE DA REDE FEDERAL E DOS INSTITUTOS NO GOVERNO BOLSONARO

Com relação à Educação Profissional e o desmonte da Rede Federal e dos Institutos, observa-se que embora a Rede tenha expandido desde 2015, os recursos públicos destinados aos Institutos Federais estão decrescendo consideravelmente, posto que o orçamento de 2019 diminuiu aos valores de 2011. Também, observa-se que, no governo de Bolsonaro, a estratégia de cortar orçamento, cada vez mais acentuada, menciona-se o bloqueio de 30% (várias instituições tiveram cortes muito maiores) provocado no segundo semestre do ano de 2019, do orçamento geral das Universidades e Institutos Federais, provocando um momento de insegurança, de crise com perspectiva de fechamento de unidades, afetando o funcionamento interno das universidades e institutos federais, pois em razão da diminuição de verbas, contratos foram cancelados, bolsas de pesquisas suspensas, deteriorando o tripé ensino-pesquisa-extensão (TORRES, 2020).

Em síntese, Bolsonaro, publicamentepositor ferrenho do PT, percebe os Institutos Federais como um projeto do PT, o que não se pode deixar de observar como verdadeiro, pois sua expansão dos institutos se deram enquanto o governo federal estava sob gestão do Partido dos Trabalhadores, em três mandatos consecutivos, ficando claro, um dos motivos para o desmonte, ou seja, uma questão ideológica do Presidente eleito. No entanto, é inegável que o ensino integrado das escolas vinculadas aos IF são superiores à média nacional, conforme resultado em reconhecido Programa de Avaliação de Alunos. O desmonte provocado nas instituições federais é algo totalmente contraditório num governo que fez campanha, durante o pleito que o levou à presidência, em defesa da educação pública, tendo como consequência, muitas manifestações em todo país em desfavor das ideias de Bolsonaro e a favor da educação.

No cenário gaúcho, o governo Sartori é alvo de muitas críticas em função de vários fatores, conforme se esclarece na próxima seção.

### 5.4. O GOVERNOS DE SARTORI E DE EDUARDO LEITE E A CRISE FINANCEIRA NO ESTADO

Em 2016, é encaminhada a Proposta de Emenda à Constituição Estadual (PECs), pelo governo Sartori, à Assembleia Legislativa contida no “plano de modernização da estrutura do

Estado com base na situação financeira do Estado, considerada como ‘calamidade’” (DRESSLER; FERREIRA, 2022, p. 5). As medidas traziam a mudança para o serviço público e aumento do ajuste fiscal (idem).

As deliberações impostas representaram perdas de direitos conquistados no Plano de Carreira dos professores, estatutários ou regidos pela CLT. Outro fator que claramente prejudicou a classe trabalhadora em educação, inclusive emocionalmente, em específico a Rede Estadual, foi o parcelamento dos salários e do 13º salário (para muitos representava a programação de um passeio com a família ou cumprimento de uma dívida já vencida há meses). Também, os meios de comunicação noticiaram, mais de uma vez, casos de professores e servidores de escola que precisaram contar com o apoio de colegas, alunos, com passagem e alimentos, devido a dificuldades enfrentadas pelos servidores com o salário comprometido e retido no Banco, devido aos empréstimos consignados em folhas. Assim, logo que entrava o valor parcelado do salário, o banco detinha a parcela para cumprimento de dívida de empréstimo consignado ou desconto em folha. O governo Sartori é marcado pela crise financeira no Estado, com falta de professores e repasse de verbas públicas em atraso.

Eduardo Leite, em 2018, em sua campanha ao governo do estado, prometeu que não haveria mais parcelamentos dos salários, pois segundo ele, o Estado tinha recursos, o que faltava era o jeito certo de gerenciar estes recursos. Com esse discurso, acabou sendo eleito. Entretanto, em seu mandato, apenas na metade de seu governo, Leite conseguiu entregar aos servidores uma folha de pagamento sem parcelamentos.

Na sequência, Leite encaminha à Assembleia Legislativa um pacote de projetos da reforma administrativa, entre eles está o item que trata das vantagens e aposentadoria dos servidores, o Projeto de Lei (PL) 03/2020, que altera o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério do RS. Aprovado, o projeto, já na Lei nº 15.451/2020, de 17 de fevereiro de 2020, com seus efeitos, retirou direitos e extinguiu vantagens e benefícios por tempo de serviço dos professores como triênios e quinquênios.

Na sequência, o governo que antecedeu Eduardo Leite, o de Jose Ivo Sartori.

#### **5.4.1 A Biografia, o Plano De Governo, a Mensagem à Assembleia Legislativa do Governo de José Ivo Sartori**

Em 1º de janeiro de 2015, o Governador Tarso Genro transmitiu o cargo para **José Ivo Sartori**.

### 5.5.1 Biografia de Jose Ivo Sartori

Figura 18 – Governador Ivo Sartori



Fonte: Portal do Governo do Estado.

#### 5.4.1.1 Biografia de José Ivo Sartori

José Ivo Sartori<sup>96</sup>, natural de Farroupilha (RS), nasceu no dia 25 de fevereiro de 1948. Casado com Maria Helena Sartori, pai de dois filhos. Formado em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul;

Filiou-se em 1974 ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1976 elegeu-se vereador por Caxias do Sul, na legenda do MDB. Foi eleito, em 1982, deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, pela nova sigla PMDB e continuou exercendo mandatos sucessivos em 1986, 1990, 1994, 1998 e 2002. Entre 1987 e 1988, José Ivo Sartori assumiu a Secretaria de Trabalho, Ação Social e Comunitária no governo de Pedro Simon (1987-1991). Em 1989, atuou como deputado constituinte pelo Rio Grande do Sul e, em 1998, foi eleito presidente da Assembleia Legislativa gaúcha, cargo que exerceu até 1999. Nesse último ano, assumiu a presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia. Em 2001, Sartori tornou-se líder da bancada do PMDB na Assembleia Legislativa.

Em 2002, foi eleito deputado federal com 1,72% dos votos. Votou contra a Reforma da Previdência proposta pelo Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011).

Em 2004, foi eleito prefeito de Caxias do Sul, com 52,43% dos votos no segundo turno, e se afastou da Câmara Federal em 2005. Foi reeleito prefeito de Caxias do Sul com 54,35% dos votos válidos em 2008. Ocupou o cargo até Janeiro de 2013, quando empossou seu vice, Antonio Feldmann. Em 2014 é eleito Governador do RS.

---

<sup>96</sup> A pesquisa biográfica de Jose Ivo Sartório foi realizada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas (FGV) através do site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sartori-jose-ivo>

#### 5.4.1.2 Plano de governo de José Ivo Sartori o com relação à Educação Profissional

O Plano<sup>97</sup> de Governo de Jose Ivo Sartori em formato digital, pdf, é apresentado com capa, sem índice, com 52 páginas, texto sem apresentação de tabelas ou gráficos, de linguagem nacional e culta. No plano, o slogan é *O novo caminho para o Rio Grande*, apresenta a coligação dos partidos PMDB, PSD, PSB, PPS, PHS, PT do B, PSL, PSDC, e propõe uma aliança para a mudança, visto o RS enfrentar uma situação complexa e desafiadora, razão de

*[...] resgatar a política como única forma de conduzir democraticamente o desenvolvimento torna-se uma prioridade. Para tanto é preciso reconhecer que há boa e má política e que a escolha de quem possa representar a boa política deve ser a mais urgente e importante de nossas prioridades (PLANO DE GOVERNO, 2015-2018, p. 7, grifo nosso).*

A Educação, no Plano, enquadra-se no item 04: O desafio da expansão e da melhoria dos serviços públicos básicos, no subitem a) Os desafios da Educação estadual: melhorar a qualidade, a gestão e infraestrutura escolar. Assim, na página do Plano de governo, destinada à Educação e à Educação Profissional, encontra-se que,

Em primeiro lugar, investir **na qualificação dos professores**, promovendo e incentivando ampla e **permanente atualização**. Em segundo lugar, intensificar iniciativas voltadas para **o aprimoramento dos gestores e da gestão das escolas**. Em terceiro lugar, aperfeiçoar o processo de **recrutamento dos professores**, valorizando os conhecimentos específicos nas respectivas áreas de atuação. Em quarto lugar, adotar **estratégias pedagógicas compatíveis** com as deficiências diagnosticadas e com as melhores experiências nacionais e internacionais. Em quinto lugar, redobrar esforços para dotar, progressivamente, nossas **escolas de equipamentos** e meios que potencializam a aprendizagem, tais como laboratórios, bibliotecas e salas digitais. Finalmente, em sexto lugar, mas não menos importante, dar continuidade aos esforços de avaliação permanente do desempenho dos estudantes, não apenas para medir os resultados, mas também para permitir o justo e emulador reconhecimento de professores e estudantes. Já com relação ao ensino médio, responsabilidade precípua da esfera estadual, o desafio é ainda maior, pois trata-se de acrescentar às políticas acima destinadas a: implantar políticas que conduzam à universalização do acesso, assegurando a matrícula aos jovens 15 a 18 anos, uma vez que aproximadamente 40% dessa faixa etária encontra-se fora da escola; promover uma ampla reforma do ensino médio contemplando a diversificação curricular, tornando-o mais atrativo e adequado às necessidades dos jovens. melhorar o desempenho geral das escolas, com especial atenção aquelas que apresentam pior desempenho; e realizar ações visando elevar o número de egressos formados. Alta prioridade deve também ser atribuída ação da **Superintendência de Ensino Profissionalizante da Secretaria Estadual da Educação**. Embora existam, no sistema, escolas de reconhecida excelência, como a Escola Parobé e a Escola

<sup>97</sup>[https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/RS/2022802018/210000606873/proposta\\_1534523287231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/RS/2022802018/210000606873/proposta_1534523287231.pdf)



Liberato Salzano, no contexto da estratégia mais geral do desenvolvimento regional defendida neste programa de governo, é importante que a exemplo dessas, sejam criadas pelo menos uma Escola de Educação Profissional de referência em cada uma das regiões do Estado do Rio Grande do Sul (PLANO DE GOVERNO 2015-2018, p. 23-24).

No plano consta “alta prioridade” para a Educação Profissional, no entanto, não há registro de uma política de educação profissional própria do estado.

#### 5.4.1.3 Mensagem à Assembleia Legislativa com relação à Educação Profissional

A Mensagem<sup>98</sup> Final encaminhada para o Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marlon Santos, relata as ações do governo com base nas propostas contidas no Plano de Governo. O Secretário de Estado de Educação era Ronald Krummenauer, encarregado da pasta.

A Secretaria de Educação (SE) executou quatro (4) programas: Acesso e Permanência com Qualidade na Educação Básica, Desenvolvimento do Processo de Educação e Qualificação da Aprendizagem, Ampliação do Acesso e Qualificação Técnica de Nível Médio da Educação Profissional e Melhoria da Infraestrutura Física e dos Espaços Escolares.

A seguir as principais AÇÕES/RESULTADOS para Educação Profissional no Governo de Sartori:

Quadro 28 - Síntese AÇÃO/RESULTADO COM RELAÇÃO à Educação Profissional  
(continua)

AÇÕES	RESULTADOS
Programa Acesso e permanência com Qualidade na Educação Básica	902. 555 alunos com alimentação escolarizada através do PNAE (tradicional, indígena e quilombola) e o complemento da alimentação escolar (escolas com até 100 e 200 alunos e o ensino médio politécnico) Transporte Escolar para 87.602 alunos de escolas estaduais, do meio rural e em algumas situações com parcerias com o Município. Implantação da Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE) em 2383 escolas. NFG - Nota Fiscal Gaúcha programa que repassa valores de premiação beneficiando escolas.
Programa Desenvolvimento do Processo Educacional e	Oferta de Tempo Integral para 105 escolas, atendendo 18,7 mil alunos em 2017

<sup>98</sup> <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202002/05102636-mensagem-governador-2018.pdf>

(conclusão)

Qualificação da Aprendizagem	<p>467 escolas integrantes do Mais Educação  225 escolas com atividades educativas e culturais e  86 escolas participantes do Programa Escola Aberta para a Cidadania.  Formação Continuada dos profissionais e gestores em torno de 68.358 participantes.  Pacto Nacional da Alfabetização envolvendo 6.990 participantes  Em temáticas educacionais, foi realizada formação para 14.350 participantes.  Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) para 12.494 participantes  Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa envolveu 6990 participantes  Programa Escola Melhor, Sociedade Melhor contou com a adesão de 682 escolas e com 415 parcerias firmadas.</p>
Programa Ampliação do Acesso	<p>Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, desenvolveu Ampliação do Acesso com Qualidade na Educação Profissional e Tecnológica da Fundação Liberato com a manutenção de 3600 vagas/ano,</p>
Programa Qualificação Técnica de Nível Médio da Educação Profissional e Melhoria da Infraestrutura Física e dos Espaços Escolares	<p>Recuperação, reconstruções, ampliações e reformas, realização de obras emergenciais, demandas do PPCI - Plano de Prevenção de Combate a Incêndio, criação das novas escolas indígenas. Aquisição de mobiliário básico e equipamentos para 381 escolas. Manutenção água e energia das Escolas Estaduais Matrícula de 32.261 alunos em Cursos Técnicos e criação de 1.491 vagas em Curso Técnico de Nível Médio na Rede Estadual  Capacitação, atualização e qualificação de gestores, professores e servidores da Rede Estadual de EP.  Realização de três Convênios: Termo de cooperação -parceria com SENAI-RS e SEDUC formação gratuita aluno do EM da Rede Estadual por curso a distância. Em 2017 contava com 1213 inscritos; Termo de cooperação - parceria SENAI-RS e SEDUC disponibilizando 2000 vagas em cursos técnicos modalidade EaD para alunos EM das cidades Canela e Guaíba; Termo de cooperação- parceria SESI e SEDUC visando formação gratuita dos profissionais da SEDUC, diretores de escolas, professores e servidores de escolas, CRES, e Sede para o Curso de Gestão para Educação de Qualidade.  Realização de Feiras Estadual das Diferentes Redes da Educação Profissional</p>

Fonte: Autora com base na Mensagem2018 do Governador à Assembleia Legislativa do RS (2022).

Perebe-se que a EP ocorreu por meio de parceria com o Sistema S. Outros Programas

e projetos foram desenvolvidos para os Anos Iniciais e Finais do EF e Ensino Médio Regular. Várias escolas adotaram o Ensino Médio Integrado ao Técnico e não houve referência de como o processo ocorreu, no Plano, sobre essa modalidade, percebendo-se com isso, que a Educação Profissional não foi prioridade no Governo Sartori. O que se pôde observar é que o governo, como os que o antecederam, gerenciou as verbas públicas, oriundas do governo federal, vinculado à política pública federal envolvida. Com relação à Política de Educação Profissional própria do Estado, não houve referência no Plano de Governo e na Mensagem enviada à Assembleia, mas sim a realização de projetos e programas. Percebeu-se o retrocesso na educação, com relação ao Governo Sartori, pois para o Magistério foi período de incertezas e preocupações devido ao parcelamento dos salários, da crise financeira do Estado, com escolas sucateadas, falta de professores e funcionários, com os pais e alunos penalizados com a crise financeiras de seus professores, gerando um alto número de licença saúde. No entanto, foi no Governo de Eduardo Leite, que efetivamente houve perda de direitos conquistados com muita luta pelo Magistério devido a Lei 15.451/20 que alterou o Estatuto do Magistério Estadual (Lei nº 6.672/74), instituindo regras muito mais rígidas, como por exemplo o acesso à promoção de classe e a perda da incorporação da gratificação de Direção (GD).

No quadro 29, os resultados da Educação Profissional no governo de Sartori.

Quadro 29 - Síntese dos resultados com relação a Educação Profissional

GOVERNOS ESTADUAIS 1971 A 2021 ANALISE DOS RESULTADOS						
GOVERN O	PLANO DE GOVERNO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ou EDUCAÇÃO			MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO		
José Ivo Sartóri PMDB	EXPRESSÕES (associações)	PROPOSTAS	CONCLUSÕES	EXPRESSÕES (associações)	AÇÕES	CONCLUSÕES
2015-2018 Plano Governo O novo caminho para o Rio Grande Coligação PMDB, PDS, PSB, PPS, PHS, PT do B, PSL, PSDC	Educação Profissional Ensino Profissiona lizante	Atribuí a ação da SUEPRO e a FETLSVC para desenvol ver a educação profissional	A proposta dá prioridade para EP no Programa nenhum jovem sem escola. Não se observou registro de Política EP própria do Estado no plano	Educação Profissional Curso Técnico Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Ampliação do acesso e qualificação Técnica de Nível Médio para EP. Reformas e compra de equipamentos, gerenciamento pela SUEPRO Firmado Convênios com SENAC, SENAI e SESI	Não se observou registro de Política EP própria do Estado.  FETLSVC como referência de EP Técnica

Fonte: Autora (2022).

Em síntese, no governo Sartori, na mensagem encaminhada, houve a oferta da EP, no entanto não há registro de uma política de EP própria do estado.

Em 1º de janeiro de 2019, o Governador Ivo Sartori, transmite o cargo para **Eduardo Leite**.

Na sequência, um resumo da biografia de Eduardo Leite, seu Plano de Governo e Mensagem à Assembleia Legislativa do ano de 2021.

#### **5.4.2 Biografia, Plano de Governo e Mensagem à Assembleia Legislativa com Relação à Educação Profissional do Governo de Eduardo Leite (1999-2021)**

Figura 19 – Governador Eduardo Leite



Fonte: Portal do Governo do Estado

##### 5.4.2.1 Biografia de Eduardo Leite

Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite<sup>99</sup>, ex-governador que renunciou no último ano de seu mandato, em março de 2021, foi eleito, em 2018, com 3.128.317 votos – 53,62% dos votos válidos. Natural de Pelotas, nasceu em 10 de março de 1985. Elegeu-se aos 33 anos de idade, sendo o Governador mais jovem do Brasil. Sua trajetória política deu-se no PSDB, quando em 2013 elegeu-se prefeito de Pelotas entre 2013 e 2016 e, antes disso, foi secretário municipal, vereador e presidente da Câmara Municipal na mesma cidade. Como prefeito, foi responsável pela modernização da gestão, priorizando a austeridade fiscal e, assim, garantindo o equilíbrio das contas.

---

<sup>99</sup> A biografia de Eduardo Leite foi pesquisada no site do governo do Estado do Rio Grande do Sul. <https://www.estado.rs.gov.br/governador>

Nos três anos de gestão como governador, Leite aprovou as mais profundas reformas administrativa e previdenciária, incluindo a previdência de militares. Com relação à alteração do Plano de Carreira do Magistério, houve perda de direitos já garantidos, como por exemplo, o direito de reduzir a carga horária em sala de aula após 20 anos de exercício e ter 50 anos. O plano de carreira do Magistério, infelizmente, foi alterado e aprovado pela Assembleia Legislativa, tirando direitos dos professores. Além disso, o governo priorizou o ajuste fiscal e o equilíbrio das contas. Depois de 57 meses de salários do funcionalismo atrasados e pagos parceladamente, o governo passou a pagar em uma única vez, em dia, e cumpriu os repasses a hospitais e a fornecedores. Isso se deu devido ao rígido controle das despesas.

Leite também deu seguimento à agenda de privatizações e concessões. Estão em andamento as privatizações da CEEE, da Companhia Riograndense de Mineração e da Corsan. O controle de dois braços da CEEE, de distribuição e de geração, e da Sulgás já foi repassado à iniciativa privada.

Eduardo Leite foi escolhido pela revista americana *Americas Quarterly* como um dos cinco políticos mais promissores da América Latina, entre os nomes com menos de 40 anos de idade. Estudou políticas públicas na Columbia University, em Nova York, EUA, e cursava mestrado em Gestão Pública, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), quando foi eleito governador.

#### 5.4.2.2 O plano de governo de Eduardo Leite em relação à Educação Profissional

O documento Plano<sup>100</sup> de Governo de Eduardo Leite apresenta-se como um Programa de Governo em formato de cartilha, colorido, com imagens de pessoas, no formato pdf, com 25 páginas. O texto é dividido em blocos, por cores. Apresenta, também, na capa o slogan “Vamos Rio Grande”. As propostas estão elencadas com títulos e o uso da fonte em negrito se torna recorrente para reforçar uma ideia. No Plano de Governo, percebe-se que houve uma introdução salientando que o RS vive momento de dificuldades extremas, sufocado com o que deve. Observa-se, nas palavras iniciais do plano, a seguinte referência: “o Estado colhe os resultados da sucessão de governos imprevidentes, de décadas de irresponsabilidades com as contas, de crescimento desordenado (...)” (p. 3).

O plano é estruturado em quatro eixos: governança para uma agenda comum; estado sustentável (planejamento, gestão e finanças); sociedade com qualidade (social) e

---

<sup>100</sup>[https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/central/2018/BR/RS/2022802018/210000622367/proposta\\_1534355431161.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/central/2018/BR/RS/2022802018/210000622367/proposta_1534355431161.pdf). Acesso em 15 out. 2021.

desenvolvimento empreendedor (desenvolvimento).

No item Educação, há a expressão “garantir Educação de qualidade a todos”, pois segundo o documento, um Estado que não valoriza a Educação não vai a lugar algum (PLANO DE GOVERNO, 2019/2022). No Programa de Governo, percebe-se não haver referência específica para as expressões “Educação Profissional ou Educação técnica” e a expressão “tecnológica ou tecnologia” é utilizada como sinônimo de recurso, ferramenta.

A Educação para todos é vista como prioridade na proposta e busca, para as novas gerações, uma Educação de qualidade, como também escolas com ambiente físico e tecnológico que estimulem o ensino e a aprendizagem, citando a infraestrutura adequada; aproximação a formação do aluno à realidade de uma sociedade contemporânea, universalizando o acesso, garantindo a permanência e o sucesso do ensino através de novas tecnologias e, estabelecer metas, planejar a rede de Educação, estrategicamente e, com ações corretivas visando à efetiva da gestão da Educação, entre outros. Também, refer-se em troca de saberes e experiência bem-sucedidas em gestão, inovação e parcerias estratégicas, no modelo de Parcerias Público-Privadas (PPP) e, por fim, fortalecer ações voltadas à primeira infância.

#### 5.4.2.3 A Mensagem Final à Assembleia Governo Leite com Relação A EP

Com relação a Mensagem<sup>101</sup> Final<sup>102</sup>, encaminhada à Assembleia Legislativa para o Presidente Deputado Valdeci de Oliveira, não há referência à sigla SUEPRO, órgão responsável por Coordenar a Educação Profissional na Rede Estadual. Entretanto, a expressão **educação profissional** aparece aproximadamente 7 vezes na Mensagem.

Com relação AÇÕES/RESULTADOS para a Educação Profissional no Governo Leite, segue o quadro 30:

Quadro 30 - Síntese da AÇÃO/RESULTADO com relação a EP

(continua)

AÇÕES	RESULTADOS
Avançar na Educação	Melhorar a infraestrutura física e tecnológica, assegurar recuperação da aprendizagem pós-pandemia. No programa Escola da Vida, em 2021, destinado 8, 3 milhões para implementação do Novo Ensino Médio, <b>Educação Profissional</b>

<sup>101</sup> <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202202/09160125-mensagem-2022-pdf-final.pdf>

<sup>102</sup> Considera-se Mensagem Final do governo de Eduardo Leite, a Mensagem2022 referente ao terceiro ano (2021) do mandato, posto que em 28 de março de 2022 ocorre a renúncia do cargo.

(conclusão)

Desenvolvimento Sustentável (Campo em Ascensão)	Investimento na <b>Educação Profissional</b> , na assistência técnica, na extensão rural, na infraestrutura e no cooperativismo.
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUEPRO	34.357 estudantes matriculados em 309 cursos ofertados na Educação Profissional e Médio Integrado
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC)	3.132 estudantes matriculados na Fundação
Qualificação da infraestrutura física, administrativa e pedagógica das escolas	Manutenção Profissional, 2.410 escolas da Educação Básica e 161 Escolas de Educação Profissional foram mantidas (água, energia, saneamento, locação, vigilância, dentre outros)

Fonte: Autora elabora com base na mensagem2022 à Assembleia Legislativa do RS (2022).

Em síntese, no governo de Eduardo Leite, não houve uma política de Educação Profissional própria, e sim alguns programas desenvolvidos para atender a implantação do Novo Ensino Médio. Independentemente do período pandêmico, o Estado encontrou dificuldade para atender a demanda da Educação Profissional nas escolas da Rede. A SUEPRO, que foi criada como órgão responsável pela coordenação da EP, atualmente conta, no seu quadro de servidores, como um número reduzidíssimo de pessoal, não é citada no Plano de Governo e na Mensagem à Assembleia. A FT LSVC, entendida pelo governo como escola pública, é subsidiada pelo governo, e informada como importante órgão de oferta de Educação Profissional.

#### Quadro 31 - Síntese dos Resultados com relação à Educação Profissional

(continua)

<b>GOVERNOS ESTADUAIS 1971 A 2021 ANALISE DOS RESULTADOS</b>						
<b>GOVERNO</b>	<b>PLANO DE GOVERNO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ou EDUCAÇÃO</b>			<b>MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO</b>		
<b>Eduardo Leite PSDB</b>	<b>EXPRESSÕES (associações)</b>	<b>PROPOSTAS</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>EXPRESSÕES (associações)</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>CONCLUSÕES</b>

(conclusão)						
2019-2021 Programa de Governo Vamos Rio Grande! Coligação Rio Grande da Gente (PSDB/PTB/ PRB/PPS/PH S/REDE/PP)	Não há expressão associada a EP.	Não há registro de propostas para EP	O documento não traz a SE de forma específica e não traz proposta para EP.	Educação Profissional	Atualização da matriz curricular do Ensino Médio Integrado e Educação Profissional e atualização de cursos ofertados	Não foi prioridade. Não se observou registro de Política EP própria do Estado.  FETLSVC como referência de EP Técnica

Fonte: Autora (2022)

Por fim, no Governo de Leite, houve perda considerável de direitos dos profissionais da educação, não houve a realização de Concurso Público, a alteração no Plano de carreira tirou dos professores e funcionários direitos já conquistados. Para suprir a deficiência de servidores nas escolas, inclusive para a Educação Profissional, o Estado se utiliza de empresas terceirizadas para atender os serviços de manutenção e alimentação e, para especialistas (orientação e supervisão escolar) e professores utiliza-se a título precário da contratação temporária. A seguir, quadro síntese com da EP no governo de Eduardo Leite.

Em síntese, na quarta fase “A Educação Profissional e o Acirramento da Crise”, destaca-se dois governos com gravíssima crise financeira no Estado.

No governo **de Ivo Sartori (2015-2018)**, em seu seu Plano de Governo, havia o indicativo de que haveria alta prioridade para ações da Superintendência de Ensino Profissionalizantes da Secretaria Estadual de Educação - SUEPRO, e no decorrer do tempo, com a crise financeira no setor público, as expectativas do Plano de Governo, não foram cumpridas, ou seja, não foram prioridade as ações para com a Educação Profissional.

E, por fim, no governo de **Eduardo Leite (2019-2021)**, seu Plano de Governo organizou-se baseado em de quatro eixos que estruturam o programa: governança para uma agenda comum; Estado Sustentável (planejamento, gestão e finanças); sociedade com qualidade de vida (social) e desenvolvimento empreendedor (desenvolvimento). Algumas ações foram realizadas por fazer parte de programas ou projetos, cuja prioridade do governo, embora em período pandêmico, foi a implantação do Novo Ensino Médio. Portanto, no governo de Eduardo Leite a Educação Profissional não foi prioridade.

Em 28 de março de 2022, o Governador Eduardo Leite **renunciou ao cargo de Governador do Estado do Rio Grande do Sul**.

No próximo capítulo, as considerações finais, compreendendo que é um estudo que



não encerra-se, mas traz inúmeras e urgentes possibilidades de novas pesquisas, pois como vimos no capítulo 2, não existem pesquisas que têm o foco na Educação Profissional da Rede Estadual.

## CAPÍTULO VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS - A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO RS: UM CAMPO EM (DES)CONSTRUÇÃO?

*A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria (FREIRE, 1996).*

Nada mais adequado para finalizar a escrita da dissertação, do que as palavras de Paulo Freire, em sua obra, *Pedagogia da Autonomia*, escrita em 1996, com relação a ação transformadora que reside em nós, da ética crítica, da investigação através do uso da competência científica, utilizando-se, principalmente de realizar as ações dentro de um contexto carregado de amorosidade e engajamento político.

No presente capítulo as impressões finais colhidas no decorrer do estudo intitulado *Política de Educação Profissional nos Governos do Rio Grande do Sul: que tijolos a (des)constroem?* O recorte temporal se deu em 50 anos da administração dos governos Estaduais (de Euclides Triches, 1971 a Eduardo Leite, 2021) e se buscou analisar as propostas e ações dos governos através do Plano de Governo, onde estariam as propostas que cada governador pretendeu ao candidatar-se para ocupar a função de Chefe de Estado, como também na Mensagem Final de seu último ano de mandato, em que estariam a comprovação de suas ações, pois, por força de Lei, é dever do Chefe de Estado prestar contas à Assembleia.

A justificativa, a priori, pela escolha dos *Planos dos Governos* (termo adotado na pesquisa para assinalar as proposta dos governadores eleitos), foi baseada na regra imposta pelo Processo Eleitoral Brasileiro (Justiça Eleitoral), que considera obrigatório, para o candidato e ou candidata, a apresentação para a Sociedade, de uma proposta (em forma de documento), antecipadamente, independente da esfera (municipal, estadual ou federal), ou seja, no ato da inscrição da candidatura para concorrer ao pleito eleitoral.

Do mesmo modo, as propostas deveriam estar elencadas no Plano de Governo<sup>103</sup>. Assim, para conhecermos as principais ações desenvolvidas no exercício do mandato de cada governo, há a necessidade, também, de um documento obrigatório que todos os governos estudados possuíam. Utilizou-se, então, das Mensagens encaminhadas ao Presidente da Assembleia Legislativa que cumpre, conforme o que determina, a Constituição Estadual, de 1989, art. 82 Inciso XII - *prestar à Assembleia Legislativa, até 15 de abril de cada ano, as contas referentes ao exercício anterior e apresentar-lhe o relatório de atividades do Poder Executivo, em sessão pública.* (ESTADO, 1989, ART.82, IX, XII)

---

<sup>103</sup> Art. 82, Inciso IX - “*expor, em mensagem que remeterá à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da sessão anual, a situação do Estado e os planos do Governo*” (ESTADO, 1989, ART. 82, Inciso IX).

Por entender a necessidade de estudos sobre a Educação Profissional na Rede Estadual e de sua relevância para a valorização do Magistério Estadual, optou-se em delimitar a pesquisa no órgão central responsável pela coordenação da oferta da Educação Profissional, a Secretaria de Educação do Estado, que abriga desde 1998, nessa pasta, a Superintendência de Educação Profissional do Estado, também conhecida pela sigla SUEPRO, cuja responsabilidade é a de gerenciar as políticas públicas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPTNM, na Rede Estadual e, no cenário, também, conveniada à Secretaria de Educação, a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, embora a Fundação seja regida pelo Direito Privado, é subsidiada pelo Estado através de convênios.

Realizadas estas considerações iniciais sobre a análise dos documentos que produziram dados sobre a pesquisa organizou-se estas considerações procurando responder os questionamentos apresentados na pesquisa, retomando a problematização e objetivos e as principais características das fases e governos. Ainda destacou-se as limitações do estudo e a necessidade de continuidade do mapeamento, investindo em pesquisas agora na práxis das instituições.

Para chegar-se ao problema no estudo em tela, foram elaborados alguns questionamentos, os quais fazem parte do teor analítico desta pesquisa. Um desses questionamentos procurou analisar em que medida as propostas dos candidatos ao governo do Estado do RS contemplaram a Educação Profissional. Assim, no estudo realizado, observou-se que, nos Planos de Governos estudados (de Triches, 1971 a Leite, 2021) em que, teoricamente, estariam registradas as principais propostas, não foi localizada a expressão *Educação Profissional* nos Planos de Pedro Simon e de Eduardo Leite, embora não se ignore que durante os seus governos houve ações voltadas para a oferta de Educação Profissional descrita nas Mensagens encaminhadas à Assembleia Legislativa, através de programas e projetos e repasse de verbas federais para esta finalidade, o que nos leva a mais uma reflexão: com qual interesse e prioridade foi a Educação Profissional para esses governos? Importante registrar que conforme dados apresentados sobre matrículas na EP - 47% dessas são da rede estadual. Então, a EP é um campo importante de ter uma política, uma proposta pedagógica e investimentos, além de desenvolvimento de estudos sobre a oferta e os desafios dessa modalidade de ensino.

Outro questionamento importante realizado na pesquisa foi se quando um governo é eleito, há continuidade na Política Educacional. Na análise proposta, percebeu-se que, no decorrer do tempo, em ações onde havia o repasse de verbas públicas, cada governo fez movimentos em direção à Educação Profissional, empregando olhares diferentes, de acordo

com o perfil de cada candidato. Não se pode, no momento, ignorar a influência dos grupos políticos que orientavam as propostas dos governos, bem como o perfil ideológico de cada governador, assunto adequado a outro debate futuro. Como exemplo, a construção e implantação dos CIEPs pelo governo Collares e a criação da SUEPRO, no governo Britto.

Assim, percebe-se que os governos estaduais procuram cumprir ações propostas pelo governo federal, sendo mais evidente quando havia aproximação do estado com o Governo Federal. No Rio Grande do Sul, a história aponta para o não continuísmo nos governos estaduais e, como consequência natural, alteração e mudança na forma de administrar própria de cada governador e partidos que o acompanham. Por exemplo, no Governo de Antônio Britto, uma das suas primeiras atuações, ao assumir o governo do estado, foi decretar o fim do Calendário Rotativo, criado por Collares. Já no Governo de Olívio Dutra, uma das primeiras ações foi a de revogar o Novo Plano de Carreira do Magistério, proposto por Britto. Entretanto, somente no governo de Collares que se observou a tentativa de extinção da FETLSVC, pois nos outros governos, a referida Fundação foi citada para informar a oferta da Educação Técnica desde sua constituição em 1967 e, no governo de Olívio, para indicar o papel social da fundação no que diz respeito a bolsas e incentivos a estudantes de baixa renda.

Para problematização proposta na pesquisa de *como se configuraram as propostas e as ações dos governos do Estado do Rio Grande do Sul para a Educação Profissional, no período compreendido entre os anos de 1971 a 2021?* Foi necessário interagir com a historicidade, contextualizar os períodos envolvidos para a compreensão que, de acordo com o cenário político (o tipo de governo se popular, civil ou civil-militar), muito ou pouco foi realizado. De forma geral, os governos procuraram assegurar a oferta de Educação Profissional da Rede reconstruindo os prédios, ampliando ou criando novas escolas, comprando equipamentos e mobiliários, investindo em tecnologia ou mantendo o que já estava sendo oferecido e aprimorando de acordo com o interesse do governo à sua época.

Na maioria dos governos, a Educação Profissional é referida como forma de garantir o desenvolvimento da economia e na proposta de transformação do trabalhador em mão-de-obra qualificada. Os governos do Regime civil-militar desenvolveram ações em perfeita aderência com o Governo Federal, uma vez que os governadores foram indicados e não eleitos e o interesse era priorizar o desenvolvimento econômico. Nos governos populares (principalmente de Olívio e Tarso) a preocupação também era com a qualidade da Educação e como isso poderia beneficiar a educação e formação do trabalhador, assumindo a responsabilização do Estado pela oferta de Educação de qualidade. Para isso, vários governos fizeram o entendimento de que não era só a Educação: o Estado deveria, também, oferecer

mecanismos para que os estudantes permanecessem na Rede, como fornecer alimentação e transporte gratuitos. No governo de Collares, por exemplo, foram oferecidos, também, kits com uniformes e materiais escolares.

Para melhor elucidar as considerações acerca da Educação Profissional nos Planos de Governo e Mensagens à Assembleia Legislativa, após a realização da análise de conteúdo, organizou-se, em quatro fases, os governos pesquisados nestas cinco décadas, em uma sequência lógica da contextualização histórica nacional e estadual. Neste e nos capítulos deste estudo buscou-se historicizar a política de EPT no Brasil e no RS. A partir desta historicidade observou-se as aproximações e distanciamentos de projetos para a EPT.

Assim, ao buscar compreender como se configuraram as propostas e as ações dos governos do Estado do Rio Grande do Sul para a Educação Profissional, no período compreendido entre os anos de 1971 a 2021, a partir da análise de conteúdo, optou-se por dividir os governos em quatro fases apresentadas no quadro anterior. Nesse e nos capítulos do presente estudo, buscou-se historicizar a política de EPT no Brasil e no RS. A partir desta historicidade, foram observadas as aproximações e distanciamentos de projetos para a EPT.

Ao contextualizar as propostas e as ações do governo do Estado no que se refere à Educação Profissional no RS, no período de 1971 a 2021, também descritas nos capítulos e no quadro síntese, pôde-se compreender como se constituiu a política educacional e a oferta de Educação Profissional no período pesquisado (segundo e terceiro objetivos específicos). Chegou-se a hipótese destacada no título desse estudo, que a política de EP na Rede Estadual, a cada governo, tem tijolos que a constroem ou que a desestruturam. Ela está lá em poucas propostas, mas em quase todas as prestações de contas não se configura como uma política pública como se entende nesta pesquisa - são apenas programas e projetos.

Dada a importância que assume este estudo para olhar a Educação Profissional e a que o grupo Transformação vem procurando mapear, tanto em nível nacional como estadual, entende-se ser significativo destacar alguns pontos de cada governo, para ratificar a continuidade desta pesquisa, tanto olhando para cada governo, como para a necessidade de ir para a práxis das políticas, das escolas, dos cursos, dos docentes e dos estudantes. Defende-se pesquisas na e com as instituições e sujeitos, mas observa-se que esta pesquisa foi fundamental para mostrar qual(is) governos, de fato, assumem e priorizam a Educação e a Educação Profissional desde a proposta de governo, sobre quais objetivos e ações são assumidas por cada governo e qual partido. Está-se em plena campanha eleitoral para os governos estaduais e federal e este trabalho deixou claro a forma como os governos se organizam, priorizam ou não uma Educação emancipadora, se visam apenas à Economia ou

estão a serviço da classe trabalhadora.

Dado o exposto, destacam-se os principais dados produzidos em cada fase e governos.

Na primeira fase “**Dos anos de 1971 a Redemocratização do Brasil e a Constituição Cidadã em 1988**”, a Educação Profissional, também citada no Plano de Governo, como Ensino Especializado, foi pensada e incentivada pelos governos, como uma forma de treinar mão-de-obra para as indústrias e fábricas existentes, visando ao desenvolvimento econômico do Estado. No período, não se tem registros de uma Política de Educação própria do Estado, e sim a realização de projetos e programas em perfeita sintonia com o Governo Federal.

De sua criação aos dias atuais, a FETLSV é referência de Educação Profissional de Nível Médio da Rede Estadual, por apresentar *status quo* de escola pública e técnica. A primeira fase foi um período de Exceção, com o Regime civil-militar no País até 1985 e a Constituição Cidadã, de 1988, é uma referência para assinalar a redemocratização do Brasil, devido estarem vinculadas a ela, várias garantias de direitos para os brasileiros.

No governo de **Euclides Triches (1971- 1974)** são precisamente os setores agropecuário, industrial e educacional, as áreas prioritárias do Plano de Governo denominado Projeto Grande Rio Grande. Na Educação, as metas foram a expansão quantitativa e a melhoria dos ensinos primário e médio, sua orientação para o trabalho e a valorização do magistério. As propostas foram elaboradas em perfeita consonância com o Governo Federal. No plano de governo, não há indicação de Política para Educação Profissional própria do Estado.

Na Mensagem à Assembleia Legislativa, as ações procuraram executar as propostas do Plano de Governo como: organizar o Sistema Educacional, resultando na descentralização administrativa, criação de Coordenadorias Regionais, implantação do ensino de 1º e 2º graus, inclusive com extensões.

Em 1974 existiam, no Estado, 2.165.505 estudantes matriculados nos diferentes níveis educacionais. Foram compradas 516.282 vagas em 863 escolas, para alunos do ensino de 1º grau e 24.679 vagas, em 231 escolas, para alunos do 2º graus. Em relação à iniciação para o trabalho, foram compradas Unidades Móveis para operar em municípios do interior do Estado, objetivando difundir técnicas e métodos, mas também desenvolver o meio rural. Houve, também, a estruturação e implantação de Centros Rurais de Educação Supletiva - CRES, com finalidade, entre outras, de servir de centros de profissionalização.

A implantação do Estatuto e da Carreira do Magistério Público do Estado através da Lei 6672/74, de acordo com a Mensagem sob of.GG/AEG- 128/75, na data de 1º de março de 1974 foi fundamentado nos quatro pilares: *profissionalização, paridade remuneração,*

*progressão na carreira e valorização da qualificação, deu visibilidade e valorização da profissão de professor, deu visibilidade para a Profissão e valorização.*

Na Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, no ano de 1973, havia em torno de 701 alunos matriculados, divididos nos Cursos Técnicos de Química, Eletrotécnica e Mecânica.

Na Mensagem à Assembleia, do governo de Euclides Triches, houve a preocupação com a legislação vigente, ou seja, a obrigatoriedade da implantação do 2º grau profissionalizante, seja pela proposta em desenvolver ações voltadas para o incentivo de mão-de-obra para o mercado de trabalho, seja na busca do crescimento econômico na sociedade como um todo.

Em síntese, no Plano de Governo e Mensagem à Assembleia (1974) com relação ao governo de Euclides Triches, não houve referência a uma Política Estadual própria para Educação Profissional, na Rede Estadual de Educação, visto que as ações apontavam para o cumprimento de programas federais. Com a promulgação da Legislação que torna obrigatório o Ensino de 2º Grau profissionalizante no país, o governo movimentou sua logística (ampliando, construindo prédios, comprando equipamentos) e recursos humanos (contratando, treinando profissionais, realizando cursos, etc) a fim de poder atender a demanda, sem esclarecer, nos documentos, para quais escolas e de que forma realizou as propostas. Também, coube à Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha em específicos, a referência de oferta de educação profissionalizante, nos documentos pesquisados.

Portanto, nas Mensagens encaminhadas pelo Governador Triches durante seu quadriênio, não foi possível observar um capítulo específico sobre a Educação Profissional, mas sim propostas do Governo Federal, em especial a implantação conforme Legislação Específica - Lei 5692/71, que exigia a adoção do ensino de 2º grau profissionalizante.

Com relação ao governo de **Sinval Guazzelli (1975-1978)**, seu Plano de Governo propôs a qualidade do ensino, a implantação de novas tecnologias, integração do setor público estadual com as instituições de ensino com relação às reais necessidades de mão-de-obra qualificada e o planejamento de política de motivação de emprego e tecnológica

Assim, pode-se perceber que, no documento Mensagem à Assembleia, o governo procurou descrever ações que fossem ao encontro das propostas elencadas no Plano de Governo. Não se observou a descrição de uma política específica para a educação profissional, nem também, uma atenção prioritária, embora tenha sido considerada a educação, de forma geral, em sua Mensagem. No entanto, foi possível observar a atenção em relação à saúde e à alimentação do estudante carente, através de projetos e programas e a compra de vagas para

atender a demanda de estudantes na Rede.

Na Mensagem à Assembleia, de 1º de março de 1977, há um relato com relação “*a participação estatal no aperfeiçoamento do trabalhador, notadamente em cidades que polarizam regiões macroeconômicas, fazendo com que se realizem múltiplos e intensivos cursos de preparação de mão-de-obra*”. (MENSAGEM SINVAL GUAZZELLI, 1977, p. 9) Assim, na mensagem, não fica claro qual Secretaria realizou os 3.523 cursos voltados para melhorias profissionais do trabalhador do campo e da cidade. Pode-se perceber que nos relatos da Secretaria de Educação, a Educação Profissional era tratada de forma vaga. Acredita-se que sobre trabalho, cursos de qualificação profissional, o tema foi em outra Secretaria.

Também, não se vislumbrou a descrição do tipo de educação profissional ofertado e em quais escolas, como tampouco o número de matrículas em específico. Ficou cristalino que o governo estadual procurou cumprir as medidas impostas pelo governo federal e as ações desenvolvidas tiveram o propósito de estimular o crescimento econômico, a preparação para o trabalho e a mão-de-obra qualificada, em perfeita sintonia integrada no II PND e com o que se propôs no plano de governo.

No que se refere ao **Governo de Amaral de Souza (1979-1982)** houve preocupação da Secretaria de Educação do Estado em priorizar o ensino de 1º e 2º graus e a preparação de recursos humanos para atender a demanda. Também houve a promoção da integração com administrações municipais e federal e instituições privadas, como também vinculadas à Fundação Riograndense de Atendimento ao Excepcional, à Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha e à Fundação Televisão Educativa.

Assim, no ano de 1981, a Secretaria de Educação do Estado, tinha na Rede Estadual o seguinte número de matrículas: do primeiro grau - 715.122 estudantes; do segundo grau - 136.937 estudantes; do curso supletivo de 1º grau - 26.985 estudantes ; pré-escolares - 23.879. Ademais, oportunizou exames supletivos em nível de 1º e 2º graus de Educação Geral para 10.047 candidatos do primeiro grau e 14.886 candidatos do segundo grau, como também, de Suplência Profissionalizante em 5 cursos técnicos.

Na mensagem de 1982, observou-se que além da preocupação em adequar as diretrizes curriculares, houve ações voltadas para assistência do estudante carente, como atendimento odontológico, médico, diagnósticos com relação à aprendizagem do estudante, distribuição de livro didático e material, entre outras ações como alimentação, e aparelhos para surdez.

Neste governo, houve a implementação e implantação da formação profissionalizante básica, e oferta de atualização para os professores de 1º e 2º graus, como também concessão



de bolsa de estudos para professores da Rede Estadual.

Levando em consideração o número de escolas, e a obrigatoriedade do ensino de 2º grau ser profissionalizante, considera-se que as ações foram tímidas na Mensagem de 1982, pois não se observou uma política própria para a Educação Profissional na Rede Estadual, e sim vários projetos, na tentativa do cumprimento da política proposta no Plano de Governo.

No governo de Amaral de Souza, buscou-se sistematizar o processo de municipalização do Ensino, concedendo auxílio financeiro para infraestrutura do 1º grau, entre outras ações, também sobre o Ensino Rural e as extensões. Também, houve investimento na construção, ampliação e reforma de escolas, como também compra de equipamentos, com o objetivo de atender a política de desenvolvimento do Estado.

Em síntese, não há no Plano de Governo e nas Mensagens políticas educacionais específicas para a Educação Profissional ofertada pela Secretaria de Educação do Estado. Observa-se que a Fundação Liberato Salzano assinalou importante papel no que se refere a Educação Técnica para a Rede Estadual, com informações mais precisas.

Com relação ao **Governo de Jair Soares (1983-1986)** e à educação profissional, como proposta no Plano de Governo, tem-se a implantação de Centros Profissionalizantes e de oferta de habilitações plenas para atender a demanda de técnicos nas diferentes regiões do Estado. Já na Mensagem à Assembleia de 1º de março de 1987, fez o encaminhamento de suas ações no quadriênio correspondendo às propostas do seu Plano de Ação, assim como deu ênfase a atividades relacionadas ao primeiro grau. Já em relação ao segundo grau, no que se refere à educação profissional, fez breve referência, sem detalhar as ações e para quais escolas. Também, observou-se a preocupação com a educação rural e a preparação do trabalho e mão-de-obra do setor primário.

A educação foi considerada prioridade, de forma geral, pelo governo, no entanto, no Plano de Governo e na Mensagem à Assembleia, não houve registro de política específica ou projetos que contemplassem a Educação Profissional para todas as escolas que ofertavam a modalidade. Foram lidos alguns registros envolvendo a preocupação com a qualificação profissional, através da oferta de supletivos de 2º grau profissionalizantes, programa voltado para educação rural, incentivando a qualificação da mão-de-obra do setor primário através de parcerias e convênios com municípios, embora não se tenha registro detalhado, na Mensagem, em quais escolas houve a educação profissional e de que forma foi ofertada, com exceção da Fundação Liberato Salzano que se pôde concluir ser um caminho utilizado pelo estado para referendar com destaque a educação profissional.

Com relação à segunda fase, “A Educação Profissional e a Constituição Estadual

(1989), do Governo de Pedro Simon ao Governo Popular de Olívio Dutra (2003)”, houve uma diversidade de partidos políticos que assumiram a administração do Estado e, com isso, a descontinuidade de ações, ou seja, com a troca de governo, havia paralisação de obras e mudança de programas e projetos. A expressão Educação Profissional veio a ser registrada na Constituição Estadual somente em 2022. Nessa fase, as Mensagem dos governadores citam a FETLSVC como uma referência de oferta de Educação Profissional. Por outro lado, também, não há referência a uma Política de Educação Profissional própria do Estado. Nessa fase, o Estado organizou a Educação Profissional na Rede Estadual, concentrando as ações na SUEPRO.

Com relação ao governo **Pedro Simon/Guazzelli (1987-1990)** ao ler o Plano de Governo, não foi localizada a expressão *educação profissional*. Na Mensagem à Assembleia, houve o relato da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha como importante papel com relação à Educação Profissional, delegado pelo Governo do Estado, ou seja, além de representar a oferta de educação profissional de forma geral, pois não há registros das escolas técnicas e das profissionalizantes, em específico. A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha esteve à frente na Coordenação do Projeto de **Reorientação do Ensino Técnico para o Estado do Rio Grande do Sul**, criado pelo Decreto Estadual n.33.487/89 cuja duração foi prevista para cinco anos (1989/1993). Portanto, no Plano de Governo e na Mensagem à Assembleia, há pouquíssima referência, de forma genérica, com relação à Educação Profissional na Rede Estadual e não foi possível identificar se houve uma proposta de política própria para educação profissional na Rede Estadual.

Em relação ao Governo de **Alceu de Deus Collares (1991-1994)**, o Plano de Governo referiu-se sobre Trabalho e Educação, a Implantação de CIEPs profissionalizantes, escolas de turno integral que oferecessem formação de mão-de-obra qualificada a nível de 1º e 2º Graus; reativação das escolas técnicas, ampliação das escolas de 2º grau, tornando-as centro de profissionalização, geograficamente distribuídas para atender a realidade sócio-político-culturais da comunidade; utilização dos prédios e equipamentos das antigas escolas polivalentes. Embora tenha abordado sobre o tema, não houve indicativo de política estadual própria para a Educação Profissional no Estado. Já na Mensagem encaminhada à Assembleia, Collares relata que a implantação do CIEPs (Centro Integrado de Educação Pública) é resultado do entendimento de que, em comunidades muito pobres, a escola pública só poderá prover educação eficiente e eficaz se garantir condições integrais com relação ao ambiente social do estudante. Portanto, nesses Centros, a ideia central era “ter de tudo um pouco”. Da alimentação ao lazer e a formação técnica. Essas referências, no texto, deram -se de forma

geral, não sendo possível identificar a existência de política específica.

Com relação ao governo de **Antônio Britto (1995-1998)**, o Plano de Governo traz poucas expressões que remetam à Educação Profissional. No entanto, foi no seu Governo, através da Lei 11.123, de 27 de janeiro de 1998, que se criou a Superintendência da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul - SUEPRO/RS. Mesmo assim, não há indicativo de que tenha construído uma Política para Educação Profissional no Estado, uma vez que, nas ações desenvolvidas, há o indicativo de projetos e programas que contemplam a EP na Rede Estadual de Educação.

Já no governo de **Olívio Dutra (1999- 2002)**, no Plano de Governo, está inserida, pela primeira vez, uma proposta para EP, ou seja, a Frente Popular cria um Projeto para Educação Profissional na tentativa de integrar Secretarias de seu governo para implantar um projeto voltado à qualificação profissional. Embora tenha dado maior atenção à Educação Profissional, do que os demais governos estaduais que o antecederam, Olívio Dutra não implementou uma política de Educação Profissional própria para o Estado na Rede Estadual de Educação.

Já a terceira fase, “A Educação Profissional a partir da Expansão da Rede Federal: O RS na contramão dos interesses (2003-2014)”, configurou-se por alternância de partidos tanto no âmbito federal quanto no estadual, pois enquanto chefe do Governo Federal, Lula, de partido de Esquerda, governou num contexto de gestão popular, por dois mandatos e desenvolveu política de expansão da Educação Profissional da Rede Federal no RS. Entretanto, no RS, um governo de partido de Centro (PMDB), seguido por outro partido de Direita (PDSB) estiveram, também, na gestão do Estado. Esses deram maior atenção aos ajustes do Setor Público Estadual, através do Programa de Modernização da Gestão Pública. Somente no terceiro governo da fase, assumiu um partido da esquerda, o PT e, com isso, alinhando ao Governo Federal, pois mesmo com a saída de Lula, assumiu outra representante do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseffe.

No governo de **Germano Rigotto (2003- 2006)**, seu Plano apresentou a proposta de expansão e diversificação da Educação Profissional, em função das exigências do mercado de trabalho. No seu governo, a SUEPRO ofertou, em 2003, 133 Cursos Técnicos de Nível Médio e 08 Cursos de Nível Fundamental com componentes profissionalizantes, em 97 Municípios do Estado, correspondendo a 26.359 estudantes de Nível Médio e 1.407 estudantes em Cursos de Agropecuária, em Nível Fundamental. Também, houve desenvolvimento de projetos, convênios e outras ações para garantir a oferta da Educação Profissional na Rede Estadual. No entanto, não houve uma política de Educação Profissional própria para o Estado.

Já no governo de **Yeda Crusius (2007-2010)**, primeira e única mulher a governar o estado, embora não tenha nascido em solo gaúcho, apresentou, no Plano de Governo, a proposta de diversificar a oferta de cursos técnicos, intensificar parcerias com o setor privado e consolidar a UERGS como uma Universidade com oferta de Cursos Superior Técnicos, os Tecnólogos. Na Mensagem encaminhada à Assembleia, narra projetos e programas desenvolvidos em parceria e com repasse de verbas públicas, como também inclui a FETLSVC como referência de oferta de Educação Profissional no Estado. No entanto, não há descrição de uma Política de Educação Profissional própria.

Com o governo popular de **Tarso Genro (2011-2014)**, há o compromisso com a Democracia e a Participação Popular na construção de uma educação com qualidade e a qualificação do Ensino Médio e Profissional, pois defendeu, no Plano, o direito à educação e à preparação para o trabalho. Também defendeu uma política geral onde a democratização da Educação ocorreria em três dimensões: democratização da gestão, acesso ao ensino (escola) e acesso ao conhecimento com qualidade (profissional e intelectual). Essas dimensões deveriam garantir a oferta, o acesso e a permanência na Escola. No seu Plano de governo, Tarso se referiu que desenvolveria “uma forte Política Pública de Estado de Educação Profissional, em conjunto com a sociedade, articulada com as Políticas de Desenvolvimento, Educação Básica e Superior, Trabalho e Renda, Ciência e tecnologia, Agricultura e Inclusão Social”(PROGRAMA DE GOVERNO TARSO GENRO, 2011). No entanto, na Mensagem encaminhada para Assembleia Legislativa, onde narra suas principais ações, há relatos de projetos e programas indicando uma atenção mais estreita com a Educação Profissional. Porém, não se percebeu a descrição de uma Política Pública de Educação Profissional própria do Estado.

Finalmente, na **quarta fase**, “A Educação Profissional e o Acirramento da Crise”, destacam-se dois governos que atuaram sob gravíssima crise financeira no Estado. Escolas sucateadas, verbas atrasadas, pagamento parcelado dos professores e alteração no Plano de Carreira dos Professores do Magistério Estadual que retirou direitos conquistados pelos professores e funcionários.

No governo **de Ivo Sartori (2015-2018)**, em seu Plano de Governo, havia o indicativo de que haveria alta prioridade para ações da Superintendência de Ensino Profissionalizantes da Secretaria Estadual de Educação - SUEPRO, e no decorrer do tempo, com a crise financeira no setor público, as expectativas do Plano de Governo não foram cumpridas, ou seja, não foram prioridade as ações para com a Educação Profissional. Na Mensagem à Assembleia Legislativa, o governo explica a crise financeira, mas não informa, por exemplo,

como implantou o Ensino Técnico Integrado ao Médio na Rede Estadual, pois as informações são gerais e vagas. Também, atribui a FETLSVC a oferta da Educação Técnica ao explicar inclusive o número de matrículas da Fundação.

Por fim, no governo de **Eduardo Leite (2019-2021)**, seu Plano de Governo utilizou-se de quatro programas e na educação propôs uma educação de qualidade para todos, embora no seu Plano não tenha sido localizada a expressão *Educação Profissional*, nem referência a SUEPRO, órgão superintendente que coordena a Educação Profissional na Rede Estadual. Na Mensagem à Assembleia, onde estão as ações desenvolvidas durante seu governo, não há informações sobre política Educacional própria, e sim algumas ações por fazer parte de programas ou projetos, cuja prioridade do governo, embora em período pandêmico, foi a implantação do Novo Ensino Médio. Portanto, no governo de Eduardo Leite, a Educação Profissional não foi prioridade.

Feitas essas considerações, é importante observar que o estudo sobre Educação Profissional apontou a necessidade de conhecer a política e o contexto histórico em que as propostas e as ações estavam inseridas. O terreno é fértil e novo, razão de encontrar pouco material para suporte bibliográfico. Os poucos encontrados apontavam para política partidária, embora importantíssimos para a compreensão de como se construiu ou não a Educação Profissional na Rede Estadual, por esse viés.

Durante a realização da pesquisa, houve circunstâncias limitantes como a dificuldade de acesso a documentos, por exemplo, o Decreto Estadual n. 33.487/89, que criava o projeto de Reorientação do Ensino Técnico para o Estado do Rio Grande do Sul, e colocava a FETLSVC, como coordenadora do Projeto, cuja duração foi prevista para cinco anos (1989/1993), citado na Mensagem encaminhada à Assembleia, no governo de Simon. No caso, embora não fosse o fenômeno pesquisado, o documento foi citado no texto, e a pesquisadora não encontrou elementos para a compreensão, se houve realmente, no governo Simon essa reorientação, ficando aflorado o desejo de continuar a pesquisa sobre o tema.

Observam-se, também, alguns Planos de Governos digitalizados no formato imagem, o que dificultou a leitura, razão do cuidado com a análise documental. Com relação ao conteúdo nos documentos, percebeu-se que os Planos de Governos, em sua maioria, foram construídos dando uma ideia geral do que o candidato pretende desenvolver, se eleito. Não se pode deixar de refletir, novamente, que o candidato ao governo apresenta uma estrutura de campanha, agremiação partidária e um comitê que o auxilia a elaborar, inclusive suas propostas para governar. O questionamento, aponta para outro debate: como esses Planos foram elaborados e qual seu real propósito?

A EP nas Mensagens é explicada de forma generalizada com relação à oferta ou qualquer ação que tenha sido desenvolvida nas Instituições de Ensino, raras vezes que o nome das escolas foram citadas, inclusive os programas e projetos desenvolvidos, geralmente só era citado o nome do projeto, não havendo explicações mais detalhadas. Entretanto, a pesquisa não ficou prejudicada, porque tinha como objetivo o de verificar se houve propostas e ações, fato às vezes confirmado quando havia referência à Educação Profissional.

O número extenso de páginas nas Mensagens levou a pesquisadora a concentrar atenção nas propostas e ações para a Educação Profissional. No entanto, devido à relevância do tema, é de suma importância continuar os estudos incluindo outros tópicos, tais como a Inclusão, a EJA, o Ensino Supletivo, a Educação Básica, a oferta da Educação Profissional na Educação Superior, através da UERGS e, também o importante papel da FETLSVC. Registra-se que a EJA, importante modalidade de ensino, não está contemplada Integrada à Educação Profissional, na Rede Estadual.

Retoma-se o título da pesquisa - *Política de Educação Profissional nos Governos do Estado do RS: que tijolos a (des)constróem?* com a finalidade responder ao questionamento, embora com a compreensão clara da necessidade de continuidade da pesquisa, pois se trata de um estudo amplo que envolve vários movimentos da historicidade brasileira e gaúcha. No entanto, a priori, já é possível observar, sem sombra de dúvidas, que os governos populares, democráticos e de esquerda, apresentam um movimento de construção com relação à Política de Educação Profissional, com a valorização do magistério, incentivo a criação de novos cursos e orientação para o trabalho com qualidade, enquanto que outros governos liberais, de centro e direita, apresentaram no governo estadual um movimento de desconstrução, com fechamento de turmas, escolas, racionamento dos espaços públicos, retirada de direitos, entre outros.

É possível considerar que várias políticas educacionais de governo foram implantadas no decorrer do tempo. No entanto, nos governos estaduais, não houve referência a uma política de Educação Profissional, e sim desenvolvimento de programas e projetos, como também o desenvolvimento de políticas de educação provocadas pelo governo federal, em vários momentos da história Administrativa do Estado do RS. Podemos também considerar, que a Educação Profissional é associada ao desenvolvimento econômico, nos governos capitalistas, de direita e centro; já nos governos populares, passa a ser pensada, através da Administração dentro de um contexto de Gestão Democrática, numa Educação Profissional que se preocupa com a qualidade do que oferece ao trabalhador e trabalhadora, com relação a sua promoção pessoal e de seus familiares. Verificou-se que apenas nos Planos de Governo de

Olívio e Tarso foram previstas a promoção de uma política de EP na Rede Estadual do Estado.

Portanto, o estudo serve, também, para indicar o melhor caminho a ser seguido pela Sociedade, quando pensar no coletivo com relação à Política de Educação Profissional e, como consequência, o ator ideal para representar o Estado para todos e todas. Portanto, faz-se necessária a conscientização humana, como nas palavras de Freire (1991) que a *educação é um ato político* e, como tal, portadora de um *esperançar crítico*, para que a melhor política a se lutar, seja aquela projetada nos movimentos populares, coletivos e democráticos.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, L. A., Oto Shiroma, E., & Coan, M. (2012). As políticas públicas para a Educação Profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem. **Boletim Técnico Do Senac**, 38(2), 27-40. Recuperado de: Acesso em: 04 dez 2021.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: 70, 2016

BIOGRAFIAS DOS GOVERNADORES.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/t>. Acessado em 20 set 2021

BRANDÃO, M. Educação profissional e ensino superior: do governo FHC ao governo Lula. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, n. 6, p. 189–204, 2013. DOI: 10.20396/cemarx.v0i6.10782. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index>. Acesso em: 7 set. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 67, de 6 de fevereiro de 1987**. Cria Unidades de Ensino Descentralizadas. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3196334/dou-secao-1-10-02-1987-pg18/pdfView>. DOU de 10 de fevereiro de 1987, Seção I, p. 2062.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 23 dez. 1996. Recuperado em 21 novembro, 2016, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.html). Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Nº 5.154 De 23 de Julho De 2004**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio - 2011-2014: outubro/novembro de 2011. “**Documento-Base**”. Disponível em <[https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/ens\\_med\\_proposta.pdf](https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/ens_med_proposta.pdf)>. Acesso em: 03 set. 2021.

CAETANO, Maria Raquel; COMERLATTO, L. P. Crise da sociedade capitalista e o esvaziamento da democracia: as reformas em curso no Brasil e a educação como mercadoria. **Políticas Educacionais no Brasil pós-Golpe**. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista IPA, p. 17-40, 2018.

CELLARD, A. A análise documental. In POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológico e metodológico**. Tradução Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHAGAS, JUARY. O “lugar de fala” nos movimentos: pressupostos teóricos pós-



modernos, materialização prática fragmentária. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de sociologia e política**, p. 83-106, 2005.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CEEed-RS. **Parecer Nº 156/2012**. Disponível em: <https://ceed.rs.gov.br/upload/arquivos/202001/17165706-1339683703pare-0156.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021.

DA COSTA MACHADO, Maria Berenice; ANDRICOPULO, Fernanda. **Mudança em Debate: Campanhas para o governo do RS/Brasil, 1982/2014**. Iván Puentes-Rivera Ana Belén Fernández-Souto, p. 49, 2020.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológico e metodológico**. Tradução Ana Cristina Nasser. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 5ª reimpressão, 2020.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. **Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC**, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>. Acesso em 25 nov. 2021.

DRABACH, Neila Pedrotti; MOUSQUER, Maria Elizabete L. Trajetória da gestão democrática do ensino público estadual do Rio Grande do Sul—uma análise do período de 1985 a 2010. **XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. Recife: Anais Eletrônicos—ANPAE**, 2013.

DRABACH, Neila Pedrotti. **O "desvio de rota" na política de Educação Profissional: uma análise do processo de construção e da oferta pública e privada do Pronatec**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.48.2019.tde-11042019-122430. Acesso em: 2022-11-21

DRESSLER, Marlize., FERREIRA, Liliana Soares. Condições de Trabalho Pedagógico na Escola: O Caso do Rio Grande do Sul (2015 a 2018). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 38, n. 01 e 113771, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/113771/85832>. Acesso em: 20 ago. 2022.

DURÃES, Marina Nunes. Educação técnica e Educação tecnológica múltiplos significados no contexto da Educação Profissional. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 3, p. 159-175, 2009.

ESTÓCERES, Pamela Flores. **Neoliberalismo: uma análise de dois impactos na economia brasileira no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992)**. 2022.

FELIZARDO, Adair; SAMAIN, Etienne. A fotografia como objeto e recurso de memória. **Discursos fotográficos**, v. 3, n. 3, p. 205-220, 2007.

FELONIUK, Wagner. O trabalho dos constituintes gaúchos: a autonomia estadual na Constituição do estado do Rio Grande do Sul de 1989. **Revista Estudos Legislativos**, n. 13, 2019.

FERREIRA, Liliana Soares. **Educação Profissional e Tecnológica no Rio Grande do Sul**. Curitiba, CRV, 2020.

FERREIRA, Liliana Soares. SIQUEIRA, Sílvia de.; CALHEIROS, Vicente Cabrera.; MARASCHIN, Mariglei Severo.; ANDRIGHETTO, Marcos José (Orgs.). **Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica no Rio Grande do Sul: desafios e perspectivas**. Curitiba. CRV. 2021.

FERREIRA, Liliana Soares. **Trabalho Pedagógico**. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/trabalho-pedag-gico/>. Acesso em: 04 nov. 2021.

FERREIRA, Liliana Soares. et al. **Educação Profissional e tecnológica: cenários e perspectivas**. Curitiba, CRV, 2020 266p.

FERREIRA, Liliana Soares; **Trabalho Pedagógico na Escola: Sujeitos, tempo e conhecimento**. Curitiba. CRV, 2017, 146p.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costas. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, 405p.

FREIRE, Paulo. "A educação é um ato político", Cadernos de Ciência, Brasília, n. 24, jul./ago./set. 1991. p. 21-22. Disponível em: [http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/1357/FPF\\_OPF\\_07\\_015.pdf?sequence=2&isAllowed=y](http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/1357/FPF_OPF_07_015.pdf?sequence=2&isAllowed=y). Acesso em: 10 out. 2021.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FREIRE, **Pedagogia do oprimido**, editora Paz e Terra. 29. ed. 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Apresentação de Ana Maria Araújo 2000. Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 67.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 1087-1113, 2005.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de S.Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/20594>>. Acesso em 05 nov. 2021.

GOMES, Marcelo Bolshaw. A imagem pública de Lula e eleições presidenciais brasileiras (1989/2002). In: **Anais [...]** I Congresso da Compol (Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política), Salvador, UFBA. 2006. p. 1-28.

GUSMÃO, Martina Bernabeth Isnardo. **Política e trabalho pedagógico da EJA EPT: olhares sobre o Curso Técnico em Cozinha do Instituto Federal Farroupilha Campus São Borja–RS**. 2020. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Colégio Técnico Industrial. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/21612>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GUSMÃO, Martina Isnardo; DA SILVA, Thais Docki; MARASCHIN, Mariglei Severo. Desafios para a implementação das políticas de EJA EPT no Brasil: realidade e distanciamentos. In: **Anais [...]** V Colóquio Nacional e II Colóquio Internacional. A produção de Conhecimento na Educação Profissional: regressão social e resistência da classe trabalhadora. Natal, RN. 04 a 06 de setembro de 2019. Campus Natal Central - IFRN. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/wp-content/uploads/2022/01/t11-submissao19.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

JARDIM, Cristiane de Almeida. **Trabalho precário: direitos e condições de trabalho do professor da educação básica do estado na cidade de Santa Maria/RS**. 2018.  
LIMA, Antonio Jose Araujo; JÚNIOR, Ronaldo Silva. **Panorama da educação brasileira na década de 1960**. 2016.

MACIEL, D. O Governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, Goiânia, v. 13, n. 11, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48390>.

MACIEL, Marciani et al. Políticas Educacionais na Ditadura Militar Brasileira: entre o giz e o chumb. **Revista Criar Educação**, 2016.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí, Paco Editorial, p. 476, 2016.

MARASCHIN, Mariglei Severo. Desafios da Educação Profissional: por um trabalho pedagógico no Ensino Médio Integrado. **Revista de Ciência e Inovação**, v. 1, p. 43, 2016.

MARASCHIN, Mariglei Severo et al. **Políticas na Educação Profissional: Historicidade e Realidades**, Curitiba, CRV, 2020, 260p.

MARASCHIN, Mariglei Severo et al. **A pesquisa sobre Educação Profissional no RS: olhares sobre os grupos e os trabalhos produzidos**, Curitiba, CRV, 2021, p.57-66.

MARÇAL, F. A., Hoff, M., Rodrigues, M. M., Machado, R. de C., & Morigi, V. (2015). Escolarização e Educação Profissional de trabalhadores no Brasil: um olhar sobre as experiências. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, 3(5). Recuperado de <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10434>. Acesso em: 04 jan. 2022.

MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MENDES, A. M. T.; VENTURI, G. Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. **Opinião Pública**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 59–72, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8640982>.

MENSAGEM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (1971 a 2021). Disponível em: [www.planejamento.rs.gov.br](http://www.planejamento.rs.gov.br). Acesso em: 20 de nov.2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (1990). **Realizações do Ministério da Educação período: 85/90**. Governo José Sarney. Brasília: MEC. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002550.pdf>.

NERY, Emília. Na Imprensa Cantada de Tom Zé: estereótipos urbanos de trabalhador, juventude e cidadania. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 14, 2013.

NOSCHANG, Fernanda Andricópulo; MACHADO, Maria Berenice da Costa. Mudança anunciada: A campanha de Simon para o governo do Rio Grande do Sul em 1986. In: **Anais [...]** Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul (20 2019 jun. 20-22: Porto Alegre). Porto Alegre: Intercom, 2019. 2019.

OTRANTO, Celia Regina. A política de educação profissional do governo Lula. **Anais [...]** 34ª Reunião Anual da ANPED, Natal, RN, 2011.

PLANOS DE GOVERNO (EUCLIDES A GENRO) de 1950 a 2014. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/undefinedplanos-de-governo-periodo-1950-2014>. Acesso em 20 set. 2021.

PLANOS DE GOVERNO EDUARDO LEITE. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/central/2018/BR/RS/2022802018/210000622367/proposta\\_1534355431161.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/central/2018/BR/RS/2022802018/210000622367/proposta_1534355431161.pdf). Acesso em 15 out. 2021.

PLANOS DE GOVERNO JOSE IVO SARTORI. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/RS/2022802018/210000606873/proposta\\_1534523287231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/RS/2022802018/210000606873/proposta_1534523287231.pdf). Acesso em 10 out. 2021.

QUEIRÓS, Vanessa; DE TRABALHO, UFPR Grupo. A Lei nº 5692/71 e o ensino de 1º grau: Concepções e Representações. **Anais [...]** XI Congresso Nacional de Educação Educere (p. 1-18).

QUEIROZ, Karla Silva; SOUZA, Francisco das Chagas Silva. O ensino técnico federal brasileiro no limiar da nova república: caminhos do PROTEC. **HOLOS**, v. 3, p. 123-131, 2017.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da Educação Profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 5, 2014.

REVISTA ESTUDOS LEGISLATIVOS. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Coordenação: Escola do Legislativo Deputado Romildo Bolzan. Ano 13, n. 13, 2019. Porto Alegre, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. 1989. 4. ed. atual. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes; JURGENFELD, Vanessa Follmann. O Neoliberalismo no Governo Itamar Franco: uma análise de sua política de

privatizações. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 1, n. 60, p. 145-176, 2021.

ROSÁRIO, M. J. A. do. O pensamento tecnocrático e autoritário na Educação brasileira, de 1964 a 1985. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 69, p. 87-99, 2017. DOI: 10.20396/rho.v16i69.8648239. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8648239>. Acesso em: 2 nov. 2021.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em Educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SALES, P. E. N. & Oliveira, M. A. M. Políticas de Educação Profissional no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas. In M. L. M. Carvalho (Org.) **Cultura, saberes e práticas: memórias e história da Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011. P. 165-184.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cadernos Cedes**, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2008.

SEDUC-RS, **Portal da Educação**. Disponível em: <http://portal.educacao.rs.gov.br/novo-ensino-medio>. Acesso em: 03 jan. 2022.

SILVA, Jesué Graciliano da. A expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica na região Sul do Brasil. **Anais [...]** Encontro Nacional da Anpege, V. 11, N. 9, P. 11150-11162, 2015.

SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (Ed.). **O parlamento gaúcho: da província de São Pedro ao século XXI**. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013.

TORRES, Michelangelo. **Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro**. 2020.

VIEIRA, Evaldo. A política e as bases do direito educacional. **Cadernos Cedes**, v. 21, p. 9-29, 2001.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares no primeiro governo da transição brasileira: uma democracia tutelada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 26, p. 162-178, 1994.

**ANEXO A - RELAÇÃO DE ESCOLAS E A OFERTA DA EPTNM NA REDE ESTADUAL POR CRE.**

Quadro 1 - Relação da EPTNM na Rede Estadual

CRE	NOME DA ESCOLA	NOME DO CURSO	MODALIDADE
1ª CRE OU DIVISÃO PORTO ALEGRE (DPA)	Colégio Afonso Emílio Massot	Contabilidade	Técnico Subsequente
	Colégio Dom João Becker	Informática Química	Técnico Subsequente
	Colégio Engenheiro Ildo Meneghetti	Administração	Técnico Subsequente
	Colégio Presidente Arthur da Costa e Silva	Contabilidade Logística Recursos Humanos	Técnico Subsequente
	Colégio Professor Elmano Lauffer Leal	Alimentação Nutrição e Dietética	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Colégio Protásio Alves	Administração Contabilidade Informática	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica de Saúde no Hospital de Clínicas HCPA - Centro Estadual de Referência	Análises Clínicas Gerência de Saúde Radiologia	Técnico Subsequente
	Escola Técnica Irmão Pedro	Contabilidade Publicidade Secretariado	Técnico Subsequente
	Escola Técnica José Feijó	Contabilidade	Técnico Subsequente
	Escola Técnica Parobé	Eletrotécnica Eletrônica Estradas e Edificações Mecânica	Técnico Subsequente
	Escola Técnica Senador Ernesto Dorneles	Design de Interiores Nutrição e Dietética Prótese Dentária	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Dom Diogo de Souza	Administração Contabilidade*	Técnico Subsequente Integrado*
2ª CRE - SÃO LEOPOLDO E REGIÃO	Centro de Educação Profissional Visconde de São Leopoldo	Agropecuária Florestas	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Colégio Dr. Paulo Ribeiro Campos	Contabilidade	Técnico Subsequente
	Escola Affonso Wolf	Design de Móveis Química	Técnico Integrado Técnico Subsequente

	Escola Técnica 31 de Janeiro	Contabilidade	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica Frederico Guilherme Schmidt	Eletromecânica Eletrotécnica	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica Monteiro Lobato	Design de Móveis Eletromecânica Eletrônica de Microcontroladores Móveis Eletrotécnica Informática Marcenaria Mecânica Meio-ambiente Química	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica São João Batista	Eletrotécnica Química Turismo	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica Portão - ETEP	Contabilidade Eletrotécnica Informática	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Sapiranga	Contabilidade	Técnico Subsequente
3ª CRE - ESTRELA E REGIÃO	Escola de Educação Profissional Estrela	Confeitaria Edificações Informática Informática em Redes de Computador Secretariado Recursos Humanos	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Pedro Rosa	Edificações Recursos Humanos	Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Monsenhor Scalabrini	Contabilidade	Técnico Subsequente
	Instituto Educação Pereira Coruja	Administração Meio Ambiente Química	Técnico Integrado Técnico Subsequente
4ª CRE - CAXIAS DO SUL E REGIÃO	Colégio Santos Dumont	Hotelaria Turismo	Técnico Subsequente
	Escola Técnica Caxias do Sul	Mecânica Metalurgia Segurança do Trabalho	Técnico Subsequente
5ª CRE - PELOTAS E REGIÃO	Colégio Carlos Alberto Ribas	Contabilidade	Técnico Subsequente
	Escola Cassiano do Nascimento	Contabilidade	Técnico Subsequente

	Escola Técnica Canguçu	Contabilidade Agricultura	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica Jacinto Inácio	Contabilidade	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica João XXIII - Centro de Referência em Educação Profissional	Administração Contabilidade Manutenção e Suporte em Informática Programação e Manutenção de Computadores	Técnico Subsequente
	Escola Técnica Profª Sylvia Mello	Contabilidade	Técnico Subsequente
	Escola Técnica Santa Isabel	Agropecuária	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Aimone Soares Carriconde	Administração Informática	Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Dr. Walter Thofehrn	Contabilidade Informática	Técnico Subsequente
	Instituto de Educação José Bernabé de Souza	Contabilidade	Técnico Integrado
	Instituto de Educação Ponche Verde	Contabilidade	Técnico Integrado Técnico Subsequente
6ª CRE - SANTA CRUZ DO SUL E REGIÃO	Colégio Prof. Luiz Dourado	Hospedagem	Técnico Integrado
	Colégio Técnico Zeno Pereira Luz	Agropecuária	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Estado de Goiás	Logística	Técnico Subsequente
	Escola Gastão Bragatti Lepage	Agronegócio	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Willy Carlos Fröhlich	Nutrição e Dietética	Técnico Subsequente
	Escola Wolfram Metzler	Agroindústria	Técnico Integrado Técnico Subsequente
7ª CRE - PASSO FUNDO E REGIÃO	Colégio Joaquim Fagundes dos Reis	Contabilidade	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola João de César	Nutrição e Dietética Secretariado	Técnico Subsequente
	Escola Protásio Alves	Comércio	Técnico Subsequente
	Escola Técnica Agrícola de Guaporé	Agropecuária	Técnico Integrado Técnico Subsequente



	Escola Técnica Agrícola Desiderio Finamor	Agropecuária	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Cecy Leite Costa	Eletrônica	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Santo Tomás de Aquino	Contabilidade	Técnico Subsequente
8ª CRE - SANTA MARIA E REGIÃO	Colégio São Sepé	Comércio	Técnico Subsequente
	Escola Prof.ª Maria Rocha	Contabilidade Informática Informática Secretariado	Técnico Subsequente Técnico Integrado Técnico Subsequente Técnico Subsequente
	Escola São Vicente	Contabilidade	Técnico Integrado
	Instituto de Educação Professora Guilhermina Javorski	Contabilidade Ecologia e Meio Ambiente	Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Vicente Dutra	Informática	Técnico Integrado Técnico Subsequente
9ª CRE - CRUZ ALTA E REGIÃO	Instituto de Educação Edmundo Roewer	Contabilidade Segurança no Trabalho	Técnico Integrado
	Instituto de Educação Mãe de Deus	Contabilidade	Técnico Integrado
	Instituto de Educação Miguel Calmon	Eletromecânica Eletrônica Segurança do Trabalho	Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Professor Annes Dias	Administração Comércio Contabilidade Enfermagem Química Secretariado Segurança do Trabalho	Técnico Integrado Técnico Subsequente
10ª CRE - URUGUAIANA E REGIÃO	Escola Dr. Lauro Dornelles	Comércio	Técnico Subsequente
	Escola Uruguaiana	Comércio Exterior	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Emílio Zuñeda	Administração Contabilidade Edificações	Técnico Integrado Técnico Subsequente
11ª CRE - OSÓRIO E REGIÃO	Escola Ildefonso Simões Lopes	Agropecuária Meio Ambiente	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Prudente de Moraes	Eletrotécnica	Técnico Integrado Técnico Subsequente

	Escola Raul Pilla	Administração Informática para Internet	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Barão de Tramandaí	Contabilidade Transações Imobiliárias	Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Marcílio Dias	Edificações	Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Riachuelo	Contabilidade Edificações Informática	Técnico Subsequente Técnico Integrado Técnico Subsequente
12ª CRE - GUAÍBA E REGIÃO	Colégio Augusto Meyer	Eletrônica	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Ana César	Comércio	Técnico Subsequente
	Escola Dr. Sólon Tavares	Desenvolvimento de Softwares Eletroeletrônica Informática Rede de Computadores	Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Assis Chateaubriand	Química	Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Cônego Luiz Walter Hanquet	Contabilidade	Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Gomes Jardim	Administração	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Marechal Rondon	Administração	Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Patrício Vieira Rodrigues	Gestão de Negócios	Técnico Subsequente
	Instituto de Educação São Jerônimo	Contabilidade	Técnico Subsequente
13ª CRE - BAGÉ E REGIÃO	Colégio Prof. Waldemar Amoretty Machado	Contabilidade	Técnico Subsequente
	Escola de Educação Profissional Dom Pedrito	Administração Agropecuária	Técnico Integrado Técnico Subsequente/ Técnico Integrado
	Escola Dr. Rubens da Rosa Guedes	Agropecuária	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Frei Plácido	Mecânica	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Nossa Senhora do Patrocínio	Contabilidade	Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Dinarte Ribeiro	Administração Contabilidade	Técnico Integrado Técnico Subsequente

	Instituto de Educação Dr. Bulcão	Contabilidade	Técnico Subsequente
14ª CRE - SANTO ÂNGELO E REGIÃO	Colégio Pedro II	Secretariado	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica Entre-Ijuís	Administração	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica Guaramano - Centro Estadual de Referência em Educação Profissional	Agroindústria Agropecuária	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica Presidente Getúlio Vargas	Mecânica	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Odão Felipe Pippi	Contabilidade	Técnico Subsequente
15ª CRE - ERECHIM E REGIÃO	Colégio Agrícola Ângelo Emílio Grandó	Agropecuária	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Colégio Haidée Tedesco Reali	Contabilidade Eletrônica Mecânica	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Viadutos	Agricultura	Técnico Integrado
	Instituto Estadual João XXIII	Contabilidade	Técnico Integrado Técnico Subsequente
16ª CRE - BENTO GONÇALVES E REGIÃO	Colégio Padre Colbachini	Administração	Técnico Integrado
	Instituto de Educação Professora Irmã Teofânia	Contabilidade	Técnico Subsequente
17ª CRE - SANTA ROSA E REGIÃO	Escola Albino Fantin	Administração	Técnico Subsequente
	Escola João XXIII	Informática	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Pedro Meinerz	Mecânica	Técnica Subsequente
	Escola Técnica Fronteira Noroeste	Agropecuária	Técnica Integrado Técnica Subsequente
	Instituto de Educação Cardeal Pacelli	Administração	Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Cristo Redentor	Contabilidade	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Visconde De Cairu	Publicidade	Técnico Integrado Técnico Subsequente
18ª CRE - RIO GRANDE E REGIÃO	Colégio Lemos Júnior	Meio Ambiente	Técnico Integrado Técnico Subsequente

	Colégio Santa Vitória do Palmar	Contabilidade	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica Getúlio Vargas	Comércio Exterior Contabilidade Logística Secretariado	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Instituto de Educação São José	Contabilidade	Técnico Subsequente
19ª CRE - SANTANA DO LIVRAMENTO E REGIÃO	Escola Estadual de Ensino Médio Plácido de Castro	Contabilidade	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Estadual de Ensino Médio XV de Novembro	Administração	Técnico Subsequente
	Escola Estadual de Educação Básica General Neto	Manutenção e Suporte em Informática	Técnico Integrado Técnico Subsequente
20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSÕES E REGIÃO	Colégio Dr. Dorvalino Luciano de Souza	Informática	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Colégio Três Mártires	Administração Contabilidade Informática Saúde Bucal	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Ângelo Beltramin	Edificações	Integrado ao Ensino Médio
	Escola Palmeira das Missões	Enfermagem	Técnico Subsequente
	Escola Venina Palma	Eletrotécnica	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica Celeste Gobbato - Centro Estadual de Referência em Educação Profissional	Agropecuária	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica José Cañellas	Administração Contabilidade Enfermagem Secretariado	Técnico Subsequente
	Instituto Estadual de Educação Madre Tereza	Vendas	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Visconde de Taunay	Contabilidade	Técnico Integrado
21ª CRE - TRÊS PASSOS E REGIÃO	Escola Águia de Haia	Eletromecânica Eletrotécnica	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Feliciano Jorge Alberto	Contabilidade	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Ponche Verde	Contabilidade	Técnico Subsequente

	Escola Professora Cléia Salet Dalberto	Administração Informática	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Senador Alberto Pasqualini	Enfermagem Especialização de Nível Médio em Urgência e Emergência	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica Celeiro - ETEC	Agropecuária	Técnico Integrado
	Instituto de Educação Érico Veríssimo	Comércio	Técnico Subsequente
	Instituto Estadual de Educação Maria Cristina - CIEP	Administração	Técnico Integrado Técnico Subsequente
23ª CRE - VACARIA E REGIÃO	Escola Técnica Bernardina Rodrigues Padilha	Eletromecânica	Técnico Subsequente
24ª CRE - CACHOEIRA DO SUL E REGIÃO	Escola Técnica Nossa Senhora da Conceição	Agropecuária	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Borges de Medeiros	Administração	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Colégio Diva Costa Fachin	Contabilidade	Técnico Integrado Técnico Subsequente
25ª CRE - SOLEDADE E REGIÃO	Escola Belizário de Oliveira Carpes	Agropecuária	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Getúlio Vargas	Agricultura	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Nossa Senhora Imaculada	Agronegócio Contabilidade Informática	Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Felipe Roman Ros	Contabilidade	Técnico Integrado
	Instituto Polivalente	Secretariado Executivo Bilíngue	Técnico Subsequente
27ª CRE - CANOAS E REGIÃO	Colégio Estadual Augusto Meyer	Administração	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Bento Gonçalves	Administração	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica Bernardo Vieira de Mello	Logística	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Ruben Dario	Administração Contabilidade Secretariado	Técnico Integrado Técnico Subsequente
28ª CRE - GRAVATAÍ E REGIÃO	Colégio Agrícola Daniel de Oliveira Paiva	Agropecuária	Técnico Integrado Técnico Subsequente

	Colégio Barbosa Rodrigues	Administração	Técnico Subsequente
	Colégio Rodrigues Alves	Administração	Técnico Subsequente
	Escola Prof. Gentil Viegas Cardoso	Administração	Técnico Subsequente
	Escola Técnica de Agricultura - ETA	Agricultura Pecuária Zootecnia	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica Marechal Mascarenhas de Moraes	Contabilidade Logística Informática Secretariado	Técnico Subsequente
	Escola Tuiuti	Logística	Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Isabel de Espanha	Contabilidade	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Princesa de Isabel	*	*
32ª CRE - SÃO LUIZ GONZAGA E REGIÃO	Colégio Tolentina Barcelos Gonçalves	Administração	Técnico Subsequente
	Escola Técnica Achilino de Santis	Agropecuária	Técnico Integrado
	Escola Técnica Cruzeiro do Sul	Agropecuária	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Instituto de Educação São Francisco Xavier	Contabilidade	Técnico Subsequente
35ª CRE - SÃO BORJA E REGIÃO	Instituto de Educação Professor Isaías	Contabilidade Informática	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica Encruzilhada	Agropecuária	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Técnica Olavo Bilac	Contabilidade	Técnico Subsequente
36ª CRE - IJUÍ E REGIÃO	Colégio Catuípe	Contabilidade Secretariado	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Colégio Comendador Soares de Barros	Administração	Técnico Integrado
	Escola Técnica 25 de Julho – Centro Estadual de Referência em Educação Profissional	Tradutor e Intérprete	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Escola Otávio Caruso Brochado da Rocha	Enfermagem	Técnico Subsequente

	Instituto de Educação Guilherme Clemente Köehler	Edificações	Técnico Integrado
39ª CRE - CARAZINHO E REGIÃO	Escola Conego João Batista Sorg	Enfermagem	Técnico Subsequente
	Escola de Educação Profissional de Carazinho	Agropecuária	Técnico Integrado Técnico Subsequente
	Instituto de Educação Júlia Billiard	Contabilidade	Técnico Subsequente
	Instituto de Educação São Francisco Solano	Mecânica	Técnica Subsequente

Fonte: Disponível em <<https://educacao.rs.gov.br/escolas-com-educacao-profissional>> e <[escol.as](https://escol.as)>. Acesso em abril/2022.

## ANEXO B - TIPOS DE EIXOS TECNOLÓGICOS OFERTADOS PELO ESTADO POR CRE

Atualmente, a Suepro mantém a oferta de Cursos Técnicos, através de onze (11) Eixos Tecnológicos. No quadro X estão transcritas as informações referentes ao eixos tecnológicos, seu objetivo e as CRE(S) cujas escolas oferecem cursos de cada eixo.

Quadro 2 - Tipos de Eixos Tecnológicos Ofertados pelo Estado por CRE

EIXO TECNOLÓGICO	OBJETIVO	OFERTA POR CRE(S)
AMBIENTE E SAÚDE	“Com proposta de tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e aparato tecnológico e atenção à saúde”. (SEDUC-RS)	1ª, 7ª, 9ª, 20ª, 21ª, 36ª, 39ª
SEGURANÇA	“Com proposta de ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco e programas de Educação”. (SEDUC-RS)	4ª, 9ª
CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	Nos processos de fabricação	1ª, 2ª, 4ª, 7ª, 9ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª, 17ª, 20ª, 21ª, 23ª, 36ª, 39ª
GESTÃO DE NEGÓCIOS	“Propõe técnicas, estratégias e instrumentos na busca da qualidade, produtividade e competitividade das organizações”. (SEDUC-RS)	1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 24ª, 25ª, 27ª, 28ª, 32ª, 36ª, 39ª
TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	“Com proposta de oferecer tecnologias, relacionadas aos processos de recepção, entretenimento, gastronomia e eventos, dentre outros”. (SEDUC-RS)	2ª, 6ª
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	“Propõe-se o estudo da comunicação e processamento de dados e informações”. (SEDUC-RS)	1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 8ª, 11ª, 12ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 25ª, 28ª, 32ª, 35ª
INFRAESTRUTURA	“Compreende as tecnologias relacionadas à construção civil e ao transporte, envolvendo ações de planejar, operacionalizar, manutenção, proposição e gerenciamento de soluções	1ª, 3ª, 10ª, 11ª, 20ª, 36ª



	tecnológicas para infraestrutura das cidades”. (SEDUC-RS)	
PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	“Como proposta o beneficiamento e a industrialização de alimentos e bebidas”. (SEDUC-RS)	3 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup>
PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	“Tem como proposta trabalhar com representações, linguagens, códigos e projetos de produtos, através de ações de forma articulada às diferentes propostas comunicativas aplicadas”. (SEDUC-RS)	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 17 <sup>a</sup>
PRODUÇÃO INDÚSTRIAL	“Trata sobre processos de transformação de matéria-prima, substâncias puras e compostas, integrantes de linhas de produção específicas”. (SEDUC-RS)	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 9 <sup>a</sup> , 12 <sup>a</sup>
RECURSOS NATURAIS	“Tecnologias relacionadas à extração, produção animal, vegetal, mineral, agrícola e pesqueira”. (SEDUC-RS)	2 <sup>a</sup> , 5 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup> , 7 <sup>a</sup> , 11 <sup>a</sup> , 13 <sup>a</sup> , 14 <sup>a</sup> , 15 <sup>a</sup> , 17 <sup>a</sup> , 20 <sup>a</sup> , 21 <sup>a</sup> , 24 <sup>a</sup> , 25 <sup>a</sup> , 28 <sup>a</sup> , 32 <sup>a</sup> , 35 <sup>a</sup> , 39 <sup>a</sup>

Fonte: SUEPRO/RS (2022).

## ANEXO C - RELAÇÃO DE TRABALHOS ENCONTRADOS

Quadro 3 - Relação de trabalhos encontrados na varredura pelos descritores (Continua)

DESCRITOR (ES): “GOVERNO + NOME DO GOVERNO”				
Autor/ano	Objeto do estudo	Instituição/ Estado	M/D TIPO	Relação com a Educação Profissional no RS OBSERVAÇÃO*
SÔNIA MARIA RANINCHESKI 1998	REFORMA DE ESTADO NO GOVERNO COLLARES: UM GOVERNO DE CENTRO ESQUERDA EM UM AMBIENTE NEOLIBERAL	UFRGS/RS	M  MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA  *Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	NÃO
OSVALDO BIZ 2002	GOVERNO OLÍVIO DUTRA/FORD E A COMUNICAÇÃO. UMA ABORDAGEM DIALÉTICA	PUC/RS	D  DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO  *Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	NÃO
JOSE CARLOS LUCAS MACHADO 2002	O PROCESSO DE CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO OLÍVIO DUTRA	PUC/RS	PROFISSIONALIZAN- TE EM CIÊNCIAS SOCIAIS  *Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	NÃO
CEZAR AUGUSTO DA ROS 2006	AS POLÍTICAS AGRÁRIAS DURANTE O GOVERNO OLÍVIO DUTRA E OS EMBATES SOCIAIS EM TORNO DA QUESTÃO AGRÁRIA GAÚCHA	UFRRJ/RJ	D  DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE  *Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	NÃO
RAFAEL SARAIVA LAPUENTE 2020	EM MINORIA: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE AS OPOSIÇÕES E O GOVERNO OLÍVIO DUTRA NO RIO GRANDE DO SUL (1999-2002)	PUC/RS	D  DOUTORADO EM HISTÓRIA	NÃO
HELOISA MONTEIRO ROSÁRIO 2002	RELAÇÕES DE TENSÃO ENTRE IMPRESA E ESTADO: UMA ANÁLISE DO	UFRGS/RS	M  MESTRADO EM LETRAS	NÃO

(Continua)

	DISCURSO JORNALÍSTICO-POLÍTICO DE ZERO HORA SOBRE O GOVERNO OLÍVIO DUTRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		*Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	
JOSIANE CAROLINA SOARES RAMOS 2006	A TRAJETÓRIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL (1985- 2001)	UFRGS/RS	M MESTRADO EM EDUCAÇÃO *Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	NÃO
LUIZA CADORIM FACENDA 2009	POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA NA PERSPECTIVA DA CONSTITUIÇÃO ESCOLAR RIO GRANDE DO SUL/ 1999-2002	UFP/RS	M MESTRADO EM EDUCAÇÃO *Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	NÃO
MARLI RODRIGUES 2010	O PROJETO ESTADUAL DE REFORMA AGRÁRIA, ENTRE O IDEAL E O POSSÍVEL: O CASO DO ASSENTAMENTO CARLOS MARIGHELLA - SANTA MARIA -RS	UFMS/RS	M MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL *Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	NÃO
MANOEL CAETANO DE ARAUJO 2013	ESTABILIDADE E ROTATIVIDADE DO SECRETARIADO NO RIO GRANDE DO SUL: 1991-2002	UFRGS/RS	D DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA	NÃO
LEANDRO HEITICH FONTOURA 2010	A INFLUÊNCIA DE ATORES NÃO ESTATAIS NA FORMULAÇÃO DA LEI DAS OSCIP NO RIO GRANDE DO SUL: UM ESTUDO A PARTIR DAS REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS	PUC/RS	M MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  *Trabalho anterior à Plataforma Sucupira *	NÃO
ANA APARECIDA ESPERIDIÃO CONSTANCIO	GÊNERO EDUCAÇÃO FÍSICA: REPERCUSSÕES DA POLÍTICA	UFPEL/RS	M MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	NÃO

(continua)

2011	EDUCACIONAL GESTÃO <b>2007-2010</b> EM SANTA CRUZ DO SUL		*Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	
IANA GOMES DE LIMA 2011	ADOÇÃO DE PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E AS NOVAS DINÂMICAS NO TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DE TRÊS ESCOLAS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS/RS	M  MESTRADO EM EDUCAÇÃO *Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	NÃO
HENRIQUE JOSE DA ROCHA 2010	ESCOLA E PRISÃO: PARALELO POLÍTICO- INSTITUCIONAL NO RIO GRANDE DO SUL <b>(2007-2009)</b>	UPF/RS	M  MESTRADO EM EDUCAÇÃO *Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	NÃO
ELAINE FONTANA 2016	IMPrensa E PODER: REPRESENTAÇÕES SOBRE O GOVERNO DE YEDA CRUSIUS NA PÁGINA 10 DE ZERO HORA <b>(2007/2010)</b>	UPF/RS	M MESTRADO EM HISTÓRIA * Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	NÃO
NEILA PEDROTTI DRABACH 2010	A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL: A DEMOCRACIA NA “PORTA GIRATÓRIA”	UFSM/RS	M MESTRADO EM EDUCAÇÃO *Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	NÃO
JULIANA BOTELHO FOERNES 2017	ENTRAVES CULTURAIS E BUROCRÁTICOS PARA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DA POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO TARSO GENRO <b>(2011-2014)</b>	UFRGS/RS	M  MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA	NÃO
ROSANGELA DORNELLES 2018	PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE: UM ESTUDO DO HOSPITAL DE SÃO JERÔNIMO COMO	UNISC/RS	M M  MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	NÃO

(conclusão)

	HOSPITAL REGIONAL NA REGIÃO CARBONÍFERA			
GUILENE SALERNO 2017	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA: [RE]FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL	UFRGS/RS	D  DOUTORADO EM EDUCAÇÃO	NÃO
VINICIUS GONCHOROSKI DE OLIVEIRA 2019	DEMOCRACIA DIGITAL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃO: O SISTEMA ESTADUAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ DA GESTÃO DO GOVERNO TARSO GENRO/RS (2011-2014)	UNISC/RS	D  DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	NÃO
<b>DESCRITOR: “Educação Profissional NO RIO GRANDE DO SUL</b>				
<b>Autor/ano</b>	<b>Objeto do estudo</b>	<b>Instituição/ Estado</b>	<b>M/D  TIPO</b>	<b>Relação com a Educação Profissional no RS OBSERVAÇÃO*</b>
ELIVELTO NAGEL DA ROSA FINKLER 2008	COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS DO SENAC/RS PARA A FORMAÇÃO DA ESTRATÉGIA COMPETITIVA NO MERCADO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	IJUÍ/RS	D  MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO	SIM  OBSERVAÇÃO: Sem relação com a Educação Profissional na Rede Estadual de Ensino.

Fonte: Autora (2020).

**ANEXO D - FASES DO REGIME CIVIL-MILITAR NA ABORDAGEM DE CODATO (2005)**

Quadro 3 – Fases do Regime Civil-Militar na Abordagem de Codato (2005)

<b>PRIMEIRA FASE</b> <b>Constituição do Regime civil-militar</b>		
<b>GOVERNO</b>	<b>FATO HISTÓRICO</b>	<b>PERÍODO</b>
Castello Branco Costa e Silva	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Golpe de Estado</li> <li>- Extinção dos partidos políticos (AI n.2 bipartidarismo)</li> <li>- Tornada Indireta a Eleição para Presidente</li> <li>- Nova Constituição</li> <li>- Posse de Costa e Silva</li> <li>- Início da luta armada</li> <li>- Início dos protestos estudantis</li> <li>- Aumento repressão política</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Março de 1964</li> <li>- Outubro de 1965</li> <li>- Outubro de 1965</li> <li>- Janeiro de 1967</li> <li>- Março de 1967</li> <li>- Novembro de 1967</li> <li>- Março de 196</li> <li>- Dezembro de 1968</li> </ul>
<b>SEGUNDA FASE</b> <b>Consolidação do Regime civil-militar</b>		
<b>GOVERNO</b>	<b>FATO HISTÓRICO</b>	<b>PERÍODOS</b>
Costa e Silva Médici	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adoecimento de Costa e Silva; Junta Militar assume governo</li> <li>- Médici escolhido presidente</li> <li>- Nova Constituição</li> <li>- Refluxo de luta armada</li> <li>- Médici anuncia seu sucessor</li> <li>- Eleição Congressual (indireta) de Geisel</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agosto de 1969</li> <li>- Setembro de 1969</li> <li>- Outubro de 1969</li> <li>- Janeiro de 1973</li> <li>- Junho de 1973</li> <li>- Janeiro de 1974</li> </ul>
<b>TERCEIRA FASE</b> <b>Transformação do Regime civil-militar</b>		
<b>GOVERNO</b>	<b>FATO HISTÓRICO</b>	<b>PERÍODOS</b>
Geisel	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Posse</li> <li>- Modificação do Regime (anúncio da política de modificação)</li> <li>- Vitória do MDB nas eleições senatoriais</li> <li>- Geisel fecha Congresso Nacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Março de 1974</li> <li>- Agosto de 1974</li> <li>- Novembro de 1974</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ministro do Exército demitido</li> <li>- Revogação do AI n.5 (fim do bipartidarismo)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Abril de 1977</li> <li>- Outubro de 1977</li> <li>- Janeiro de 1979</li> </ul>
<b>QUARTA FASE</b> <b>Desagregação do Regime civil-militar</b>		
<b>GOVERNO</b>	<b>FATO HISTÓRICO</b>	<b>PERÍODOS</b>
Figueiredo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Posse</li> <li>- Extinção dos partidos ARENA e MDB</li> <li>- Greves operárias em SP</li> <li>- Golbery pede demissão do governo</li> <li>- Eleições diretas Governadores; maioria oposição na Câmara dos Deputados</li> <li>- Derrota emenda para eleições diretas para Presidente da República</li> <li>- Vitória da oposição para Presidente do Brasil</li> <li>- Posse José Sarney</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Março de 1979</li> <li>- Novembro de 1979</li> <li>- Abril de 1980</li> <li>- Agosto de 1981</li> <li>- Novembro de 1982</li> <li>- Abril de 1984</li> <li>- Janeiro de 1985</li> <li>- Março de 1985</li> </ul>
<b>QUINTA FASE</b> <b>Transição sob tutela militar para Regime Liberal-democrático</b>		
<b>GOVERNO</b>	<b>FATO HISTÓRICO</b>	<b>PERÍODO</b>
Sarney	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falece Tancredo Neves; Emenda restabelece diretas para Presidente do Brasil</li> <li>- Plano Cruzado</li> <li>- Vitória do MDB eleições gerais</li> <li>- Promulgação Nova Constituição</li> <li>- Vitória de Collor de Mello</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Abril-Maio de 1985</li> <li>- Fevereiro de 1986</li> <li>- Novembro de 1986</li> <li>- Outubro de 1988</li> <li>- Dezembro de 1989</li> </ul>

Fonte: Organizado quadro conforme informações de CODATO (2005, p. 87-88).